

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

***ENTRE ESTÁCIOS, JORGES, VICENTES E RAYMUNDOS: AS FIGURAÇÕES
DE MASCULINIDADES EM HELENA E YAYÁ GARCIA, DE MACHADO DE ASSIS***

WAGNER PERROTTA CUNHA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***ENTRE ESTÁCIOS, JORGES, VICENTES E RAYMUNDOS: AS FIGURAÇÕES
DE MASCULINIDADES EM HELENA E YAYÁ GARCIA, DE MACHADO DE ASSIS***

WAGNER PERROTTA CUNHA

Orientação

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre **em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

Seropédica, RJ
(Setembro, 2021)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

C135e Cunha, Wagner Perrotta , 1996-
Entre Estácios, Jorges, Vicentes e Raymundos: As
figurações de masculinidades em Helena e Yayá Garcia,
de Machado de Assis. / Wagner Perrotta Cunha. - Rio
de Janeiro, 2021.
228 f.

Orientadora: Maria da Glória de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, História, 2021.

1. Século XIX brasileiro. 2. História e Literatura.
3. Literatura machadiana . 4. Masculinidades . 5.
Segundo Reinado. I. Oliveira, Maria da Glória de, 1961
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TERMO Nº 784 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.051366/2021-11

Seropédica-RJ, 19 de julho de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WAGNER PERROTA CUNHA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 16 de julho de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professora Doutora MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA - orientadora – UFRRJ

Professor Doutor FÁBIO HENRIQUE LOPES – UFRRJ

Professor Doutor ANDRÉ DA SILVA RAMOS - UEMG

Professor Doutor LEANDRO GARCIA RODRIGUES - UFMG

(Assinado digitalmente em 19/07/2021 15:38)

FABIO HENRIQUE LOPES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DeptHRI

(12.28.01.00.00.00.86)

Matrícula: 1772144

(Assinado digitalmente em 19/07/2021 10:48)MARIA DA
GLORIA DE OLIVEIRA PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1544166

(Assinado digitalmente em 20/07/2021 16:08)

ANDRÉ DA SILVA RAMOS ASSINANTE EXTERNO CPF:

087.056.996-14

(Assinado digitalmente em 19/07/2021 10:52)

LEANDRO GARCIA RODRIGUES

ASSINANTE EXTERNO CPF: 071.467.027-82

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **784**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**,
data de emissão: **19/07/2021** e o código de verificação:
f583c54e72

Dedico a presente dissertação à memória de

Joaquim Maria Machado de Assis,

Afonso Henriques de Lima Barreto,

Carolina Maria de Jesus

e a todos e todas as escritoras e escritores que criaram um mundo para que pudéssemos entrar, vasculhar, invadir, morar, pesquisar, conhecer e reinventar.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil. Pesquisar em meio a um cenário tão avesso à Educação, à Saúde e ao bem-estar social acrescenta ao pesquisador brasileiro um peso ainda maior sobre sua escrita e trabalho. Entretanto, a voz que precisa sair de dentro de cada historiador e professor evoca um cântico de resistência que é também soluçar de dor. A gratidão não é só um símbolo imóvel de fazer-se lembrar daquelas e daqueles que construíram junto de nós o caminho que por ora findamos. A gratidão é reconhecer que a vida é uma rede de solidariedades viva que nos permite ter um sentido do que fazemos e com quem podemos contar.

Eu gostaria de agradecer a minha família, em especial a minhas avós que jamais deixaram de se fazer estrela em minha noite. À minha mãe, que sozinha ensinou-me a ter caráter e dignidade. À Larissa, que me deu força e exemplo nas horas mais difíceis de minha trajetória acadêmica. Ao meu avô, que não conseguiu ver em vida os planos que trilhou para mim. Aos meus amigos, que com palavras de ânimo vigoravam meu espírito.

À minha orientadora Maria da Glória de Oliveira, sem a senhora a minha pesquisa não seria possível. Obrigado por me acolher como orientando e amigo, em me ouvir nos dias em que a melancolia tomava conta de minha existência. Não tenho palavras para descrever o fez por mim, acreditou em minha capacidade e é espelho de um profissional que um dia gostaria de ser.

Agradeço aos professores Fábio Lopes e André Ramos, suas contribuições por escrito e em palavras guiaram pontos que carrego em minha pesquisa e outros que procurarei inserir no prosseguimento de minha trajetória acadêmica. Agradeço aos professores do Departamento de História da Rural, em especial as professoras Regina Ribeiro, Margareth Gonçalves, Fabiane Popinigris e ao professor Yllan de Mattos. Ao secretário do PPGH-UFRRJ Paulo Longarini, por tão grande ajuda. Às professoras Clara Araújo, Andréa Sirihal Werkema e Moema Guedes, por seus valiosos ensinamentos. À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que faz parte de minha história.

Não podia deixar de agradecer à Biblioteca Nacional por disponibilizar os arquivos de forma digital a partir da Hemeroteca Digital. E também ao personagem

principal desta pesquisa, Joaquim Maria Machado de Assis. Agradeço à literatura, as suas palavras formam e dão sentido ao meu mundo.

A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um paparote, e adeus.

Brás Cubas

RESUMO

Cunha, Wagner Perrotta **Entre Estácios, Jorges, Vicentes e Raymundos:** as figurações de masculinidades nos romances *Helena* e *Yayá Garcia*, de Machado de Assis, 2020. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2021.

A presente dissertação investiga as masculinidades nos romances *Helena* e *Yayá Garcia*, folhetins publicados respectivamente em 1876 e 1878. O trabalho consiste em observar as relações de gênero, a pluralidade de figurações masculinas e os modos como estes personagens remetem a valores, ideais, qualidades e formas de ser homem, vigentes no século XIX no Brasil. Nesta pesquisa, também abordamos as relações entre os conceitos de ficção, literatura e história nos romances em folhetim. Elaborou-se assim, a hipótese de uma “aquarela das masculinidades” machadiana, em que foi possível mapear cada figuração elaborada pelo escritor, presente nessas duas obras literárias oitocentistas.

Palavras-chave:

Masculinidades, *Helena*, *Yayá Garcia*, Machado de Assis.

ABSTRACT

Cunha, Wagner Perrotta **Between Estácios, Jorges, Vicentes and Raymundos: the figurations of masculinities in the serial novels *Helena* and *Yayá Garcia*, by Machado de Assis, 2020.** Dissertation (Master in History). Institute of Human and Social Sciences, Department of History and International Relations, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation investigates masculinities in the serial novels *Helena* and *Yayá Garcia*, published respectively in 1876 and 1878. The work consists of observing gender relations, the plurality of male figurations and the ways in which these characters refer to values, ideals, qualities and ways of being a man, in force in the nineteenth century in Brazil. In this research, we also address the relationships between the concepts of fiction, literature and history in serial novels. Thus, the hypothesis of a Machadian “watercolor of masculinities” was elaborated, in which it was possible to map each figuration elaborated by the writer, present in these two nineteenth-century literary works.

Key words:

Masculinities, *Helena*, *Yayá Garcia*, Machado de Assis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA: A HISTORICIDADE NOS ROMANCES DE MACHADO DE ASSIS	
1.1 O romance em estilo folhetim como fonte histórica.....	34
1.2 História e romance: Frutos ou incoerências?	45
1.3 O Oitocentos brasileiro e a prosa machadiana.....	61
1.4 Recapitulando os romances.....	80
CAPÍTULO II: UM SÓ HOMEM? A AQUARELA DAS MASCULINIDADES NA ESCRITA DO BRUXO DO COSME VELHO	
2.1 Estácios, Jorges, Vicentes, Procópios, Camargos...Homens de verdade?.....	87
<i>Homem laboral</i>	97
<i>Homem mercantil</i>	130
<i>Homem clérigo</i>	138
<i>Homem escravizado</i>	145
<i>Homem senhorial</i>	159
<i>Por uma aquarela machadiana</i>	187
CAPÍTULO III: RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO SÉCULO XIX BRASILEIRO	
3.1 Figurações masculinas e relações políticas de poder.....	189
<i>Na fumaça de um charuto de Havana</i>	189
<i>A nudez de Noé</i>	197
3.2 Por que Helena morre no final?.....	206
CONCLUSÃO.....	229
FONTES.....	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239

INTRODUÇÃO

O presente trabalho advém da união de duas formas de ler literatura, tomando os textos literários como narrativas que apresentam historicidade em seu conteúdo. A delimitação do objeto desta pesquisa nasce da constatação de que existem histórias e personagens figurados nos romances em folhetim do século XIX brasileiro.

A primeira forma de leitura foi desencadeada na minha infância, com uma coleção sobre autores nacionais que achei empoeirada em um dos armários da minha avó, quando a leitura solitária de autores como José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, Monteiro Lobato, Bernardo Guimarães e tantos outros, me fez aprender e imaginar um tempo histórico diferente daquele a que eu estava habituado. As intrigas e o cotidiano dos personagens figuravam em minha cabeça uma narrativa sobre o passado que contava com descrições densas sobre cenários, lugares, emoções, noções de ética, espectros religiosos, relações amorosas e sexuais, formas de ser homem e de ser mulher, além de toda espécie de imaginários sobre móveis, vestuários e comportamentos. Enfim, em um primeiro caminho, a literatura me guiou para as fronteiras da história.

A segunda vez em que adentrei em um novo mundo das maneiras de ler literatura foi durante a minha graduação em licenciatura em História com a leitura do livro de Sidney Chalhoub *Machado de Assis historiador* em uma aula de Brasil Império.¹ Nesse livro, comecei a perceber que as obras literárias que eu já tinha lido poderiam servir de material de pesquisa ao trabalho historiográfico. As análises deste historiador sobre Machado de Assis, e também sobre José de Alencar, refletiam um mundo que, mesmo de forma rudimentar, já era indagado e criado em minha mente. Desta vez, o caminho de encontro foi o oposto, a disciplina histórica me acompanhou até a literatura rendendo uma monografia de fim de curso, em que analisei o trabalho de Chalhoub e o movimento de escrita, em noções da História Social dentro da literatura.²

¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

² CUNHA, Wagner Perrotta. **História na literatura**: o caso do livro Machado de Assis historiador de Sidney Chalhoub. 2014-2018. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Desses dois momentos, uma questão sempre se colocou de forma muito pertinente, na qual a narrativa literária tem em sua formação um diferencial de estética e composição textual que precisa ser encarado por suas particularidades. Avançando em leituras como as de Paul Ricoeur, Antônio Candido, Roberto Schwarz, John Gledson, Silviano Santiago, Lúcia Miguel Pereira, Roberto Schwarz, Augusto Meyer e outros estudiosos que se debruçaram sobre as relações entre história e literatura, pude compreender que os romances machadianos que tanto lia e apreciava detinham um conhecimento sobre o passado e poderiam servir de fontes históricas.

Ao seguir pela perspectiva dos estudos das masculinidades a partir do campo da pesquisa histórica sobre relações de gênero, comecei a questionar um fator que sempre encontrei silenciado nos estudos das obras machadianas nomeadas como da “primeira fase”, ou também dita fase romântica. Era a ideia da pluralidade das figurações de personagens masculinos que compunham o colorido dessas obras. Os dois romances escolhidos para a minha pesquisa, *Helena* (1876) e *Yayá Garcia* (1878), apresentam como títulos nomes de mulheres, porém demarcam fortemente retratos de personagens masculinos do século XIX.³

O que sempre me intrigou era o papel de Machado de Assis dentro da literatura brasileira. Autor que já fora lido como branco, mulato, pardo e, finalmente, negro, ocupando sempre as maiores atenções nos debates que envolviam literatura, sua obra é objeto de disputas e interesse intelectual. Afinal, quem foi este escritor? No caminho de minhas leituras acabei descobrindo que seus textos apresentam vestígios de um mundo criado por ele, lugar que mesmo muito agradável, é desconfortável e avesso às acomodações. Os seus personagens são criações que refletem algo, e é este ponto que tentarei explorar.

O desafio teórico que esta pesquisa pretende enfrentar é o mesmo que a história como disciplina tem tentado incorporar e sobre o qual vem produzindo reflexões: o entendimento das relações de gênero como uma categoria de análise. Aproveitando o argumento proposto por Joan Scott, podemos afirmar que, ao longo desta pesquisa,

³ ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo**: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, agosto/setembro, 1876; ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

tentaremos expor o aspecto relacional entre os personagens masculinos construídos por Machado de Assis, apresentando o gênero como um elemento constitutivo nas relações sociais que se manifestam através de dinâmicas historicamente variáveis de poder.⁴

Cabe à construção da narrativa historiográfica explodir a noção de imobilidade na construção do gênero entre os seres humanos, desnudando assim as posições normativas em combate, colocando em amostra o conflituoso espaço que molda os modos de ser homem e de ser mulher em uma sociedade. Este aspecto foi evidenciado por Fernando Fernández-Llebraz ao apontar para a problemática definição do conceito de masculinidade e feminilidade moderna. A formação de uma lógica masculinizante durante o período moderno constrói um referencial binário que estereotipa uma só forma masculina, vista como o avesso da feminilidade.⁵

Analisando historicamente as relações entre os sujeitos de sexos diferentes, é possível perceber como a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres se pauta por uma ideia de *natureza das coisas*, servindo como referência comportamental para os seres humanos em seu cotidiano, como afirma Fernández-Llebraz. Esta agência delimitada aos sujeitos dentro da construção permanente e operante das identidades de gênero, apenas se faz possível quando se tornam visíveis as construções masculinas e femininas que se inter-relacionam e tencionam as estruturas do poder, pois são corpos generificados que são políticos.⁶

As definições normativas das masculinidades encontram-se altamente vinculadas à ideia de construção social e política do corpo, como afirma Fátima Regina Cecchetto. Atribuiu-se comumente aos homens ideais de virilidade, que são simbólicos aos corpos que eles carregam. As formulações históricas de construção da desigualdade entre os gêneros utilizam das diferenças biológicas para colocar o “homem” como um indivíduo que tem experiências pessoais específicas quando comparadas às das mulheres. Assim, a ideia de uma “pré-disposição” à violência, à força física, à agressividade, e ao ato de

⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**: Porto Alegre, v. 20, n. 2, julho/dezembro, 1995, p. 73-74.

⁵ FERNANDEZ-LLEBREZ, Fernando. ¿”Hombre de verdad”? Estereótipo masculino, relaciones entre los géneros y ciudadanía. **Fórum interno**: Madri, v.4, n.1, dezembro, 2004, p. 22-24.

⁶ Ibidem, p.38.

suprimir as emoções e os sentimentos, entre outras características, norteiam o que é ser um homem e o seu mundo.⁷

Neste trabalho, procuramos desnaturalizar e analisar a intenção de Machado de Assis em figurar nos seus personagens determinados valores como gênero e sexualidade, notando assim, como estas figurações se inter-relacionam e ganham expressão nos romances. A partir disso, será possível, entender a noção de “aquarela das masculinidades”, proposta que nasceu da própria leitura dos folhetins.

Fernando Bagiotto Botton nos apresenta que as críticas feministas direcionadas aos trabalhos psicanalíticos, freudianos e lacanianos, propuseram uma revisão da concepção da experiência masculina, vista como intrinsecamente ligada ao pertencimento sexual-biológico do falo e ao padrão familiar burguês monogâmico-heterossexual. Uma forma de análise inclusiva e plural deveria nortear estes trabalhos, pautando-se em abordagens que dessem conta da separação de noções como corpo, sexualidade, gênero, masculinidades e feminilidades.⁸

A noção de construção social dos gêneros questionou não só a ideia de papéis sexuais naturalizados, porém ela também abriu espaço para o campo de estudos das masculinidades. Ou seja, a análise teórica que busca a compreensão das masculinidades também se apoia na tentativa de identificar as construções das relações entre os gêneros na história, como nos lembra Botton. Se levarmos em conta que estudamos as masculinidades em Machado de Assis dadas pelo movimento de figuração atribuído à imaginação do escritor, percebemos que cada personagem ganha um contorno específico, abrindo assim, uma hipótese de leitura que podemos chamar de aquarela.⁹

A tentativa de compreender o movimento de criação dos personagens a partir de uma pluralidade ou, *grosso modo*, enxergar as diferenças entre cada uma das figurações

⁷ CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 81-87.

⁸ BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: Uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**: Paraná, v. 19/20, n.1, 2007, p. 112. Sobre isto ver também: PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero como Categoria Transversal na Historiografia Contemporânea. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, v.12, n.22, p. 270-283, jan-jun. 2011.; RAGO Margareth. Feminizar é Preciso: por uma cultura filógena. **Fundação SEADE**: São Paulo, v.15, n.3, p. 58-66, 2001.

⁹ BOTTON, op. cit., p. 112. . Sobre isto: Analisar a construção do capítulo de número II deste trabalho.

propostas por Machado, foi possível a este trabalho pela mobilização da categoria das masculinidades como forma de observação e metodologia de análise, ideia que nasce a partir dos estudos de Raewyn Connell.¹⁰

A tarefa que passa a ser percebida nesta pesquisa está justamente no trabalho metodológico de procurar as masculinidades restritas ao seu contexto histórico-literário, buscando dotar cada uma delas de um valor. A saída de uma figuração abstrata dos personagens masculinos em Machado de Assis é o caminho proposto, diferenciar a construção de cada uma delas é o objetivo maior deste trabalho. É correto sinalizar, resgatando os argumentos de Botton, que o campo de investigação pensado por Raewyn Connell nos permite entender que existem “diversas masculinidades social-historicamente construídas, sendo uma delas portadora de um status de ‘hegemônica’ e as demais masculinidades periféricas [são] as concorrentes ou afirmadoras dessa”.¹¹ Este modo de abordar os estudos das construções das masculinidades será utilizado neste trabalho, isto é, assumindo novos contornos a partir do nosso objeto de análise, a literatura.

Os romances machadianos, *Helena e Yayá Garcia*, nos apresentam ricas fontes de personagens masculinos, não só pela experiência histórica incorporada à narrativa do literato, como pela própria noção de pluralidade. Podem ser explorados, e devem, os intercruzamentos sociais e políticos como raça, classe, localização, cenários, relacionamentos interpessoais, as múltiplas visões e leituras de uma mesma figuração, os hábitos, além de todo o bojo de configurações que são pensadas pelo autor em seu processo de criação ficcional. Somente assim, se faz possível esboçar alguma interpretação do que pretendia o romancista ao criá-las. E, importante constatação, é notar sua ficcionalidade, não esquecendo que Raymundos e Procópios figuram um processo criativo marcado pela imaginação.

Uma discussão que não pode deixar de ser posicionada está justamente no uso do conceito de masculinidade hegemônica. Como nos informam Raewyn Connell e James Messerschmidt, tal expressão tem um sentido inicial nos estudos das

¹⁰ CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.21, n.1, 2013, p. 242-243. Sobre isto ver: CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2ª ed. University of Califórnia Press: Califórnia, 2005.

¹¹ BOTTON, op. cit., p. 116.

masculinidades. Este conceito proposto para enxergar os homens que se destacam em uma condição de poder hierarquicamente reconhecida fora forjado a partir de “relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas, em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens”. E, por isso, é preciso cuidado para transplantá-lo para outras análises.¹²

Ao longo das pesquisas que versavam sobre a temática da investigação das masculinidades, conseguimos enxergar como este conceito foi se reelaborando e ganhando novos contornos, principalmente admitindo “um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder”, acentuando uma crítica ao que podemos entender pela categoria *universalizante* de homem. Um dos principais paradigmas encontrados pelos estudos das masculinidades estava concentrado na superação de uma literatura sociológica que contava com papéis sexuais como definidores dos comportamentos dos seres humanos, como nos informa Connell.¹³

Se os grupos de homens que conseguem ocupar o lugar notado pelo conceito de masculinidade hegemônica não estão ali por fatores *a priori* definidos, podemos então questionar a historicidade das relações sociais na construção das próprias masculinidades. Entretanto, como transplantar estes conceitos para uma análise de personagens literários figurados por um literato brasileiro do século XIX?

A tarefa estava posta no trabalho de encontrar nas fontes literárias uma representação de padrões, comportamentos, características que fossem produzidas pela própria lógica de criação de Machado de Assis. A literatura, como sabemos, utiliza em sua produção narrativa de uma ficcionalidade amparada em termos históricos temporais. E é neste processo que a investigação ganhou forma. A investigação começou a ser formada com a análise dos personagens, pois percebemos que o escritor compôs figurações de “homens” que provocavam certo desconforto por suas qualidades dentro dos romances.

A constatação sinalizada por Connell de que “as masculinidades não são simplesmente diferentes entre si, mas também sujeitas a mudanças” foi possível de ser

¹² CONNELL, op. cit., 242.

¹³ Ibidem, p. 243.

percebida na própria lógica constitutiva dos romances. A variação dos modelos comportamentais em personagens como Vicente, Sr. Antunes, Dr. Camargo, ao longo dos folhetins, evidenciam que Machado de Assis buscou incorporar ao enredo de suas histórias modelos de masculinidades que interagiam, abdicavam de certas palavras, escolhiam meios de alcançar seus objetivos, eram silenciados, ao mesmo tempo em que se construía enquanto homens.¹⁴

Desta forma, nos alerta Connell:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.¹⁵

A literatura machadiana dá conta de densas descrições que envolvem desde os aspectos de gênero relacionais entre os personagens, a constatação de que essas figurações modificam suas formas de pensar e agir ao longo do enredo, além da construção de corpos que são desenhados pela voz narrativa. Muitas características recebem fundamental atenção por parte do autor, como na seguinte passagem: “tinha Luiz Garcia quarenta e um anos. Era alto e magro, um começo de calva, barba raspada, ar britânico e circunspecto”. A partir disso, podemos ver que o trabalho metodológico de investigar as masculinidades em *Helena* e *Yayá Garcia* não foge da análise dos corpos figurados nos romances.¹⁶

No segundo capítulo, conseguiremos apresentar como os homens senhoriais do século XIX procuram seguir uma espécie de pedagogia do comportamento da masculinidade hegemônica. Obviamente há diferenças entre os personagens figurados neste grupo nos dois romances, e isto muito nos interessa entender. Ao mesmo tempo vamos perceber que instituições como a família, a igreja católica, a escravidão, as redes de clientela e sociabilidade tentam incorporar essa “conduta masculina admirável”, utilizando as palavras de Connell. O que não afirma que as outras masculinidades

¹⁴ Ibidem, p. 248.

¹⁵ Ibidem, p. 250

¹⁶ ASSIS, op. cit., cap. II.

periféricas também não agenciem outros modos de interpretar estas características comportamentais.¹⁷

Podemos extrair deste fato que não há uma crise da masculinidade hegemônica no mundo oitocentista, pelo contrário, há uma constante construção no entorno de múltiplas masculinidades que procuram participar do poder. E, entendamos o poder não só por uma questão hierárquica de controle, mas sim por uma forma de participação nesses mecanismos. Todos os personagens literários que fazem parte dos dois folhetins foram figurados para fazer parte dos valores da produção de suas próprias histórias.¹⁸

As análises dos personagens passam a dar vazão a características como racionalidade, sentimentos, paixões, espaços de convivência, masculinização, feminilização, orgulho, respeito, moralidade, fé, trabalhos domésticos, esportes, profissões, herança, desconstruindo, dessa forma, uma ideia binária de construção dos papéis sexuais ou de gênero. Propõe-se, justamente, demonstrar que esses valores transitam não só entre as figurações de homens como de mulheres, tornando-os ainda mais complexos. O que queremos afirmar é que Machado de Assis não naturaliza os seus personagens em regimes fechados de gênero tal como se entendia no século XIX, ele expõe os preceitos morais e comportamentais importantes de sua sociedade e ao mesmo tempo os descentraliza em um jogo irônico de construção social.¹⁹

Perceberemos também que a noção de hegemonia, tal como nos apresenta Connell, não é restritiva. Comportamentos violentos ou ríspidos pouco são encontrados nas passagens construídas por Machado em seus dois romances, e nem por isso os personagens identificados pela masculinidade hegemônica deixam de ser entendidos em uma posição de vantagens e privilégios. Para a socióloga, tal conceitualização incorpora

¹⁷ CONNELL, op. cit., p. 252

¹⁸ Como nos aponta Connell: “a sobreposição entre masculinidades também pode ser vista em termos dos agentes sociais construindo masculinidades”. Ibidem, p. 253.

¹⁹ Nas palavras anunciadas em palestra uma escrita de 1969 incorporada ao livro *Uma literatura nos trópicos* original de 1978, do crítico literário Silviano Santiago expunha: “Como intelectual consciente e probo, espírito crítico dos mais afilados, perscrutador impiedoso da alma cultural brasileira, Machado de Assis assinala ironicamente os nossos defeitos. Mas esse é um engajamento bem mais profundo e responsável do que se pediu arbitrariamente a Machado de Assis. E pensar que se pode falar em filosofia de Machado de Assis acreditando que a base das suas ideias de encontrava no ‘ressentimento mulato’.” In: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. Recife: Cepe, 2019, p. 53.

uma amostra de “certas noções de consenso e participação dos grupos subalternos”, indicados em aspectos relacionais cotidianos.²⁰

O processo de produção narrativa machadiano não está isento de limites no trabalho de figuração de seus personagens, ao contrário disso. Se pudermos realizar uma comparação entre a produção ficcional dos folhetins deste autor com o Oitocentos brasileiro, veremos um controle da prática criacional. Connell nos afirma que, “uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo”, as construções das masculinidades encontradas nos romances históricos também não são. Poderia o literato conjecturar uma posição de um personagem descrito como um homem negro escravizado ocupando a posição de homem senhorial sem cair em uma história futurista ou, ao menos, desvinculada da sociedade que reporta? Digamos que este não é o caso de Machado de Assis em suas obras.²¹

A proposta que este trabalho pretende explorar está nas lógicas formativas dos personagens masculinos machadianos, as suas relações com as personagens femininas e os conflitos entre as figurações de ser homem no século XIX. Esta pesquisa pressupõe a historicidade da narrativa literária romanesca para dar conta da complexidade das mudanças e permanências que formam os eixos significativos que, como Scott afirma, originam os sentidos sociais nas interações humanas.²²

Os trabalhos sobre gênero que envolvem os homens heterossexuais como fator de observação e reflexão ainda estão em um número bem menor quando comparados com outras temáticas nesta categoria. As mulheres heterossexuais e os homens homossexuais, atualmente, se concentram como objetos das análises, o que indica a solidez de pesquisas e teorias que tentam dar novos contornos históricos para esses indivíduos.²³ A necessidade de quebrar o conceito de masculinidade como um quadro fechado se deve porque, nas palavras de Maria Izilda de Matos, “sobrevém a

²⁰ CONNELL, op. cit., p. 256.

²¹ Ibidem, p. 258

²² SCOTT, op. cit., p.82.

²³ Sobre isto ver: OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia Contemporânea. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, v.12, n.22, janeiro/junho. 2011, p. 270-283; RAGO Margareth. Feminizar é Preciso: por uma cultura filógena. **Fundação SEADE**: São Paulo, v.15, n.3, 2001, p.58-66.

preocupação em desfazer noções abstratas de ‘mulher’ e de ‘homem’, enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas”, para dar conta dos múltiplos estilos de masculinidade e as suas alternâncias dentro de suas próprias vidas e relações sociais na história.²⁴

No desenvolvimento desta pesquisa tornou-se evidente a quebra do conceito de dominação masculina vista de maneira irrestrita e inquestionável. Como nos lembra Daniel Welzer-Lang, os indivíduos identificados como homens se relacionam socialmente moldando uma cadeia de privilégios, em que a manutenção das hierarquias e do *status quo* dominante não se mantém sem embate e, no mínimo, relacionamentos que engendram formas de apropriação dos mecanismos políticos, maneiras de comportamento social e costumes mais díspares.²⁵

A crítica desenvolvida por Fernando Bagiotto Botton sobre a recente formação e estruturação de um campo de estudos históricos sobre masculinidades no Brasil é capaz de destacar uma série de entraves que essas pesquisas ainda procuram superar. Precedentemente, é preciso evidenciar que as pesquisas sobre o gênero masculino que investigam os séculos XIX ou XX em âmbito nacional tenham despontado sob uma tendência de esquematizar uma figura masculina patriarcal dominante e capaz de gerenciar sem questionamentos um sistema de poder quase solar.²⁶

Sidney Chalhoub nos informa que, os *homens senhoriais* construídos por Machado de Assis em *Helena*, detenhamo-nos a Estácio, criaram uma espécie de ideologia do sistema patriarcal nas próprias leituras de seus personagens. Para o historiador este *sistema solar* (senhor-sol) se concretizava na consciência dos proprietários de terra e chefes de famílias ricas e poderosas, uma vez que, “trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os

²⁴ MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos de Pagu**: São Paulo, v. 11, n. 1, 1998, p. 74.

²⁵ WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo. 2004, p. 116- 121.

²⁶ BOTTON, op. cit., p. 109. Ao fazer uma leitura da obra de Gilberto Freire sobre a temática dos homens no Brasil Durval Muniz de Albuquerque Júnior expõe: “Não é atoa que Gilberto Freire descreve este processo como sendo aquele que levou ao declínio do que chamou de patriarcalismo, ou seja, uma sociedade onde o predomínio do homem, do macho, do Pai, não seria contestado, em que em torno destas figuras se estruturava toda a ordem sócia”. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. **Nordestino uma invenção do falo**: Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). 2ªed, São Paulo: Intermeios, 2013, p. 29.

trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana”, marcando uma proposta do poder em relações “apenas na verticalidade”.²⁷

Os novos estudos que compartilham do campo das masculinidades no Brasil no procuram quebrar essa forma dicotômica de esquematizar um homem dominante que funciona simplesmente como o avesso às características femininas de sua época. É indispensável pensar em uma forma de rever essa análise “binária e reducionista”, como se posiciona Botton, e colocar em destaque o “ser homem” como uma construção cotidiana nas relações sociais e políticas, enxergando que o conceito de masculinidades deve sempre se impor como pluralidade e, *grosso modo*, devem ser encontrados os diferentes estilos de homens que se constroem historicamente e socialmente.²⁸

As hierarquias sociais que escondem ritos de violência e funcionalidades do poder masculino podem abrir formas de entendimento para analisar as estruturas de relacionamentos entre homens e mulheres nas suas relações cotidianas. A partir disso, realiza-se uma abordagem histórica capaz de ressaltar as formas de dominação, as estratégias de resistência, e até mesmo como são fundamentadas estas características que são identificadas com a esfera hegemônica. Entende-se, por isso, que ao estudar as masculinidades deve-se ter como estratégia historiográfica uma metodologia que analise também as implicações constitutivas do indivíduo quanto à sua classe, sua raça, seu posicionamento social, seus hábitos culturais, seu pertencimento geográfico, suas redes de sociabilidade, entre tantos outros marcadores que influenciam a sua identidade como ser humano.²⁹

O Oitocentos brasileiro desempenhou um papel importante na história literária, como bem denotou Antônio Candido em sua crítica que analisa a formação do campo das letras neste país.³⁰ Para ele, muitos escritores, incluindo aqui Machado de Assis,

²⁷ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 47.

²⁸ BOTTON, op. cit., p. 113.

²⁹ Ibidem, p. 116; Sobre isto ver: HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**: São Paulo, v.26, n.1, 2014, p. 61-73.

³⁰ Cabe notar que a crítica literária de Antônio Candido já desenvolvida em sua obra “Formação da literatura brasileira: momentos decisivos” em 1959, já propunha pensar um esquematismo de divisão dos momentos de construção e solidez de uma literatura nacional. Reafirmando sua hipótese, Candido rearticula as relações entre o campo literário e a sociologia com a publicação de seu trabalho “Literatura e

utilizavam de suas composições para descrever ou caracterizar a sua sociedade.³¹ A publicação dos primeiros romances de nosso escritor do Cosme Velho divide a crítica literária pela forma como começa a tecer suas ideias a partir da narrativa romanesca. Se para críticos como Cândido este literato traz um divisor de águas para a literatura nacional, especialmente após a publicação de livros como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, para outros pesquisadores mais recentes como Andréa Sirihal Werkema se faz necessário prestar atenção ao ofício de crítico literário que Machado desempenhava para avaliar como ele se utilizava dos primeiros romancistas brasileiros como referências em seus trabalhos.³²

É correto afirmar que o trabalho de escrita machadiano continha também um elemento diferenciador, pois, de forma concomitante, esse escritor mantinha a prática de escrita literária, a crítica, publicações jornalísticas e sua atividade laboral no funcionalismo público. Ao traçar um perfil biográfico sobre Machado de Assis, Francisco de Assis Barbosa demonstrou que a atividade de escritor não lhe garantia um rendimento considerável durante as suas primeiras obras, o que evidencia que “o sucesso das letras, corr[ia] paralelo com o êxito da carreira burocrática”.³³ No panorama literário nacional, os anos entre 1850 e 1860 demonstraram um cenário de prodigalidade no romance à brasileira, as primeiras obras machadianas publicadas em estilo folhetim demonstram esse contato com as produções de autores como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo e as influências que se mesclavam em suas narrativas.³⁴

As abordagens históricas e sociológicas sobre este intelectual das letras permeiam várias possibilidades de demonstrar a eficácia de Machado em agenciar representações de sua sociedade nos seus textos. A ótica das relações de gênero e sexualidade apuradas por Richard Miskolci dentro das fontes literárias a partir de suas análises do suposto

sociedade: estudos de teoria e história literária” de 1965, condensando essas ideias e o percurso de construção de um campo literário brasileiro em “Iniciação à literatura brasileira” no ano de 1997.

³¹ CANDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

³² WERKEMA, Andrea Sirihal. **As duas pontas da literatura: crítica e criação em Machado de Assis**. Minas Gerais: Relicário, 2019.

³³ BARBOSA, Francisco de Assis. **Machado de Assis em miniatura: Um perfil biográfico**. 2ª.ed. Brasília: Batel, 2008, p.49. Ainda sobre isto ver: o capítulo X titulado “*Seu*” Machado In: PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. 6ª.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, e também o capítulo de número 36 titulado “*Dificuldade, trabalhos e alegrias*” In: RAIMUNDO, Magalhães Júnior. **Vida e obra de Machado de Assis, volume II: ascensão**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

³⁴ CANDIDO. op. cit, 2010, p. 55.

triângulo amoroso presente em *Dom Casmurro*, consegue externar possibilidades de caminhos teóricos e metodológicos capazes de captar a historicidade da literatura. As percepções são construídas pela própria leitura dos diálogos do texto, a maior delas está no tema do casamento que, para Machado, é tão caro.³⁵

Para Miskolci, o casamento em *Dom Casmurro* será o plano de fundo para a construção do romance, apontando como práticas de ciúme, violência, rivalidade e estratégias de ascensão social começaram a circunscrever os laços matrimoniais na sociedade fluminense do Oitocentos. Esses objetos mostram-se em suas análises como códigos e emoções que os personagens carregam e são legitimados dentro da obra, refletindo o modo que o prosador entende os sujeitos sociais, a sua captura de uma criação de uma realidade figurada e a transposição de histórias de um novo mundo, encarando uma parte histórica que pouco é comentada e revista que são os hábitos domésticos.³⁶

A vida privada e a construção de cenas que a reportam, como conversas e ações naturalizadas, são repassadas para a literatura por meio de representações da vida em sociedade de homens e mulheres, isto entra em diálogo com aquilo que Miskolci descreve como a possibilidade de “acessar tensões e ambiguidades da vida social pouco visíveis nos saberes oficiais”³⁷. Ou seja, o romance tenta criar, através de sua textualidade, um mundo dos mais íntimos ritos e práticas humanas. Assim também relata Ana Carolina Soares em sua análise da prática do celibato no conto *Ex-Homem* de José de Alencar, em que o romancista tenta passar familiaridade através de histórias que conversam com o cotidiano de seus leitores, introduzindo uma forma de leitura que trate de figurações dos costumes.³⁸

A pesquisa de Soares demonstra como o entendimento de uma obra literária e a sua classificação como um escrito que carrega uma potencial historicidade estão intimamente ligados à capacidade de seu escritor em agenciar no texto ideias e símbolos que consigam dar conta das sensações de realidade em seus leitores contemporâneos,

³⁵ MISKOLCI, Richard. O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no *fin-de-siècle* brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 2, maio/agosto. 2009, p. 548-552.

³⁶ *Ibidem*, p. 557-559.

³⁷ *Ibidem*, p.549.

³⁸ SOARES, Ana Carolina. Representações textuais da masculinidade: O celibato em “Ex-Homem” de José de Alencar. **Projeto História**: São Paulo, v.45, n.1, dezembro. 2012, p. 64-65.

procurando pela narrativa do romance dotar qualidades e formar personagens que não fogem das relações sociais das experiências costumeiras, mas que ao mesmo tempo criem um mundo novo.³⁹

Em seu estudo, Soares faz uma análise da figura de uma masculinidade que não pauta exclusivamente as suas relações pela prática de atos sexuais, demonstrando como a literatura viabiliza e comporta noções de gênero e sexualidade dentro dos seus personagens, dotando com valores e gestos que imprimem uma personalidade, apontando características masculinas como “a inteligência, força e virilidade, [que são dadas como] qualidades altamente valorizadas nos discursos sobre o masculino no século XIX”, e demarcando uma fronteira entre ser um homem ou carecer de experiências que demonstram a potência masculinizante.⁴⁰

As análises históricas de caráter social sobre a literatura tentam expandir, através da textualidade das fontes, formas de experiências de vidas atribuídas aos contextos ali representados. O caso do trabalho de Sidney Chalhoub, intitulado *Machado de Assis historiador*, procura justamente colocar em tensão os sujeitos detectados como personagens nas obras machadianas, fazendo uma história social das relações humanas dimensionadas nos romances deste autor. A escolha pelo caminho de investigação historiográfica de Chalhoub delega ao gênero um caráter secundário frente às categorias de classe e raça, pois seus argumentos procuram estabelecer um diálogo entre conceitos como o paternalismo, a escravidão, a ciência, a política dos dependentes, com a análise mais ampla da sociedade brasileira do Oitocentos.⁴¹

A construção da pesquisa de Chalhoub se dá a partir da chamada “leitura a contrapelo”, que mais parece definir-se como uma tentativa de chegar à historicidade da narrativa dos romances por uma leitura da textualidade que se inter-relacione com os elementos históricos atestados pela historiografia que compreende o século XIX. Tal estratégia de pesquisa propõe dar crédito histórico aos diálogos inseridos nos livros machadianos, evidenciando o próprio Machado como um autor que se empenha em

³⁹ Ibidem, p. 65-66.

⁴⁰ Ibidem, p. 71.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

demonstrar o cotidiano de sua sociedade, ditando para si uma tarefa próxima daquela que faz o historiador.⁴²

Indiscutivelmente, Chalhoub sabe que a dimensão de escrita e o ofício de que este escritor se encarrega não é o historiográfico, mas sua argumentação em torno dos romances nos faz crer que ele delega a Machado algo além de um romancista, procurando dotá-lo como um homem estritamente preocupado em representar, pela textualidade, os problemas que envolvem o seu meio. Torna-se evidente uma forma de trabalhar metodologicamente com fontes deste estilo pela própria construção de um estudo que pretende encontrar um vínculo entre os escritos machadianos e o declínio da chamada ideologia senhorial, direcionando-se para uma mudança no comportamento social que não escapa aos literatos e aos seus textos.⁴³

Sem adentrar na discussão sobre gênero propriamente dita, *Machado de Assis historiador* tenta elencar as ideologias que formatavam as relações sociais na narrativa literária. O caso da escravidão como um quadro de antagonismo de liberdade dos outros sujeitos não-escravizados será um dos modos de construir argumentos para definir o trato e posicionamento de alguns personagens e sua estruturação enquanto dependentes. Ao refazer uma leitura do paternalismo, Chalhoub vê na figura do senhor, um homem que aparece significando um conjunto de símbolos e poderes neste corpo social e, destoando dessa classe, os sujeitos dominados são percebidos como também como agentes sociais, reafirmando a chamada “política dos dependentes”.⁴⁴

A quebra da ideia de paternalismo como centralidade de um poder em um único indivíduo passa a ser revista naquilo que “é apenas o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”⁴⁵, em que as classes denominadas como dependentes detinham as formas de “dissimulação, estratégia, astúcia, [que] eram os meios disponíveis para enfrentar antagonistas poderosos e sempre prontos a trucidar subordinados insubordinados”. Isto pode ser observado quando

⁴² Sidney Chalhoub afirma: “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Essa hipótese vem sendo defendida, a meu ver de forma bastante convincente, por críticos literários como Roberto Schwarz e John Gledson, e tem se revelado bastante importante para desvendar e potencializar significados nos textos machadianos”; *Ibidem*, p. 17.

⁴³ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 46-47.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 61.

analisados os diálogos construídos por Machado, em que as percepções e emoções dos sujeitos dominados passam a ganhar visibilidade para o estudo histórico.⁴⁶

Sidney Chalhoub abre um diálogo com as ideias de Roberto Schwarz em seu célebre trabalho sobre a formação do romance brasileiro como processo social, evidenciando como as noções deste último foram importantes para entender como a crítica literária tentou formular questões aos processos históricos.⁴⁷ A construção da hipótese das “ideias fora do lugar”, expressa para Schwarz uma tentativa de captar como as narrativas literárias forneceram princípios para compreender o processo de formação cultural brasileiro. Admite-se, dessa forma, que Machado de Assis ao construir suas produções ficcionais foi capaz de inserir crítica e elementos históricos em seus textos.⁴⁸

Tentando reconstruir um percurso dos escritores do século XIX, Schwarz afirma que novas configurações são redimensionadas para o campo literário nacional como, por exemplo, a essência da lógica do *favor* que se insere nas histórias. Utilizando os casos de escritores desse período, o crítico literário irá demonstrar como o Brasil conseguiu figurar-se com empenho em uma produção narrativa que fizesse uma leitura de si enquanto corpo social, ou seja, autores como Alencar (de forma inicial) e Machado de Assis empenharam-se em produzir obras que destacassem as particularidades nacionais mesmo trabalhando com influências de movimentos literários nascidos em um cenário estrangeiro.⁴⁹

O que tanto Chalhoub quanto Schwarz tentam colocar em destaque é o mundo da experiência histórica do Oitocentos, mundo esse que se mostrou totalmente dividido e sedimentado por movimentos sociais e políticos, envolvendo a chamada modernidade nacional. E que, ao mesmo tempo, esses símbolos se encontram na literatura machadiana, ou ainda em Alencar, harmonizados pela descrição textual dirigida pelo romance que se apresenta como modelo de percepção de mundo que não esteve

⁴⁶ Ibidem, p. 89.

⁴⁷ Faz-se preciso destacar o quanto a obra de Roberto Schwarz *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* datada de 1977 conseguiu dar volume à fortuna crítica machadiana, isto é, alcançando espaços e debates internacionais. O trabalho de Schwarz procurou investigar e formular hipóteses entre as conexões do surgimento de um romance de cunho brasileiro e a suas correspondências com as formas e modelos de vida social nacionais. Seu estudo crítico constrói uma longa trajetória de debates sobre a vida e a obra de Machado de Assis no campo literário.

⁴⁸ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 10-31.

⁴⁹ Ibidem, p. 73-75.

constrangido em revelar segredos ou inserir problemáticas tão dispendiosas de seu período histórico.⁵⁰

Ainda sobre a construção da nacionalidade brasileira, Richard Miskolci coloca em evidência o resultado de sua pesquisa recente sobre a temática das masculinidades nas obras literárias *O Ateneu*, *Bom Crioulo* e *Dom Casmurro*. Questões debatidas e argumentadas a partir das fontes articulam um diálogo sobre a construção nacional da nascente República brasileira de 1889 e os estilos de masculinidade que foram construídos ou rejeitados enquanto projeto de nacionalidade.⁵¹

Com uma leitura atenta à linguagem literária se percebe o quanto os marcadores sociais agenciam a branquitude e a negritude dentro das figurações de personagens masculinos, e como ocorre a valorização de certas personalidades de homens frente a outros pares que, por inúmeros motivos, perdem seu potencial simbólico. E outros dados permitem visualizar também que as estruturas e dinâmicas sociais como o casamento, a modernidade, a escravidão, o Estado, a medicina, os modelos de ciência e os medos podem influenciar e dotar características hierarquizantes às figuras masculinas, possibilitando que elementos políticos adquiram significados reinvestidos em ideais do ser homem nessa sociedade.⁵²

Uma observação importante na tarefa metodológica desenvolvida por Miskolci se dá em como os romances vão construindo um panorama de afirmações masculinas que norteiam a formação de um estilo de masculinidade representante do sentimento nacional brasileiro, o homem exemplar. Liga-se assim a textualidade às ideias sobre as relações de sexualidade, raça, os instintos incontrolláveis do homem, os ideais de progresso, a desqualificação racial por uma cultura escravocrata, além de uma gama de

⁵⁰ Mesmo que esta pesquisa não utilize esta metodologia de análise que encara Machado de Assis como um indivíduo que atribui para si às tarefas de captar e descrever os fatos históricos do século XIX tal como um historiador oitocentista, se faz importante notar a importância de tais obras como marcos da entrada das fontes literárias machadianas no debate historiográfico em meados do século XX. Notemos que estas discussões ainda movimentam o modo de ver e compreender este literato na atualidade. Sobre isto ver: CHALHOUN, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵¹ MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

⁵² *Ibidem*, p. 50-68.

tópicos que assumem poder e destaque social em uma sociedade altamente hierarquizada.⁵³

A construção de um padrão dicotômico entre os papéis sexuais passa a ser incorporada desde a formação das crianças, uma educação pautada em uma divisão de tarefas limita as escolhas e autonomias femininas. Esta ideologia pautada no androcentrismo, como bem lembra Daniel Welzer- Lang, é responsável pela criação da separação das características masculinizantes daquelas que indicam o seu oposto, a feminização.⁵⁴ Noções como a união matrimonial, o adultério, relações extraconjugais, locais de sociabilidade e momentos de prazer passam a ser incorporadas nesse quadro binário retratado também na literatura.⁵⁵

Como demonstra Miskolci, as políticas públicas saem dos ditos documentos oficiais e penetram no mundo literário como metáforas ou, por vezes, relatos explícitos de dramas pessoais tematizados em personagens, como evidencia o caso de Raul Pompéia e sua obra. O trabalho com estas fontes consegue dotar as figurações masculinas com cores bem nítidas, com densas construções sobre a educação e as regras sociais que circulam no Segundo Reinado brasileiro, como o caso dos diálogos e formas de tratamento que são representados pelas relações entre gêneros nos textos, e acabam assim expressando os pensamentos desses literatos e as suas maneiras de interagir em seus mundos culturais.⁵⁶

Outro estudo que insere densas análises sobre as experiências masculinas no Brasil está na pesquisa desenvolvida por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que tem por objeto notar como a persona do nordestino tornou-se portadora de uma masculinidade simbólica caracterizando também um sentimento nacionalista, na primeira metade do século XX (1920-1940) A representação do homem marcado pela rigidez e pela amargura da vida no interior demonstra como a personalidade destes indivíduos influenciou as visões políticas que buscavam legitimar uma masculinidade

⁵³ Ibidem, p. 114-118.

⁵⁴ WELZER- LANG, op. cit., p. 112.

⁵⁵ MISKOLCI, op. cit., p. 123- 125.

⁵⁶ Ibidem, p. 175-176.

brasileira “autêntica”, em que os medos dos homens são freados e escondidos frente à labuta em um espaço hostil pela seca e as adversidades.⁵⁷

Essa representação das formas de ser homem é percebida por Albuquerque Júnior em um discurso no qual a masculinidade hegemônica “não pudesse pertencer a todos, tendo que ser tomada de um outro desafeto”, ou seja, a lógica da construção das masculinidades hegemônicas é também pautada e feita pelos movimentos de disputas. Sua investigação se pauta no encontro de uma proposta de masculino nordestino que é chave para entender como são construídos estereótipos masculinizantes, seu trabalho tende a dissolver uma masculinidade entendida como homogênea, demonstrando um esquema de multiplicidade, pois o esvaziamento ou o acúmulo de determinados movimentos e formas de agir acabam portando valores simbólicos plurais.⁵⁸

A presença do falo como um fator biológico não seria *a priori* uma forma de dominação, sendo este processo muito mais profundo em níveis que perpassam todas as estruturas sociais. É possível perceber, como insiste Albuquerque Júnior, que a ideia de dominação masculina na verdade se vê em um constructo de ações e representações diárias que perpassam as relações entre os gêneros humanos, figurando ideologias de legitimação de um gênero sobre o outro, marcando assim a heteronormatividade.⁵⁹

Para Albuquerque Júnior, a figura do sertanejo, na primeira metade do século XX concentrou valores significativos aos novos movimentos nacionais e patrióticos levados a cabo pelas elites, estas últimas tentavam ver nesse grupo de homens algo viril que se manteve intacto pelo seu afastamento da civilização urbana e feminilizante. Taxando-os como um grupo homogêneo que tendia a um valor específico, que é o do resguardo da tradição, estes homens sofreram um agenciamento político e de gênero em sua nova identidade fabricada por uma lógica que passou a denominá-los como nordestinos.⁶⁰

Tanto Miskolci como Albuquerque Júnior elaboram suas análises histórico-sociológicas detectando no gênero masculino um produto construído de acordo com o seu espaço-tempo e as suas relações interpessoais com indivíduos de sexos diferentes ou

⁵⁷ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. **Nordestino uma invenção do falo**: Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). 2ªed, São Paulo: Intermeios, 2013, p. 208-209.

⁵⁸ Ibidem, p. 220.

⁵⁹ Ibidem, p. 219-223.

⁶⁰ Ibidem, p. 208-209.

iguais, observando como outras marcas sociais como a violência, a raça, os modos de agir e de pensar, as identidades nacionais, os elementos públicos e privados, a sexualidade, a traição e o casamento, os círculos de amizades e convivência, são capazes de formular hierarquias políticas entre os homens. Essas pesquisas demonstram um caminho metodológico que utiliza da transversalidade, elas buscam pelas masculinidades as percepções históricas das sociedades estudadas, utilizando as relações de gênero como uma categoria de análise que se comunica com outras a partir da construção de sentidos e significados do poder.⁶¹

Esta bibliografia aqui discutida procura orientar parte da pesquisa que se apresenta nos capítulos a seguir, examinando como a literatura machadiana conseguiu dar vazão às percepções históricas que envolvem a construção das masculinidades nos personagens em *Helena* e *Yayá Garcia*. A proposta é destacar como estas figurações ganham vozes e são interpretados por diálogos que valorizam densas descrições de suas atuações enquanto representações relacionais.

No primeiro capítulo, dividido em quatro partes, a ideia se concentra em identificar como foram mapeadas as relações entre romance e história, compreendendo a historicidade da produção literária machadiana na sua interação com o contexto brasileiro da segunda metade do Oitocentos. Sumariamente, procura-se entender o processo de formatação das fontes, descrevendo como a narrativa dos romances em folhetim circulava pela imprensa e ganhava uma estilística particular. As partes seguintes se concentram, respectivamente, em definir o que identifico como os frutos e as incoerências do elo que une as narrativas históricas e literárias, observar como a prosa machadiana se comunica com a sociedade fluminense contemporânea à sua formação, e relembrar como são elaborados os dois enredos nas duas obras machadianas já posicionadas.

O segundo capítulo tenta compreender e esquematizar os personagens masculinos nos romances machadianos aqui delimitados, destacando características, comportamentos e atributos destes. Este capítulo se divide em tópicos, que pretendem ilustrar as relações de gênero e as figurações de poder, reconstruindo como cada

⁶¹ Sobre isto ver: SILVA, Natanael de Freitas. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. **Histórias**: Brasília, v.3, n.5, 2015, p. 8-22.

figuração masculina é também um personagem que contém agência e articulações pessoais dentro da história romanesca. O leitor desta pesquisa irá perceber que são representados modos de ser homem a partir da própria experiência de escrita literária e, que nesta parte, a aquarela de masculinidades composta por Machado de Assis irá ganhar voz pelo próprio mundo de suas criações.

Faz-se necessário enxergar como Machado de Assis conseguiu textualizar esses embates e construções de masculinidades de uma forma esmiuçada, representando-as pelas relações cotidianas que colorem seus romances. É possível notar neste ponto como o diálogo de construção do poder, que não pode ser minimizado pela expressão de uma ideologia senhorial absoluta, se entende em uma amplitude de redes de solidariedades e relacionamentos de gênero, através das quais são estruturadas e reafirmadas as noções de moralidade e autoridade dentro da sociedade fluminense do século XIX.

O terceiro capítulo tenta dimensionar as variações dos estilos de masculinidades através das suas relações sócio-políticas, estudo dividido em duas partes. Discute-se em *Na fumaça de um charuto de Havana* e em *A nudez de Noé* duas formas de análises sobre os modos de construção das masculinidades através da obra machadiana, nesta parte se coloca em evidência o ritual do autor em desnudar personagens a partir de metáforas. E, a última discussão compõe-se de uma tentativa de expor o duplo processo de criação dos personagens *Helena* e *Estácio*, e um desfecho em morte que propõe uma análise de vida.

O objetivo será analisar como as múltiplas figurações masculinas são construídas na história dos próprios personagens, incorporando ao debate as construções e ideias sobre o que é o amor, o que é ser mulher ou ser homem, como são os códigos de moralidade e ética reafirmados no contato cotidiano e expandindo o conceito de intimidade aos seus limites, além de pessoalidade, respeito, familiaridade, laços de dependência, consciências de mundo, estratégias de ascensão social e todo um conjunto de análises que legitimam a formação dessas criações machadianas.

Uma questão que assumiu fundamental importância no decorrer da construção desta pesquisa é o predomínio de trabalhos de autoria masculina na bibliografia pesquisada. Uma realidade que se repete em todos os pontos possíveis, quando nos deparamos com os estudiosos de Machado de Assis encontramos poucas mulheres

escrevendo sobre este autor. Assim também conseguimos enxergar sobre a temática das masculinidades dentro dos estudos de gênero, um fator que precisa ser encarado com estranhamento. Por que tamanha ausência de mulheres nestes campos de pesquisa? Uma pergunta que pode também nos indicar os caminhos que circulam este trabalho que também é realizado por um homem, e estuda um autor que é um homem negro do século XIX.

Com a escolha dos materiais a serem analisados e debruçando-nos sobre a vasta bibliografia dos estudos machadianos, encontramos este sério problema de gênero, ou melhor, esta desigualdade que gera um silenciamento. Mulheres como Lúcia Miguel Pereira e Hellen Caldwell aparecem como pioneiras nesta pequena abertura que ainda se delinea, fato importante de se sinalizar. A seguinte pesquisa não poderia deixar de marcar estes traços das leituras, da autoria e do objeto que acompanham o desenrolar das próximas reflexões.

CAPÍTULO I - ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA: A HISTORICIDADE NOS ROMANCES DE MACHADO DE ASSIS

1.1 O romance em estilo folhetim como fonte histórica

Realizar uma pesquisa histórica com periódicos no Brasil do século XIX não é uma tarefa fácil. Mesmo com a recente digitalização dos periódicos organizados pela Biblioteca Nacional, muitos jornais se encontram em um estado de deterioração material significativo e a sua leitura se torna um desafio. Como empreender uma observação precisa nestes meios de comunicação e uma análise que leve em conta tais lacunas materiais? São essas e outras questões que este trabalho encontrou no seu trato com as fontes.

Ao delimitar um objeto de pesquisa sobre as construções das masculinidades nos romances machadianos *Helena* e *Yayá Garcia* a investigação proposta foi levada ao processo de publicação de romances em estilo folhetim em dois periódicos fluminenses, *O Globo: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria* e *O Cruzeiro*. A primeira publicação do folhetim *Helena* se deu no dia 06 de agosto do ano de 1876 no periódico *O Globo*, e a de *Yayá Garcia* em dia 01 de janeiro de 1878, em *O Cruzeiro*.¹

Entender a respeito da estilística da construção romanesca discutida pela teoria literária sobre a formação deste gênero, não basta para compreender a especificidade dos romances em estilo folhetim no Oitocentos brasileiro. Este formato de escrita disputava espaço com formas jornalísticas, publicitárias e crônicas no conteúdo total dos periódicos. A produção de artigos de caráter jornalístico não tem a mesma forma estética das produções em folhetim, desenvolvidas por escritores romancistas. Porém, essa segunda forma de textualidade, além de ganhar espaço nos jornais, dotou-se de popularidade e de um público leitor considerável.

É preciso ter em mente que Machado de Assis publica esses dois romances em um período em que se destacam grandes movimentos sociais brasileiros, dentre eles a campanha abolicionista, a adesão de alguns escritores ao romantismo, além de novas percepções sobre a função política da família e de seus integrantes no Brasil. O literato

¹ASSIS, Machado de. *Helena*. *O Globo: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria*, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, agosto/ setembro, 1876; ASSIS, Machado de. *Yayá Garcia*. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3-61, janeiro/março, 1878.

demonstrava uma percepção apurada do comportamento dos indivíduos do sexo masculino de sua sociedade, como é possível perceber a partir da leitura de suas obras. Traçando, pela escrita romanesca, um perfil irônico-crítico das chamadas classes médias senhoriais urbanas, esse intelectual distanciava-se do grupo de escritores que produziam romances que apelavam à tradição e à manutenção dos costumes. E ao mesmo tempo, seus escritos também não continham um tom áspero ou o fervor de crítica política direta, e isso se dá pela sua forma *sui generis* de construção de conteúdo e enredos.

A obra machadiana precisa ser analisada, como interpela Andréa Sirihal Werkema, pela própria vivência pessoal do trabalho de crítico literário que ele exerceu. A leitura das diferentes obras literárias desde a sua juventude e as diversas resenhas críticas exigiam do escritor uma postura de reflexão frente às correntes que circulavam nos textos nacionais e estrangeiros.²

A estruturação de um posicionamento de abertura em relação aos mais variados estilos literários e às múltiplas formas de construção textual foram marcas que o crítico Machado ponderava a partir das forças narrativas que chegavam até ele. A não filiação a uma corrente literária fechada e a abertura para uma escrita reflexiva em sua obra são vistas por Werkema como a forma de esboçar pela prosa um modelo que não estava subjugado aos elementos pré-moldados estrangeiros ou a um discurso hiperbólico vistos em textos dos seus contemporâneos dotados de cunho nacionalista.³

Como observa Werkema, a percepção crítica de Machado sobre sua própria escrita está em se atentar à separação entre um “instinto nacionalista” e um “sentimento íntimo” no momento da produção textual. Enquanto o primeiro conceito delegava o lugar de escrita de um literato, classificando-o e taxando à escrita em um campo fechado de nacionalidade, o segundo procurava dar vazão à excepcionalidade de cada escritor, com profundidade. Para o escritor do Cosme Velho, a arte de escrever histórias não estava amparada em seguir um modelo pronto, e sim em utilizar-se do solo fértil do passado literário para criar novas percepções estéticas.⁴

² WERKEMA, Andrea Sirihal. **As duas pontas da literatura:** crítica e criação em Machado de Assis. Minas Gerais: Relicário, 2019, p. 21.

³ *Ibidem*, p. 34-35.

⁴ *Ibidem*, p. 41.

Um dos pontos de reflexão que divide as ideias tanto de Werkema, como de Antônio Cândido e de Roberto Schwarz, está na entrada dos textos românticos de Machado de Assis no cenário da década de setenta do século XIX. Para os dois últimos, a expressão artística do escritor foi tornando sólida a literatura nacional por um comportamento estilístico antes nunca notado, ou seja, não visto nas obras que o antecederam. Porém, a visão de Werkema se distancia dessa noção de atipicidade, pois ela busca justamente remontar como o trabalho de crítica literária corroborou para uma forma de textualidade que se aperfeiçoava pelo contato com as formas textuais anteriores a ele.⁵

Entender esses dois romances que fazem parte da chamada “primeira fase” das obras machadianas exigiu um esforço metodológico capaz de superar alguns problemas que envolvem a confecção dessas textualidades. O primeiro grande problema se deu com o acesso aos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Diferentemente do estado de conservação e leitura do jornal *O Globo* que permaneceu nas datas da publicação quase intacto materialmente, o jornal *O Cruzeiro* apresentou danos significativos em grande parte do conteúdo restrito às datas de publicação do folhetim *Yayá Garcia*. Esses danos não só afetam a leitura do romance como também impossibilitam o uso desse conteúdo textual para a pesquisa. Por conta desse obstáculo, tornou-se necessário o uso da primeira impressão em formato de livro desta obra, disponibilizada em formato *pdf* pela Biblioteca do Senado Federal.⁶

O romance *Yayá Garcia* será utilizado por esta pesquisa em formato de livro, mas contará com o apoio de uma leitura dos comentários e interlocuções do espaço desta obra no periódico. Isto para dar uma maior dimensão do mundo letrado de que Machado fazia parte e dos artifícios de escrita que são possíveis de serem recuperados por uma análise material da fonte literária. Ou seja, procura-se apresentar um trabalho de apoio com o conteúdo do periódico para elucidar pontos e questões da textualidade, presentes no livro, que também é datado de sua primeira publicação em 1878.

⁵ Discussões referentes e tratadas nas seguintes obras: WERKEMA, Andrea Sirihal. **As duas pontas da literatura**: crítica e criação em Machado de Assis. Minas Gerais: Relicário, 2019; CANDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010; SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

⁶ ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

O segundo problema se dá a partir da análise da textualidade dessas publicações em estilo folhetim, uma vez que elas se encontram com uma lógica diferente das suas correspondências em forma de livro. Em *O Globo*, a publicação de *Helena* encontra uma regularidade de dias e um fluxo quase contínuo dos capítulos, com exceção do dia de sábado, 09 de setembro, em que o jornal faz sua publicação sem o espaço reservado para este tipo de leitura, conforme é possível ver na tabela 1.⁷

Tabela 1:⁸

Domingo 06-Ago Cap. I	Segunda/ Terça 07-Ago/ 08-Ago Cap. II		Quarta 09-Ago Cap. III	Quinta 10-Ago Cap. IV	Sexta 11-Ago Cap. V	Sabbado 12-Ago Cap. VI
Domingo 13-Ago Cap. VI	Segunda 14-Ago Cap. VII	Terça 15-Ago Cap. VIII	Quarta/ Quinta 16-Ago/17-Ago Cap. IX		Sexta 18-Ago Cap. X	Sabbado 19-Ago Cap. XI Cap. XII
Domingo 20-Ago Cap. XII	Segunda 21-Ago Cap. XIII	Terça 22-Ago Cap. XIV	Quarta 23-Ago Cap. XV	Quinta 24-Ago Cap. XVI	Sexta 25-Ago Cap. XVI	Sabbado 26-Ago Cap. XVII
Domingo 27-Ago Cap. XVIII	Segunda 28-Ago Cap. XIX	Terça 29-Ago Cap. XX	Quarta 30-Ago Cap. XXI	Quinta 31-Ago Cap. XXI	Sexta 01-Set Cap. XXII	Sabbado 02-Set Cap. XXIII
Domingo 03-Set Cap. XXVI	Segunda 04-Set Cap. XXVI	Terça 05-Set Cap. XXV	Quarta 06-Set Cap. XXV	Quinta 07-Set Cap. XXVI	Sexta 08-Set Cap. XXVII	Sabbado 09-Set S/Folhetim
Domingo 10-Set Cap. XXVIII	Segunda 11-Set Cap. XXVIII					

O espaço designado para os romances no jornal, normalmente, é dado nas duas primeiras páginas em canto inferior, garantindo assim que o leitor possa primeiro

⁷ A título de nota precisamos notar que alguns ajustes foram realizados para dar fluência ao texto presente nas fontes, isto é, sempre preservando o conteúdo original proposto pelo folhetim. Mudanças ortográficas, concordâncias e escolha pela troca de duas ou três palavras já não utilizadas atualmente na linguagem comum da Língua Portuguesa integram estes ajustes.

⁸ Esta tabela foi construída a partir da análise das publicações do romance em estilo folhetim *Helena* no periódico *O Globo*: ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo**: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, agosto/setembro, 1876.

acompanhar as principais notícias, informações sobre a bolsa de valores, o preço da saca do café, transações e destaques internacionais, notícias sobre o cenário político e social e, ao pé da página, fazer uma leitura de fragmentos do romance. A escolha da palavra fragmentos não se dá de forma neutra, pois o texto integral sofre recortes pelo autor e pela edição do periódico para exposições diárias, que podem tanto se apresentar como sucessão de capítulos diários ou *continuação* de capítulos anteriores.

Normalmente capítulos mais densos e com um volume maior de palavras são passíveis de uma continuação em segunda página. Esse artifício demonstra como há partes do texto que não podem ser quebradas sem interferir naquilo que é possível chamar de *clímax* do fragmento de texto. A atenção dos leitores e o compromisso de leituras subsequentes são estruturados em construções textuais que apresentam uma sequência de finais de capítulo chamativos ao próximo, além de atraí-los para a próxima publicação. Isso garantia também ao jornal um mecanismo de continuação às novas edições e ao possível lucro.

O folhetim machadiano publicado em 1878, com o título de *Yayá Garcia*, tem um diferencial pela sua especificidade de organização no jornal, pois sua sequência é interrompida por ausências. O espaço de seus capítulos é interrompido 21 vezes por motivos mais díspares, de notícias que assumem um tom de galhofa ou crítica social até outros folhetins reduzidos em uma publicação. As ausências jamais são explicadas por notas ou falas editoriais, e os capítulos retomam o seu destino de forma enigmática sem maiores explicações, conforme indica a tabela de número 2.

Tabela 2: ⁹

Terça 01-Jan Cap. I	Quarta 02-Jan Cap. II	Quinta 03-Jan Cap. II	Sexta 04-Jan Cap. III	Sabbado 05-Jan Cap. III	Domingo 06-Jan S/Folhetim	Segunda 07-Jan Cap. III
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	--	--------------------------------------

⁹ Esta tabela foi construída a partir da análise das publicações do romance em estilo folhetim *Yayá Garcia* no periódico *O Cruzeiro*: ASSIS, Machado de. *Yayá Garcia*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3-61, janeiro/março, 1878.

Terça 08-Jan Cap. IV	Quarta 09-Jan Cap. IV	Quinta 10-Jan S/Folhetim	Sexta 11-Jan Cap. V	Sabbado 12-Jan Cap. VI	Domingo 13-Jan S/Folhetim	Segunda 14-Jan Cap. VI
Terça 15-Jan Cap. VI/VII	Quarta 16-Jan Cap. VII	Quinta 17-Jan S/Folhetim	Sexta 18-Jan S/Folhetim	Sabbado 19-Jan Cap. VII	Domingo 20-Jan S/Folhetim	Segunda 21-Jan Cap. VIII
Terça 22-Jan Cap. IX	Quarta 23-Jan Cap. IX	Quinta 24-Jan Cap. X	Sexta 25-Jan Cap. X	Sabbado 26-Jan Cap. X	Domingo 27-Jan S/Folhetim	Segunda 28-Jan Cap. XI
Terça 29-Jan S/Folhetim	Quarta 30-Jan Cap. XI	Quinta 31-Jan S/Folhetim	Sexta 01-Fev S/Folhetim	Sabbado 02-Fev S/Folhetim	Domingo 03-Fev S/Folhetim	Segunda 04-Fev Cap. XII
Terça 05-Fev Cap. XII	Quarta 06-Fev Cap. XIII	Quinta 07-Fev S/Folhetim	Sexta 08-Fev S/Folhetim	Sabbado 09-Fev Cap. XIII	Domingo 10-Fev S/Folhetim	Segunda 11-Fev Cap. XIII
Terça 12-Fev Cap. XIII	Quarta 13-Fev Cap. XIII	Quinta 14-Fev Cap. XIV	Sexta 15-Fev Cap. XIV	Sabbado 16-Fev Cap. XIV	Domingo 17-Fev S/Folhetim	Segunda 18-Fev S/Folhetim
Terça 19-Fev Cap. XIV	Quarta 20-Fev Cap. XV	Quinta 21-Fev S/Folhetim	Sexta 22-Fev Cap. XV	Sabbado 23-Fev S/Folhetim	Domingo 24-Fev S/Folhetim	Segunda 25-Fev Cap. XV
Terça 26-Fev Cap. XVI	Quarta 27-Fev Cap. XVI	Quinta 28-Fev S/Folhetim	Sexta 01-Mar Cap. XVI	Sabbado 02-Mar Cap. XVII		

Esta ausência pode ser verificada nos dias 10, 17 e 24 de janeiro e 07, 14, 21 e 28 de fevereiro de uma maneira específica, quando o autor que assume o pé da página não só ocupa o mesmo espaço reservado para as publicações em estilo folhetim, como cria textos com uma narrativa que tende à ficcionalidade e aos artifícios retóricos do diálogo com o leitor dos romances ausentes. A assinatura desses textos propende à repetição do vocábulo *amem*, deixando aos leitores a ideia de um autor anônimo e intruso que se repete.

Talvez, não esteja clara a evidência dessas duas problemáticas ou o porquê dessas enumerações explicativas acerca da qualidade e materialidade da fonte literária para a pesquisa histórica. Porém, esta pesquisa inclina-se a enxergar a literatura como uma fonte que requer uma atenção aos seus próprios procedimentos estilísticos, estéticos, materiais e de conteúdo. Torna-se impossível, no decorrer desta pesquisa, dar continuidade às análises históricas sociais, políticas e de gênero sem se dar conta da própria historicidade das publicações romanescas machadianas na segunda metade do século XIX.

Ao alertar sobre o meio letrado no Oitocentos brasileiro, em especial o fluminense, Tânia Regina de Luca traçou um perfil metodológico aos trabalhos que pretendem utilizar dos periódicos para construção do conhecimento da disciplina histórica. E, um dos cuidados que a autora evidencia ao trabalho historiográfico é a atenção desse meio e as suas produções, pois:

As várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais [nos periódicos] subordinavam-se, não raro, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinha as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política. Mas sobreviver da pena implicava transitar pelo mundo da publicidade.¹⁰

Se Machado dialogava com esses vários gêneros textuais, desde crônicas jornalísticas, poesias, romances em estilo folhetim, além do serviço laboral que atuava enquanto funcionário público, ele já demonstrava na década de setenta um reconhecimento social de seus trabalhos. Ambos os romances aqui tratados são vinculados a jornais que detinham ou conquistaram um público leitor considerável, seus textos nos dois casos ocupavam a capa, e ele circulava facilmente entre diversos outros periódicos com autoria revelada ou não.

A vida literária deste escritor era também uma questão de complemento de renda, mas antes de tudo, com o número crescente de publicações sua persona de homem das letras foi galgando novos círculos intelectuais e construindo os seus próprios cabedais de relações políticas e artísticas, como bem lembra Francisco de Assis Barbosa. Machado de Assis se faz literato pelos periódicos, e é através de inúmeras

¹⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 124.

publicações que conquista um público leitor e crítico que afama suas obras e permite livre circulação de seus textos.¹¹

A preocupação cada vez mais crescente dos editores e proprietários dos jornais com a questão da alfabetização brasileira tem uma série de fundamentos, entre os quais se destacam a ampliação dos campos de penetração e de ideias, maiores rendimentos pela vendagem e criação de um público que acompanhasse os mais variados estilos de periódicos. Machado publica seus dois romances em um período em que há a profissionalização da imprensa no Brasil, advinda com a maior autonomia dos editoriais periódicos no Segundo Reinado, no que tange à livre circulação de ideologias e pensamentos.¹²

A utilização do romance em estilo folhetim para o trabalho historiográfico pode ser descrito pela sua fecundidade, termo utilizado por Antonio Celso Ferreira para apontar a diferença da narrativa encontrada nas fontes literárias. A literatura carrega em si marcas próprias a serem investigadas e decifradas, essa fonte que constrói novos mundos e novas realidades a partir da imaginação de seus autores, requer do historiador uma atenção especial.¹³

Questionando o caráter de uma literatura universal e atendendo a uma proposta de literariedade que carregue as marcas de sua construção, Ferreira argumenta na defesa de que toda narrativa literária deve ser percebida de forma ancorada, porque:

[...] toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem.¹⁴

Isto se encaixa justamente com as motivações da pesquisa histórica, que pretende descobrir o que pensavam, como agiam e criavam suas ficções os homens e mulheres do passado, mapeando as relações sociais através da composição narrativa do romance.

¹¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **Machado de Assis em miniatura**: Um perfil biográfico. 2ª.ed. Brasília: Batel, 2008, p. 35-39.

¹² LUCA, op. cit., p. 135-137.

¹³ FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; In: Tania Regina de Luca (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 61-91.

¹⁴ Ibidem, p. 67.

Entender como a própria sociedade fluminense se relacionava com as formas do romance em estilo folhetinesco pode dar sinais de como havia intercomunicação entre as criações ficcionais e as figurações que Machado de Assis compunha. Não devemos, como nos alertou Lúcia Miguel Pereira, encarar o conjunto de obras machadianas como um monumento, pelo contrário, o exercício se faz no sentido de investigar como nascem às preferências, as tendências e os gostos a partir da ótica que elege um texto literário como uma manifestação política.¹⁵

A durabilidade das obras machadianas no tempo e o seu legado mediante o movimento de escritores brasileiros no cenário da literatura nacional se deve em grande parte ao seu comportamento avesso a uma norma de produção presa aos modelos pré-arranjados. A inovação machadiana, nem sempre tão bem recebida e consagrada, galgou sua solidez a partir de certa correspondência entre a figuração de seus personagens e o modo de vida dos homens e mulheres no Brasil oitocentista.¹⁶

Machado recompõe a noção de um romance que não precisa seguir as “convenções formais rígidas” do estilo europeu, criando histórias que não necessariamente estavam somente amparadas em códigos de escrita nos modelos de Cervantes, Balzac ou o próprio José de Alencar¹⁷. Nas palavras de Werkema:

O caso de Machado de Assis é paradigmático da mudança que se operou ao longo de todo o nosso século XIX na forma do romance, que chegou entre nós tardiamente e sofreu várias e rápidas adaptações nas mãos de autores criativos e capazes de um olhar enviesado para a tradição que recebiam,

¹⁵ Como afirmou Lúcia Miguel Pereira: “A ideia que fazemos dos grandes vultos é, quase sempre, tão diversa de sua personalidade real como as estátuas dos homens de carne e osso que foram um dia. Como estátua, a celebridade fixa o indivíduo em atitudes que podem ter sido culminantes, ou características, mas não foram únicas, nem habituais. Uma e outra tiram-lhe o movimento, o desalinho, o calor da vida.” In: PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. 6ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 25.

¹⁶ Ferreira afirma “Por outro lado, é também indiscutível que o valor atribuído às obras depende das instâncias de legitimação, tanto as externas já referidas, quanto os círculos informais (grupos de convívio e sociabilidade) dos próprios homens de letras.” In: FERREIRA, op. cit, p 70.

¹⁷ Ibidem, p. 73. Em seu artigo crítico publicado em 1858 com o nome “O passado, o presente e o futuro da literatura”, no periódico de variedades *A Marmota*, Machado advertia que: “Tratemos das três formas literárias essenciais: o romance, o drama e a poesia. Ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se têm dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da convivência perniciososa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as susceptibilidades nacionais.” In: ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v. III 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 989.

como Macedo (sim!) e Alencar. A chamada “primeira fase” de Machado é passo fundamental nas mudanças do gênero literário na cena brasileira, que saía do Romantismo e começava a pensar o romance em termos, por um lado, das adaptações do Naturalismo zolaísta, por outro, das possibilidades forjadas a partir dos possíveis aproveitamentos intertextuais do romance que já se fizera até então entre nós à luz da contemporaneidade.¹⁸

A observação da autora baseia-se justamente na forma de enxergar Machado não como um caso que se isola e modifica todo o cenário literário brasileiro, mas percebendo como este literato se utiliza de todo um solo fértil das produções anteriores a ele. Ao historiador cabe entender como são moldados os marcos e períodos da literatura brasileira, reconhecendo que as criações machadianas em muito dialogam e devem aos escritos não só alencarianos como aos primeiros romancistas que formaram as bases críticas de Machado.¹⁹

A proposta de criar personagens que figurassem homens e mulheres de acordo com um suposto cenário fluminense, demarcando com tamanha precisão as normas e políticas sociais sem cair em um romance de ensinamentos, fez de Machado não só um bom escritor como um excelente leitor do romance brasileiro que já se estabelecera antes dele. Sobre a importância em assumir o uso desses textos literários para a construção do saber historiográfico, Ferreira argumenta:

É certo que o caráter polifônico destes, pelo diálogo que estabelecem entre as diferentes vozes das personagens, além da voz do narrador, possibilita a investigação da complexidade do imaginário histórico, da diversidade das ideologias e dos modos como os diferentes indivíduos ou grupos sociais se inserem dentro dele em determinadas épocas.²⁰

Esta pesquisa se insere dentro do desejo de desvendar as marcas históricas na ficcionalidade da narrativa literária, e, para isto, somam-se os esforços de ambos os campos do saber. Literatura e História caminham juntas para responder à pergunta que norteará os demais capítulos deste trabalho “que figurações de masculinidades Machado de Assis criou em sua obra?”.

A primeira parte deste capítulo tentou demonstrar como o romance em estilo folhetim foi lido e pensado, alertando para o caráter diferencial deste tipo de fontes. Ao mesmo tempo, é preciso enxergar, utilizando o conceito de Werkema, a capacidade

¹⁸ WERKEMA, op. cit., p.79-80.

¹⁹ Ibidem, p. 78-79.

²⁰ FERREIRA, op. cit., p. 77.

elástica do gênero romanesco que, nas obras machadianas, assume especificidades e formas mais plurais.²¹

Nesta primeira parte, a esquematização das tabelas e a tentativa de apresentar o romance em estilo folhetim se deram por um fator metodológico. Os mais variados periódicos que circulavam no Corte continham em seu conteúdo, além de notícias, cotações nas bolsas de valores, telegramas de além-mar e o preço do café, um espaço reservado a textos de caráter literário em seus rodapés.

Ao estudar as construções de personagens masculinos de Machado de Assis em sua composição literária, este trabalho parece ter assumido a descrição que Antonio Celso Ferreira propõe em sua fala, quando afirma que “a interpretação dos textos literários exige algo além do método: um modo especial de sensibilidade, que só é possível alcançar quem gosta de ler esse tipo de escritos”²².

Figura 1:²³

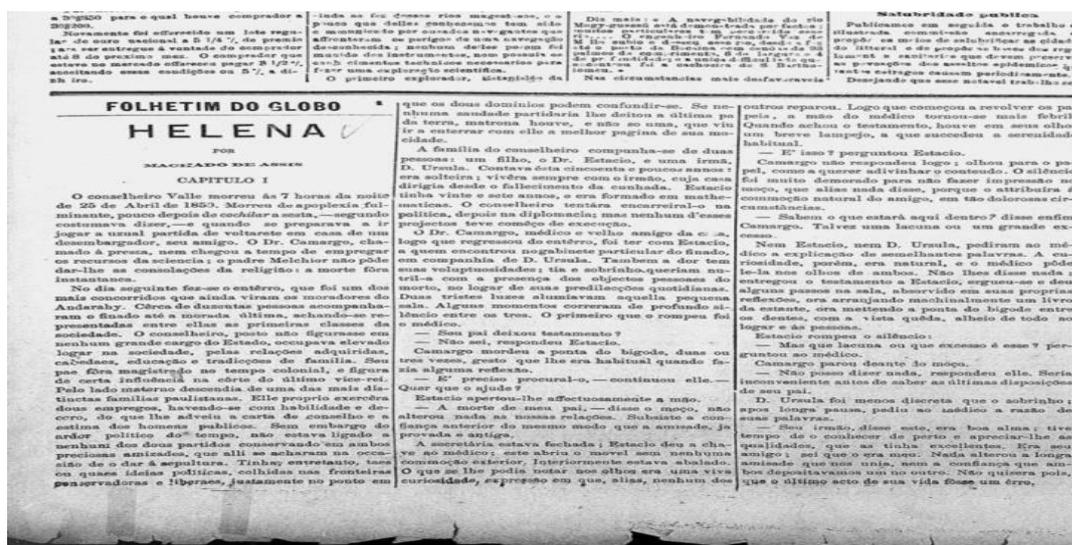


Figura 2:²⁴

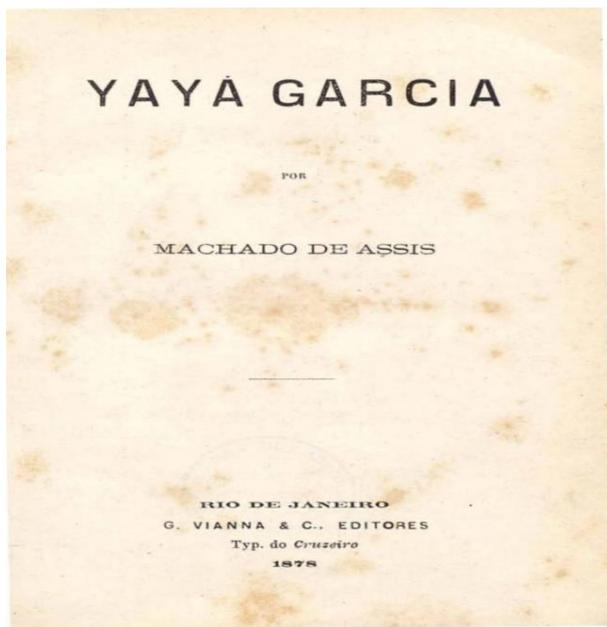
²¹ WERKEMA. op. cit, 2019, p. 123.

²² FERREIRA, op. cit, 2001, p.83.

²³ A seguinte imagem representa a primeira publicação do folhetim de nome *Helena*, no ano de 1876. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369381&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=2843>

²⁴ A seguinte imagem representa a primeira publicação do livro de nome *Yayá Garcia*, no ano de 1878.



1.2 História e romance: frutos ou incoerências?

O romance é a epopeia do mundo abandonado por deus; a psicologia do herói romanesco é a demoníaca; a objetividade do romance, a percepção virilmente madura de que o sentido jamais é capaz de penetrar inteiramente a realidade, mas de que, sem ele, esta sucumbiria ao nada da inessencialidade.²⁵

A ideia transposta na epígrafe de autoria de Georg Lukács abre espaço para uma discussão fundamental, que é, onde se cruzam os caminhos entre a produção da escrita romântica e o seu sentido de realidade histórica. Longe de ser uma pergunta de resposta objetiva, vale refletir sobre o tamanho das conexões que envolvem e excedem o que se pode entender sobre narrativas historiográfica e romanesca.

O caso de Joaquim Maria Machado de Assis como romancista no século XIX será fio condutor desta parte que tenta abarcar noções teóricas sobre a função e composição do gênero romance em sua especificidade narrativa em diálogo com a produção de uma pesquisa historiográfica. Como já mencionado, as duas obras

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

²⁵ LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: Um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 89-90.

estudadas neste trabalho são *Helena*, romance publicado pela primeira vez em formato folhetim no dia 6 de agosto, domingo, de 1876 no jornal *O Globo: Órgão dos interesses do Comércio da Lavoura e da Indústria*, e *Yayá Garcia*, também romance em folhetim publicado no jornal diário *O Cruzeiro* no dia 1 de janeiro de 1878.²⁶

A reflexão histórica aqui presente tenta entender como Machado de Assis, um homem negro e letrado do século XIX brasileiro, transportava para os seus escritos uma série de formas e gêneros de construção literária que dialogavam com a sua sociedade, alargando os conceitos e produções textuais romanescas com novas formas multifacetadas de escrita.²⁷ O crítico literário Antônio Candido, ao afirmar a sua ideia de consolidação da literatura brasileira a partir da própria produção textual de Machado, alerta para a personalidade autoral deste homem que, através do mundo letrado e de uma consciência intelectual rica, conseguiu galgar sua própria ascensão social entre os membros do que se pode entender como Império das Letras brasileiro.²⁸

O afastamento do autor do *Cosme Velho* das modas literárias contribuiu para que sua produção fosse vasta em construções de ideias e liberta de amarras tipificadoras de correntes fechadas. Suas obras românticas ficcionais em formato folhetinesco trouxeram um diferencial de abordagem por conseguirem dialogar de modo muito consciente com a sociedade brasileira contemporânea à sua escrita. A excepcionalidade da escrita machadiana provocou até mesmo em críticos literários como Silvio Romero a seguinte observação: “Toda a obra do escritor é um produto *sui generis*, dando-nos o exemplo duma espécie de ecletismo maneiroso, ponderando, discreto, em que se refletem as forças de um escrito valoroso, é certo, porém fundamentalmente plácido e tranquilo”. Essas qualidades de placidez e tranquilidade, estão revistas na própria

²⁶ ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria**, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, agosto/setembro, 1876; ASSIS, Machado de. *Yayá Garcia*. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3-61, janeiro/março, 1878.

²⁷ Sobre isto, é preciso sinalizar que há um movimento recente de ressignificação da persona literária de Machado de Assis, resgatando sua identidade negra contraposta ao processo de embranquecimento que sofreu este autor durante a sua canonização literária empreendida ao longo do século XX. Para melhor dialogar com essas ideias ver: RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história: climas e spectralidade**. 2018. 263 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

²⁸ CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p.65.

maneira do círculo literário de Romero em enxergar o literato Machado de Assis como um homem afastado do engajamento político ativo.²⁹

O fato de fazer política através de uma escrita irônica tornou este literato, cronista, jornalista, poeta e autor uma persona não rotulável, que só poderia ser compreendido com tamanho rigor por um leitor que estivesse disposto em desvendar “sua verdadeira história, a história das suas lutas pelo ideal, que não devem ter sido pequenas”, como bem lembrou o crítico Araripe Júnior.³⁰ Os seus escritos, e aqui canalizando principalmente os romances, já citados, *Helena* e *Yayá Garcia*, comportam um potencial de crítica política bem vasto, com figurações de personagens masculinos que elencam o enredo de suas histórias e dialogam com suas figurações dos seres sociais contemporâneos ao seu criador.

Somente um escritor que conseguiu ter em sua própria trajetória pessoal uma ascensão social a partir do mundo das letras seria capaz de incorporar um estilo romanesco tão apurado e coordenado por uma configuração que trouxesse textualizados personagens tão vívidos à história nacional. Romero declara que “seus romances [...] encerram vários tipos brasileiros, genuinamente brasileiros”, a crítica pesada e dura feita por este que podemos enxergar como o maior opositor intelectual de Machado, não deixa também de reconhecer a harmonia de sua literatura com as vozes sociais de sua época.³¹

A proposta do estudo das figurações masculinas nos romances machadianos coloca em prática uma pesquisa sobre a pluralidade dos personagens dentro da literatura desse autor, atentando para uma narrativa que demonstra o interesse de interpretar o passado que se faz acessível nas configurações dos enredos das histórias em estilo folhetinesco. A obra de François Hartog, que trata sobre a problemática da credulidade na história, nos apresenta como o século XIX presenciou duas formas de composição

²⁹ ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. In: LEITE, Aluísio. et.al (org.). **Obra completa de Machado de Assis**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 20.

³⁰ JUNIOR, Araripe. Machado de Assis. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, ano I, tomo I, janeiro/março, 1895, p.23.

³¹ ROMERO, op. cit., 2015, p. 21.

narrativa que disputavam interpretações distintas sobre o tempo passado, a primeira identificada na literatura e a outra na historiografia..³²

Na separação e construção das fronteiras dessas formas de composições narrativas sobre o passado é possível observar, mediante as palavras de Hartog, que:

[...] a História bem se tornou para todos uma evidência, os historiadores e os escritores não se apropriam dela da mesma maneira. Nesse jogo por e contra o regime moderno de historicidade, os primeiros estão mais do lado do “por” (com o tempo como progresso), ao menos na primeira metade do século, enquanto os segundos, que não são necessariamente contra, mostram-se mais requisitados pelo descontínuo, mais atentos ao anacronismo e às temporalidades desarmônicas, mais sensíveis aos reflexos do simultâneo do não simultâneo e os dramas dos quais ele é o prenúncio.³³

Torna-se assim uma ambição da narrativa histórica como aquela que pretende manter a racionalidade associada a uma ideia de cientificidade, afastando-se da escrita literária que representava outra forma estilística, a da arte.³⁴

Mesmo com tamanha liberdade artística, a composição literária não poderia escapar das “amarras sociais, culturais e políticas delimitadas pelo tempo e o espaço” que se conectavam com o movimento de escrita desses literatos, como demonstra Ana Carolina Soares. A busca pelo não simultâneo carregava percepções sensoriais norteadas pela temporalidade desses escritores.³⁵

Já no início do século XX, Mikhail Bakhtin, em seu trabalho sobre a estilística do romance, criava indagações sobre o aprofundamento de um estudo que possibilitasse apurar na prosa literária o conceito de heterodiscurso. Tal noção incorpora, na produção narrativa literária, um fenômeno talvez antes relegado ao segundo plano que é o das multi-linguagens inseridas em um enunciado. Torna-se necessário colocar em debate e em exposição à ideia de uma análise dessa complexa estilística do romance para entender o que esse modelo textual apresenta de diferencial.³⁶

O percurso de formação da narrativa historiográfica no século XIX buscava, como salienta Hartog, uma linearidade que deixava escapar a realidade da vida

³² HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

³³ *Ibidem*, p. 141.

³⁴ *Ibidem*, p. 29-30.

³⁵ SOARES, Ana Carolina. Representações textuais da masculinidade: O celibato em “Ex-Homem” de José de Alencar. **Projeto História**, São Paulo, v.45, n.1, dezembro, 2012, p. 63.

³⁶ BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 44-45.

cotidiana das sociedades, encarando de forma superficial todos os detalhes da vida dos homens e mulheres.³⁷ Ao contrário dos romancistas que, através da estilística que Bakhtin anuncia, demonstravam dar conta de produzir uma harmonia através “das formas centrífugas descentralizadoras” que permeavam a sua imaginação destes literatos.³⁸

Diferentemente da poesia, o romance em prosa delegou para si uma função de incorporar os elementos sociais e desenvolver diálogos internos em sua própria textualidade. A posição que Bakhtin tenta demarcar justamente esta tentativa de inserir uma nova forma de entender o que é esse estilo de escrita e como a noção de um heterodiscurso pode ser a chave metodológica para um estudo que garanta viabilizar a atenção necessária aos sistemas de linguagens que se fazem presentes dentro do campo textual do romanesco.³⁹

Uma das características fundamentais para a observação desta estilística vista no século XIX está na força motriz do seu *specificum*, ou seja, na sua base textual de formação narrativa. Esta estrutura se forma através de um complexo movimento de diálogos através de vozes diferentes entre si, mas que se organizam na construção da própria prosa literária, garantindo uma uniformidade mediante a pluralidade sociocultural. A linguagem individual do autor abre inter-relações com as demais formas linguísticas que se fazem presentes através de sua organização descentralizadora, essas polivozes coabitam em inserções que parecem desestruturar os sentidos da obra, mas que, na verdade, garantem ao contexto um sistema de símbolos e coesões fundantes à interpretação.⁴⁰

Veja-se a passagem em que Machado de Assis estrutura no romance *Helena* a figuração do personagem Estácio:

Entregara-se á ciência com ardor e afinco. Aborrecia a política; era indiferente ao ruído exterior. Educado á maneira antiga e com severidade e recato, passou da adolescência á juventude sem conhecer as corrupções de espírito nem as influencias deletérias da ociosidade.⁴¹

³⁷ HARTOG, op. cit., 2017, p. 146-147.

³⁸ BAKHTIN, op. cit., 2015, p. 42.

³⁹ Ibidem, p. 75.

⁴⁰ Ibidem, p. 51-53.

⁴¹ O GLOBO, op. cit., p.2.

Ao leitor despercebido pode parecer que o narrador simplesmente figura um jovem da elite fluminense que fora educado com os maiores requintes da capital, e que a moralidade de sua classe o permitiu não ter contato algum com as influências “deletérias” do mundo urbano dos estratos populares.

É possível remontar em Estácio a ideia que George Lukács descreve como a construção da psicologia de um herói problemático, e a ironia machadiana será o fator de construção desse personagem.⁴² Nessa lógica do desarmônico é que se pode elucidar melhor as figurações masculinas. A crítica velada através de um jogo semântico de palavras que contém um tom de galhofa insere os seguintes conteúdos: Estácio pertence a um grupo notável entre os cidadãos do centro fluminense e tem como ofício uma ociosidade da sorte de ser herdeiro de seu pai, tem conhecimentos científicos jamais utilizados como labor e se a política o aborrecia era porque não detinha um posicionamento fechado ou a virilidade que a sociedade esperasse para o posto. No fim, se não sofreu nenhuma influência que lhe causasse *corrupções de espírito* era pelo motivo de ficar recluso ao ambiente privado da casa. Assim, o prosador vai compondo através de uma linguagem bivocal um perfil desses jovens que assumiam, após a morte de seus pais, a posição de legítimos senhores do lar.⁴³

Faz-se necessário entender como a ironia dentro da composição do romance machadiano é uma marca do diálogo entre as múltiplas linguagens do heterodiscurso que Bakhtin apresenta, pois nele tanto as figurações das vozes dos homens dos estratos mais altos do Rio de Janeiro são compreendidas, como também a voz do autor que tonifica a descrição do narrador que não se nomeia.⁴⁴ Propõe-se então, expor formas masculinas plurais e o modo como elas se relacionam em um sistema político de gênero, tanto em relações entre sujeitos do mesmo sexo ou seus diferentes.

A escrita romanesca tem como principal característica um *dialogismo* proposital, ou seja, dentro do enredo das histórias há um constante diálogo entre vozes sociais que procuram ser ouvidas e decifradas. Nas palavras de Lukács, “a arte – em relação à vida – é sempre um ‘apesar de tudo’; a criação de formas é a mais profunda confirmação que

⁴² LUKÁCS, op. cit., 2009, p.55.

⁴³ O GLOBO, op. cit., 1876, p.1.

⁴⁴ BAKHTIN, op. cit., p. 210-215.

se pode pensar na existência da dissonância”, e ainda aproveitá-la como composição narrativa.⁴⁵

Machado de Assis, como autor, tem também uma intencionalidade particular, delimitada por Bakhtin, por *linguagem individual*. Esta voz não está sujeita a ficar no topo de uma cadeia hierarquizante no discurso, pelo contrário, a intencionalidade autoral se demonstra muito menor em seu aspecto absoluto que a composição de um arranjo das múltiplas vozes sociais. O próprio estilo de romance em folhetim tem também a sua caracterização específica que garante ao texto seu sistema de entendimento, em que a divisão dos capítulos e a retórica do narrador não podem perder de vista o encadeamento das ideias.⁴⁶

A dificuldade em compreender a organização das figurações dissonantes no interior do romance se apresenta pela incompreensão da formalidade desse estilo textual. Como afirma Antônio Candido, “o *externo* (no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*”. Ou seja, expandindo essa ideia é possível afirmar, que em um trabalho de caráter historiográfico é vital ter em mente que os elementos *externos* na verdade são os próprios constituintes de uma expressão artística que se mostra representada no interior de uma obra literária.⁴⁷

É preciso reconhecer como se desenvolve o período sócio-histórico em que nosso escritor está escrevendo seus romances e os publicando em jornais, que foram os principais veículos de comunicação do Brasil de sua época. Além das barreiras editoriais e gráficas que compõem o cenário dos periódicos brasileiros desse período, havia também o movimento político em prol das leis escravocratas que movimentava abolicionistas e grandes latifundiários que se utilizavam da mão de obra negra escravizada.⁴⁸

⁴⁵ LUKÁCS, op. cit., 2009, p 72.

⁴⁶ BAKHTIN, op. cit., p. 164.

⁴⁷ CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014, p. 14. grifo do autor.

⁴⁸ Sobre isto ver: o capítulo IV de Sidney Chalhoulb “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871.” In: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Outro fator importante estava na política imperial de Pedro II que entrava em um processo de decadência, em especial após o final da década de setenta. As figuras do imperador e da aristocracia invadiam as páginas dos jornais com um tom jocoso, não se limitando apenas às manchetes e artigos jornalísticos.⁴⁹ Este cenário garantiu aos homens das letras “a moderação literária das representações dessas linguagens” que circulavam socialmente e que foram investidas de ficcionalidade.⁵⁰

Segundo afirma Paul Ricoeur, é importante se dar conta de que toda formação narrativa apresenta espacialidade e é temporalizada, por consequência garantindo uma construção de uma intriga que agencia fatos e tem em sua gênese o tempo. Mediante esta ideia, Ricoeur teoriza a importância da observação de um tríplice presente, onde são agenciadas pelo homem a memória, a atenção e a expectativa, provocando um ciclo de identificação que passa a existir mediante o “uso da linguagem que sustente”.⁵¹

De acordo com as ideias de Hartog, o romancista assim como o historiador procura elaborar modelos de escritas sobre o passado a partir do seu presente. A construção de uma narrativa leva em conta o tempo humano que se configura em tempo histórico no romance, assumindo para si a tarefa de organizar e dar sentido aos elementos e linguagens formalizados no discurso.⁵²

O movimento que Ricoeur interpreta como o ciclo mimético da formação narrativa será aqui analisado na dimensão da fronteira dos campos literário e histórico. Primeiramente, desempenha-se o ato de “pré-compreender o agir humano”, em que o autor, além de ser um observador do cotidiano social e político no qual está inserido, se vê atento às estruturas simbólicas de seu mundo, decifrando as ações humanas entre os sujeitos que o rodeiam, as suas falas, multiplicidade de escolhas e ações, comportamentos, além de uma auto-observação que o autor tem de si próprio, e o seu lugar na sociedade.⁵³

⁴⁹ A respeito da desarticulação do sistema político monárquico ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**: Rio de Janeiro, v.11, n.26, 2009, p. 15-31.

⁵⁰ BAKHTIN, op. cit., p. 165.

⁵¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 17.

⁵² HARTOG, op. cit., p 29-30.

⁵³ RICOEUR, op. cit., p. 112.

Em segundo lugar, é possível notar como a figura autoral concede liberdade ao espaço de criação e dialoga com a ficcionalidade para compor o enredo de suas histórias. Há, nesse momento, uma dialética entre a imaginação e a realidade para figurações que se expressam em uma textualidade estilística. As vozes sociais tão dissonantes se abrigam no trabalho do ato configurador exposto como *mimesis II*, para gerar algo capaz de ser interpretado, lido e acessível. Esta “síntese do heterogêneo” tem um papel de mediação entre as ideias do autor, a sua obra e o seu público, é nela que o tempo histórico do romance é idealizado e se expressa por uma noção de sentido.⁵⁴

A noção de verdade deve ser problematizada neste ponto, uma vez que, como aponta Krzysztof Pomian, a construção do conhecimento histórico pertence a uma fronteira móvel que está sempre sujeita a uma nova reelaboração das estruturas narrativas na disciplina historiográfica. Já no romance, como afirma Pomian, o compromisso é assumido pela elaboração de uma obra artística que não tem a pretensão de um conhecimento científico.⁵⁵

Neste ponto, a literatura se afasta dos pressupostos e valores da formação da disciplina histórica, enquanto a primeira tem a liberdade de ficcionalizar e compor intrigas com uma vasta potencialidade da imaginação de seu autor, a segunda modalidade narrativa obriga-se ao dever de uma responsabilidade com as *marcas de historicidade* e suas bases que acompanham uma ideia de realidade. Estas *marcas* anunciadas por Pomian têm o papel de garantir ao gênero historiográfico o *status* de um conhecimento científico amparado em pesquisa, passível da verificação de sua validade fora do texto.⁵⁶

Outra questão proposta por Ricoeur é interpretada no ato configurador, desempenhado pela particularidade da narrativa histórica:

[...] na medida em que o ato de composição da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos, a segunda é a dimensão

⁵⁴ Ibidem, p. 115.

⁵⁵ POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto História**, São Paulo, v. 26, n. 1, junho. 2003, p. 20-21.

⁵⁶ Ibidem, p. 21- 23.

configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história.⁵⁷

É preciso perceber essa separação temporal pela própria postura de encarar a imaginação como parte significativa na construção do conhecimento histórico.⁵⁸

E, em um último momento, se manifesta a expressão da *mimesis III*, no ponto em que a obra consegue ter a sua recepção, e há “a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor”. É este o momento em que os leitores e as leitoras conseguem decifrar o conteúdo que o texto propõe passar, e em sentido variante. Cada sujeito reconfigura e atribuiu um sentido à narrativa.⁵⁹

Neste ponto, conseguimos entender o mecanismo de escrita machadiana que delega ao seu texto duas superfícies de leituras, uma superficial e outra com profundidade. Machado delega a certo público a capacidade de decifrar críticas ou sátiras mais internas numa composição narrativa que espera atenção mais cuidadosa, para outros apresenta uma história com tamanha fluidez que não requer maiores incursões. Esta noção de saída dos círculos interpretativos básicos é a legitimação do ciclo pleno de sentido de um texto, que só deixa de ser interpelado, reassumido e revisto quando deixa de existir.⁶⁰

O ato de ler um determinado texto assume uma tarefa interpretativa de resignificação, garantindo assim uma espécie de ciclo mimético passível às inúmeras interpretações de acordo com o presente da recepção. Se a questão da investigação histórica das figurações masculinas assumida neste trabalho se faz presente como objeto de pesquisa, é por uma necessidade da historiografia do presente em decifrar uma forma da literatura machadiana em criar um mundo ficcional que não se desconecta de sua sociedade contemporânea de formação.⁶¹

⁵⁷ RICOEUR, op. cit., p. 115.

⁵⁸ Ibidem, p. 115-116.

⁵⁹ Ibidem, p. 123.

⁶⁰ Sobre isto ver: LUZ, Eduardo. **O romance que não foi lido: Helena**, de Machado de Assis. Fortaleza: UFC, 2017.

⁶¹ Para extensão dessa noção de recepção do texto na era dos impressos e a dimensão da leitura ver: CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In HUNT, Lynn (org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Se é na própria constituição da disciplina histórica que esse afastamento das chamadas *belas letras* se insere, é importante notar como essa expressão narrativa procurou se aproximar das ciências da natureza e da própria noção de conhecimento científico, exigindo de seus autores um cuidado com a comprovação da realidade que lhe é reconstituída em textualidade. Porém, uma questão as aproxima, como sugere a pergunta reflexiva de Ricoeur:⁶²

[...] onde se cruzam a referência por vestígios e a referência metafórica, senão na *temporalidade* da ação humana? Não é o tempo humano que a historiografia e a ficção literária refiguram *em comum*, cruzando *nele* seus modelos referenciais?⁶³

A resposta a esta indagação vem da própria noção de ficcionalidade, de modo que ambas as expressões narrativas fazem usos do tempo e do saber histórico como artifício configurador. É na proposta de escrita que os historiadores se diferenciam dos literatos, como salienta Pomian, por comportar “elementos, signos ou fórmulas que devem supostamente, conduzir o leitor para fora de seu texto, sinais [...] que apontam na direção de uma realidade exterior”. A presença das chamadas *marcas de historicidade* encarna um preceito hermenêutico da configuração pela verificação, colocando pela leitura um jogo de movimentos entre conteúdos *manifestos* e conteúdos *latentes* da obra histórica.⁶⁴

Talvez uma questão ecoe devido à aproximação feita por Paul Ricoeur das narrativas historiográfica e literária pela ideia de composição de uma intriga interpretada na *Poética* de Aristóteles, que é a da contrariedade evidenciada pelo filósofo grego sobre a forma de escrita do historiador não se encaixar no entendimento dele da prática poética. Mas a reflexão se torna pertinente neste momento por fatores estruturais do pensamento de Ricoeur que precisam ser aqui elucidados.⁶⁵

A separação vinda de Aristóteles da *historikoi* da *poiesis* está circunscrita a um modelo de pensar e escrever história vista no mundo grego clássico, e nos escritos históricos a que o filósofo teve acesso. Nas palavras do autor da *Poética* sobre a obra de Heródoto, a fundamentação dessa diferença entre composições narrativas “está no fato

⁶² HARTOG, op. cit., p 128.

⁶³ RICOEUR, op. cit., p. 140. grifo do autor.

⁶⁴ POMIAN, op. cit., 2003, p. 20.

⁶⁵ ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

de o primeiro relatar o que aconteceu realmente [aqui visto o pressuposto de escrita de uma *historikoi* pela cópia do real], enquanto o segundo [o poeta], o que poderia ter acontecido”⁶⁶. A construção do argumento de Ricoeur deve ser vista pelo trabalho em torno da consciência do ofício do prosador-historiador que superou esta noção de narrativa, e dialoga com o *fazer* de uma materialidade considerável.⁶⁷

A suposta interação entre a experiência humana do tempo e a composição narrativa elencada como hipótese comprovada por Ricoeur em sua obra tem um pressuposto aceito neste trabalho, reforçado no ato de *tecer* uma narrativa histórica realizada pelo historiador que se vê forçado ao uso da ficção para dar textualidade ao sentido de sua escrita.⁶⁸

Legitimando aquilo que bem interpela Pomian ao anunciar que “a construção da intriga está para além de uma coleção de fatos lacunares”, se poder chegar a ideia que a história não é mais o passado em si, mas um dos formatos de sua reconfiguração.⁶⁹ Entende-se assim que o historiador se vê obrigado a fazer uso da ficção na medida em que deseja compor sua própria intriga, pois o passado que lhe chega através dos vestígios no presente “é sempre fragmentário, lacunar e descontextualizado”, e só capaz de ser inteligível com uma fração de imaginação deste artífice.⁷⁰

Segundo Lionel Trilling, a disciplina histórica não só demonstrou desatenção aos elementos estilísticos das obras literárias como incorporou um procedimento de análise que procurava respostas imaginando que o seu objeto pudesse responder a todas de forma consciente. Este fato pode ser demonstrado na não percepção por parte da narrativa historiográfica ao processo de recepção de um texto literário, evidenciando a necessidade histórica de rever a forma como tal obra foi concebida, seu meio e seu público.⁷¹

Ao estabelecer, no passado, uma busca da cientificidade dos textos literários a perda do entendimento de seu conteúdo é muito significativa, pois como nota Trilling

⁶⁶ Ibidem, p. 55.

⁶⁷ RICOEUR, op. cit., p. 51- 65.

⁶⁸ HARTOG, op. cit., p. 110- 113.

⁶⁹ POMIAN, op. cit., p. 43.

⁷⁰ Ibidem, p. 37.

⁷¹ TRILLING, Lionel. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Lido, 1965, p. 212-213

“[...] o grande erro da educação literária pelo método científico- histórico está em que ela almeja alcançar um grau e uma espécie de certeza que a literatura não necessita, nem fornece”. Portanto, o caminho para esses estudos deve ser a partir do entendimento desse discurso como formação artística, e não uma variação de ciência.⁷²

Se a metodologia da história literária criticada acima já foi superada em seus comportamentos epistemológicos, e a disciplina histórica já se mostra bem mais atenta ao seu fazer e à insuficiência na reconstrução de um sentido de passado, ao menos o cuidado no trato com as fontes literárias deve ficar como advertência. O ato de repensar as bases da história como área do saber nos seus procedimentos não pode originar um sentimento de negação de seus conhecimentos. Esta aflição é apontada por Keith Jenkins em sua divagação sobre prática do fazer historiográfico, quando ele reflete:

[...] se entendemos que história é o que fazem os historiadores; que eles a fazem com base em frágeis comprovações; que a história é inevitavelmente interpretativa; que por isso, a história é relativa.... Se entendemos tudo isso, então podemos muito bem pensar: ‘Bom, se a história parece ser só interpretação e ninguém sabe nada realmente, então para que estudá-la? Se tudo é relativo, para que fazer história?’ Trata-se de um estado de espírito que poderíamos chamar ‘desventura do relativismo’.⁷³

Indo além desta ideia de um *relativismo*, podemos ter em mente a noção de credulidade na história anunciada por Hartog, o anúncio da fragilidade e construção narrativa pautada em procedimentos interpretativos e imaginativos não indica ausência de uma leitura sobre o passado que utilize de critérios e métodos rigorosos. A saída deve caminhar no sentido inverso, ou seja, o que foi relativizado e desacreditado não foi a história, mas sua compreensão de uma ciência imutável, controlável e gloriosa, tornando possível o nascimento de um novo fazer historiográfico que se destaca “atingindo o plural de suas formas e a variedade de seus usos, cognitivos, lúdicos, políticos”.⁷⁴

O trabalho de entender as figurações masculinas por meio dos romances machadianos escritos durante monarquia de Pedro II dialoga com essa noção de configuração do mundo social, vista pela interpretação do autor que origina uma obra. A

⁷² Ibidem, p. 211.

⁷³ JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 50.

⁷⁴ HARTOG, op. cit., p. 217

polifonia presente no todo exposto de um conteúdo, no caso os folhetins *Helena* e *Yayá Garcia*, se revela tal como afirma Bakhtin:

O próprio enredo está subordinado a essa tarefa de correlacionamento e interiluminação das linguagens. O enredo romanesco deve organizar a revelação das linguagens sociais e ideologias, sua exposição e sua experimentação: a experimentação da palavra, da visão de mundo, e do ato ideologicamente fundamentado ou a exposição do ambiente dos universos e microuniversos sociais, históricos e nacionais (romances descritivos, de costumes e geográficos) ou dos universos sócio-ideológicos das épocas (romance memorialístico, variedades de romances históricos) ou das idades e gerações em relação com as épocas e os universos sócio-ideológicos (romances de educação e de formação). Em suma, o enredo romanesco serve para representar os falantes e seus universos ideológicos. A criação de representações de linguagens é a tarefa estilística principal do gênero romanesco.⁷⁵

Desta forma, valendo-se das ideias de Hartog, é possível ver o movimento dos escritores brasileiros oitocentistas (em especial os romancistas) na tentativa de dotar de inteligibilidade os regimes modernos de historicidade, desempenhando um papel significativo em ordenar e dar vazão a um “emaranhado de temporalidades diferentes” a partir da ficcionalidade.⁷⁶

Todavia, se os casos de Balzac e Chateaubriand, apresentados por Hartog, mostram a dificuldade na interação desses escritores com novas formas de entendimento do homem com um tempo cada vez mais fluido e menos harmônico, Machado de Assis utiliza-se justamente dessa estrutura receptora do gênero romanesco para compor suas histórias. Os personagens figurados por ele não detêm a tarefa de expressar um modelo pela simples amostra a ser seguida de uma *moralidade histórica*, a apropriação da historicidade do literato fluminense vai pela crítica velada e bem arranjada vista no gotejamento da enunciação circular de um caos criativo.⁷⁷

O lugar político e social em que o nosso escritor se insere é de suma importância para compreender a sua projeção e articulação temporal de um futuro, individual e coletivo. Em sua pesquisa intitulada *Machado de Assis e a experiência da história*, André Ramos empreende uma análise da autonomia estética da criação machadiana a partir de uma espécie de preservação do próprio corpo pela obra. Para o historiador, as críticas partidas, principalmente, da figura de Silvio Romero para a produção de Machado de

⁷⁵ BAKHTIN, op. cit., p.164.

⁷⁶ HARTOG, op. cit., 2017, p. 130.

⁷⁷ Ibidem, 2017, p.129- 135.

Assis versam sobre uma correlação entre sua origem negra, uma noção de absenteísmo e mestiçagem.⁷⁸

As análises de Ramos demonstram como Machado de Assis encarou um caminho de produção narrativa talvez antes nunca visto na história literária brasileira. A escolha de não se engajar diretamente nas correntes românticas, realistas, naturalistas, dentre tantas outras, serviu ao literato como uma espécie de proteção-construção da autonomia estética da sua obra de arte. Este homem negro do século XIX teria de lidar com os conceitos raciais que fervilhavam nas relações sociais de seu tempo. Indivíduo livre e intelectual, ele tem seu momento de escrita em um país arranjado pela convulsão das leis abolicionistas, a própria lei Áurea de 1888 e os chamados ideais cientificistas, fatores sociais que exigiam dele galgar o sucesso literário através de uma composição de textos muito bem articulada e capaz de trazer uma fina crítica social.⁷⁹

Ao realizar um levantamento dos dois principais críticos de Machado de Assis em seu mundo contemporâneo, Ramos nos alerta para um quadro paradoxal no que se refere à apreciação do corpo desse homem das letras. Se as duras críticas de Silvio Romero se concentravam na desqualificação do literato por ser “um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada”, a defesa de José Veríssimo também se sustentava por uma ótica de categorização racial. Sobre este último, nos informa o autor:⁸⁰

Entretanto, haveria limites em latência para a autonomia estética da obra de arte na apreciação de Veríssimo. A obra de arte, apesar de autônoma com relação ao corpo frágil e à atividade política, tinha a sua autonomia limitada pelo dever ser moral cultivado contemporaneamente. A obra assinada por Machado desafiava os paradigmas morais burgueses, modernos e cristãos cultivados pela boa sociedade. A palavra última a respeito da sua qualidade quase transcendental era assegurada pelo caráter ascético superior do escritor, que apesar da sua devoção à arte, era atormentado por sua própria imaginação literária, o que poderia ser visto como uma ‘inferioridade ou um defeito’ do artista.⁸¹

Se sua posição nos círculos sociais literários, no funcionalismo público, nas casas tipográficas não lhe permitiam uma escrita que procurasse desmascarar as amarras

⁷⁸ RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história:** climas e espectralidade. 2018. 263 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018, p. 36-48.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 48-50.

⁸⁰ ROMERO, Silvio, *op. cit.*, p. 21.

⁸¹ RAMOS, *op. cit.*, p. 49.

sociais dos negros, das mulheres e dos dependentes de forma aberta, o escritor escolhe o caminho da narrativa subversiva para denunciar de forma dissimulada os desequilíbrios e os pesares do sistema moral da sociedade fluminense desse período, como demarca Priscila Salvaia. Na concepção da autora, desmorona-se a noção de um sistema paternalista sólido e rígido, desbanca-se a noção de potencialidade da ideologia senhorial, criando figuras masculinas desarmônicas e frágeis, interpelando os costumes cristãos católicos chegando ao arrocho da própria imagem do matrimônio oitocentista, evidenciando o uso dos romances como interação política e histórica.⁸²

Se a relação com o tempo machadiana não se faz por uma estética *futurista* não é porque ele não entende e não enxerga o futuro, mas pelo motivo de estar atento ao presente da sociedade brasileira e às amarras que o passado insiste em apresentar com a força escravocrata que hierarquiza os homens e as mulheres. Sua produção narrativa, como lembra Salvaia, carrega uma configuração temporal dolorosa, resistente e inteligente, a maestria da agência dos movimentos subalternos é elencada por personagens que figuram deslocamentos sociais arriscados, que morrem por um não pertencimento e que clamam para serem ouvidos.⁸³

Seja na retórica de um casamento não possível pela questão do incesto do amor de Estácio por Helena ou na impossibilidade de um casamento entre estratos sociais diferentes entre Jorge e Estella, a configuração dos personagens vai elucidar como a sociedade fluminense se molda a partir das relações de gênero, que corporificam, agenciam características e demonstram que os sujeitos masculinos são linguagens políticas não únicas. O arranjo de diálogos que escondem práticas de desafio de poder, subtração de personalidades, modos de dominação, práticas de resistência, individualismo, quebra da visão de um herói masculino hegemônico e abertura para um herói problemático e decadente, são alguns dos mecanismos escolhidos por esse autor para dessecar de maneira cuidadosa a sua sociedade.⁸⁴

⁸² SALVAIA, Priscila. Nas fronteiras entre o público e o privado: algumas notas sobre a representação (e subversão) dos papéis de gênero no folhetim *Helena* (1876), de Machado de Assis. **Machado de Assis em linha**, São Paulo, v.9, n.17, abril, 2016, p. 55.

⁸³ *Ibidem*, p. 64-65.

⁸⁴ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

1.3 O Oitocentos brasileiro em prosa machadiana

A sociedade fluminense do século XIX, na qual Machado de Assis era também um sujeito histórico, se mostrou um período de conturbadas e intensas brigas políticas que envolviam a direção do futuro da recente nação brasileira. Visto que o Segundo Reinado ainda não contava com um século do movimento da Independência, e o país ainda procurava lidar com as pendências estruturais de sua formação colonial, esses anos serviram de constantes debates sobre o destino da escravidão, o pertencimento e o acesso à terra, a problemática da modernização de sua capital, o letramento, além de uma série de destinos e arranjos que começaram a ser costurados pela intelectualidade do país.

Uma leitura dos personagens da literatura brasileira é a chave de compreensão do cotidiano que se deixava passar pelos documentos oficiais. Machado, como um literato de rigor e seguindo uma tradição vinda de sua leitura dos textos de José de Alencar e outros autores nacionais e estrangeiros, começa sua trajetória criando romances que dialogavam com as relações culturais de seu meio. Ainda mais que isso, os romances em folhetim machadianos estudados aqui neste trabalho apontam como esse escritor produziu textos que demarcam esse momento de constante fragilidade dos estratos masculinos senhoriais brasileiros em um movimento de rearranjos de forças e novas formas de manutenção do poder político.

Seguindo o recenseamento realizado no Império brasileiro em 1872, sobre os homens e mulheres livres, foi possível construir duas tabelas informativas sobre os indicativos dos viventes livres da Província do Rio de Janeiro e no Município Neutro da Corte, separando os campos por sexo (masculino- feminino), por cor (brancos, pardos, pretos e caboclos) e por alfabetização e não alfabetização como é possível ver nas tabelas III e IV abaixo:⁸⁵

⁸⁵ Mesmo reconhecendo certo déficit de amostragem ao analisarmos o Império como totalidade, o recenseamento de 1872 apresenta números muito relevantes para entender a geografia social do Rio de Janeiro e do Município Neutro. Além disso, mantenho os números originais publicados no recenseamento.

Tabela III:⁸⁶

Província do Rio de Janeiro	Homens	Mulheres	Total
Viventes livres	255. 806	234. 281	499. 087
Branços	160. 505	142. 680	303. 185
Pardos	61. 542	59. 703	121. 245
Pretos	29. 517	28. 198	57. 715
Caboclos	4. 152	3. 700	7. 852
Alfabetizados	69. 997	44. 603	114. 600
Analfabetos	185. 809	189. 678	375. 487

Tabela IV:⁸⁷

Município Neutro	Homens	Mulheres	Total
Viventes livres	133. 880	92. 153	226. 033
Branços	96. 255	55. 544	151. 769
Pardos	22. 762	22. 083	44. 845
Pretos	14. 198	14. 268	28. 466
Caboclos	665	258	923
Alfabetizados	65. 164	33. 992	99.156
Analfabetos	68. 714	58. 101	126. 815

Os indicativos mostram que há um número significativo de homens e mulheres que não sabem ler e escrever habitando o Rio de Janeiro como um todo, e essa problemática é um dos debates mais relevantes dentro do meio letrado e jornalístico no qual Machado de Assis fazia parte. Em uma população livre na qual quase um terço dos viventes é alfabetizado, o mundo da escrita e do impresso precisa ser discutido com bastante precisão.⁸⁸

O número de mulheres alfabetizadas na Província do Rio de Janeiro é dado por 44. 603 em comparação com o valor de 69. 997 homens alfabetizados, já no Município Neutro da Corte, o número de mulheres que sabem ler e escrever atinge a marca de 33. 992 enquanto o de homens na mesma categoria é 65.164. Mesmo com um *gap*

⁸⁶ Tabela construída em cima dos dados obtidos pelo recenseamento de 1872 sobre a Província do Rio de Janeiro . Dados obtidos em: BRASIL. IBGE. **Recenseamento do Brasil**, 1872. Rio de Janeiro, Typ. G Leuzinger, 1876. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

⁸⁷ Tabela construída em cima dos dados obtidos pelo recenseamento de 1872 sobre o Município Neutro da Corte. Dados obtidos em: BRASIL. IBGE. **Recenseamento do Brasil**, 1872. Rio de Janeiro, Typ. G Leuzinger, 1876. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

⁸⁸ Se faz preciso destacar a delimitação dos espaços aqui escolhidos, a Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro.

substancial na relação entre os sexos no que tange à alfabetização no Império, o demonstrativo de 1872 nos permite afirmar que há um público leitor consolidado nesta região. E que o número de mulheres leitoras quando comparado em números inteiros com a população letrada no país se mostra substancial.

Esse caminho de demonstrar o número de alfabetizados no espaço fluminense se mostra necessário pela própria ideia de onde circulam os textos de Machado e com que público leitor ele procura dialogar. Obviamente, não é tarefa desse trabalho aprofundar a temática da recepção textual machadiana, porém expor como o acesso à leitura está condicionado pelos marcadores de gênero, de raça e de classe social. A descrição da cor dos seres sociais livres que povoam a cidade do Rio de Janeiro também é importante para localizar as figurações dos personagens machadianos, e mesmo levando em conta a defasagem do recenseamento, pode-se ter em mente como é configurada essa sociedade.

Publicado no dia 8 de agosto do ano de 1876 no mesmo jornal em que nosso escritor mantinha em publicação seu romance em folhetim *Helena*, é transcrito um artigo com o título *Escolas! Escolas!*, com um tom bastante crítico. Cobra-se das autoridades públicas, mediante a divulgação do recenseamento já citado anteriormente, uma ação enérgica para o déficit do letramento brasileiro e acesso à escolaridade. Nas palavras diretas do autor não revelado, se anuncia a cobrança e a indignação após a leitura do documento que traz os números da população brasileira:⁸⁹

Se por ele ficamos sabendo que a população total do Brazil se eleva a 10. 108. 291 habitantes, é também ele que nos mostra o lastimoso estado de atraso em que nos achamos, pelo que respeita a instrucção [e ainda conclui] A estatística que hoje se publicou, veio afirmar nos mais na idéa que da imprensa do Brazil só deve presentemente partir um grito: Escolas! Escolas! Escolas!⁹⁰

Se a crítica republicada pelo periódico *O Globo*, escrita sumariamente no jornal *A Gazeta de Notícias*, tem um tom de apelo para a alfabetização, duas grandes evidências podem ser levadas em conta. A primeira está nos lucros que são perdidos por essas empresas por estarem publicando um veículo impresso em um mundo de maioria iletrada e a segunda está justamente no fato da preocupação do déficit ao acesso à Educação em um país que tenta se reorganizar politicamente.

⁸⁹ Escolas! Escolas. **O Globo**: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 212, agosto, 1876.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 1.

O número de homens livres, que vivem e formam seus laços sociais e políticos na Corte, é descrito pelo contingente de 133.880 e este número na Província do Rio de Janeiro contabiliza cerca de 255.806. Neste ponto é possível fazer uma primeira reflexão que irá guiar os dois próximos capítulos e todo este trabalho, que é, em um espaço majoritariamente composto por indivíduos do sexo masculino não é possível que todos ocupem o espaço restrito pela masculinidade hegemônica incorporada na simbologia do *homem senhorial*. Esses sujeitos não só se diferem em termos pecuniários, como mostram ter um entendimento totalmente diverso sobre sua sexualidade, seu mundo, suas trajetórias de vida, interesses, responsabilidades e seu corpo.

No espaço geográfico do Sudeste, o Rio de Janeiro e a Corte, marcado pelo grande fervor político e uma maior densidade demográfica, não é possível que todos os indivíduos do sexo masculino ocupem o papel das prerrogativas senhoriais. Faz-se necessário colocar em evidência a ideia destacada por Fernando Fernández-Llebrez:

Cuando hablamos de *hombres*, así como de *mujeres*, es oportuno hacerlo en plural, pues expresamos una variedad que no cabe en un único patrón de comportamiento. Hombres e mujeres ha habido a lo largo de la humanidad y seguirá habiendo si no hay metamorfosis dentro de la especie humana. Así, cuando decidimos que hay hombres y mujeres lo que estamos relatando es una *realidad plural* configurada a lo largo de la historia: estamos diciendo que, má allá de su definición concreta existen hombres y mujeres.⁹¹

Essa proposta de uma *pluralidade* servirá de guia na construção das análises dos personagens masculinos figurados dentro das obras literárias. A quebra do comportamento de observação *binário* buscará ser superada pela amostragem justamente dessas características multiformes.⁹²

As circunstâncias históricas e culturais do Brasil do século XIX fizeram molde às relações sociais de gênero, incorporando o aparecimento de novos modelos de comportamentos, valores e ideais em disputa acerca do que significava *ser homem* nessa sociedade. O conceito de virilidade passa por transformações substanciais nesse período marcado pela passagem do fim do século, principalmente após 1850, quando a imagem

⁹¹ FERNÁNDEZ-LLEBREZ, Fernando. ¿"Hombre de verdad"?: Estereótipo masculino, relaciones entre los géneros y ciudadanía. **Fórum interno**: Madri, v.4, n.1, dezembro, 2004, p. 18. grifo do autor.

⁹² Sobre a terminologia binária e a compreensão de um binômio de realidades de gênero masculina e outra feminina ver: WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo. 2004.

do homem viril passa a ser moldada pelas novas tendências que chegam aos meios urbanos cariocas.

Ao abordar a formação do Estado no Império brasileiro no contexto da monarquia de Pedro II, Ricardo Henrique Salles remonta todo o cenário das relações expressas entre as chamadas classes senhoriais e as regiões geográficas da Corte e da Província do Rio de Janeiro. A classe senhorial, vista por ele como uma classe nacional toma corpo e posição ideológica a partir de princípios e qualidades de homens que fazem parte dos mais altos estratos senhoriais, proprietários de terras e produtores rurais influentes não só na “região social da Bacia do Paraíba, ou o Coração do Império” como em todo o Brasil, ou aquilo que se entende por essa região nacional.⁹³

Se não era possível a todos os homens atingirem esse espaço tão restrito de poder político e de lógica masculinizante hegemônica, como se organizavam os outros perfis masculinos que habitavam o cenário fluminense? Naturalmente, a hierarquização de toda a sociedade brasileira era não apenas um instrumento de controle e ordem social, mas também um fluxo contínuo e multifacetado de poderes políticos e relações sexuais heterossociais e homosociais. Entre aqueles que não podiam ocupar ou galgar os mais altos estratos da lógica senhorial paternalista estavam, nas palavras de Salles:⁹⁴

[...] os escravos, para quem era reservada a submissão pela força. Parcialmente excluídos estavam também os libertos, os homens e mulheres, brancos, negros e pardos, livres, desprovidos dos direitos políticos e submetidos a modos informais, mas nem por isso menos efetivos, de dominação. Esse sistema de dominação, contudo, não era desprovido de concessões – entre elas, inclusive a prática difundida, mas seletiva da alforria – e elasticidade que marcavam as relações sociais de força entre senhores e escravos diretamente e entre os primeiros e grupos sociais livres na base da pirâmide social, indiretamente.⁹⁵

⁹³ SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, São Paulo, n.4, 2012, p. 43.

⁹⁴ Utilizo as noções de homosociabilidade e heterossociabilidade como uma expressão sociológica que indica relacionamentos, respectivamente, com pessoas do mesmo sexo ou de sexos opostos que não contém natureza amorosa-afetiva. Incluo neste entendimento relacionamentos de amizade, parentesco não sanguíneo, parentesco sanguíneo, camaradagem, práticas educativas, sociabilidades mais flexíveis, relações entre classes sociais motivadas por fins específicos, práticas de lazer, grupos esportivos, etc. Sobre isto ver: BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**: Paraná, v. 19/20, n.1, 2007, p. 109-120; CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2004; e OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

⁹⁵ SALLES, op. cit., p. 6.

O que Salles argumenta cabe na ideia de um sistema de dependências que se orienta a partir de comunicações culturais que elevam e subtraem poder, em uma composição social em que nem todos podem ocupar os espaços de decisões políticas efetivas e, por isso, buscam relacionar-se, mesmo que hierarquicamente. O fato de estarem situados em um plano de diferentes escalas de poder não indica total perda das autonomias das agências desses outros indivíduos não pertencentes à classe senhorial, mas sim outras lógicas de movimento.⁹⁶

Esta foi a percepção da *lógica dos dependentes* destacada por Sidney Chalhoub em *Machado de Assis historiador*, em que ele consegue dar conta da explicação dessas relações entre sujeitos escravizados, homens e mulheres dependentes e seus “senhores”. As figurações masculinas apresentadas nos romances machadianos *Helena* e *Yayá Garcia* não representam especificamente esse grupo senhorial agroexportador, não são eles proprietários em larga escala, senhores do café, marqueses, condes, viscondes, barões ou duques. O grupo social representado pelos personagens Estácio, Jorge, desembargador e conselheiro Valle indica outra esfera desse poder senhorial, eles compõem exemplos dos estratos médios fluminenses.⁹⁷

Machado ironiza o anúncio do personagem mais velho dessa ordem, descrevendo-o da seguinte forma: “o conselheiro, posto não figurasse em nenhum grande cargo do Estado, ocupava elevado lugar na sociedade”, mantendo sim, “relações adquiridas, cabedais, educação e tradição de família”, e um parentesco que “descendia de uma das mais distintas famílias paulistanas”, mas não carregava nenhum título da nobreza da terra e também não gozava de uma posição política tal como o senado ou até câmara.⁹⁸

O conselheiro Valle e os seus pares se destacam como médios senhores que articulam redes de dominação e solidariedade entre as classes ao seu alcance, eles procuram redes de amizade entre os estratos mais elevados que conseguissem dialogar. Esses homens buscavam, a partir de sua agência e de suas famílias, galgar os degraus das características masculinizantes que transmitiam entre o poder e o *status* de seus

⁹⁶ Ibidem, p. 6-8.

⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁹⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

personagens. A força de seu grupo esboça uma figuração da construção do Estado Imperial brasileiro que, segundo Salles, corresponderia ao período de 1842 até o seu desarranjo e término pós 1870 até 1889. A ideologia saquarema que criava demandas e personificava o poder, crescia com o apogeu imperial que marcou o tempo histórico retratado no romance em que esse chefe familiar é personagem.⁹⁹

O contexto histórico em que o romance machadiano *Helena* ganha trama se situa em meados do Oitocentos brasileiro. O seu primeiro capítulo começa com a morte do conselheiro “às 7 horas da noite de 25 de abril de 1859”, vítima de uma “apoplexia fulminante”.¹⁰⁰ Este momento político é historicamente reconhecido pela força da sociedade senhorial-escravocrata, em que o café e a expansão dessa agricultura mantinham ainda rendas consideráveis e a força motriz da escravidão ainda regia todas as engrenagens do funcionamento desse sistema senhorial patriarcal.¹⁰¹

As regras do sistema paternalista eram usadas por essas elites fluminenses conservadoras como forma de manutenção da expressão de seus poderes e influências. Essas famílias buscavam, a partir de casamentos, laços de compadrio e apoio à classe de intelectuais representantes políticos de seus interesses, manter em um círculo restrito a governança do Estado. Porém, como observa Salles, cabe analisar como as relações entre esses estratos mais elevados e os estratos inferiores se davam em uma expressão não só de fluxo vertical, mas pelas reinterpretações de estratégias de dominação e formação de bases de resistência e agência dos subalternizados nessas escalas de poder.¹⁰²

Nas palavras de Sidney Chalhoub, sobre a textualidade de *Helena* como produção de Machado, “esse romance seria uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de hegemonia do projeto saquarema”. A ideologia senhorial paternalista precisaria ser analisada cuidadosamente nos escritos machadianos por

⁹⁹ SALLES, op. cit., 2012, p. 8; Ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial.** Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 121-181.

¹⁰⁰ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

¹⁰¹ SALLES, op. cit., 2012, p. 10-11.

¹⁰² Ibidem, p. 9.

conter um teor crítico que este historiador aponta como nas *entrelinhas*, ou seja, a ideia de uma leitura a contrapelo dos romances.¹⁰³

Na análise de Chalhoub sobre um grupo de dependentes que se articula e que se mostra capaz de modificar ou manter os seus *status quo*, podemos explorar como as classes senhoriais compreendiam e delimitavam seus espaços de dominação política e de gênero. Utilizando a ideia de Chalhoub de movimento dos dependentes, podemos fazer um caminho paralelo para entender como os ditos “senhores” se entendiam como sujeitos masculinos. Uma primeira reflexão é proposta com a exposição:

[...] caso existisse fora de um contexto de luta de classes -, a ideologia de Estácio seria como o Deus da Gênese: criaria o mundo a partir do nada; dito de outra forma, criaria um mundo que seria a mera expansão de sua vontade. Todavia, como essa ideologia é produto e ao mesmo tempo instituinte de um contexto de luta de classes, ela é apenas aquilo que permite a Estácio pensar e dizer que está *concedendo* quando, na verdade, estiver *cedendo a pressões*, ou ao menos reconhecendo a existência de antagonismos sociais.¹⁰⁴

Nesta linha de raciocínio senhorial, como afirma Chalhoub, a sociedade paternalista é vista sempre em um fluxo de cima para baixo ou, quando não, solar. Assim, o astro rei é exposto pela figura do homem branco livre e rico cuja chefia da casa lhe permite não só pensar ser senhor de todos como obter deles sempre a mais velada submissão. Não devemos esvaziar a efetiva forma da dominação do sistema paternalista que conjugou os lugares sociais e delimitou a manutenção do poder de seus expoentes, nem mesmo esquecer as figurações de resistência. O argumento central deste trabalho está em identificar como os personagens masculinos figurados em *Helena* e *Yayá Garcia* representam as masculinidades no Oitocentos brasileiro, e também identificar nos personagens senhoriais movimentos que os levam para fora dos modelos de masculinidade hegemônica.¹⁰⁵

Os personagens masculinos construídos por nosso escritor do Cosme Velho habitam um espaço geográfico que é difusor das lógicas senhoriais e lá constroem também as suas redes de relacionamentos pessoais. Como afirma Salles sobre o Município Neutro:

Na Corte, em seus salões, nas antessalas dos palácios, nos bastidores da política, eram tecidas as amplas redes matrimoniais e de alianças inter-

¹⁰³ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 18- 23.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 48. grifo do autor.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 46-48.

regionais. A Corte era o lugar onde se deixava de ser provinciano para se tornar cosmopolita. Um lugar onde se criavam melhores condições até mesmo para fazer política na própria província.¹⁰⁶

Se não é nos palácios ou nos bailes da Corte Imperial brasileira que os personagens machadianos habitam, pode-se encontrá-los em uma festa na chácara do Andaraí, por exemplo, que “correu animada, posto a reunião fosse restrita. Algumas voltas de valsa, duas ou três quadrilhas, jogo e música, muita conversa e muito riso” em que “as senhoras trocavam impressões e comentários” e “os rapazes fumavam” seus cigarros e charutos.¹⁰⁷ Ou até mesmo em visitas para tecer conversas triviais e desfrutar de uma xícara de chá da tarde “sem grande animação”. Nesses outros meios, também se fazia política, se organizavam e planejavam casamentos, neles existiam códigos de conduta ou de ética, as figurações dos advogados, coronéis, médicos e médios estratos podiam gracejar suas teorias ideológicas e desaforos particulares.¹⁰⁸

Em uma sociedade em que a instituição da escravidão é a ponta de reconhecimento dos estratos sociais e da liberdade, a figuração dos personagens literários procura demarcar essas posições sociais que cada indivíduo ocupa ou não pode ocupar. A questão escravocrata mantinha um vínculo com o modelo familiar patriarcal ao mesmo tempo em que garantia mão de obra para o trabalho em todos os espaços. Inclui-se aqui o espaço doméstico, formando assim uma consciência hierarquizante com a qual os senhores buscavam legitimar o seu poder através de uma tipificação de um regime de gênero pautado em relacionamentos e contatos diários, obrigando posturas corporais, morais e sexuais que representassem a concentração de poder entre os seres sociais.¹⁰⁹

Há também evidências da circulação dos sujeitos escravizados pela casa e as particularidades dos seus trabalhos domésticos, pois, além dos serviços descritos pelas outras fontes históricas sobre escravidão, os romances descrevem as funções dos negros escravizados. Esses trabalhos são enumerados desde o “acender as duas lâmpadas que pendiam do teto”¹¹⁰, ajudar “o senhor a mudar de roupa”, cozinhar, arrumação da casa, organização de festas e recepções, serviços de pajem e cuidado dos animais da

¹⁰⁶ SALLES, op. cit., p. 28.

¹⁰⁷ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XII.

¹⁰⁸ Ibidem, cap. XVII.

¹⁰⁹ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 50-56.

¹¹⁰ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVI.

propriedade, até a figura de uma escrava que era moradora do colégio interno de Helena e servia de intermediária, por algumas moedas, entre a menina e seu verdadeiro pai, além de outros muitos serviços que demonstravam a concentração desses trabalhos domésticos em suas mãos.¹¹¹

A própria organização da casa em seu espaço geográfico arquitetônico reserva para a formação do cenário romanesco uma chave de interpretações e códigos da sociedade fluminense daquele século. Podemos analisar a demarcação dos cômodos da casa a partir das figurações dos personagens, por exemplo, no caso de Helena em que o quarto vira abrigo moral da privacidade feminina, a sala como espaço de convivência e conversas na residência de dona Valéria em *Yayá Garcia*, a cozinha como local de trabalhos domésticos com constante presença dos escravos, os escritórios como marcas da racionalidade masculina em Estácio, Jorge, no conselheiro e, até mesmo, para Luís Garcia, dentre tantas outras áreas.

No volume por ele organizado sobre a *História da Vida Privada*, Philippe Ariès propõe uma análise dos elementos concretos da privatização e normatização das mentalidades humanas, entre eles a *história da casa*. O espaço doméstico começa a ganhar contornos de um convívio individual bem específico, tendo restringido o seu acesso a algumas partes e separando cada vivente em seu lugar, cria-se assim uma harmonia entre ambientes comuns e aqueles que detêm a característica da privacidade.¹¹²

A literatura romântica do século XIX brasileiro concentra a capacidade descritiva de informar ao leitor da época, já habituado com esses códigos e regras culturais, onde os personagens figurados residem. Podia ser em uma rua localizada em um bairro imponente ou decadente, a vizinhança, a dimensão de cada cômodo, além de todas as menores informações que perpassam a ambientação dessas histórias.¹¹³

¹¹¹ Ibidem, cap. XVII.

¹¹² ARIÈS, Phillipe . Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (org.) **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 3 vol. p. 17.

¹¹³ “No dia seguinte fez-se o enterro, que foi um dos mais concorridos que ainda viram os moradores do Andaraí”, “Quando Camargo chegou a casa, no Rio Comprido”, “[...] está na Rua dos Inválidos”, “Desde 1860 elegeira lugar menos povoado de Santa Thereza”, dentre tantas outras passagens. In: ASSIS, op. cit., 1876, cap. I; ASSIS, op. cit., 1878, cap. I.

Os personagens machadianos passam a incorporar também uma localização de movimentos dentro da casa, habitando com maior frequência determinados lugares. Os cenários do *escritório* e da *biblioteca* demarcam espaços masculinizantes que acabam incorporando uma noção de chegada das novidades e notícias do meio exterior no espaço doméstico, além da já sinalizada racionalidade. Ariès entende que esses cômodos resguardam também uma identidade a ser analisada por conter em seus interiores os livros que compõem o acervo desses homens, espaços onde as cartas podem ser abertas e refletidas pelo leitor sem incômodo e, no geral, identificam um espaço reservado à intimidade masculina e o lugar onde os homens demonstram-se solitários em suas emoções.¹¹⁴

A percepção desses lugares é cotejada com as passagens de *Helena*, pois como podemos ver, o primeiro encontro após o enterro do conselheiro Valle se deu entre Estácio e Dr. Camargo no “gabinete particular do finado”, que era “uma pequena sala” onde, além dos livros, havia um móvel *secretária* que guardava todos os documentos, entre eles o testamento do antigo chefe familiar da casa.¹¹⁵ No caso das habitações das classes médias da sociedade fluminense, esse espaço, mesmo que relativamente pequeno, parece demonstrar “o fechamento da casa e a especialização dos cômodos”, dada pela sua funcionalidade, como aponta Ariès.¹¹⁶

Nesse espaço acontece a primeira discussão testamentária, mas é também nele que reside a maioria dos encontros reflexivos de Estácio com o mundo público e consigo mesmo. O quarto do jovem senhor em nenhum momento é apontado e descrito no romance como um espaço que ele ocupa para além da noite de sono, já sua irmã se vê sempre acolhida pelo seu dormitório quando precisa se recolher ou se esconder.¹¹⁷ É também no gabinete que os livros são hierarquizados, um exemplar do “tomo de *Saint-Clair das ilhas*” poderia ser pego por d. Úrsula e lido na sala, não podemos esquecer

¹¹⁴ ARIÈS, op. cit., 2009, p. 16-18.

¹¹⁵ ASSIS, op. cit. 1876, cap. I.

¹¹⁶ ARIÈS, op. cit., 2009, p. 17.

¹¹⁷ Lembre-nos da passagem em que Estácio se encontra refletindo sobre o segredo de Helena: “Quase à hora do jantar, Estácio, que não saíra uma só vez do gabinete, chegou a uma das janelas, e viu atravessar a chácara a mais humilde figura daquele enigma, humilde e importante ao mesmo tempo: o pajem. O pajem apareceu-lhe como uma ideia nova; até aquele instante não cogitara nele uma só vez. Era confidente e o cúmplice. Ao vê-lo, recordou-se de que Helena lhe pedira uma vez a liberdade daquele escravo. A ameaça rugiu-lhe no coração; mas a cólera cedeu à angústia, e ele sentiu na face alguma coisa semelhante a uma lágrima.” In: ASSIS, op. cit., cap. XXI.

também, a última leitura do conselheiro que foi o compilado das “Máximas do Marques de Maricá”, podemos assim, traçar um perfil das leituras.¹¹⁸ É preciso lembrar, da advertência que Estácio impõe à sua irmã, afirmando que a leitura de um *Manon Lescaut* “não é [...] para moças solteiras”. As relações de gênero percebidas no acesso a esses lugares e aos espaços de leitura e sociabilidade masculinas conseguem revelar costumes comuns das casas dos brasileiros daquele tempo.¹¹⁹

O modo como são figurados os personagens durante a juventude incorpora aos romances uma produção narrativa que elabora papéis sexuais delimitados. Os horizontes de possibilidades para Estácios e Helenas ou Jorges e Estellas são bem variantes, assim como também são expostos os comportamentos que seriam socialmente desvalorizados ou amorais.

A chave de entendimento “homem produtor” e “mulher reprodutora” merece um destaque de observação no caso das elites médias fluminenses, uma vez que, a maioria das figurações das masculinidades desses estratos não está inserida no mercado de trabalho como atributo de aquisição de renda. O acesso à política, demonstrado no caso da iniciativa do empreendimento de Dr. Camargo para o futuro genro, e a via militar, influenciada pela mãe de Jorge para o futuro do filho, não são apenas estratégias de inserção masculina no mundo do trabalho, mas formas de manutenção do prestígio e *status*, em que “seria talvez meio caminho andado para subir aos cargos públicos; na sociedade, [e assim] fazia que lhe tivessem respeito”¹²⁰. Acrescenta-se também, que o importante para esses personagens inseridos na ideologia senhorial é a aprendizagem durante a juventude da “vida pública que [lhes] falta” para alcançar notoriedade de classe, segundo as palavras de Dr. Camargo.¹²¹

Diante do exposto, podemos fazer uma primeira análise de um trocadilho machadiano no romance *Helena*, pois esses personagens masculinos figurados como pertencentes dos estratos e das famílias de destaque do Rio de Janeiro buscam prestígio social e respeito dos seus convivas através de estratégias de dominação masculina. A família que leva o sobrenome de Valle realmente ganha notoriedade pelo verbo *valer*,

¹¹⁸ ASSIS, op. cit. 1876, cap. III.

¹¹⁹ Ibidem, cap. VI.

¹²⁰ Ibidem, cap. II.

¹²¹ Ibidem, cap. VII.

Estácio começa a *valer* socialmente após a morte de seu pai, com a herança sua voz passa a *valer* dentro da casa, e os seus dependentes começam a *valer* de suas relações com essa figuração masculina. A escolha direcionada desse vocábulo não pode ser nunca comprovada, mas uma reflexão é certa, o ato do *valor* é constitutivo das relações sociais desses personagens que constroem à chamada masculinidade hegemônica.¹²²

Na perspectiva de análise de Chalhoub, Machado de Assis se faz falar “deixando que *Helena* fale por ele”, ou seja, a tonalidade do texto literário se torna uma espécie de história pela intencionalidade do romancista que escolhe e molda a criação de seus personagens à luz de sua sociedade. É preciso incorporar aos fundamentos interpretativos que o trato com as fontes literárias apresenta uma singularidade de um gênero narrativo que é específico e, por isso, leva em conta aspectos estilísticos e formais que devem ser notados. Além disso, faz-se necessário tentar entender como podemos ler o autor destas obras, o bruxo do Cosme Velho precisa ser notado fora de sua monumentalização, procurando a autonomia de sua escrita e sua historicidade.¹²³

Esse movimento de escrita machadiano, inegavelmente, incorpora fragmentos e noções extraídas da mentalidade do povo brasileiro, além das mudanças marcadas nos dois romances escritos nos anos finais da década de setenta, quando já são perceptíveis novas estruturas sociais em formação. Contudo, entender esse processo está intrinsecamente ligado ao modo de enxergar literatura. Um dos exemplos está nas ideias de “ser homem” transpostas aos romances, conceito esse que sofre alterações no fim do século XIX, como afirma Richard Miskolci. Em seu trabalho o historiador analisa os desejos da nova nação influenciada pelos ares republicanos e as leis escravistas, e como essas mutações são fundamentais para o entendimento das figurações masculinas.¹²⁴

Grande parte dos intelectuais brasileiros começava a observar e formular um movimento de recusa da personalidade do imperador e da estrutura monárquica, que passavam a ser criticadas como arcaicas e desgastadas. Com o advento da lei Áurea e o processo legal dando fim à escravidão, a proposta de releitura da nação brasileira

¹²² Esta reflexão será mais bem trabalhada na primeira parte do capítulo III, na parte titulada “A nudez de Noé”.

¹²³ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 41.

¹²⁴ MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

supunha “prosseguir o caminho do progresso deixando para trás nosso passado colonial e escravocrata”. O destino desses homens e mulheres que estavam em condições de escravizados acionava, ao mesmo tempo, desejos de liberdade e medo nas elites da nascente República.¹²⁵

Os novos modos de ser homem passam a ser reconfigurados e algumas antigas características masculinizantes que já vinham sendo moldadas desde meados do Oitocentos tomam posições de destaque, entre elas os ideais cientificistas e higienistas que procuram questionar e ocupar o lugar da religião. A formação de um homem amparado pela ciência e portador de hábitos higiênicos desde a infância são fatores que sintonizam um novo perfil masculinizante e um novo comportamento de criação dos futuros filhos da nação.

Publicações tematizadas sobre as influências positivistas e as doutrinas nascentes no Brasil sobre o darwinismo social florescem em colunas e artigos dos periódicos cariocas. O fenômeno observado por Miskolci e datado nos idos do pós-proclamação da República já era difundido em novos jornais e revistas fluminenses, tais como o recém-lançado *A Mãe de Família* (1879) que divulga e informa as senhoras da capital como proceder com o advento das novas técnicas científicas e medicinais nos cuidados maternos:¹²⁶

Mas não é bastante elevar-se templo ostentoso à Minerva, esses focos de luz para os espíritos obscurecidos; não é somente com a educação intelectual que se completará a grande obra do progresso com que o povo e governos garantirão a força das gerações futuras!
É de muita e muita urgência que seriamente se pense em animar-se o desenvolvimento physico das crianças, isto é, do futuro cidadão. Aquelles a quem incube o elevado encargo de cuidar da saude publica, ao medico, cabe a sublime missao aconselhar, por todas as formas possiveis, os meios de tornar regular o funcionalismo do órgão ao qual foi confiada a direção dos actos psychicos.¹²⁷

Completa-se ao argumento da necessidade de uma boa saúde física da criança a ideia da intervenção médica constantemente nos lares brasileiros, a figura do médico e seu estatuto de legitimidade a partir dos conhecimentos científicos e higiênicos começam a operar mediante um aparelho estatal que demonstra uma *crise* do sistema

¹²⁵ Ibidem, p. 24

¹²⁶ COSTAS, Carlos. **A mãe de família**: científico, litterario e ilustrado. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 1, janeiro, 1879.

¹²⁷ Ibidem, p. 2.

patriarcal nessa sociedade. De um lado, como adverte Miskolci, havia um panorama internacional que fadava o Brasil ao fracasso de representatividade política, por outro a importação de novas teorias e criação de políticas embranquecedoras, eugênicas, urbanas, burguesas, sanitárias, e principalmente médicas, passam a nortear o futuro dessa nação e o comportamento masculino.¹²⁸

A sugestão teórica de Richard Miskolci é a de que o autocontrole e a moralidade seriam as balizas civilizatórias dessa recente nação que, no pós-abolição, terá de lidar com uma massa expressiva de negros ex-escravizados que estavam fora do mercado de trabalho remunerado e afastados do acesso à terra. Ao mesmo tempo em que as propostas de miscigenação propunham uma política de embranquecimento, os pilares da civilidade e da ordem passam a ser costurados por uma eleição do padrão do cidadão nacional: o *homem branco heterossexual* capaz de construir uma família a partir do casamento e gerar filhos saudáveis. E o papel das mulheres também passa a ser revisitado na essência da maternidade e dos cuidados, como publicado pelo redator principal do jornal *A Mãe de Família* (1879), o doutor Carlos Costas, o fragmento do artigo que apresenta um tom de crítica às mães brasileiras, culpando-as da má formação dada aos homens desvirilizados da pátria:¹²⁹

A que atribuir-se este incontestável phenomeno senão à fraqueza da constituição?! Mas o mal de onde vem? Desde o berço minhas senhoras. É esquecida, abandonada ou melhor ignorada a maneira de formar-se o homem, não cuidando-se seriamente da criança.¹³⁰

O constructo da família como unidade que preserva e impulsiona a ordem e o progresso da nação brasileira traz novos rótulos ao ambiente urbano, se antes a família extensa e patriarcal denotava o modelo a ser seguido, a partir dos anos de 1860 a formação individualista importada dos moldes estrangeiros e reinterpretada pela cultura nacional fomenta a união conjugal burguesa. O viver em ambientes higiênicos, a diminuição do número de filhos, a percepção do cuidado materno em preferência ao de terceiros e a transmissão de valores disciplinares combinavam com os ideais de modernização.

¹²⁸ MISKOLCI, op. cit., p. 107-109.

¹²⁹ MISKOLCI, op. cit., 2012, p. 50.

¹³⁰ MAI DE FAMILIA, op. cit., 1879, p. 2.

Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, o conceito de República passou a circular pela sociedade antes mesmo da década que finaliza o século XIX e a introdução de uma nova mentalidade proposta e incentivada em grande parte pela imprensa desempenhava um papel de propaganda republicana. Ao apregoar adjetivos negativos à monarquia dirigida por Pedro II, tais como “tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização e teologia”, o quadro dicotômico começava a despontar e o sistema político imperial ganhava a figura negativa. De forma conjunta à decadência do Império, nascia a concepção do pensamento social de um tempo histórico evolucionista, em especial após 1870, em que o caminho do progresso significava a busca democrática só vista na figura da República.¹³¹

Para Miskolci, esse processo de construção de uma nova mentalidade invade aquele espaço que se entende como privado e passa a reger os comportamentos familiares, elegendo os ídolos da ordem e o do progresso desde uma prática pedagógica na infância. Era responsabilidade não só do Estado, como da família, a “pedagogização do sexo da criança devido aos perigos morais e físicos a que supostamente estariam expostas, o que afetaria diretamente a coletividade”¹³². Valores como a heterossexualidade, o casamento com homens e mulheres de uma mesma cor, o repúdio ao ato da sodomia ou pederastia, o incentivo ao homem dominador e másculo, valorização das forças armadas, civilidade nos atos e controle das emoções eram passados aos meninos desde a menor idade como forma de ensiná-los a serem *homens de verdade*.¹³³

O fato de Machado de Assis estar atento e incluir nos enredos de seus romances essas questões culturais demonstra, como bem denota Miskolci, uma forma de expor as faces que ele julgava mais retrógradas e caricatas das famílias brasileiras. A crítica aos modelos de organização familiar, reprodução de ideias e, principalmente, dominação passavam para as suas histórias pela figuração de personagens masculinos

¹³¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**: Rio de Janeiro, v.11, n.26, 2009, p. 16.

¹³² MISKOLCI, op. cit., p. 75.

¹³³ *Ibidem*, p. 83.

que demonstravam todas as verdadeiras fragilidades dos homens daquele tempo.¹³⁴ O ato de quebrar o estereótipo do militar que controla as suas emoções e se torna viril pela força e brutalidade se corrompe com a imagem do jovem Jorge, da obra *Yayá Garcia*, que além de ser um apaixonado *bestializado*, se mostra incapaz de ascender sua posição de senhor e delegar a sua própria vontade.¹³⁵

No que dialogam as ideias de Miskolci e as de Mello são as formas como o meio intelectual brasileiro conseguiu introduzir no imaginário popular uma noção e um “desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, [em que] *república* foi o nome brasileiro da modernidade”, contribuindo para que os valores do Império fossem deteriorados. Os homens descritos na literatura passam como efeminados e impotentes, a fé católica como atrasada e supersticiosa frente ao frescor da ciência modernizadora e o próprio romance de costumes é questionado por sua suposta artificialidade em um mundo que se espera a maior realidade possível. Nas palavras de Mello:

Dito de outra escala: uma teleologia que dava direção e sentido ao tempo linear ascendente. A novidade de uma ideia de tempo que tem significado e é significante.¹³⁶

Em um tempo em que a virilidade é questionada e o futuro passa a ser significado de progresso há todo um rearranjo da gramática dos costumes. As entidades religiosas de ensino começam a ser supervisionadas no que tange ao envolvimento homossexual entre alunos e padres, as forças armadas recebem uma roupagem de dominância e rigidez, e as classes populares viviam mediante um constante processo de vigilância.¹³⁷

Se Miskolci procurou em seu trabalho reconstruir os caminhos da implantação do sistema republicano a partir da eleição de um quadro masculino branco, o trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Júnior se empenha em demonstrar o sentido do apelo dos intelectuais oriundos das classes senhoriais, vejamos seu diálogo com Gilberto Freyre,

¹³⁴ *Ibidem*, p. 141.

¹³⁵ ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

¹³⁶ MELLO, op. cit., p. 18.

¹³⁷ MISKOLCI, op. cit., p. 124-126.

em encontrar o modelo de homem que se preservou com o advento da urbanização desse novo mundo que se estabelecera nos primeiros anos do século XX.¹³⁸

A observação dos discursos desses intelectuais e senhores do Norte/Nordeste, abordada por Albuquerque Júnior, consegue demonstrar como havia um sentimento que nascia de forma muito saudosista nas antigas elites agrárias dessas regiões. Esse desejo de voltar ao passado taxava os novos ritos e códigos de socialização como deturpadores da moralidade familiar, em outras palavras:

[...] os comerciantes, os industriais, os operários, a classe média e, notadamente as mulheres, surgidos todos com o processo de urbanização e industrialização, [eram] vistos como agentes principais neste processo de desvirilização da sociedade, trazido pela perda progressiva dos valores, sociabilidades e sensibilidades descritas como patriarcais.¹³⁹

A preocupação com o processo de feminização da sociedade brasileira demonstrava a crise do sistema patriarcal que já não conseguia reprimir com tamanha força os feitos da urbanização e do individualismo burguês. A nova conjuntura cultural, anunciada desde a década de 1850 na literatura machadiana com a evidência de personagens senhoriais potencialmente fracos, demonstra o caminho da vitória do burocrata sobre o latifundiário, do rapaz da cidade contra o homem do campo, do médico contra o padre, do movimento da cidade perto a calmaria da chácara ou do engenho, dos botecos e casas de festas perto da clausura do lar.¹⁴⁰

A mutação do sujeito masculino dominante para características urbanas fez surgir uma construção imaginária de um *falo* natural na figura do nordestino, como aquele que conseguia resgatar os valores tradicionais da Pátria. Esta hipótese levantada por Albuquerque Júnior surge a partir da análise dos discursos dos intelectuais do início século XX que viam com estranheza as mudanças no comportamento masculino citadino, entre elas é possível destacar, o desejo de comer e beber à moda parisiense, os cortes de cabelo amparados pelo uso de pasta, a hipervalorização do corpo e a sua beleza, tudo isso somado a uma “excessiva delicadeza dos comportamentos e dos trajas aristocráticos”. O que alimentava um desconforto aos homens devotos dos antigos

¹³⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. **Nordestino uma invenção do falo**: Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). 2ªed, São Paulo: Intermeios, 2013.

¹³⁹ Ibidem, p. 29.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 32-36. Sobre isto: É importante notar que mesmo figurando homens senhoriais desvirilizados, eles ainda concentram o poder econômico nesta sociedade. São os personagens senhoriais os mais ricos, donos de propriedades, heranças e confortável vida pessoal.

hábitos “grosseiros” e despreocupados, que passam a ser atribuídos à vida das grandes propriedades latifundiárias e das comunidades rurais.¹⁴¹

A maior participação da mulher na vida pública e as novas funções profissionais desempenhadas por elas demonstravam uma constante feminização do espaço político, enfraquecia-se a lógica patriarcal do bom casamento e boa mãe, destinada às moças. A vida urbana começa a despontar fatores como o “cosmopolitismo, estrangeirice, mundanismo”, tudo isto posto em uma escala em que o crescimento das cidades fazia gerar o maior contato entre os distintos estratos sociais, quando pobres e ricos desfilavam cada um carregando as suas necessidades pelas calçadas e as vitrines das lojas dos efervescentes centros urbanos.¹⁴²

Desta forma, no caso do Norte/Nordeste, o possível mecanismo de defesa desse grupo ligado à tradição foi agenciar a criação da imagem de um homem que conseguisse carregar em si todos os traços regionais que assegurassem as características masculinas patriarcais e remanescentes do meio rural.¹⁴³ Definindo que esse homem modelar continha em si emoções e características pessoais “desenvolvidas [d]a luta com um meio particular, sendo um tipo étnico superior”, acostumado com o trabalho exaustivo do campo e da lavoura este indivíduo não perdia a sua fé e muito menos corrompia o seu caráter pela sedução dos modos frágeis e atribuídos como feminilizantes.¹⁴⁴

O fato de não incorporar ao modelo nordestino nenhuma qualidade associadas às mulheres se atribui a uma tarefa de eleger ao representante regional a figura máscula, o homem que sobrevive apesar das injustiças sociais e econômicas cometidas “pelas outras regiões e pelo governo federal”, resguardando o *falo* como potencial masculino. Nesse discurso, Albuquerque Júnior consegue captar os medos e desejos que a virada do século começa a consolidar, criando assim uma análise dos comportamentos generificados nas relações sociais e políticas nesta parte do país.¹⁴⁵

O comportamento masculino finissecular tende a cromatizar as construções sociais masculinas e femininas que passam a se relacionar. Ao mesmo tempo em que os

¹⁴¹ Ibidem, p. 78.

¹⁴² Ibidem, p. 106.

¹⁴³ Ibidem, p. 186.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 190.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 195.

sujeitos masculinos de outrora já não mais se reconhecem em seus convivas, evidencia-se que a masculinidade é uma criação em constante reelaboração. Ela não só permite a convivência da multiplicidade como se transforma com ela, impulsionando com o contato a variedade, a bifurcação e as tensões.

Este esboço dos movimentos sociais e culturais que permearam as estruturas políticas do século XIX e acabaram colorindo a imaginação dos literatos daquele mesmo período, reflete a tentativa de ambientar os dois capítulos seguintes. Machado de Assis se mostra até aqui como fio condutor de toda discussão desta pesquisa, como o seu traço foi capaz de sintonizar as ideias e as relações de gênero no período em que modismos literários e engajamento político seduziam quase todos os intelectuais escritores.

Os personagens descritos e figurados por Machado figuravam não só a tinta da galhofa e da ironia crítica tão bem identificada em seus textos. Esses mesmos senhores, padres, dependentes, escravos, filhas, agregadas, tias, herdeiras, mentirosas, frouxos, adúlteros, invejosos, falastrões, demagogos, vigilantes da vida alheia, advogados, médicos, donzelas frívolas e mulheres perspicazes, entre tantos homens e mulheres, são construções de um mundo que é solo fértil da ficção deste autor. São os sujeitos sociais que alimentam a imaginação do ficcionista e este, por sua vez, consegue captar pensamentos, emoções, qualidades, defeitos, trejeitos e uma infinidade de marcas dos seus contemporâneos.¹⁴⁶

1.4 Recapitulando os romances

A escolha proposital desta última parte do primeiro capítulo para uma rememoração dos romances *Helena* e *Yayá Garcia* se deve a uma ajuda ao leitor desta pesquisa que, por algum motivo, tenha esquecido nas memórias de sua infância os enredos das histórias ficcionais aqui tratadas. Será ainda um contento aos que não

¹⁴⁶ Neste trabalho utilizaremos dois vocábulos muito comuns nas obras machadianas e na linguagem popular dos viventes do século XIX brasileiro, são eles donzela e donzel. Segundo nos apresenta o Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, podemos respectivamente defini-los como: “**Donzel:** *adj.* ingênuo, virginal, puro. [...] moço nobre.” e “**Donzella:** *adj.* dama solteira, virgem [...] denominação de todas as senhoras solteiras” In: PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 596. grifo do autor.

fizeram essas deliciosas leituras ao longo da vida, na esperança de que este breve resumo poderá aguçar o desejo de enfim realizá-las.

O romance em folhetim de nome *Helena* foi publicado pela primeira vez em 1876, com um enredo atrelado à história de uma menina que, sendo filha ilegítima, procura aceitação na casa de seu falecido pai.

Tudo começa quando o conselheiro Valle no ano de 1859, patriarca de uma família de destaque e importância no bairro do Andaraí, morre vítima de uma apoplexia fulminante. Mesmo já contando cinquenta e quatro anos e tendo já realizado seu testamento, sabemos, pela voz narrativa, que a morte deste homem ocorrera de forma inesperada para os familiares. Na chácara de sua propriedade, residiam seu filho de nome Estácio, sua irmã Dona Úrsula, um capelão chamado Melchior que administrava uma capela dentro dos limites daquelas terras, além de um número não revelado de escravos.

O cargo de conselheiro, as propriedades desta família, e as descrições do texto nos permitem pensar que os Valle foram intencionalmente pensados por Machado de Assis como parte ilustre dentre as classes médias do espaço fluminense. Não podemos nos esquecer de que a propriedade do Andaraí será também o plano de fundo de quase todo o romance. Dentre os personagens do enredo, destacamos que patriarca possuía um amigo médico de nome Camargo e ambos eram atados por um vínculo desde os tempos de escola, lugar em que se aproximaram e teceram, durante anos, grande consideração.

A família do médico pode ser resumida em três pessoas: a esposa de nome Tomásia, uma filha graciosa e jovem chamada Eugênia, além de si próprio. Os três residiam em uma propriedade no Rio Comprido, e a proximidade com os Valle tinha como fio condutor um compromisso de namoro entre o mancebo Estácio e a filha do doutor Camargo. O namoro como mais tarde se sabe, fora fruto de um longo cálculo do amigo do conselheiro que planejou para a sua família um futuro de destaque e elevação social, apostando neste casamento.

A história começa por um momento clímax que é a leitura testamentária, nela descobrimos que o patriarca dos Valle deixara além de vasto legado patrimonial uma filha de nome Helena. Nada consta sobre sua vida pessoal, origem da mãe, infância,

somente que estudava em um colégio em Botafogo e que ficava delegada à família a incumbência de ampará-la e amá-la como fruto do matrimônio fosse.

Ao chegar à casa de seu falecido pai, a jovem encontra no irmão um sentimento de verdadeiro acolhimento e bondade. Helena não só consegue vencer o aborrecimento da tia como da senzala toda dentro de poucos meses em que chegara. As maneiras exemplares e um comportamento polido nas regras do convívio senhorial fizeram com que a menina conquistasse o vínculo afetivo que faltava.

Se pudermos resumir as posições de cada personagem no decorrer da história temos o seguinte: Dr. Camargo se mostra muito atento ao seu projeto de casar Estácio com Eugênia e, em nenhum momento, descuida de seu plano existencial; o padre Melchior realiza não só os ritos religiosos que lhe cabem como luta a todo instante para se manter ativo nas decisões tomadas pela casa; Eugênia pouco aparece no romance, deixando entender que seu gênio é reflexo de futilidade e beleza; Vicente é escravo na chácara onde nascera e avista em Helena uma amizade em que pode confiar; Estácio é dotado de bom coração e tem seus passos influenciados por quase todos os outros personagens; Dona Úrsula impõe-se como uma parenta que gerencia, junto ao sobrinho, os afazeres domésticos da propriedade; Mendonça aparecerá ao meio do romance como amigo do mancebo e possível futuro noivo de Helena; além destes, contamos com personagens terciários que não merecem uma análise por ora.

Com a narrativa, os capítulos nos apresentam uma mudança no coração de Estácio em relação a jovem Helena, o amor fraternal vira símbolo de incesto. O jovem a ama, e ama de uma forma desesperada, ele a quer sempre perto de si, mesmo já tendo acertado um compromisso firmado com Eugênia. Um detalhe, porém, merece ser revelado, o irmão não sabe da paixão pecaminosa que tem até o momento em que Melchior lhe tira o véu dos olhos. E toda a dor da consciência cristã católica lhe recai na consciência, e o pior, um segredo cerca a vida da irmã.

A jovem Helena guarda consigo um segredo de infância, descobrimos que a menina não é filha do conselheiro. Na verdade, a suposta irmã de Estácio é filha de Ângela da Soledade com Salvador, relação não consumada que gerara um rebento de pais solteiros. A mãe de Helena escolhera abandonar o parceiro com quem vivia para

iniciar uma relação de concubinato com o conselheiro, este fornece às duas, casa, comida, educação à pequena, além de, no fim da vida, reconhecê-la como filha legítima. Nas palavras da própria personagem: “Reconheceu-me, deu-me família e futuro, levantou-me aos olhos de todos e aos meus próprios”.¹⁴⁷

O personagem de nome Salvador habitava em uma pequena casa na proximidade da chácara dos Valle, especificada por um alpendre que sustentava uma bandeira azul. Esta modesta moradia servia para os encontros sigilosos entre pai e filha, personagens atrelados ao maior segredo do romance. A descoberta da paternidade coloca Helena não só em uma posição de mentirosa, como de usurpadora e, mesmo que a família consiga nutrir por ela um sentimento benevolente e capaz de perdoá-la, a nova condição lhe impunha total desapego à vida. Helena, totalmente humilhada e descoberta, se deixa morrer. Ou melhor, Machado a decide matar.

O segundo romance estudado nesta pesquisa começa seu enredo com a chegada de uma carta que rompe o silêncio dos hábitos metódicos de um funcionário público de baixa remuneração. O primeiro capítulo de *Yayá Garcia* tem como proposta abrir o universo modesto e reservado de Luiz Garcia, pai da personagem que dá nome ao livro.

Nas primeiras páginas do enredo romanesco de dezessete capítulos, descobrimos um pouco desse morador de Santa Tereza que ficara viúvo ainda em verde idade, e que optou por uma vida de celibatário bastante fechado em sua própria rotina. Sabemos também que Luiz Garcia morava com um ex-escravo, agora criado, de nome Raymundo e sua filha de nome Lina, cujo apelido é Yayá. A menina era estudante em uma escola na Rua dos Arcos e regressava para casa somente nos finais de semana, para alegria dos dois solitários.

O funcionário público trabalhava regularmente, e pela forma com que recebe a carta de Dona Valéria Gomes, viúva de um desembargador da Corte, podemos presumir que, além de muito atarefado com os afazeres de sua função, era ele também avesso ao trato social. Ao menos na primeira parte do livro, percebemos em Luiz Garcia uma tendência ao recolhimento e certa antipatia às relações senhoriais clientelares, mesmo que fosse bom obsequiador e ainda muito próximo de uma família em tal condição.

¹⁴⁷ ASSIS, op. cit., 1876, cap. V.

Machado de Assis abre três grandes eixos de localização no romance, a casa de Dona Valéria no Engenho Novo, a casa de Luiz Garcia em Santa Tereza e uma residência simples no Rio Comprido de propriedade do escrevente e amigo do desembargador Sr. Antunes. Este último trabalhara para o marido de Dona Valéria realizando toda espécie de funções, de alcoviteiro de paixões às escondidas do chefe até as compras da casa. Com o tempo, o pobre funcionário dos Gomes consegue ganhar espaço na casa, se contentando em almoçar em dias comuns a mesa de seus benfeitores e inserir a filha neste ambiente.

A bela e orgulhosa filha do Sr. Antunes chama-se Estella, uma moça de muitos predicados e boa educação. A única qualidade que lhe falta é a cobiça de querer subir na vida pelos degraus do matrimônio, como nos lê o narrador. Sendo agregada na casa de Dona Valéria, consegue de quase tudo, primeiro os estudos, joias, amizade dos Gomes, um dote e o coração de Jorge.

Jorge pode ser descrito como um nato dândi da Rua do Ouvidor. O jovem filho de um desembargador, formado em Direito e sem grandes preocupações com a precariedade da vida, seu único dilema moral, que por sinal percorre todo romance, é amar e achar não ser amado. Com o convívio de uma agregada em casa, o mancebo se sente no direito de exigir sobre ela um sentimento arrebatador, afinal de contas ele era um Gomes!

O que de fato acontece é que a total frieza de Estella mediante os passos mais apaixonados de Jorge, chegando ao ponto do herdeiro dos Gomes violentá-la com um beijo forçado, tornando insustentável a situação entre os dois pela humilhação que provocara. O orgulho da filha de Antunes não se deve à ausência de amor, por algum motivo Machado a dota de um sentimento muito parecido ao de Luiz Garcia na primeira fase do romance, que é o de aversão às características da masculinidade hegemônica senhorial. A filha do escrevente prefere a pobreza ao dever do favor.

Ao descobrir o amor do filho por uma mulher abaixo da dignidade de sua família, a matriarca dos Gomes planeja para o filho um futuro heroico, utiliza toda a sua autoridade para persuadi-lo a se alistar como voluntário na Guerra do Paraguai, e para isso conta com a ajuda de Luiz Garcia (motivo da carta que abre o romance). No fim, a

viúva conta com a ajuda da própria paixão do filho, Estella é incapaz de demonstrar qualquer sentimento por Jorge. Retificando a frase anterior, a moça anuncia apenas um: “- O senhor é um tonto.”¹⁴⁸

Durante seu período como militar em terras sul-americanas, o jovem Jorge sofre sucessivos golpes da fortuna, ou melhor, de Machado. Vê sua inocência ir embora, torna-se seco e áspero, seu amor se transforma em uma espécie de idolatria, recebe uma carta de Luiz Garcia avisando de seu casamento com Estella e, ao fim, perde a mãe. Ao chegar ao Rio de Janeiro, em outubro de 1870, o romance começa sua segunda parte.

Após o casamento com Estella encontramos um novo Luiz Garcia, muito mais simpático às visitas e ao convívio social. E, se antes a penúria de meios era um fator de incômodo em sua vida, agora, além de feliz, o encontramos como um funcionário público remediado. Ascensão social que não pode ser aferida sem grande esforço deste trabalhador exemplar que praticamente morre exercendo o labor bolorento das repartições públicas do Império.

Um novo personagem aparece no romance, Procópio Dias, uma figuração de um solteirão construído pelo escárnio e requinte na voz do narrador. Sendo um comerciante rico do Segundo Reinado, ele personifica os estereótipos de toda a rivalidade encarada pelos senhores abastados das notáveis famílias da Corte. O negociador de mercadorias enriquecera durante negociações bem feitas e não herdara sua fortuna por vias testamentárias como é o caso de Jorge.

Para terminar a breve exposição que aqui se delineou, podemos notar uma disputa entre Procópio Dias e Jorge pela mão de Yayá Garcia e, ao mesmo tempo, a cruel realidade da morte galopante de Luiz Garcia em sua melhor fase. O final? Eu convido o leitor a descobrir no próximo capítulo.

¹⁴⁸ ASSIS, op. cit., 1878, cap. IV.

Figura 3:¹⁴⁹

LINHA DO TEMPO – YAYÁ GARCIA

- 
- 1864 - "Crise e o descalabro dos bancos"
 - Dezembro de 1864 - Início da Guerra do Paraguai
 - 1859 - Morte da mulher de Luiz Garcia
 - 1860 Luiz Garcia fora morar em Santa Tereza
 - Setembro de 1865 - Jorge rouba um beijo de Estella
 - 5 de outubro de 1866 – Início do romance
 - Fevereiro de 1867 - Jorge parte para a Guerra do Paraguai
 - Maio de 1866 - Valéria dota Estella
 - Outubro de 1866 - Data da carta que inicia o romance
 - Dezembro de 1868 - Carta que relata o casamento de Luiz Garcia e Estella
 - 1869 - Procópio Dias enriquecera
 - Março de 1870 - Morte de Valéria
 - 8 de abril de 1870 - Fim da Guerra do Paraguai
 - Outubro de 1870 - Jorge regressa da Guerra
 - 1871- Jorge viaja à Minas Gerais para trazer os ossos da mãe
 - Agosto de 1871- Jorge retorna ao Rio de Janeiro
 - Agosto de 1871 - Doença de Luiz Garcia
 - Setembro de 1877 – Fim do romance

¹⁴⁹ A linha do tempo proposta como chave de apoio para compreensão da leitura foi realizada através de uma seleção de dados extraídos do romance: ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

CAPÍTULO 2: UM SÓ HOMEM? A AQUARELA DAS MASCULINIDADES NA ESCRITA DO BRUXO DO COSME VELHO

2.1 Estácios, Jorges, Vicentes, Procópios, Camargos...Homens de verdade?

Não é isso mesmo a imagem do passado? De tantos sucessos que nos aturdiram, comoveram, atulharam a vida, de tantas cóleras, alegrias, desânimos, de tudo isso que pareceu duradouro, o resíduo único é um punhado de recordações, ou saborosas ou amargas.¹

A pergunta que precisamos fazer neste capítulo é “como podemos enxergar as relações de poder e práticas sociais nas figurações das masculinidades dos personagens criados nos dois romances de Machado de Assis?”. Resposta difícil de ser dada de imediato, e que se responde por um trabalho minucioso de amostragem e análise de cada personagem que ganha forma e cor dentro destas específicas formas narrativas literárias que são *Helena* e *Yayá Garcia*.

O Brasil oitocentista será lido através da literatura machadiana, a produção de um romance não está livre de mecanismos de poder e também não se poupa de denunciá-los. E, por isso, precisamos nos atentar nesta primeira parte do segundo capítulo, aos cinco modelos de masculinidade retirados de seu próprio mundo, ou seja, da literatura machadiana. Eles podem ser vistos pelas figuras do *homem laboral*, *homem clérigo*, *homem mercantil*, *homem escravizado* e *homem senhorial*.

O movimento de escrita romanesco do século XIX confunde-se com um círculo majoritariamente de escritores homens. E as formas plurais de modelos de masculinidades, abordadas nesta pesquisa, sugerem um trabalho desempenhado por Machado de Assis em ler os comportamentos de seus pares contemporâneos. Este processo de análise histórica leva em conta aquilo que nos sugeriu Krzysztof Pomian acerca das relações entre a história, o “real” e o “ficcional”, ao observar que: “A fábula precisa, portanto, da história; a imaginação, do conhecimento, e a ficção, da verdade. Seria recíproco?”²

¹ ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878, capítulo X. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

² POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2003, p. 18.

A análise dos personagens construídos pela narrativa literária machadiana leva em conta como as hierarquias e os espaços eram muito bem sinalizados e traspostos. Como cada senhor se relacionava, o modo de enxergar o seu trabalho, e, principalmente como a escravidão funcionava como *mola mestra* no cotidiano político. Sidney Chalhoub argumentou certeira­mente neste ponto, quando advertiu que, na análise dos homens e mulheres negras escravizadas do Segundo Reinado, precisamos encarar a prática escravocrata como um elemento normatizado, constitucional e definidor das relações sociais mais costumeiras. Deste modo, o poder no Brasil da segunda década do século XIX passa por dimensões estruturais desde o clientelismo até a escravidão, ilustrando as problemáticas do mundo do trabalho brasileiro.³

Machado de Assis encontrou na literatura e nas vozes narrativas a segurança de interpretar esta dinâmica da vida humana legitimamente brasileira. Ele sendo um escritor e negro, vivenciara na pele, no corpo, e em seus personagens, as estruturas violentas, mas também criadoras de um mundo específico. Os personagens Jorge, conselheiro Valle, Estácio e o desembargador (pai de Jorge), vistos na perspectiva hegemônica, exemplificam a articulação de vida que não podem passar por uma simples leitura de um condicionamento imposto. Machado utiliza da ironia na figuração destes modelos porque sabe que as relações de poder são capazes de construir projetos de masculinidade e combater tantos outros. O fator de dominação presente na ideologia senhorial não se legitima somente através de atos violentos, as masculinidades são construídas por mínimas ações cotidianas que se tencionam e, ao longo do tempo, se modificam.

Seria impróprio falar que não existiu uma *masculinidade senhorial* sem o diálogo com outras formas de negação e afirmação das características pessoais que compõem esta forma de masculinidade hegemônica brasileira? A resposta nasce do próprio mapeamento dos personagens e o modo como eles são construídos, isto é, ao observarmos o próprio projeto de figuração machadiano em suas obras. É correto

³ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 50-57.

afirmarmos que é o próprio literato quem apresenta aos leitores a sua busca em dissecar o processo de tornar-se homem em suas mais variadas formas e deficiências.⁴

Longe de demonstrá-los como grupos coesos e uniformes, a tentativa aqui é propor suas interconexões e problematizações, em que cada personagem se insere e, ao mesmo tempo, se comporta. Quais são as descrições de seu corpo, sua funcionalidade, seus hábitos? Como tais grupos são vistos pela ótica dos narradores construídos pelo literato em *Helena e Yayá Garcia*?

Antes de fazer uma leitura crítica de cada grupo, se faz preciso lembrar o cenário dessa sociedade, marcado por um período de intensas manifestações políticas combativas à escravidão, o nascimento de um novo modelo de burguesia urbana na Corte, a agência dos homens e mulheres negras escravizadas, fatores que o movimento literário não deixou também de figurar em seus personagens, aquilo que Ana Carolina Soares definiu como, as “representações textuais da masculinidade”.⁵

O mundo idealizado nas páginas dos romances incorporava os pensamentos sociais de um Machado vivo, um homem que, desde a sua infância no Morro do Livramento, conviveu com a condição de agregado. Segundo nos mostra Lúcia Miguel Pereira, o primeiro filho de Francisco José de Assis e Maria Leopoldina conhecia no próprio drama pessoal o intercruzamento de marcadores sociais como classe e raça. Seu pai era “mulato e pintor, nascido já de pardos forros” e a mãe “portuguesa, ilhoa, e segundo a tradição lavadeira”, já lembrava Pereira.⁶

Para o jovem que nascera na famosa chácara no Livramento, a ótica das hierarquias sociais e do mundo do trabalho destacou-se logo. Sua família morava de favor em uma modesta habitação em posses de uma poderosa família e o custoso sustento advinha de um pai que passava o dia fora trabalhando e uma mãe que possivelmente mantinha contatos laborais como o ato de lavar roupas para fora, tudo isto para prover o pão diário. O contraste se tonalizava justamente no quintal de casa, no

⁴ O conceito de masculinidade hegemônica, como já sinalizado anteriormente, advém de um diálogo com Raewyn Connell. In: CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.21, n.1, 2013, p.241-282.

⁵ SOARES, Ana Carolina. Representações textuais da masculinidade: O celibato em “Ex-Homem” de José de Alencar. **Projeto História**, São Paulo, v.45, n.1, dezembro, 2012, pp. 62-63.

⁶ PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 6ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 41

casarão onde morava a madrinha Maria José de Mendonça Barroso, uma senhora de grandes posses e viúva de um dos notáveis da Corte.⁷

Como um homem negro livre do Oitocentos, Machado enxergava na escravidão o dilema moral e ético da sociedade brasileira, em especial a fluminense. Augusto Meyer afirmava que o *homem subterrâneo* que há neste escritor perpassa por toda a sua obra com uma voz crítica, uma postura áspera à essência de sua própria realidade e, tudo isso, com a arte de tentar ocultar mostrando.⁸

Para Luiz Felipe de Alencastro, a formação do Brasil ancorava-se na complexidade das atividades comerciais desenvolvidas entre as costas da América do Sul e da África, o legado do Império Português faz durar até a abolição da escravatura o maior elemento de identificação desta terra que é a escravidão. Ao analisar a formação colonial do território e da cultura desta territorialidade do Atlântico Sul-Americano, Alencastro aloca sua advertência na questão da durabilidade das estruturas sociais amparadas no comércio escravo ultramarino. O historiador afirma:

A continuidade da história colonial não se confunde com a continuidade do território da Colônia. Na verdade, os condicionantes atlânticos, africanos – tão distintos dos vínculos europeus –, só desapareceram do horizonte do país após o término do tráfico negreiro e a ruptura da matriz espacial colonial, na segunda metade do século XIX. Tais condicionantes marcam a originalidade da formação histórica brasileira.⁹

Os personagens que Machado de Assis constrói vivenciam de perto os efeitos deste mundo que, nas palavras de Joaquim Nabuco, evocam o contraste que influía no modo de vida e na organização de trabalho: “A história da escravidão na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sondar, e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil.” Obviamente, a construção crítica deste político sobre a prática escravista reflete uma posição ideológica de seu tempo que não enxergava no

⁷ Ibidem, 40-41

⁸ Sobre a visão de Augusto Meyer sobre Machado de Assis: “E talvez dentro dele a consciência de raça amargurada ao tronco e surrada pelos mandões de nossa aristocracia agrária. Se não transparece em Machado de Assis, mulato aristocratizado pela cultura, resquício algum de ressentimento ou complexo de humilhação, quem poderia afirmar que uma atitude tão discreta, um desdém tão fino – uma indiferença de Próspero pelas revoltas de Caliban – não encobre uma cicatriz antiga?” In: MEYER, Augusto. *Machado de Assis (1935 – 1958)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, pp. 15-21.

⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 20-21.

horror produzido pelos proprietários e comerciantes a *total* degradação, e sim na análise dos elementos racializados valorados que norteavam sua própria prática abolicionista.¹⁰

Para Nabuco, a condição de escravidão que envolvia o Brasil e o desenvolvia, impedia comitadamente que a formação de estruturas de trabalho livre soasse com total independência aos modelos burgueses ocidentais. Para isto, inscreveu-se na ideologia constitucional do Império um sentimento que:

[...] manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; [que] não alimentou, não vestiu suficientemente; [e que] roubou-lhes as economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono, tornou impossível os hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de todas as vinditas cruéis de uma outra raça.¹¹

A elaboração de uma experiência da formação da sociedade brasileira imperial nasce e se edifica com todos os estigmas morais da escravidão. A separação racial edifica os sujeitos masculinos, privando os homens negros escravizados de estruturar a prática trabalhista assalariada e a sua própria liberdade. Nesse contexto, a maior parte dos homens e mulheres do Brasil vincula-se a um regime que não lhes garante humanidade ou participação social, e mesmo quando livres os impede de inserção no restrito mundo do trabalho. O trabalho de Luis Felipe Miguel investiga as relações entre capitalismo industrial e patriarcado, remontando como esses dois modelos de organização social e políticas se entrelaçam no Ocidente. Uma questão precisa ser levantada, pois se o capitalismo enquanto comportamento econômico exige “a separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, o controle de uma mão de obra formalmente livre e a produção de bens voltada precipuamente para a troca mercantil”, no Dezenove brasileiro essa prática não é uma realidade, isto é, não para uma maioria formal. A massa de escravizados alocava-se em quase todos os eixos de produção de riquezas, distorcendo e gerindo este sistema.¹²

Para Miguel, a estrutura capitalista burguesa assalariada europeia do século XIX difere-se dessa outra construção ancorada no Império brasileiro, pois a prática

¹⁰ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010, p. 127.

¹¹ Ibidem, p. 129

¹² MIGUEL, Luís Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, setembro-dezembro, 2017, p. 1222.

escravista elenca junto à dinâmica social do patriarcado a sua lógica central de produção.¹³ Das profissões masculinas que florescem no censo de 1872 aparecem as *profissões liberais*: juízes, procuradores, advogados, oficiais de justiça, notários, escrivães, médicos, cirurgião, professores, homens de letras, artistas, militares, mercadores, capitalistas, proprietários, manufatureiros, fabricantes, comerciantes, guarda livros, cacheiros. Aquelas identificadas como *profissões manuais* são: carteiros, calceiteiros, mineiros, cavouqueiros de metais, costureiros, trabalhados em tecidos, edificações, em couro e peles, de tinturaria, chapéus, calçados, etc., além das *profissões agrícolas*: lavradores, criadores, jornaleiros, etc. Estas nomenclaturas extraídas aferem um sentido curioso, que é a existência, mesmo que menor, do trabalho livre em quase todos os setores da produção imperial, a questão que invade este conceito laboral está na proximidade de alguns ofícios com a escravidão.¹⁴

Já a política patriarcal, que acompanhava as relações sociais e familiares brasileiras desde a colonização desta terra, não escondia a estruturação de uma sociedade altamente organizada pela ótica hierárquica da escravidão. Miguel localiza o patriarcado como “um termo que possui uma própria trajetória na história das ideias sociais e torná-lo coextensivo à dominação masculina não é isento de consequências.”. Para este sociólogo, esta lógica buscava também fundamentar-se na autoridade do monarca, incorporando uma função de *homem senhorial* vista em um modelo familiar específico, a forma de organização cultural ocidental que consagra o pai como *chefe do lar* que descende do mito da “progenitura a partir de Adão” e é capaz de estender o poder hierárquico perpassando pelas mulheres, filhos, parentes, escravos, servos e agregados.¹⁵

A institucionalização desta forma de poder passa por elementos repressivos que rebaixam e submetem as pessoas, mas não só. Segundo Michel Foucault:

O que faz com que o poder seja aceito é simplesmente que ele não só pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede

¹³ Ibidem, pp. 1222-1223.

¹⁴ Dados extraídos do: BRASIL. IBGE. **Recenseamento do Brasil**, 1872. Rio de Janeiro, Typ. G Leuzinger, 1876. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

¹⁵ MIGUEL, op. cit., p. 1223.

produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por finalidade reprimir.¹⁶

Ou seja, o Estado do Império apresenta não só como líder máximo da nação um homem, o imperador, como defende em todas as instâncias de poder os interesses dos fazendeiros aristocratas senhoriais. Há um conjunto de normas e regras morais nessa sociedade que tipificam um grupo, encarado pelo comportamento previsto pela masculinidade hegemônica. Neste ponto, é que podemos ver a defesa de Raewyn Connell sobre esta metodologia de análise que vem “confirmando a pluralidade de masculinidades e as complexidades da construção do gênero para os homens, e trazendo evidências à luta ativa pela dominância, que é implícita ao conceito gramsciano de hegemonia”.¹⁷

Neste sentido, também podemos relacionar o que nos apresenta Sidney Chalhoub sobre a sua análise dos romances machadianos. Para o historiador, o patriarcado assume duas formas de análise, aquela proposta pelos personagens dos *homens senhoriais* e aquela que é encarada pelos demais personagens através de suas próprias agências no texto. Chalhoub evoca que, em *Helena*, “Machado empreende uma análise bastante lúcida das políticas de domínio vigentes durante ‘o tempo saquarema’”, mais do que isso ele prossegue com o argumento de que a ilusão paternalista dos personagens senhoriais da chamada primeira fase do escritor entraria em crise com o enquadramento das reflexões de um Brás Cubas ou um Bento Santiago transformado em Casmurro.¹⁸

É possível olhar este argumento por uma ótica diferente, seguindo os conceitos sobre masculinidade vistos por Connell. Para a socióloga, a estrutura de um modelo de masculinidade hegemônica não se ancora somente a partir de um eixo de expressão único. As figurações dos personagens senhoriais podem ser elaboradas de muitas maneiras. As masculinidades observadas em níveis regionais se encontram em constante embate e transformações, e suas ressignificações não se demarcam de modo

¹⁶ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 45.

¹⁷ CONNELL, op. cit., p 244.

¹⁸ CHALHOUB, op. cit., p. 41.

instantâneo, elas apenas podem ser percebidas através de uma análise relacional cotidiana.¹⁹

Faz-se preciso realizar um movimento de reflexão sobre a construção do Estado Imperial e as múltiplas faces da aquarela de masculinidades brasileiras desse período. Extrapolando a ideia de Roberto Schwarz sem deixar de sinalizar a sua importância no contexto de *ideias fora do lugar*, precisamos encarar como se dão as relações entre os homens constituintes da esfera política, entendendo os seus pressupostos e ideologias de controle do lar e da rua. Quem poderia ser chamado de *homem senhorial*? Quais os limites desta figuração de ideologias que não se encaixam em solo brasileiro? E, o mais importante, como se desenrolou a conquista cotidiana de um projeto de masculinidade hegemônica?

Aprofundando-se na formação do chamado *tempo saquarema*, Ilmar Rohloff de Mattos alerta para as condições de *liberdade e propriedade* como elementos distintivos em uma sociedade de base agrário-exportadora imperial. A importância de sinalizar este binômio de elementos por onde o poder garante autonomia pessoal e influência política circunda, nas palavras do historiador: “parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade enquanto uma classe social”. A ideia de um grupo específico coeso e de representação social específica é quebrada pela própria lógica do *liberalismo à brasileira*.²⁰

O *liberalismo* fora ou dentro das esferas ideológicas de nossa sociedade surtiu efeitos razoáveis, e estes sustentados pelos braços negros escravizados que postulavam o polo contrário daquilo que Mattos nos indica como “boa sociedade”.²¹ O trabalho de Schwarz não deixou de alertar para esta diferença no processo de incorporação de um modelo que por experiência europeia era alheio ao sistema escravocrata no mundo do trabalho, porém *adaptação* será a chave de entendimento da própria constituição do corpo social imperial brasileiro.²²

¹⁹ CONNELL, op. cit., p. 267.

²⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 119.

²¹ *Ibidem*, p. 108.

²² SCHWARZ, op. cit., 2012, p. 130.

Os personagens se reconhecem como senhores pela própria expressão do não ser. Estácio, Jorge, o Desembargador e o conselheiro Valle não apresentam em suas formas de manutenção de renda o modelo agrário das *plantations*. Não há uma só ligação que nos demonstre que estes exemplares ficcionais das masculinidades brasileiras vivam da produção cafeeira, da cana-de-açúcar ou algodão, contudo, na narrativa machadiana todas essas figurações se enxergam como pertencentes a uma classe específica. Um lugar social que não só lhes permite ter acesso à propriedade privada e assegurá-la, como ter escravos, criar uma ideologia de mundo e expô-la como aceitável no mundo político, transitar entre a casa e o Estado, reivindicar para si um respeito alheio que pode ser confundido como autoridade, além de uma série de características constituintes de sua identidade.

Ser um *homem senhorial* não é pertencer a este ao aquele meio agrário exportador, e sim ter condições de participar ativamente dos benefícios da lei. Ou seja, ser um cidadão com plenos poderes reconhecidos. O que estamos aqui afirmando, é que existem distorções no modelo liberal no Segundo Reinado brasileiro, e a proposta é demonstrar como Machado cria múltiplas figurações de ser homem que se reconhecem, se rivalizam e também coexistem. Na estruturação de Mattos, “a sociedade imprimia-se nos indivíduos que a compunham, distinguindo-os, hierarquizando-os e forçando-os a manter vínculos pessoais”. Desta forma, o Império projeta formas de ser homem e os homens criam o Império à luz das leis, instituições, rebeliões, revoltas e, claro, pela simples existência.²³

Os pais dos personagens Estácio e Jorge lhes legaram além do nome socialmente reconhecido, um meio de subsistência amplamente confortável, pelos “aluguéis das casas que possui” e pelos escravos que lhe atenderiam as necessidades diárias de trabalho. Há uma diferença entre as elites ligadas ao monopólio do setor agrário e as médias classes senhoriais urbanas, pois divergem em pontos de vista e também de segurança econômica, todavia ambas conseguem trilhar um caminho que somente a esses homens é possível seguir. Os *homens laborais, mercantis, eclesiásticos*

²³ MATTOS, op. cit. 1999, p. 118.

e escravizados figuram outro lado, com suas próprias particularidades de grupo, mas não se confundem e não são reconhecidos como *homens senhoriais*.²⁴

A construção da tabela de número V se deu a partir de fragmentos e ideias dos dois romances, *Helena* e *Yayá Garcia*. A proposta da elaboração deste quadro é separar os modelos de homens figurados nos personagens de Machado de Assis nestes dois textos. Há uma separação de cinco exemplos modelares de figurações masculinas, são eles: o *homem laboral*, o *homem clérigo*, o *homem senhorial*, o *homem mercantil* e o *homem escravizado*. A ideia de propor uma esquematização que envolva elementos como: nome, ocupação, status civil, renda e raça, se arrolam ao próprio princípio das análises subsequentes. Analisaremos neste capítulo situações escolhidas dentro das narrativas literárias, para tentar tipificar e elucidar cada figuração masculina, propondo esquematizar como elas são confeccionadas em suas características corporais, ideológicas, sentimentais, suas ações e, claro, as relações de gênero que os pormenores textuais comportam.

Tabela V:²⁵

MODELOS DE HOMENS				
NOMES	OCUPAÇÃO	STATUS CIVIL	RENDA	RAÇA
HOMEM LABORAL				
Luiz Garcia	Livre/trabalhador	Viúvo/casado	Pobre	Branco
Dr. Camargo	Livre/trabalhador	Casado	Médio	Branco
Salvador	Livre/trabalhador	Solteiro	Pobre	Branco
Dr. Mattos	Livre/trabalhador	Casado	Médio	Branco
Macedo	Livre/trabalhador	Casado	Médio	Branco
Sr. Antunes	Livre/trabalhador	Viúvo	Pobre	Amarelo/branco
HOMEM CLÉRIGO				
Pe. Melchior	Livre/trabalhador	Celibatário	Pobre	Branco
HOMEM SENHORIAL				
Estácio	Livre/herdeiro	Solteiro	Rico	Branco
Mendonça	Livre/herdeiro	Solteiro	Rico	Branco

²⁴ ASSIS, op. cit., 1876, cap. VII.

²⁵ A tabela em amostra foi criada a partir de dados extraídos dos romances aqui trabalhados como fonte histórica. São eles: ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo**: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.; ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

Jorge	Livre/herdeiro	Solteiro/casado	Rico	Branco
Cons. Valle	Livre/herdeiro	Casado/ viúvo	Rico	Branco
HOMEM MERCANTIL				
Procópio Dias	Livre/Negociador	Solteiro	Rico	Branco
HOMEM ESCRAVIZADO				
Vicente	Escravizado	Solteiro	Pobre/dependente	Negro
Raymundo	Escravizado/livre	Solteiro	Pobre/dependente	Negro

Homem laboral

Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter donos. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho.²⁶

Luiz Garcia

O romance intitulado *Yayá Garcia* começa com a descrição da vida daquele que será visto como herói às avessas de Machado de Assis, o então sossegado Luiz Garcia. O adjetivo agora empregado se deve à leitura inicial deste personagem, seu caráter e personalidade. O enredo se inicia na data de 5 de outubro de 1866, com uma carta que interrompia o silêncio dos hábitos matinais deste homem.²⁷

Esta figuração masculina machadiana apresenta fisionomias singulares, e o tom descritivo no primeiro capítulo do texto analisa uma impressão daquele que seria o primeiro exemplo do modelo de um *homem laboral*. Ao encarar a primeira qualidade de Luiz Garcia, é possível notar que ele “era funcionário público”, iniciava em casa a sua jornada de trabalho “antes do almoço que era às oito horas” e não parava até pouco antes de dormir. Visto que morava no bairro de Santa Tereza, após a refeição habitual tomava de empréstimo um passo lento até sua repartição, “onde, se tinha algum tempo, folheava rapidamente as gazetas do dia”. Seus hábitos no trabalho tingiam-se pela serenidade e a ação metódica, segundo aponta o narrador. E, ao final de mais um

²⁶ HILAIRE, Augusto de Saint. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**. Trad. Affonso de E. Taunay. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 39.

²⁷ ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878, cap. I.

expediente, lá voltava este herói para o “lugar menos povoado” que escolhera se abrigar.²⁸

Ao receber a carta que inicia a história, Luiz Garcia contava com exatos quarenta e quatro anos, não é descrito como homem de alguma beleza invejável, nem como envelhecido ou perto da idade que, segundo a expectativa média de vida do Segundo Reinado, era considerada uma expressão de indivíduo com a idade que já caminhava para um processo de envelhecimento. É fundamental notar a análise descritiva de sua aparência corporal que o personifica como um sujeito: “alto, magro, um começo de calva, barba raspada, ar britânico e circunspecto”, em questões de trato e relacionamento interpessoal tem qualidades de um observador frio, modesto e cortês. Muito coerente para um homem que vivia do trabalho e mantinha em seu íntimo “um estado de apatia e ceticismo, com seus laivos de desdém”, atributos indispensáveis para aqueles que apresentam certo ar de revolta pela vida, como nos pontua o ato discricionário do texto.²⁹

Se não era pobre em demasia, suas virtudes de *homem laboral* já decoram um antagonismo da estrutura da masculinidade hegemônica senhorial brasileira desse século em que o romance está ambientado. Após encarar o fim de sua vida conjugal por uma repentina viuvez e administrar sozinho a vida de sua filha Lina, nome de batismo de Yayá Garcia, fora se abrigar em uma “modesta habitação” no bairro afastado de Santa Tereza. Casa composta basicamente por “poucas braças de quintal”, onde acumulava algumas flores e hortaliças, alguns móveis modestos e já deteriorados pela ação do tempo, destacando-se a “encardida palhinha das cadeiras”, os fragmentos de “um velho tapete, contemporâneo do sofá”, “uma mesa de quatro a cinco palmos”, e tudo isto marcando uma sensação de que: “cada móvel, cada objeto – ainda ínfimo – parecia haver-se petrificado”. De fato, os recursos deste funcionário público eram tímidos e regulares.³⁰

²⁸ Ibidem, cap. I. Sobre o significado do vocábulo almoço escolhido por Machado de Assis, podemos entendê-lo como a “refeição que geralmente se toma pela manhã; a primeira refeição do dia.”, seguindo a interpretação portuguesa. In: AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa** – tomo I. Imprensa Nacional: Lisboa, 1881.

²⁹ Idem.

³⁰ ASSIS, op. cit., cap. I.

Este personagem escolhera fazer moradia em lugar tão sossegado quanto modesto e inundava seu ritmo metódico da pouca independência de classe que resta a um funcionário estatal de caráter mediano-baixo no Império. A carta que abre o livro rompe o silêncio de Luiz Garcia, a remetente é Valéria Gomes a “viúva de um desembargador honorário”, mulher a quem ele deve uma relação de favores. No passado, segundo nos adverte o segundo capítulo, uma troca de obséquios ligara essas duas famílias de estratos sociais distantes. A ironia do narrador assume uma pontada de despeito e afirma que os Gomes detinham “até” algum respeito pelo pobre trabalhador.³¹

Sobre a formação intelectual deste trabalhador de posição mediana, o texto nos informa que “Luiz Garcia era homem de escassa cultura, sobretudo irregular”, lia alguns periódicos pelo gesto diário mecânico, “os dons naturais e a longa solidão dera-lhe o hábito de refletir”, jogava com certa sazonalidade xadrez com Jorge, e nos meses que antecederam a sua morte empreendeu uma tarefa de aumentar a própria instrução pessoal. A tarefa de ler grande número de obras emprestadas da biblioteca do companheiro de jogos e futuro genro não era fácil, entretanto em sua idade “faltava-lhe tempo e sobrava-lhe fome”, “sem grande método nem escrupulosa eleição” sua tardia habilidade de leitor se ambicionava na seguinte fórmula: acabada a leitura “recompunha o livro, incrustava-o por assim dizer, no cérebro” e mantinha uma pequena intuição de cada conteúdo. É possível ponderar que a vida sempre regrada na divisão do trabalho com os cuidados paternos não permitira dar prosseguimento em sua juventude à edificação de vasta reflexão teórica. A tudo isto, pode ser somada a precariedade de suas condições econômicas que o obrigava a lograr o tempo livre com trabalhos excedentes e gastos extras com a única filha. O exemplo da custosa compra de um piano para Yayá, ainda no primeiro capítulo, evidencia que a obtenção do letramento bibliográfico deste homem fora legado a outro momento pela pobreza de seus meios.³²

Luiz Garcia tinha, dentre as poucas qualidades expostas, uma que deveras despontava dentro da lógica defendida por Roberto Schwarz como a dos *favores*. Para este crítico literário, “o favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa,

³¹ Ibidem, cap. II.

³² Ibidem, cap. VIII.

exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”, e mesmo que este *homem laboral* não detivesse fundos para empréstimos ou grandes decisões econômicas, ele era sempre um “amigo de obsequiar” a todos. E com a vantagem de “esquecer o benefício, antes que o beneficiado o esquecesse”, algo que o próprio narrador define como uma anormalidade neste mundo das trocas de clientelismo e dependência. Suas atitudes talvez não estejam na lógica das benfeitorias, mas no apurado cálculo das relações senhoriais de seu tempo. É possível ver isto mais adiante, por hora, é importante destacar o encontro entre estes dois mundos tão desiguais o da elite carioca e o do amanuense mediano.³³

Na Rua dos Inválidos, no dia 5 de outubro de 1866, de 13 às 14hs da tarde, interrompendo suas atividades laborais, Luiz Garcia encontrava-se com Valéria Gomes. Mulher que o narrador descreve de posse de quarenta e oito anos de idade, “opulenta e grande senhora”, “alta e robusta” entre tantos outros adjetivos que reconhecem uma senhora ativa nas decisões que colocam em evidência a ideologia senhorial e, conseqüentemente, a masculinidade hegemônica de seu falecido marido que ela procurava engendrar em seu filho.³⁴

Se entendermos, como nos alerta Raewyn Connell, a masculinidade hegemônica como um conceito que expressa “um padrão de práticas (i. e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre [outros homens e] sobre as mulheres continuasse”, é possível ver que a personagem da viúva abastada detém uma função dentro da lógica senhorial, que é a perpetuação do *status* de sua família e da preservação econômica de seus bens.³⁵ A discussão aqui aberta à reflexão se confirma com o ciclo de conversas entre os dois personagens já citados.

A preocupação da senhora Gomes se dá justamente na paixão de seu filho Jorge por uma agregada da família que ela considera em uma situação extremamente inferior. E sua proposta é arraigar um aliado à empresa desta separação, mesmo que

³³ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 17-18; ASSIS, op. cit., 1878, cap. I.

³⁴ Ibidem, cap. II.

³⁵ CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.21, n.1, 2013, p 245.

para isto não coloque no diálogo todas as suas intenções e motivos. A conversação se inicia com a retórica de que é chegada a hora de “fazerem todas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor”, propondo o alistamento dos mancebos na Guerra do Paraguai. Decerto o jovem Jorge, contando 24 anos, não entraria na guerra como raso soldado, pois ser-lhe-ia conseguido “um posto de alferes ou tenente”, galgando assim para seu filho não só a separação imediata da moça que desperta o coração deste, como valores simbólicos que qualificam positivamente a masculinidade hegemônica de seu tempo.³⁶

O processo de *masculinização* ancorado em comportamentos que podem ser conquistados ou incorporados por alguns homens é visto por Fátima Regina Maria Ceccheto pela ótica de algumas funções sociais como o esporte e os jogos. Para a autora, a entrada dos homens nestes espaços é um fator que pode torná-los efetivamente másculos. É possível compararmos as marcas destes processos de iniciação à virilidade com os predicados utilizados por Valéria Gomes, em que noções como “patriotismo”, “coragem”, “pátria, que está acima de nós”, “tomar gosto das armas”, “nome ilustre” “honrar o nome do pai”, assumem uma função valorativa.³⁷ Nas palavras de Ceccheto:

A literatura, antropológica ou não, é rica em relatos sobre a infância e adolescência de meninos “transformados” em homens pelos jogos ou esportes viris [pode-se incluir aqui a militarização]. O esporte [pode ser lido aqui também o alistamento] é tido como uma espécie de antídoto para a feminilização, um *locus* propício para a construção da masculinidade, porque apresenta aspectos de competição, violência e combate, mesmo ritualizados, são considerados atributos de masculinidade.³⁸

O motivo bélico não pareceu satisfatório para Luiz Garcia como desculpa para uma repentina separação, porém, sem se indispor com os apelos da interlocutora, reluta em acreditar que seja este mesmo o incidente que resultara na separação imediata de mãe e filho. Utilizando elementos retóricos que redirecionavam o pensamento da viúva ao verdadeiro desenlace, o livro irá promovendo um eclipse de tensões. Ao questionar a periculosidade de tal empreitada, o trabalhador argumenta que estavam ainda em uma guerra de contornos indefinidos, porém a resposta da mãe se concentrou na virtude patriótica acima da vida. Ao notar o desconforto do convidado amigo da família, Dona

³⁶ ASSIS, op. cit., 1878, cap. II.

³⁷ Idem.

³⁸ CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.77.

Valéria lança mão de uma forma de convencimento estratégica, lembrando os favores que os ligavam no passado ela disserta:

– O senhor é nosso amigo, explicou ela; seu pai também foi nosso amigo. Sabe que um e outro sempre nos mereceram muita consideração. Em todo caso, não quisera recorrer a outra pessoa. Luiz Garcia não respondeu logo; não tinha ânimo de aceitar a incumbência e não queria abertamente recusar: procurava um meio de esquivar-se à resposta. Valéria insistiu de um modo que era impossível calar mais tempo.³⁹

A sucessiva argumentação incorporada por Valéria relembra, em um mesmo ato, as relações familiares de outro tempo, a consideração e estima que carregava este *homem laboral* mesmo com tamanha disparidade de classe, além da exclusividade da escolha deste. Como bem nota Roberto Schwarz, o “desplante vai longe [...] e sem temer viradas bruscas, nas quais se manifestam justamente o aspecto discricionário, a impunidade tranquila da autoridade paternalista, que no caso têm a cobertura suplementar da ‘feminidade’.”⁴⁰

O nosso personagem masculino fica assim em uma posição não só desconfortável para quem escolhera o sossego e a reclusão social, como se via na impossibilidade da recusa. Aceitar entrar nos planos de Dona Valéria seria recair na lógica da “dependência pessoal”, *grosso modo*, entrava em um novo ciclo de favores prestados e favores em dívida, como nos lembra Schwarz. E, desta vez, com um fim que poderia levar à morte do jovem Jorge, por um ato pelo qual não entendia completamente o motivo e que refletia não ser a solução melhor aplicada. Aceita obsequiar mesmo a contragosto, e defende sua posição garantindo a sua autonomia em relação a viúva:⁴¹

O que me pede é muito grave, disse ele; se o Dr. Jorge der algum peso a meus conselhos e seguir para a guerra, assumo uma porção de responsabilidade, que não só me há de gravar a consciência, como influirá para alterar nossas relações e diminuir talvez a amizade benévola que sempre achei nesta casa. O obséquio que hoje exige de mim, quem sabe se m’o não lançará em rosto um dia como ato de leviandade?⁴²

Na tentativa de “achar um meio de conciliar os desejos da viúva com a sua própria neutralidade”, Luiz Garcia utiliza o argumento de que não vê no heroísmo patriótico da matriarca a verdadeira causa da separação. Após o primeiro encontro, este

³⁹ ASSIS, op cit., 1878, cap. II.

⁴⁰ SCHWARZ, op. cit., 2012, p.170.

⁴¹ Ibidem, p. 166.

⁴² ASSIS, op cit., 1878, cap. II.

homem se pôs a refletir sobre o que estava escondido sobre o “colorido nobre e augusto” de enviar um filho único para à Guerra do Paraguai. Em um momento reservado, quando se encontram sozinhos depois do jantar combinado no dia seguinte ao primeiro encontro na Rua dos Inválidos, decide então falar com Jorge e colocar a questão de “ponto em branco”. Pergunta diretamente do interesse do rapaz, que contava vinte e quatro anos completos, sobre ir à Guerra.⁴³

Jorge confessa ir contrariado, e vê que Luiz Garcia trabalha junto de sua mãe para afastá-lo da verdadeira causa de todo o embrolho. Após dar a resposta que aceita o seu alistamento, o jovem rapaz confessa que sua “mãe quer mandar-lhe para a guerra, porque não pode obstar os movimentos do [...] coração”. Uma paixão é a causa do desespero de Valéria, e mais uma vez tentou o funcionário público remediar os planos bélicos. Ele sugeria agora uma viagem para Europa, que achou a negativa de seu interlocutor. A sugestão já havia sido feita pela mãe que obteve a recusa do filho, a opção bélica traria ao amor um enlace romanesco. O risco da morte em batalha surgia como uma chance de provar o amor que lhe sangrava o peito e, ao mesmo tempo, abateria a iniciativa de Valéria no caso de não regressar a casa.⁴⁴

Nosso *homem laboral* passa, no segundo capítulo da obra, de obsequiador para confidente do donzel que partiria logo em breve para o Paraguai. Dona Valéria não só mentira sobre o caso de amor do filho, quando apelando ao amigo disse que se tratava de uma senhora casada, como incumbiu o agregado a “poupar a seu nome a nódoa de uma felonía”. Jorge buscou nele um amigo, alguém que pela idade e as relações familiares passadas pudesse confiar às dores deste amor sufocado, e durante os anos de batalha manteve com ele uma troca de cartas que oscilavam desde a formalidade até a confidência. O espírito de Luiz Garcia detinha o “gesto lento e as atitudes tranquilas”, lia e interpretava às cartas com bastante temperança e respondia na mesma medida.⁴⁵

No ano de 1867, recebera Luiz Garcia a primeira carta de Jorge, aproximadamente cinco meses decorridos fora do território nacional, o papel trazia além de muitas coisas a seguinte confissão: “Não importa saber quem é, disse ele; – o essencial é saber que amo a mais nobre criatura do mundo, e o triste é que não somente não sou amado, mas até estou certo que sou aborrecido”. A resposta chegou com frases

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

“dadas em linguagem sóbria e medida”, não pontuava sobre a paixão declarada e apenas disparava um tom moralizante sobre os “deveres de homem e de soldado”.⁴⁶

A segunda carta foi enviada de Santa Tereza, Luiz Garcia dava conta da doença de Dona Valéria e seu recente repouso em Minas Gerais e concluía a carta com a pesada notícia: “Resta-me dizer-lhe, se alguma coisa interessar minha vida, que sábado passado contraí segundas núpcias. Minha mulher é a filha do Sr. Antunes. Sua mãe serviu de madrinha.”. O casamento se deu com Estella, a mulher amada por Jorge em segredo. O casamento, segundo nos conta o narrador, não fora todo caso obra do destino. Valéria promovera não só um dote à menina agregada como buscou-lhe um marido que estivesse à altura da afeição que ela detinha pela moça.

O capítulo de número VI, de *Yayá Garcia*, será responsável em explorar “por que evolução se operou o casamento de Estella”, detendo-se em como o personagem de Luiz Garcia irá figurar suas ações e procedimentos. Como já informado, o funcionário público carregava desde a infância da filha a marca da sua precoce viuvez. O romance não aponta nenhum caso amoroso ou aventura que pudesse ter contrabalanceado o coração do solitário morador de Santa Tereza.⁴⁷

A primeira amostra que o texto nos destaca do coração de Luiz Garcia se dá com o comportamento de Valéria. Após encaminhar o filho ao Paraguai refletia que a pouca durabilidade do combate poderia fazer ressurgir em Jorge uma volta ainda mais apaixonada. Todo o seu empenho seria inútil, e ainda mais, “o fogo poderia renascer das cinzas mal apagadas”, por isso tratou logo de remediar um casamento para a jovem Estella. Sua atitude fora rápida, o narrador informa que: “Dois meses depois do embarque de Jorge, Valéria mandou chamar o Sr. Antunes a Santa Tereza” para tratar de dotar a filha. A viúva planejava agora arrumar-lhe um pretendente, posto que a futura noiva não amasse a ninguém sondou encontrar alguém que condissesse com o “longo e afetuoso inventário das qualidades da moça”.⁴⁸

Estella se mostra disposta em aceitar os arranjos da benfeitora, e mesmo não se alegrando com o dote e a humilhação de classe que ele indicava, viu que casar com alguém próximo ao seu estrato social seria uma forma de sair daquela circunstância de

⁴⁶ Ibidem, cap. V.

⁴⁷ Ibidem, cap. VI.

⁴⁸ Idem.

favores e dívidas aos Gomes. Para a filha do Sr. Antunes, o comportamento de dotá-la seria “uma água virtuosa que lhe lavaria os lábios dos beijos que ela forcejava por extinguir”, seria uma forma de a mãe pagar pela violência do filho. Obviamente, Valéria desconhecia a complexidade do ocorrido de setembro de 1865 na Tijuca, o beijo roubado, mas a ação pagava o sentimento que ela imaginava no vivo coração da moça.⁴⁹

A assiduidade das visitas de Estella na casa dos Gomes voltou a acontecer após o embarque do donzel da Rua dos Inválidos, e posto estivessem em época do ano propícia às idas à propriedade de veraneio em Santa Tereza, a jovem acompanhava a viúva “algumas vezes”. Nestas estadias, conheceram-se Yayá Garcia e Estella. E logo as relações entre as duas foram marcadas pela “afeição imediata”, e o cálculo da filha de Luiz Garcia garantiu “a chave do caráter de Valéria”, transformando-se também uma agregada desta família. Após estreitos os laços entre as jovens que ali circulavam, um pensamento rompeu a cabeça de Yayá, propondo o casamento da filha do Sr. Antunes com o seu pai.⁵⁰

O desejo da jovem residente de Santa Tereza fez surgir em Estella um pensamento. Ela já “conhecia alguma coisa do caráter de Luiz Garcia; rigorosamente era um esposo aceitável. Viu nele um homem de feições plácidas, medíocres, mas sinceras”, justamente um casamento que não a rebaixaria à condição de eterna dívida ou gratidão. Ao investigar seu futuro noivo “concluía que a sobriedade era a lei moral neste homem, e que a taça da vida não pedia mais que alguns goles”, isto bastava para ela. Não amava Luiz Garcia, e talvez nunca o amasse, porém como o narrador nos lembra, o orgulho era a cor que melhor tingia a conduta moral desta mulher, e o matrimônio recuperava a autonomia frente os golpes dos abusos senhoriais. A resposta veio no dia seguinte, quando advertia a viúva Gomes que arranjava um pretendente. O trabalho incumbido à Valéria era fazer dobrar a índole de eleito noivo, uma vez que ele “afigurava-se lhe inteiramente avess[o] ao desejo de contrair segundas núpcias”. O trabalho da interventora contaria com as ações da própria filha deste funcionário

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

público, pois em casa Yayá Garcia tratara de adoçar as intenções de ter uma madrasta que não só já amava como se demonstrava de caráter exemplar.⁵¹

Neste marco temporal do romance, o narrador nos aponta uma mudança na vida pessoal deste *homem laboral*, “tinha agora melhor posição. Obtivera uma promoção de emprego, e mediante isso, alguns trabalhos extraordinários [...] lhe eram confiados”, com a função superior e o acúmulo de novos serviços pôde “ficar inteiramente coberto das intemperes da vida”. Note-se que a melhora nas condições materiais em sua vida lhe custavam ainda mais devoção ao trabalho, e depois de casado existem algumas menções que indicam a estruturação de uma carreira que lhe exigia uma soma de esforços consideráveis.⁵²

No capítulo de número IX, ainda recente de uma grave moléstia, destaca-se que: “Luiz Garcia trabalhava, a claridade de um lampião, que convergia para ele e os papéis que tinha diante de si, graças ao efeito de um *abajur*”, curava-se ainda do primeiro ataque do coração e mantinha uma rotina de trabalho realizado em casa. Alguns dias depois “recebeu ordem de ir imediatamente à casa do ministro”, tinha também suas relações pessoais para galgar a escada do funcionalismo público de médio alcance. Segundo consta a narrativa, ele fora designado para realizar um trabalho extra fora da Corte. A obrigação de funcionário exemplar e de conduta irrepreensível fez-lhe “arranjar alguns papéis esparsos e antigos, dispôs-se a concluir o trabalho, não obstante haver sido dispensada a comissão”. Só parou de trabalhar quando a doença cardíaca já consumia dele todas às forças, e no momento em que só lhe restava poucos meses de vida viu-se obrigado a “pedir alguns meses de licença”.⁵³

A ironia do narrador atende a descrição cuidadosa, e a vida ganha contornos na fina observação de Machado de Assis. Pouco tempo depois de sua volta do Paraguai, Jorge recebera a notícia de uma grave moléstia que acometia o amigo e ex-confidente Luiz Garcia. O jovem donzel faz uma nova descrição da habitação desta família em Santa Tereza ao visitar o enfermo, e a diferença entre as comodidades daquele primeiro momento do romance e esta se dá de forma inegável. Vejamos:

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem, cap. IX; Ibidem, cap. XVI

Tinha dimensões um pouco maiores que a outra. Era nova ladeada de verdura, com telhas ainda da primeira cor. Havia duas entradas, uma para a sala, ficando a porta entre quatro janelas, outra para o jardim, e era uma porta de grade de ferro, aberta no centro de um pequeno muro, por cima do qual vinha debruçar-se a verdura de uma trepadeira.⁵⁴

Daquela primeira moradia de 1866 com ausência de meios e aparência modesta nada restara, além da casa, foram substituídas a mobília, as paredes, as portas e o coração do ex-celibatário reservado que lá residia. Nas palavras de Luiz Garcia o casamento e a nova rotina vieram para: “transformação de minha vida, e em hora boa o foi, porque não me podia fazer maior obséquio [tratando da intervenção da mãe de Jorge na execução no casamento]”. O matrimônio fez-se a partir de uma diferença etária substancial, Estella tinha entre 16 a 17 anos e o noivo contando os 41 anos, uma diferença considerável quando percebida na morte recente do marido. A análise etária dos personagens de *Yayá Garcia* pode ser vista na tabela de número VI⁵⁵

Tabela VI⁵⁶

NOME	IDADE – PARTE I	IDADE – PARTE II
Luiz Garcia	41 anos	45 anos
Sr. Antunes	Não especificado	Não especificado
Raymundo	50 anos	50 anos
Yayá Garcia	11 anos	15 anos
Valéria Gomes	48 anos	52 anos
Jorge	24 anos	28 anos
Estella	16 anos	20 anos
Procópio Dias	46 anos	50 anos

Luiz Garcia não só conquistou em sua trajetória laboral um aumento de soldo e funções, como encontrou nos Gomes dois dotes. O primeiro, relativo à esposa, foi dado por Valéria em um primeiro momento como iniciativa em arranjar um casamento para a agregada Estella. E o segundo, como é preciso lembrar, é oferecido à menina Yayá que se fez assídua na casa desta matriarca e ganhou-lhe o coração, provocando da viúva o

⁵⁴ *Ibidem*, cap. VIII.

⁵⁵ *Ibidem*, cap. VII

⁵⁶ Tabela confeccionada a partir de dados extraídos do romance *Yayá Garcia* (1878). In: ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

ato de bem dotá-la quando próxima da morte.⁵⁷ Mesmo não indicando diretamente a predileção de casar a filha com o herdeiro desta família, podemos afirmar que os anos finais de Luiz Garcia serviram para aproximar cada vez mais Jorge, neste momento sozinho no Rio de Janeiro, da família. Os pedidos no leito da cama do enfermo eram direcionados para que herdeiro dos Gomes não só se comprometesse pela vida das duas mulheres da casa – Estella e Yayá –, como para que zelasse pela moral delas, indicando mais um sinal da tentativa de unir ainda mais essas duas famílias. É inegável que ele não tenha visto o desfecho de sua própria vontade, entretanto viu o genro pedir a mão de sua filha em casamento e sabendo da índole do rapaz morreu despreocupado das ações subsequentes.⁵⁸

Sr. Antunes

O segundo exemplo deste grupo que Machado elabora é o personagem nomeado como Sr. Antunes. Posto que se seu par Luís Garcia buscava a distância das classes senhoriais necessária para sua independência, Antunes agia ao inverso. Ele era escrevente do falecido desembargador Gomes e mantinha com a família antes de tudo um vínculo trabalhista e afetivo.⁵⁹

O narrador procura encarar, aos olhos da ideologia senhorial, o caráter desprezível daqueles pobres que rodeiam o mundo do trabalho e necessitam de constantes favores das classes mais abastadas para a própria subsistência e proteção. Sua aparição no romance começa por uma áspera descrição, “era um sujeito amarelo e míope, alto e seco”, as impressões laborais são complementadas com as descritivas de um trabalhador vagaroso, porém competente em suas atribuições.⁶⁰

Faz-se preciso perceber como o narrador elenca a união entre o desembargador, *homem senhorial*, e seu empregado o Sr. Antunes, um exemplar do grupo dos *homens laborais*. Este vínculo se forma em um enquadramento funcional, sendo possível notar que o escrevente “tinha a pobreza, sem dignidade; nascera com o espírito curvo e a

⁵⁷ Notemos que o primeiro dote mesmo que recusado por Estella acaba dentro da família dos Garcia.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem, cap. III.

⁶⁰ Idem.

índole servil” chegando a ser “criado para as funções subalternas”, este personagem encontrou-se em sua classe social. Sabia que nascera pobre e que o único remédio de alcançar sua dignidade era dependendo das redes de clientela. Por isso, ele viu em seu patrão uma maneira de ser “familiar com todas as formas da adulação”, e em troca teve um legado afetivo em que fora recebido com tamanha gratidão e préstimos pelo esposo de Dona Valéria, que sabia valorizar seu *factótum* de todas as maneiras possíveis.⁶¹

As qualidades de Antunes, indicadas de cunho pejorativo pelo narrador amparado à luz de um paternalismo senhorial, na verdade são eixos simbólicos de resistência e sobrevivência destes homens brancos pobres que circulam os mundos do trabalho. Sua função sobressai aos ofícios de escritório, suas atitudes eram medidas desde os “elogios hiperbólicos até o silêncio oportuno”, trabalhava sempre em favor das opiniões e dos amores escondidos do chefe, era também encarregado de dar e receber recados, além de toda a sorte de afazeres domésticos. Em contrapartida, seu benfeitor fez crescer a confiança nesta relação, pagando com estima e bens econômicos essa relação que precisa ser mantida pelo trato diário. Sua ascensão, declarado o ponto inicial de sua jornada, é invejável aos olhos dos aduladores, pois ele “viu crescer-lhe o ordenado, multiplicarem-se-lhe as gratificações, já em dinheiro, já em outra equivalente espécie”, e se não bastasse às fartas somas que permitia viver razoavelmente confortável, buscou ainda mais, pois “foi admitido comer algumas vezes em casa [do patrão], em dias comuns, quando não havia visitas ou cerimônias”, penetrando assim a família senhorial.⁶²

Viúvo precocemente e com uma filha menor de idade, contando ainda dez anos, contou ainda mais com os auxílios deste chefe a quem deveu até mesmo o enterro da esposa. A respeito da sua filha, soube também agregá-la à casa que o recebeu. Em pouco tempo, o desembargador não só deu-lhe “um enxoval completo” para meter a menina em um colégio, como lhe pagou parte dos estudos e recebeu a em sua casa esta nova companhia para a esposa solitária. A expressão máxima da filosofia deste personagem se materializa neste pequeno esboço do pensamento de Antunes:

[...] tinha convicção de que debaixo do sol, nem tudo são vaidades, como quer o Eclesiastes, nem tudo perfeições, como opina o doutor Pangloss;

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

entendia que há larga ponderação de males e bens, e que a arte de viver consiste em tirar o maior bem do maior mal.⁶³

Ironiza assim não só o texto bíblico e a moral disciplinadora cristã que talvez lhe condene suas atitudes aos olhos do social, mas também a filosofia do otimismo excessivo ancorada no professor de *Cândido*, de Voltaire.⁶⁴ De acordo com o conceito defendido por Roberto Schwarz “o agregado é uma caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”, acrescentando vida social e política às observações do crítico literário é preciso notar que o Sr. Antunes não se encontra fadado à decadência moral de suas obrigações vistas nos préstimos e adulações. Sua condição de *homem laboral* o fez perceber que, para existir e sobreviver com certa folga de meios em um mundo em que os senhores expressam a masculinidade hegemônica, as maneiras polidas do elogio excessivo ou do trato serviçal sem limites são justamente formas de garantir para si e para a sua família formas de penetrar nas benesses gozadas pelos *homens senhoriais*.⁶⁵

Uma indagação ressurge neste ponto: “O que era o trabalho livre no Brasil do século XIX?” Uma leitura deste fato é feita por Schwarz em seu estudo que vê o Brasil como periferia do capitalismo moderno, pois segundo ele “a vizinhança da escravidão desmoralizava o trabalho livre. Em consequência, a ética do trabalho – um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea – encontrava pouco crédito entre nós”. Trabalhar neste caso era ser comparado à escravidão, à servilidade e à exigência de uma obrigação, e a tudo isto precisava contornar o homem branco livre e pobre.⁶⁶ Nas palavras de Joaquim Nabuco, contemporâneo de Machado de Assis, a classe senhorial desarticulava o trabalho livre por conta de seu caráter escravista. Ou seja:

⁶³ Idem.

⁶⁴ Voltaire nos afirma no capítulo I que: “Pangloss ensinava a metafísico-teológico-cosmolonigologia. Provava admiravelmente que não há efeito sem causa”. Resume-se a sua teoria filosófica no seguinte diálogo entre Cândido e Pangloss: “Pois bem, meu caro Pangloss, disse-lhe Cândido, quando foste enforcado, dissecado, espancado, e remavas nas galeras, continuaste a pensar que tudo ia o melhor possível no mundo? – Mantenho sempre o meu primeiro sentimento, respondeu Pangloss. Pois sou filósofo; não convém desdizer-me” In: VOLTAIRE. *Cândido*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 4; Ibidem, p. 151.

⁶⁵ SCHWARZ, op. cit., 2012, p. 16.

⁶⁶ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 105.

Durante séculos ela [a classe senhorial] não consentiu mercado de trabalho, e não se serviu senão de escravos; o trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômade, um mendigo, e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em torno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho por indivíduos de sua classe, saídos das mesmas camadas que ele. E como vivem, como se nutrem, esses milhões de homens, porque são milhões que se acham nessa mesma condição intermediária, que não é o escravo, mas também não é o cidadão; cujo único contingente para o sustento da comunhão, que aliás nenhuma proteção lhes garante, foi sempre o sangue, porque essa era a massa recrutável, os feudos agrícolas roubando ao exército os senhores e suas famílias, os escravos., os agregados, os moradores e os brancos?⁶⁷

Para escapar da penúria, elabora-se a mendicância recompensada, a lógica dos favores. Não só podemos enxergar relacionamento social entre duas formas de figurações masculinas do século XIX, como dotar de valor político essas expressões, pois o desembargador sabia da posição que ocupava e das redes que estabelecia e se lhe escapava uma coisa era a ascensão do agregado, que aos poucos entrou na família, postulou gratificações e mereceu-lhe o mínimo respeito.

Os desejos do agregado dos Gomes, trabalhador oitocentista, cresciam para além de si, a proximidade com a família permitia a ele sonhar. Em seus pensamentos ecoavam: “Quem sabe? Talvez o coração de Jorge vinculasse as duas famílias”, todas as suas esperanças permaneceram latentes mesmo após o golpe que foi a morte do desembargador. A reflexão paradoxal que abrimos aqui é “Que mal se apresenta um pai escolher para si e para sua única filha a entrada de seu nome dentre as famílias mais abastadas da Rua dos Inválidos?”. Aos olhos da sociedade em que Machado escrevia isto seria a quebra do decoro pessoal e o desrespeito familiar. E Valéria reconhece isto desde quando o nascimento do amor em Jorge por Estella ainda é embrionário, os códigos morais e éticos apontam para seu filho um casamento à altura de seu nome e descendência. A única coisa que poderia garantir a viúva à filha do Sr. Antunes seria “um dote, um marido e consideração” e isto, tendo em vista a posição social das partes, já era muito aos olhos paternalistas.⁶⁸

Doutor Camargo

O terceiro exemplar do nosso grupo de *homens laborais* se estrutura como o vilão do romance em folhetim *Helena*, publicado em 1876. O Doutor Camargo será uma

⁶⁷ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010, p. 142-143.

⁶⁸ ASSIS, op cit., 1878, cap. III.

construção de Machado de Assis que merece ser vista de perto e reconstruída. Isso porque, como nos lembra Eduardo Luz, o seu personagem sofreu (sofre) intensas críticas e análises históricas pautadas em seu caráter burguês mercenário, porém se faz necessário incorporar uma leitura pormenorizada de seus passos dentro da narrativa romanesca e entender onde o narrador pretende chegar com suas explanações.⁶⁹

A construção deste modelo de *homem laboral* será analisada por sua suposta excepcionalidade. Desde o início, é preciso fazer uma separação do personagem de Camargo dentro da narrativa do romance. Ele se encontra no ambiente senhorial, porém não pertence a este grupo, sendo visto como “médico e velho amigo da família”. Posto que fosse o médico muito próximo do conselheiro Valle desde a mocidade deles, e ambos contavam com cinquenta e quatro anos de idade até a morte do segundo, eles nutriam entre si um vasto respeito e consideração. Esta relação de amizade, entretanto figura um desequilíbrio de classe, enquanto o morto fora um notável senhor de seu tempo com família respeitada e reconhecida dentre os ilustres do Império, o médico conseguiu respeito e relativo sucesso profissional pela carreira de salvar vidas na elite da Corte.⁷⁰

O narrador procura ao máximo demonstrar as forças contrárias que sustentam o caráter deste médico fluminense, mostrando-lhe “pouco simpático à primeira vista” e chegando ao despeito de apresenta-lo com “visíveis sinais de um grande egoísta”. Mais do que isso, seu corpo é desqualificado de várias maneiras, percebendo nele “feições duras e frias, os olhos perscrutados e sagazes, de uma sagacidade incômoda para quem encarava com eles”. Note-se que o incômodo que recai sobre o médico se deve a partir de uma ótica de observação, e é ela a ótica senhorial.⁷¹

Sua desqualificação enquanto homem passa por diversas categorias de não pertencimento. Primeiro o narrador o desqualifica enquanto incapaz de ter posicionamentos políticos sólidos, mesmo sendo o mesmo que mais adiante disserta sobre a vida pública partidária para o jovem Estácio. E em segundo lugar, é preciso avaliar com cuidado a frase posta pelo narrador: “Quanto aos sentimentos religiosos, ao

⁶⁹ LUZ, Eduardo. **O romance que não foi lido**: Helena, de Machado de Assis. Fortaleza: UFC, 2017.

⁷⁰ ASSIS, op cit., 1876, cap. I.

⁷¹ Idem.

aferi-los pelas ações, ninguém os possuía mais puros. Era pontual nos cumprimentos e deveres de um bom católico. Mas só pontual, interiormente era incrédulo”. Importante fazer a ressalva elaborada pelas boas ações, que são encaradas como pilar de salvação dentro das religiões protestantes. Sua religiosidade se mostra instrumentalizada na exterioridade e não na essência da moralidade católica do Dezenove. Se o movimento descritivo se mostra sutil em romper com as bases éticas deste homem, isso se faz demonstrando o que dentro deste mundo eclesiástico era rejeitado: *as atitudes de um trabalhador situado entre as melhores condições de sua classe que buscava na prática ritualizada e pontual uma forma de ascensão e visibilidade social.*⁷²

É interessante evidenciar quais as balizas alocadas no início do primeiro capítulo do romance. Após a morte do conselheiro, duas pessoas foram requisitadas em expressar remediação, o médico e o padre. Um faz alusão aos “recursos da ciência” e o outro “as consolações da religião”. Um fator precisa ser notado e pouco é comentado na fortuna crítica que lê e constrói Machado de Assis, é que desde o primeiro capítulo de *Helena* é possível ver o quanto o personagem do Dr. Camargo se situa com certo conforto e permissão dentro das esferas senhoriais. Permeabilidade que lhe permite não só opinar, porém criticar, aludir, influenciar e noivar uma filha com segurança de atos muito bem calculados. Não nos esqueçamos de que no momento em que se discute a possibilidade de uma surpresa durante a leitura do testamento do conselheiro, ele é o primeiro ao anunciar em tom de reprovação a conduta moral do patriarca falecido.⁷³

O reconhecimento de Helena pela via testamentária causa uma grande tomada de argumentos contrários deste homem que não é alheio a casa, ancorando-se na “longa amizade que os unia”, e que também não pertence efetivamente ao estrato senhorial. Mesmo com tal desnível de classe se faz preciso ver que nele o poder circula e se faz presente. Expõe-se não só contrário ao ato de reconhecer a filha bastarda como capaz de maquinar sua ética pessoal, como é possível perceber nesta sequência de exposições:

– Aconteceu o que eu previa, *um erro*, disse ele. Não houve lacuna, *mas excesso*. O reconhecimento dessa filha é um excesso de ternura, muito bonito, mas *pouco prático*. Um legado era suficiente, *nada mais*. *A estrita justiça*..[...]

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

– O conselheiro falou-me algumas vezes do projeto de reconhecer Helena; *procurei dissuadi-lo*, mas *era teimoso*, acrescentando neste caso o natural impulso do amor paterno. *O nosso ponto de vista era diferente*. Não me tenho por homem mau; contudo, *entendo que a sensibilidade não pode usurpar o que pertence à razão*.

Camargo proferiu estas palavras no tom seco e sentencioso que tão natural e sem esforço lhe saía. A velha amizade dele e do finado era sabida de todos; a intenção com que falava podia ser hostil à família? Estácio refletiu algum tempo no conceito que acabava de ouvir do médico, curta reflexão que por nenhum modo lhe abalou a opinião já assentada e expressa. Seus olhos, grandes e serenos, como o espírito que os animava, pousaram benevolmente no interlocutor.⁷⁴

Faz-se preciso notar a potência do discurso do *homem laboral* figurado por Machado, Estácio escuta todos os seus conselhos, além disso, suas ideias acham espaço na irmã do conselheiro, o que demonstra como este personagem ganha destaque no romance. Uma pergunta surge deste estranhamento: como este trabalhador consegue deter tamanha agência em um mundo senhorial patriarcal que muito delimita os lugares sociais estabelecidos? Tentarei responder esta pergunta à luz do próprio texto e da sociedade fluminense oitocentista.⁷⁵

A posição política do médico no Brasil do Segundo Reinado vinha ganhando força e efetivo discurso de verdade dentre as elites da Corte. O médico ultrapassava assim aquilo que descaracterizava o mundo do trabalho, o estigma da escravidão. Sua figura não é ainda aquela que tomará corpo no século seguinte, do administrador da disciplina hospitalar e da saúde, ele está previsto naquele outro estado atribuído por Michel Foucault como “o grande médico [...] era o médico de consulta privada, que tinha adquirido prestígio graças a certo número de curas espetaculares”.⁷⁶

Foucault o enxerga na Europa do século XVIII, em especial nos casos que lhe impulsionaram observar outro modelo médico, que sai vitorioso na conquista do ambiente higiênico e disciplinado, que é o médico hospitalar. No Brasil, a reflexão deste filósofo precisa ser remediada com o ambiente local, com a qual a profissionalização ganha outra especificidade no personagem do Dr. Camargo. Este médico não se estabelece dentro da sociedade brasileira através de relações públicas da disciplina ou

⁷⁴ *Ibidem*, cap. II. grifo nosso.

⁷⁵ Notemos que a escolha do vocábulo “escutar” se deve pelo fato de Estácio não interromper a fala, nem mesmo desdizê-lo. O que não indica que tenha acatado tais opiniões, como se sabe.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 186.

observação das classes populares, a sua proposta é antes de tudo relacionar-se com os estratos mais abastados e tecer grossas amostras de seus obséquios, curas, ideias e pontos de ver o mundo. Sua verdade foi construída a partir de uma posição alcançada por outro pertencimento, este *homem laboral* não somente está no mundo daqueles que trabalham, mas também em um grupo seletivo que detém um saber específico que auxilia e exige redes de sociabilidade e poder, ele é médico.⁷⁷

A ótica da medicina como instrumento por meio do qual se tecem relações de poder já era uma realidade durante a segunda metade do século XIX. A figura expressa por Camargo como um agregado médico deve ser medida como um fator de instrumentalização desta prática que se estabeleceu dentro das famílias. No dia 9 de janeiro do ano de 1879, o doutor João Pizzarro Gabizo disserta com convicção médica, em seu artigo no periódico *A Mãe de Família*:

A conservação e aperfeiçoamento do homem dependem pois da educação do corpo e do espírito. É a *escola* que está reservada a sublime missão de educar o homem dando-lhe instrução, moralidade e saúde; ela o recebe do regaço da família, zela e dirige suas aptidões nascentes, dá-lhe o ensino proporcional às forças, prevenindo o cansaço, e o tédio na idade em que os órgãos se formam e se consolidam, que as proporções se estabelecem e que o organismo luta entre a conservação e o crescimento e onde o equilíbrio é afinal sensivelmente moral.⁷⁸

Os déficits no acesso à escolarização e alfabetização da sociedade imperial têm como reflexo o baixo letramento da população. De acordo com a amostragem do censo, apresentada no capítulo anterior, e nas críticas que permeiam os periódicos reivindicando a acessibilidade aos meios educacionais é possível perceber que esta *missão* proposta pelo doutor Gabizzo faz parte da formação do *homem senhorial*. No seio da família patriarcal senhorial, *moralidade* e *saúde* são práticas de instrução pessoal dos mancebos e das donzelas que precisavam entender a sua posição naquele mundo.⁷⁹

A longa trajetória de consolidação e respeito dos médicos que gerou permeabilidade entre os *homens senhoriais* não nasce na figura singular de Camargo, essa é uma conquista que floresceu antes dele. Uma trajetória de um grupo, ou melhor,

⁷⁷ Ibidem, p. 186-189.

⁷⁸ GABIZO, João Pizzarro. *Hygiene Escolar. A mãe de família: científico, litterario e ilustrado*. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 2, janeiro, 1879.

⁷⁹ Ibidem

um ofício masculino que soube se estruturar em um meio hostil ao trabalho e de natureza patriarcal nas relações políticas e interpessoais. A construção da presença e do discurso médico no seio das famílias senhoriais vistos de forma transversal em *Helena* esbarram naquilo que Foucault advertiu sobre a historicidade e a estruturação das práticas de poder:

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada.⁸⁰

Este trabalho de resposta à pergunta formulada acima não busca tentar equiparar os estratos senhoriais ou esta parte da classe trabalhadora a um *status* burguês. Eles são diferentes, e é na sua diferença que se pode analisar o poder circulante neles, como investiga a lógica foucaultiana. Pode-se afirmar que Camargo efetivamente destoa de seus pares Luiz Garcia e Sr. Antunes, porque pertence a um grupo médico e, ainda mais, sabe meticulosamente estruturar a garantia da segurança de sua família. Ele se coaduna ao caso do funcionário público de *Yayá Garcia* por uma questão, ambos conseguem ao final dos dois romances casar suas filhas com um *homem senhorial*.⁸¹

Precisamos notar que Machado de Assis utilizou-se de um critério narrativo que permite deixar de forma bem explícita o empenho de Camargo em casar a filha. As atitudes vistas como execráveis em Camargo são as mesmas que o elevam enquanto alguém que joga por uma conquista de ascensão social. Resumidamente, este homem não só tece relações com os Valle desde a mocidade do conselheiro, se aproxima da casa, vira médico pessoal destes, acerta o casamento de sua filha Eugênia com o mancebo da casa, faz de tudo para que Helena não seja aceita como filha legítima socialmente [aceitá-la era a garantia de divisão da riqueza e atenção do então filho único e noivo de sua filha], procura também organizar o futuro do genro como deputado do Império, além de estar atento aos passos de todos os personagens do romance que poderiam atrapalhar seu plano de vida.⁸²

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 73.

⁸¹ Idem.

⁸² ASSIS, op cit., 1876, cap. XIV.

Outro momento de tensão entre Estácio e o futuro sogro está justamente na intenção de colocá-lo na vida política, neste fato o médico chega anunciar o que acredita sobre a paralisia e a vida reclusa do futuro genro. A exposição do astuto calculista estava em revelar ao jovem que a sua reclusão não cabia a alguém de uma posição superior e elevada, argumentando ele apontava:

Doía-me vê-lo vegetar os seus mais belos anos numa obscuridade relativa. A política é a melhor carreira para um homem em suas condições; tem instrução, caráter, riqueza, pode subir a posições invejáveis. Vendo isso, determinei metê-lo na cadeia...Velha. Fala-se em dissolução. Para facilitar-lhe o sucesso, entendi-me com duas influências dominantes. O negócio afigura-se-me em bom caminho.⁸³

O interlocutor expõe não só sua ideia ao genro, mas demonstra que já trabalhara e pensara em todas as burocracias suboficiais, bastava-lhe apenas aceitar concorrer às eleições. Estácio que desta vez não recusa por definitivo a ideia, cai justamente na longa retórica. Camargo boceja seu afinado discurso fechando com uma segurança de não esgarçar o vínculo que os unia, “– Consulte as pessoas de seu agrado. Quem não estiver com a minha opinião, não é seu amigo. Em todo caso, ninguém lhe poderá afirmar que não é a amizade, a longa amizade...”.⁸⁴

Desta vez Estácio lança mão de uma filosofia, mero objeto machadiano, para expor a visão senhorial sobre os caminhos e decisões que o médico detinha como acerto. A reflexão pode passar sem maiores investigações aos olhares desatentos, mas neste ponto Machado de Assis faz a separação destes dois personagens envolvidos no diálogo, recaindo no jovem a força de reconhecer-se senhor. Depois de tomada a decisão no início do livro de acolher a filha fora do casamento de seu pai, o segundo passo é tentar assumir as rédeas de sua independência e posição social de chefe familiar. As seguintes palavras narradas no texto são porta-vozes das elucubrações de Estácio:

Os espíritos, disse ele, nascem condores ou andorinhas, ou ainda outras espécies intermediárias. A uns é necessário o horizonte vasto, a elevada montanha, de cujo cimo batem as asas e sobem a encarar o sol: outros contemplam-se com algumas longas braças de espaço e um telhado em que vão esconder o ninho. Estes eram os obscuros, e, na opinião dele, os mais felizes. Não seduzem as vistas, não subjugam os homens, não os menciona a história em suas próprias páginas luminosas ou sombrias; o vão do telhado em que abrigam a prole, a árvore em que pousaram, são testemunhas únicas e passageiras da felicidade de alguns dias. Quando a morte os colhe, vão eles

⁸³ *Ibidem*, cap. VII.

⁸⁴ *Idem*.

repousar no regaço comum da eternidade, onde dormem o mesmo perpétuo sono, tanto o capitão que subiu ao sumo estado por uma escada de mortos, como o cabreiro que o viu passar uma vez e o esqueceu duas horas depois. Suas ambições não eram tão ínfimas como o cabreiro; eram as do proprietário do campo que o capitão atravessasse. Um bom pecúlio, a família, alguns livros e amigos – não iam além seus mais arrojados sonhos.⁸⁵

Com bastante evidência, o narrador – e por que não Machado? –, vai guiando os caminhos desta separação entre aquele que seria um correspondente de um modelo *homem laboral* excepcional por suas atitudes e o mundo dos proprietários. O trabalho, os ofícios e as preocupações do mundo das relações políticas não precisavam ser conquistados, pois são consequências *a priori* de sua classe. O “bom pecúlio, a família, alguns livros e amigos” bastam para a organização da vida senhorial, isto é, quando acompanhada do rebaixamento que separa as andorinhas dos condores desejosos de conquista.⁸⁶

Dr. Camargo não só procura manipular o genro, como também tia Úrsula, Eugênia e, principalmente, Helena. Para conseguir trilhar suas possíveis conquistas, o médico utiliza das palavras e dos préstimos para fazer valer a sua vontade, acreditando os senhores ou outros dependentes estarem caminhando na regra dos próprios pensamentos e desejos. Esta forma exemplar de cálculo é prevista por Sidney Chalhoub como um conjunto de: “Ações ou tramas políticas [...] de *diálogo* – no sentido literal de troca de palavras entre sujeitos, e no sentido metafórico, pois tais trocas ocorrem em arenas instituídas da luta de classes.”⁸⁷

Talvez a maior resistência que teve este médico foi sondar e encontrar uma forma de submeter Helena aos seus desígnios, tarefa que passou pelo reconhecimento dos sentimentos dela até a mais violenta chantagem. O momento em que este embate ocorre se dá justamente no aniversário de Estácio, uma recepção íntima com poucos convidados. Após o cansaço da organização da festa a jovem filha recém-integrada se senta no sofá para um pequeno cochilo, quando o médico lhe interrompe o sono com uma narrativa decidida ao ato obter sua efetiva conquista.

– Estimei acha-la só, porque precisava pedir-lhe um conselho.
A testa de Helena contraiu-se interrogativamente.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 63. grifo do autor.

– Um conselho e um favor – continuou o médico – Não será, creio eu, a primeira vez que a velhice consulte a mocidade. Demais, trata-se de um assunto em que a gente moça lê de cadeira.

Helena olhou desconfiada. Nunca vira o médico tão afável, e essa mudança de maneiras e de tom é que lhe fazia medo. Verdade é que ele ia pedir-lhe alguma coisa. Camargo não se deteve. Fez uma exposição rápida de suas relações com a família do conselheiro, da amizade que o ligava a ela.

– A perda de um finado amigo – concluiu ele não pode ser suprida por nenhuma coisa; mas, há alguma compensação na feição que sobrevive e me faz considerar esta família como minha própria. Estou certo de que seu irmão e Dona Úrsula sentem ao meu respeito do mesmo modo. Quanto à senhora, é recente na família, mas não tem menor direito que ela. Vi-a tão pequena!⁸⁸

Nesta primeira amostra, o amigo da família busca demonstrar o quanto é próximo e influente na família, os vínculos passam de pai para filho no caso dos Valle seria justo, na intenção deste, Helena entender-se como alguém que lhe desse apoio e devesse a ele um préstimo. Ao mesmo tempo, algo os separa, a jovem é vista não só pela posição de filha bastarda, dependente da casa, e mulher. E quando Camargo pondera seus dois corpos e posições, admite para si – e logo em seguida para a moça – a sua superioridade neste mundo de hierarquias composta por marcadores sociais tão nítidos. O diálogo continua:

– A mim? – perguntou Helena. [sobre conhecer a sua origem]

Camargo fez um gesto afirmativo, enquanto a moça olhava em volta da sala receosa de que alguém tivesse entrado e ouvido. Uma vez segura de que ninguém havia, recebeu a impressão contrária à primeira; envergonhou-se daquele receio. A vergonha aumentou quando o médico acrescentou em voz baixinha:

– Não falemos nisso...

– Pelo contrário! – exclamou ela. – Pode falar com franqueza; diga tudo. Era minha mãe. Não sei o que foi para o mundo; mas se me perdoaram a irregularidade do nascimento, não creio que me pedissem em troca a renúncia do amor de filha.⁸⁹

É neste ponto em que a moral da mãe de Helena é colocada em risco e dúvida, e em que duas forças dependentes se enfrentam. O primeiro, sagaz e evasivo, proporciona a cena para valorar a sua posição e influenciar a donzela a agir conforme os ditos passos mostrados no final do embate. Camargo percebe que sua adversária também já domina as regras dos laços da vida senhorial e, ainda mais, não aceita ser coagida por um agregado como ela. A conversação continua com um pedido para que a irmã de Estácio interceda em favor de Eugênia e assim as possíveis rivalidades entre os dois esfriem. Todo este jogo de poderes se resume na argumentação do médico, “Ora,

⁸⁸ ASSIS, op cit., 1876, cap. XII.

⁸⁹ Idem.

esse casamento... é um dos meus sonhos. Desejo que os filhos continuem a feição dos pais. Se Estácio recuar, minhas esperanças esvaem-se como fumo.”⁹⁰

A postura defensiva de Helena não deixa alternativa ao médico além da chantagem direta, quando o interlocutor indica saber do segredo da moça esboçando saber dos encontros diários que ocorrem em uma residência simples localizada nos arrabaldes da chácara de propriedade da família Valle. E assim há um desfecho amparado pelo último golpe do médico direcionado à jovem:

- Dizia que muito se devia esperar da educação de uma moça que acha meio de visitar às seis horas da manhã uma casa velha e pobre, não tão pobre que a não adorne garridamente uma flâmula azul...
- Helena fez-se lívida; apertou; apertou nervosamente o pulso de Camargo. Nos olhos pareciam falar-lhe ao mesmo tempo o terror, a cólera e a vergonha. Através dos dentes cerrados Helena gemeu esta palavra única:
- O senhor é cruel!
- Sou pai – respondeu o médico –; pai extremoso e discreto, mais discreto ainda que extremoso. Conto com a senhora.⁹¹

O pedido de casamento é realizado no capítulo de número quatorze do folhetim – dois após o referido conflito –, através de uma carta enviada não só depois do apoio de Helena, mas pelas suas próprias mãos, intercedendo na rapidez do envio. A expansão maior, como convém lembrar ao leitor do romance, não está entre os noivos ou na cunhada agregada, é vista na felicidade comemorada por Dr. Camargo. O narrador informa que “naquele homem cético, moderado e taciturno, havia uma paixão verdadeira, exclusiva e ardente” que a princípio é vista na filha, e que para vê-la casada seria capaz de “empregar, se necessário fosse, a violência, a perfídia e a dissimulação”.⁹²

A descaracterização narrativa dos sentimentos honestos do médico começa pelo matrimônio contraído com Dona Tomásia, que era organizado menos por amor que por “condição de gravidade”. A sua amizade com o conselheiro não aludia mais que simples conveniência, sem nenhum “sacrifício” como nos indica o narrador. Seu caráter egoísta e mesquinho foi tecido pela composição narrativa, indicando que “nas relações

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Ibidem, cap. XIV.

morais dos homens possuía somente o troco miúdo da polidez; a moeda de ouro dos grandes afetos nunca lhe entrara nas arcas do coração”.⁹³

Contudo, se levarmos a fundo a maior empresa que denota toda a história do romance, pode-se perceber que a causa deste eleito vilão era realizar o casamento de sua filha, ato que poderia eleger sua família aos estratos senhoriais. Seu cálculo e frieza quando comparados de perto podem parecer à luz senhorial patriarcal um jeito de um “pai amar a si próprio”, isto encarando a sua condição de *homem laboral*. O mesmo procedimento visto em Dona Valéria toma outros rumos quando encarados pela viúva proprietária abastada, todavia o espírito é o mesmo. Como quisera provocar Machado de Assis ambos buscavam a segurança e a preservação – ou elevação – da condição familiar.⁹⁴

Sua expertise nas lógicas paternalistas e das condições da ideologia senhorial pode ser percebida pela seguinte análise:

Ele espreitou durante longo tempo um noivo, armando com algum dispêndio a gaiola em que o pássaro devia cair. No dia em que percebeu a inclinação de Estácio, fez o quanto pode para prendê-lo de vez. Esperou muitos meses a iniciativa de Estácio; e quando ele entrou a fugir para a região das coisas problemáticas, suspeitou a influência de Helena. Já era muito que a moça diminuísse a herança do futuro genro; arrancar-lhe o genro era demais. Camargo não hesitou um instante, foi direito ao fim. O resultado confirmou-lhe a suspeita.⁹⁵

Visto que o casamento fosse certo, cuidava ainda de outras questões. O médico sabia ser mais senhor que o genro que continha as economias, as propriedades e o nome. Dessa forma, nos disserta o narrador:

Vimo-lo apresentar a Estácio a maçã política; recusada a princípio, foi-lhe de novo apresentada, e finalmente aceita com a noiva. Esta dupla vitória foi o momento máximo da visa do médico. Ele ouvia já o rumor público; sentia-se maior – antegostava as delícias da notoriedade –, via-se como que sogro do Estácio e pai das instituições.⁹⁶

O fim deste *diálogo*, conceito de Chalhoub transplantado aqui, evidencia a força deste personagem que figura um *homem laboral*. Nada ele deixa para trás, as suas mais firmes precisões rebaixam os agregados que lhe são concorrentes, compete de forma astuta e coerente com seus pares sociais e outros estratos, procurando brechas

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

para fazer valer os seus mais profundos desejos. Eis no Dr. Camargo o desenho da matemática perfeita que não se vê entre Luiz Garcia, Sr. Antunes e, no próximo personagem a ser analisado, Salvador.⁹⁷

Salvador

O último exemplo de *homem laboral* assume um importante papel dentro do romance *Helena*, deslocando todo o sentido da paternidade da filha reconhecida, e revelando a verdadeira história da filiação da jovem. Salvador, após sua completa derrota nas relações de poder ancoradas na masculinidade hegemônica, serve de mensageiro de todo o desprezo do grupo dos *homens laborais* pelos *homens senhoriais*.

O primeiro encontro formal entre Estácio e Salvador se deu a partir da intenção do donzel em tratar de um ferimento na mão, o olhar examinador começa a fazer uma leitura do possível oponente e do segredo que lhe prendia à Helena. O narrador percorre uma longa descrição, evidenciando que Salvador contava aproximadamente com “trinta e seis a trinta e oito anos” de idade, um homem belo aos olhos de seu observador, mais ainda, “ másculo”. Ao assumir este último adjetivo podemos encarar que Estácio começa uma comparação entre si e o objeto de sua análise, seus predicados completam-se com “uma cabeleira espessa e comprida, de um castanho escuro”, destacando-lhe “o pescoço, cheio e forte, surgia entre dois ombros largos”, toda a volúpia corporal contrapõe-se à vestimenta “disparatad[a] e mesquinh[a]” que marcava a pobreza digna e limpa.⁹⁸

Depois de realizados os primeiros socorros ao ferimento de Estácio, Salvador permite que o jovem continue em sua casa sob o pretexto de um rápido descanso. O verdadeiro pai de Helena ao ouvir a confissão de seu interlocutor da pouca habilidade em caçadas dispara sobre ele uma alusão de sua própria vida, “devo minha atual penúria ao erro de teimar em coisas estranhas à minha índole e aptidão, estranhas e totalmente opostas”. A observação causou verdadeiro desconforto na ideologia senhorial que não

⁹⁷ Mesmo encarando o sucesso do casamento de Yayá Garcia e Jorge Gomes, devemos deter a nossa atenção para o fato de que Luiz Garcia morre antes de consumado o casamento e da colheita de suas possíveis glórias.

⁹⁸ *Ibidem*, cap. XXI.

entende efetivamente o funcionamento do mundo laboral ou muito menos a pobreza entre o meio dos homens brancos livres.⁹⁹

Para um *homem senhorial*, a carência de meios representava ausência de empenho, e um rápido debate se desenvolve. Na sombra da voz senhorial esboça-se a incompreensão, indagando: “creio que um homem forte, moço e inteligente não tem o direito de cair na penúria”. Esta forma de enxergar o mundo, como nos evidencia Sidney Chalhoub, é própria da ideologia senhorial. Segundo Chalhoub, para os ricos e abastados é impensável a vida fora dos eixos das redes de clientela e os favores que a ela se devem. Ao seguir esta lógica, se Salvador detêm uma vida parca de meios é sem dúvida alguma escolha preguiçosa e insolente.¹⁰⁰

A resposta de Salvador condensa talvez a maior reflexão crítica aos *homens senhoriais* em todo o folhetim. Neste ponto, ele afirma:

Sua observação – disse o dono da casa sorrindo – traz o sabor do chocolate que o senhor bebeu naturalmente esta manhã antes de sair para a caça. Presumo que é rico. Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando peru... Pois não é assim, há exceções. Nas coisas deste mundo não é tão livre o homem, como supõe, e uma coisa, a que uns chamam mau fado, outros concursos de circunstâncias, e que batizamos com o genuíno nome brasileiro de caiporismo, impede alguns ver o fruto de seus mais hercúleos esforços. César e sua fortuna! Toda a sabedoria humana está contida nestas quatro palavras.¹⁰¹

Este monólogo, quase shakespeariano, encarna uma crítica fundamental à masculinidade hegemônica. Sumariamente, cabe observar como os *homens laborais* encaram o mundo senhorial e a lógica da permanência da riqueza nas mãos familiares. Para Salvador, Estácio torna-se cego a partir de uma inconsciência de classe. Não que os ricos não tivessem contato com os pobres dentro de seu cotidiano de relações interpessoais, o problema se dá na utopia de um mundo concentrado na perfeição da funcionalidade das lógicas paternalistas, escravistas-capitalistas, de clientela, de favores e, mais, na formulação de uma ética religiosa católica que consente e tenta suprimir as *anomalias* sociais que destoem deste corpo.¹⁰²

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 59.

¹⁰¹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXI.

¹⁰² Idem.

Ao realizar o contraste proposto por Raewyn Connell das formas de masculinidades que se encontram em diálogo e relações de dominação, convém notar que a multiplicidade de características entre os homens auxilia justamente na formação dessas relações desiguais. As hierarquias sobrepostas na realidade do Oitocentos brasileiro permitem consagrar a Estácio ou Jorge uma dialética comportamental de perpetuação de suas posses. Caso estes homens seguissem corretamente as normas que eram impostas por suas mães, pais, tias e, até mesmo, sogros lhes seria possível perdurar as benesses de sua posição hegemônica.¹⁰³

O conceito de pluralidade das masculinidades, defendido por Connell, encontra-se parcialmente exposto na linguagem crítica de Salvador, pois para este *homem laboral* desiludido é necessário contrapor suas ideias à suposta realidade defendida por Estácio. E mais, a leitura deste monólogo nos desencadeia outra questão lembrada pela cientista social, a “hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão”. Sintetizando esta noção, podemos afirmar que a cultura paternalista senhorial conquistou o discurso hegemônico, e quando o personagem de Estácio esboça a máxima do *esforço para o prestígio* ele se coloca a partir de sua ótica de análise social. E, ao contrapor este argumento pela vivência pessoal Salvador realoca uma crítica, evidenciando que as formas de enxergar o mundo através desses homens são experimentadas de maneiras diferentes. A lógica do primeiro ancora-se na norma, e o segundo na arbitrariedade.¹⁰⁴

Nas palavras de Sidney Chalhoub:

É claro que os senhores sabiam que as solidariedades entre seus trabalhadores (escravos e/ ou dependentes livres) estavam lá, para além do fato comum de sua própria subordinação, e reconheciam tacitamente alguns costumes locais, laços étnicos, dialetos, manifestações religiosas, artes de cura outros ofícios, e demais práticas culturais. O problema é que essa alteridade, essa autonomia, que era real, não tinha lugar enquanto tal imaginário senhorial.¹⁰⁵

O remédio de Estácio às acusações de Salvador recai sobre a caridade vista nos favores que o proprietário poderia oferecer, arrumando para ele um emprego, uma

¹⁰³ CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.21, n.1, 2013, p. 245-247.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 245.

¹⁰⁵ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 61.

atividade ou algo que aos olhos senhoriais lhe reviveria a dignidade humana. Seria uma forma de incorporá-lo à lógica hegemônica, não como esfera capaz de tomar a posição dominante, mas como eternamente grato e subordinado. Como incisivamente aloca Connell:¹⁰⁶

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente as masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.¹⁰⁷

A retórica de Salvador não aceita a oportunidade de caridade senhorial, sabemos que o romance ainda esconde um segredo ao jovem senhor e a ideia do afastamento entre esses dois homens trataria de encobertar o mais pobre e garantir a continuidade da falsa paternidade. Há, contudo, outra voz que o narrador faz soar, a do orgulho dos pobres ao sentirem aniquilados os seus desejos, vontades e capacidades. Dever favores a alguém em condições superiores economicamente pode ser visto por um duplo olhar, a eleição da dignidade ou total submissão. E a criação de dois personagens como Estella de *Yayá Garcia* e Salvador em *Helena* serve para alertar que era possível levantar-se contra as ideias de sujeição extremada, dívida eterna por gratidão e a possibilidade da autonomia vista nas escolhas, mesmo que em uma margem pequena de destinos.¹⁰⁸

Sobre a autonomia das classes pobres brancas, que podemos alocar como subalternas, precisamos elencar a descrição da característica moral do *orgulho* tanto em Estella como no pai legítimo de Helena. Há um momento interessante no romance em que existe uma comparação feita pelo narrador entre a filha do Sr. Antunes e a musa grega da tragédia Melpomene. Esta forma de elencar a tragédia como uma ruptura indica que os comportamentos desta personagem feminina rompem com o drama conceitual da ideologia senhorial. Havia na jovem “um sentimento natural de simplicidade, e, mais ainda, a consideração de que os meios de seu pai não davam para custosos atavios”, vexava-se quando questionada de não usar as joias presenteadas pela protetora senhora abastada Dona Valéria, aborrecia-lhe a total idolatria dos Gomes nas atitudes de seu

¹⁰⁶ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXI.

¹⁰⁷ CONNELL, op. cit., p. 245.

¹⁰⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXI; Ibidem, cap. VI.

progenitor e mesmo quando surgiu seu amor por Jorge “tratou de estrangular ou dissimular, - trancá-lo no mais escuro do coração, como se fora vergonha ou pecado”. Curioso saber o porquê de não prosseguir com um amor que poderia gerar frutos, havendo sentimentos mútuos entre dois jovens. Não seria esse o objetivo dos romances? Neste momento, observamos que há em Machado uma opção pelo não convencionalismo do amor romanesco, importa-lhe mais a ideia de expor as fraquezas dos *homens senhoriais* figurados no romance.¹⁰⁹

O caráter de Estella se expressa em algo vivo que personifica o contrário da moral do pai, a adulação e subserviência não lhe cabiam como virtudes. Ela “era orgulhosa, e tão orgulhosa que chegava a fazer da inferioridade uma aureola” esta conduta de vida servia como “broquel de diamante – o que a preservava do mal”. O desagrado de subir-lhe de classe social? Não, a força da humilhação. O narrador explicita a condição que seria arrematada caso seguisse neste futuro: “Simple agregada ou protegida, não se julgava no direito a sonhar outra posição superior e independente, e dado que fosse possível obtê-la, é lícito afirmar que recusara, por que a seus olhos seria um favor, e a sua taça de gratidão estava cheia”, pois já devia os estudos, o dote, as roupas, o enterro da mãe e até os brincos à família do desembargador. A intenção de casar-se com Jorge a tornaria simples objeto dos desejos desta família, e do possível esposo. A tudo isto ponderou, e a resposta foi não seguir com o casamento!¹¹⁰

A aproximação de Salvador com Estella, personagens de romances tão diferentes, pode ser enquadrada na “úlceras” que atormentava os corações desses dois à servilidade incontestada. Os favores senhoriais se concentram em uma mecânica que sabe não haver compensação suficiente dada a desigualdade entre os polos ou, grosso modo, na expressão do secreto pai de Helena: “Ouro é o que vale ouro. Eu vexar-me-ia eternamente de dever qualquer melhor sorte ao cumprimento de um dever de calamidade”. E tudo isto se aplica ao passado deste trabalhador legado a mais extrema condição vexatória.¹¹¹

¹⁰⁹ Ibidem, cap. III.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXI.

Salvador quando obrigado a revelar o segredo clímax do romance explica os meandros de seu drama pessoal, e a vitória do conselheiro expressa através do concubinato com Ângela da Soledade. O fardo que carregava este *homem laboral* começa a ser revelado como uma epopeia. Desde o seu primeiro encontro com a mãe de Helena no Rio Grande do Sul, lugar onde se apaixonaram e nasceram, o obstáculo da aprovação familiar os legou uma vida de fugitivos apaixonados. De Montevideú ao Rio de Janeiro o casal resistia às intempéries sociais “com muito amor e muita esperança”, conquanto a “lua de mel foi desde logo uma noite de privações e trabalhos”. E, novamente caímos na máxima da inadequação do mundo do trabalho livre no Brasil do século XIX, pois o retirante enuncia que sua vida transformou-se em “um mosaico de profissões”, foi “mascate, agente de foro, guarda-livros, lavrador, operário, estalajadeiro, escrevente de cartório, algumas semanas [indaga ele] vivi de tirar cópias de peças e papéis de teatro” entre tantos ofícios, a má sorte mostrou que a lógica da masculinidade hegemônica ponderava que “a fortuna não correspondia à constância” e que a “luta é áspera e desigual”.¹¹²

A história de vida de Salvador é ouvida por Padre Melchior e Estácio, e o seu drama pessoal lhe permite ainda a acidez crítica. A fuga ao Sudeste do Império rompe com as estruturas senhoriais, pois ambos procediam de famílias com alguma posse ou estrutura proprietária lavradora estabelecida. Em um segundo momento, quando questionado pelo *homem clérigo* sobre a validade do casamento aos olhos da moralidade cristã católica, o *homem laboral* estrutura com desdém a sacralidade do casamento, afirmando: “a própria embriaguez da felicidade desviou qualquer ideia de santificar e legalizar uma união consentida pela natureza [...] Estávamos ligados pela miséria e pelo coração, não pretendíamos o respeito da sociedade”. Até o momento em que a projeção do amor paternal oriundo do nascimento de Helena recobriu de ânimo a pobreza daquela união, vencendo a labuta pesada e a desesperança do futuro incerto.¹¹³

O drama pessoal dessas duas famílias começa a se entrelaçar após uma repentina viagem que fizera Salvador ao Rio Grande do Sul para obter de seu pai uma reconciliação, o pai já enfermo aludia ao encontro como uma solução final às

¹¹² Ibidem, cap. XXV.

¹¹³ Idem.

desavenças do tempo. Deixou ele, Ângela e Helena no Rio de Janeiro durante algum tempo para “liquidação dos negócios” que herdara, nada mais que “alguns patacões”, e depois de solucionadas as dívidas voltou. Em seu retorno à Corte se deparou com sua casa fechada e, confuso com a situação, percebeu nas explicações do vizinho “um sorrir de compaixão que humilhava”, fora abandonado e traído. Salvador consegue algumas indicações da nova habitação de sua companheira e filha no bairro de São Cristóvão e para lá segue em investigação.¹¹⁴

O homem ainda confuso com as inconformidades de sua vida sondou o novo local onde elas residiam, era “uma casa elegante, escondida entre o arvoredo, no meio de um pequeno jardim”. Após descobrir efetivamente que Ângela o trocara por outro, declarou que “naquela ocasião parecia-me que todas as dores do mundo se tinham convergido para o meu coração”. A confissão da mãe de Helena seguiu-se em uma carta que fora entregue na estalagem em que estava residindo, assumia que “uma paixão nova e delirante a havia guiado”, em um único golpe o *homem laboral* mostrou-se ressentido e derrotado pela força do *homem senhorial* figurada pela imagem do conselheiro Valle. A desigual posição econômica e familiar entre estes dois homens, fez o primeiro cobrir-se de “cólera, a cólera da impotência e o desgosto mortal do abandono”. A mulher e a filha amavam a outro e já a fortuna deste compensara com abundância a ausência do legítimo pai.¹¹⁵

A paternidade de Salvador é explorada em vários sentidos, primeiro ao demonstrar que o nascimento da filha lhe deu ainda mais ânimo para trabalhar, e depois uma difícil consideração que precisou aferir. Ao espreitar de longe a casa de São Cristóvão percebeu que Helena amava o conselheiro como pai, nas palavras deste homem “era um roubo feito à natureza, mas se meu próprio sangue me repudiava que podia eu exigir de alheios corações?”. Descobriu neste mesmo dia que Ângela inventara a sua morte para a filha, e completou-se a dor quando o patriarca dos Valle remendava um desfecho a sua morte. O rival anunciava em tom amoroso e paternal “Se papai foi pro céu, fiquei eu no lugar dele, para dar-te muito beijo, muito doce e muita boneca. Queres ser minha filha?”, o rancor em ver a filha aceitando novo pai e o amando foi

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

silenciado por um sentimento de desistência e abatimento. O que Salvador poderia oferecer a Helena e a Ângela naquele momento de sua vida? Nada, ou melhor, a resignação biológica de pai que amparou sua escolha em vê-las abastecidas de carinho e segurança.¹¹⁶

O primeiro encontro de Helena com o verdadeiro pai foi uma verdadeira afronta à penúria em que Salvador se encontrava, seu relato afirma:

Abracei Helena e beijei-a como doido. Ângela interveio: “Basta!”, disse ela. Pegou na mão da filha e estendeu-me a sua. Apertei maquinalmente, meus olhos estavam pregados na criança. Era tão gentil, com o vestido rico que trazia, os cabelos enlaçados com fitas azuis, um chapelinho de palha e os pezinhos calçados com botinas de seda! “Fez bem”, disse eu a Ângela, depois de alguns instantes; “deu-lhe um pai melhor que eu.” Reparei então que ela própria se transformara, trajava com elegância e estava superiormente bela. A abastança aperfeiçoara a natureza.¹¹⁷

O contato entre pai e filha permaneceu através de “uma escrava do colégio”, esta “alma compassiva” servia de mensageira das cartas trocadas entre os dois pela compensação de algumas moedas. Após a leitura em um periódico da morte do conselheiro, escreveu à filha obtendo a resposta de que o morto não só reconheceria legitimamente a paternidade dela, como ainda legara à menina uma soma testamentária. Sua intenção de retomar as relações familiares cedeu ao cálculo da segurança de Helena, ele “não via usurpação, porque a meus olhos nem o interesse da família do conselheiro, nem as noções da simples moral prevaleciam, eu via minha filha e seu futuro: nada mais.” Completando a explanação do dilema de sua trajetória pessoal a Estácio ao padre Melchior, Salvador termina em “grossas lágrimas” seus argumentos defendendo a inocência moral da filha, a força estratégica de Ângela, a lógica senhorial do falecido patriarca da família Valle e a sua infeliz derrota como pai e exemplo de masculinidade.¹¹⁸

O saldo desta enorme argumentação de absolvição proposta por Salvador deve ser encarado por quadros variados. A masculinidade hegemônica que, na verdade, encontra-se vencedora a partir da paternidade assumida pelo conselheiro e às humilhações a que Salvador fora exposto, também pode ser vista, como um ludíbrio. Ou seja, *grosso modo*, o pai ilegítimo não só custeava a filha alheia como promoveu,

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Ibidem, cap. XXVI.

¹¹⁸ Ibidem, cap. XXVII.

durante anos, a abundância de meios para Ângela e Helena, nesta perspectiva o conselheiro foi enganado, e as correspondências trocadas pelas mãos da escrava expunham a forma que ludibriaram o finado, tudo isso, revestido de uma segurança de compensação *post-mortem* que viria receber à menina do novo protetor Com Estácio, preservavam-se os encontros, que se antes eram realizados pelo papel, e que agora seriam no conforto das rápidas entrevistas domésticas na casa da bandeira azul.

Homem mercantil

Procópio Dias

Investigar um personagem que é dado como vilão em um romance requer cuidados específicos, um deles é esmiuçar os motivos que levam esta figuração cair em desgraça durante o agenciamento dos fatos na narrativa. Procópio Dias apenas aparece no sétimo capítulo de *Yayá Garcia* e sua aparição, além de totalmente inesperada, ainda traz ao enredo uma quebra na construção das masculinidades dos personagens machadianos. Um homem que não pertence aos meios senhoriais por origem familiar, também não trabalha no momento em que chega à história e, por último, não é um sujeito escravizado.¹¹⁹

Notemos que essa relação de não pertencimento é justamente pedra de toque durante todo enredo. O modelo de um *homem mercantil* não parece agradar aos olhos da voz que nos narra o romance, o sujeito por agora analisado incomoda em seus hábitos, suas articulações e, principalmente em seus frutos. A via que Procópio Dias abre na narrativa é demasiadamente incômoda à masculinidade hegemônica senhorial paternalista. Analisaremos sua chegada ao núcleo principal e sua importância no quadro conceitual das características masculinas.

O primeiro encontro entre Jorge e Procópio Dias é dado pela lembrança de relações trocadas durante a Guerra do Paraguai. Segundo nos destaca o narrador, foi neste período em que o *homem mercantil* “fora negociar e triplicar os capitais”. Este fator permite a observação luxuosa de um personagem que conseguiu “colocar-se acima

¹¹⁹ ASSIS, op. cit., 1878, cap. VII.

das viravoltas da fortuna”. A intimidade entre os dois fora restrita às redes de comércio ali efetuadas, o primeiro conseguiu galgar elevada patente militar e isto lhe permitia agenciar algumas atribuições relativas ao abastecimento do corpo do exército e o outro partiu para uma vida comercial com o objetivo do lucro. Nesta posição, “travaram relações, não íntimas, mas frequentes e agradáveis”, ocasionando o sucesso do comerciante.¹²⁰

O segundo encontro entre os dois se dá justamente em um momento em que Jorge faz uma visita às casas de aluguel de sua propriedade localizadas na Tijuca. O rapaz encontrava-se submerso entre as lembranças do beijo roubado de Estella datado de setembro de 1865. O jeito expansivo é a primeira amostra do caráter de Procópio Dias, pois ao chegar ao local onde estava o sonhador apaixonado ele intervém com a galhofa “- Olá, senhor dorminhoco! São horas de almoçar.”.¹²¹

O diálogo que se segue entre os dois personagens se mostra a partir de uma lição de como entender-se proprietário, e após propor alugar uma das casas o comerciante questiona o péssimo estado de conservação do local e recebe apoio do donzel. Neste ato encontramos um eco de reprovação à atitude do *homem senhorial*. O Sr. Procópio Dias, como lhe trata Jorge, esboça um rápido discurso de mestre ao discípulo. Vejamos:

– Não é assim que deve responder um proprietário, disse ele. Meu interesse é acha-la arruinada; o seu é dizer que apenas precisa de algum concerto. A realidade é que a casa está entre a minha e a sua opinião. Olhe, se está disposto a concordar sempre com inquilinos, é melhor vender as casas todas que possui. – Ou fica perdido... Com que então esta casa é sua? A aparência não é feia; há alguma coisa que pode ser concertada e ficará então excelente. Não é casa moderna, mas é sólida. Eu já a vi quase toda; descí à chácara, e estava a examiná-la, quando o senhor apareceu na varanda.¹²²

O *homem mercantil* não só demonstra a qualidade de exímio negociador como se dispõe a enfatizar a ingenuidade do jovem que conheceu no Paraguai. A preferência narrativa em expor esta pequena lição do ato de *arrendar casas* precisa ser refletida, aquele que não detém a propriedade ensina o dono a promover o imóvel. Curiosa maestria em que Machado de Assis aloca a condição da propriedade privada, os senhores que transmitiam de modo hereditário seus bens e posses estruturavam no

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

Brasil oitocentista uma dinâmica de concentração testamentária. A simples patuscada desta fala faz pensar ao leitor que as casas seriam mais bem geridas por Procópio, que por sinal não é senhor, do que por Estácio que por herança e família é.¹²³

Procópio Dias era um homem de cinquenta anos quando ocorreu esta conversa, e os tinha “ainda verdes e prósperos”. Seus olhos “cor de chumbo” transpareciam em uma “expressão refletida e sonsa”, “era médio de carnes e de estatura, e não horrivelmente feio”, a idade ficava-lhe evidente em algumas “rugas horizontais” que cortavam-lhe a testa. É preciso dar destaque ao nariz, ângulo de observação tão usual na obra de Machado, neste homem esse órgão olfativo ganhava a forma de um ar “sarcástico e inquisidor”, características basilares de seu próprio grupo social. Ou não seria o sarcasmo a força da língua que negocia e o ato inquisitorial a astúcia de um bom empreendimento?¹²⁴

A descrição excessiva do traje que trazia dá luz à riqueza que este personagem carregava, este homem esquina a imoralidade cristã católica da soberba. O narrador observa que Procópio Dias “trazia uma longa sobrecasaca abotoada até metade do peito” que permitia luzir uma camisa “infinitamente bordada”, e “entre o último botão da sobrecasaca e o único do colarinho, fulgia um brilhante vasto, ostensivo e escandaloso”, o dedo acomodava uma granada valiosa que só perdia em beleza para o “castão de ouro lavrado, com as iniciais dele por cima – de forma gótica” que adornavam sua grossa bengala. A luxuosidade hiperbólica demonstra bem uma

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem; Sobre esta ideia fixa sempre transposta neste ou naquele escrito machadiano podemos dar outro exemplo apresentando a seguinte máxima criada em louvor à funcionalidade e aplicabilidade dos narizes, identificada no capítulo de número XLIX, titulado *A ponta do nariz*, em Memórias Póstumas de Brás Cubas: “Nariz, consciência sem remorsos, tu me valeste muito na vida....Já meditaste alguma vez no destino do nariz, amado leitor? A explicação do doutor Pangloss é que o nariz foi criado para uso dos óculos –e tal explicação confesso que até certo ponto me pareceu definitiva; mas veio um dia em que, estando a ruminar esse e outros pontos obscuros de filosofia, atinei com a única, verdadeira e definitiva explicação. Com efeito, bastou-me atentar no costume do faquir. Sabe o leitor que o faquir gasta longas horas a olhar para a ponta do nariz, com o fim único de ver a luz celeste. Quando ele finca os olhos na ponta do nariz, perde o sentimento das coisas externas, embeleza-se no invisível, apreende o impalpável, desvincula-se da terra, dissolve-se, eterniza-se” In: ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas.. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v. I, 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 621- 627.

ideologia que contrapõe o homem que se fez rico ao que nasceu nesta condição, um clássico modelo de injúria à atividade mercantil.¹²⁵

A condenação moral não espera a demonstração das atitudes como um todo do personagem, ela aparece como força do seu caráter dúbio. A descrição de Procópio recai sobre sua índole ser acometida de dois credos, o “lucro” e o “gozo”. Unem-se a soberba à luxúria e a avareza, e assim a lista de imoralidades vinculadas a este personagem fomentam uma investigação: “A quem a voz narrativa senhorial buscava estereotipar descrevendo este personagem?” Notemos que não aloco em Machado de Assis a excessiva rispidez da construção de *homem mercantil*, e sim ao narrador que assume uma função descritiva figurando um olhar de classe.¹²⁶

A fortuna ostentada por Procópio Dias nasce, segundo o texto, de um golpe de sorte remediado pela perspicácia deste homem. Durante alguns anos, ele assumiu “trabalho assíduo e finuras cobertas” e só assim conseguiu ver “engrossarem-lhe os cabedais”. Pouco sabemos sobre o ofício que praticava este personagem, mas decerto não demarca nenhuma excessiva pobreza. Quando ele é comparado com Luiz Garcia, por exemplo, conseguimos ver que o segundo nunca conseguiu galgar a estabilidade que lhe permitisse triunfar no ócio. Entretanto a vasta soma de economias que permitiam ao primeiro homem uma vida sossegada e abastada veio de um movimento em 1864, onde “por um instinto verdadeiramente miraculoso, farejou a crise e o descalabro dos bancos, e retirou a tempo os fundos que tinha em um deles” e fora com esse vulto de retirada comercializar no Paraguai. E em 1869 conseguiria a proeza de “tresdobrar lhe” as rendas.¹²⁷

A filosofia de vida deste *homem mercantil* passa a ser condensada na seguinte analogia feita pela voz narrativa:

Para ele [Procópio Dias] a vida física era todo o destino da espécie humana. Nunca fora sórdido: desde as primeiras fases da vida, reservou para si a porção de gozo compatível com os meios da ocasião. Sua filosofia tinha dois pais: Lucullo e Salomão, – não o Lucullo general, nem o Salomão piedoso, mas só a parte sensual desses dois homens, porque o eterno feminino não o dominava menos que o eterno estômago. Entre os colegas de negócio foi sempre tido como um feliz vencedor de corações francos. E, ao invés de

¹²⁵ ASSIS, op. cit., 1878, cap. VII.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

outros, não punha nisso a menor vaidade ou gloriola; preferia a cautela e a obscuridade, não em atenção ao pudor público, mas porque era mais cômodo. Nenhuma diva mundana teria jamais a audácia de cortejá-lo na rua ou sorrir-lhe simplesmente; perdia o tempo e o sacerdote. Gozava para si, que é a perfeição sensual.¹²⁸

Esta fala inicialmente lhe dota com a marca de herege, visto que não reconhecia os preceitos católicos da *vida espiritual*. Há a construção de um homem sensualizado pela permissibilidade do gozo – ato de gozar das benesses do mundo físico e carnal –, dádivas estas que só deveriam estar dispostas aos senhores proprietários e quando são elencadas a um grupo social que não pertence ao código moral da masculinidade hegemônica se revestem na condenação luxuriosa. A gula também lhe expressa à índole, pois interessa-lhe em demasia as mulheres e uma *boa mesa*. A escolha de Procópio Dias por uma vida marcada pela comodidade cautelosa em suas relações amorosas contrasta com aparência de suas vestimentas e trejeitos pessoais, promovendo que seu personagem caia na proposta do dúbio, ou seja, tornando contraditório este modelo de masculinidade aos olhos oitocentistas senhoriais.¹²⁹

A alusão à sensualidade de Lucullo discorre-se sobre a insolência do luxo demasiado e em Salomão provavelmente há uma referência ao livro de *Cânticos* integrado no conjunto conhecido como *Bíblia Sagrada*. Neste livro, o rei Salomão se expressa de forma poética e erótica sobre os prazeres carnavais que lhe são permitidos em vida. Observamos ainda no *Primeiro Cântico* as palavras:

Beija-me com os beijos de tua boca! Porque tuas carícias são melhores que o vinho.
Teus perfumes têm um odor suave, aroma que se expande é teu nome, por isso as adolescentes te amam.
Atrai-me a ti, corramos!
Que o rei me introduza em seus aposentos: exultemos e nos alegraremos por ti, recordaremos tuas carícias mais que o vinho.
É com razão que te amam!¹³⁰

A figuração do caráter destinada ao personagem de Procópio Dias era de modo “insinuante, afável [e] conversado”, intervindo como espelho vívido de “um homem

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Por qual motivo não se questiona a boa mesa na casa dos Jorges, Estácios, desembargadores ou conselheiros? Ou ainda a conduta ética dos últimos no que tange aos relacionamentos sexuais fora do casamento. A construção do reprovável é feita por uma ótica de observação e de narração, e Machado escolhe justamente a fonte da perspectiva senhorial. Em um movimento muito próximo da ideia de *destrinchar um peru*, tal como nos alertava Salvador.

¹³⁰ BÍBLIA, A. T. Cântico dos Cânticos. In: **A bíblia sagrada católica**: Antigo e novo testamentos. Tradução: José Raimundo Vidigal. São Paulo: Editora Santuário, 2016, p. 963.

sem moral”. A hostilidade do narrador é quebrada pela ironia fina que aponta que ele “era bom parceiro dos rapazes e senhoras”, sociável aos primeiros pela “anedota crespa e o estilo vil”, e ao trato feminino sua acusação recaía sobre ser “o mais paciente dois homens, o mais serviçal, o mais buliçoso, - uma joia”. O ódio velado ao comerciante que fizera riqueza em um meio senhorial é dissecado, o narrador o odeia por que seu modelo de masculinidade é combativo e foge à regra.¹³¹

Quando Procópio Dias anuncia seus sentimentos sobre Yayá Garcia para Jorge, a diferença de idade aparece seguidas vezes no romance de forma truncada com a aparência de uma índole de oportunista corruptor, ideia que não ocorre com o *homem laboral* Luiz Garcia que se casa com Estella com uma diferença etária também relativamente grande.¹³² Ao retornarmos ao início do romance, percebemos que, quando Luiz Garcia se casa com a primeira mulher amada por Jorge, ele não é visto como um adversário de efeito, no máximo espera-se a sua morte para que seja roubada a sua esposa. Há, até certo ponto, um sentimento de inveja pela sorte do pobre homem em conseguir ter dentro de seus poucos meios uma mulher jovem, uma casa confortável, uma filha amável e um ambiente familiar feliz, contudo ele não figura-se em um oponente páreo em um mundo masculino. Diferente da ótica que vê o *homem mercantil* abastado, pois esta figuração masculina surge como motivo de incômodo.¹³³

As visitas de Procópio Dias a casa de Luiz Garcia se devem a uma amizade que já durava dez anos, segundo informa o próprio comerciante em uma fala com Jorge. Quase toda a segunda parte do romance, ancorado pela volta de Jorge ao Brasil, se desenrola no cenário principal desta residência. Os encontros noturnos são comuns entre homens que tecem redes de sociabilidade, em alguns momentos trocam livros por empréstimo, jogam xadrez, colocam em pauta um resumo das trivialidades diárias, tratam de ações comerciais e dissertam sobre os problemas do Império. Tanto Jorge como o abastado *homem mercantil* gozam de certa folga de compromissos, um vive de

¹³¹ ASSIS, op. cit., 1878, cap. VII.

¹³² Se realizarmos as contas etárias temos uma diferença de trinta e cinco anos entre Yayá Garcia e Procópio Dias, e no caso de Luiz Garcia para Estella uma soma também considerável de vinte e cinco anos. Sobre isto ver a Tabela VI.

¹³³ Sentimento cotejado em expressões como “mau grado o prazer de estar com ele”, “essa onda de desconfiança”, “a assiduidade de Procópio Dias, que lhe pareceu pouco explicável”, “Procópio Dias era recebido com agasalho mais cordial do que ele”, “Jorge atentou nos ditos e ações do intruso”, entre outras. In: ASSIS, op. cit., 1878, cap. XI.

seus aluguéis e do capital testamentário e o outro mantém a gerência dos lucros acumulados.¹³⁴

Após a doença de Luiz Garcia, as visitas e a conveniência de companhia permitiram a Procópio Dias se estabelecesse no seio familiar, e desde cedo já cortejava a jovem Yayá. Mesmo não declarado abertamente, a jovem percebe a inclinação deste. E em um desenlace narrativo, ao tentar ludibriar a madrasta da verdadeira causa de sua angústia, que seria a descoberta do antigo amor entre Estella e Jorge, a enteada dispara como desculpa o que analisava das intenções deste personagem “- Por hora é gracejo; mas, se ele teimar, é possível que nem a senhora nem papai o desamparem”. A declaração do sentimento do rico abastado nasce de sua própria boca na casa de Jorge no capítulo de número onze, ali o comerciante abre “a confissão plena de seus sentimentos, mas com ar envergonhado, meio sincero e meio fingido”, declara ter ciúmes do filho de Valéria por ele conter sobre ele “vantagens incontestáveis” em contrair matrimônio com Yayá.¹³⁵

Que vantagens seriam essas? Somente a proximidade etária entre Jorge e Yayá? A classe social em que Jorge está inserido? A intimidade entre Luiz Garcia e a família Gomes? Os motivos cabem ao leitor do folhetim localizá-los. A impressão principal se dá justamente no fato de que naquele momento o *homem senhorial* declare-se como neutro de sentimentos em relação à filha de Luiz Garcia. E, ainda mais, promete ajudar a causa de Procópio Dias. O amor declarado não é simples devaneio de primeira hora, notemos que as palavras confessionais que saem de um senhor de cinquenta anos são: “a verdade é que amo a enteada apaixonadamente”. O galhofeiro abastado advertia perceber nos encontros familiares uma espécie de “quase sedução”, confundida com os gracejos da menina.¹³⁶

Decerto havia sim um sentimento de intimidade entre esses dois personagens que excedia em Yayá, porém não era paixão juvenil. A razão era o escárnio pueril da moça que percebeu nos olhos do apaixonado um amor risível. Nas palavras de Jorge: “as feições de Procópio Dias, pouco próprias a fascinar uns olhos de dezesseis anos”

¹³⁴ Ibidem, cap. VIII.

¹³⁵ Ibidem, cap. X; Ibidem, cap. XI.

¹³⁶ Idem.

não convinham para despertar um amor adolescente. Na verdade, o narrador procura dissimular a verdadeira origem da paixão deste homem, delatada na seguinte alusão:

A figura tenra e virginal de Yayá aparecera-lhe um dia, subitamente, como uma visão não sonhada. Se ele a visse em algum salão aristocrático pensaria nela uma noite, talvez uma semana, até esquecê-la ou substituí-la. Mas o que o prendeu a Yayá Garcia foi justamente a mediocridade do nascimento. Possuí-la era fazer-lhe um favor. Quantas outras lhe não levaram os olhos de sátiro, ao descer de uma carruagem, ou ao resvalar indolentemente o seu traje na contradança de bom tom? Ele via-as passar ou estar, com os ombros nus e cingidos da cachemira elegante, risonhas umas, outras sérias, todas altivas e compassadas, e sentia que seus anos, feições e maneiras o distanciavam delas; não era difícil apagá-las da memória.¹³⁷

Ao mesmo tempo em que fala do nascimento do sentimento de Procópio Dias, o narrador nos elenca percepções bastante importantes, ou seja, desníveis entre estratos sociais, idade, educação e nascimento são eixos que definem a negociação de casamentos entre as também classes não senhoriais. A figuração de *homem mercantil* sentira-se ressentido por não conseguir deter relações igualitárias com mulheres nascidas de famílias senhoriais de destaque, mesmo que o fator econômico entre eles permitisse frequentar os mesmos bailes e valsarem uma *contradança*, ainda assim, algo os separava.

O interesse em escolher Lina Garcia, nome de batismo de Yayá, coaduna com a origem que ela detinha. Conhecia Luiz Garcia desde que era um funcionário público de baixa remuneração, reconheceu os esforços do pai em educar e moralizar a filha fazendo dela uma moça digna de todos os predicados que contavam com os ritos feminis incorporados a ideologia senhorial, e detinha em seu pensamento a noção que a jovem “teria antes de agradecer a escolha”. Neste ponto, conseguimos responder a questão da *vantagem* que Jorge poderia vir a ter, e teve. Nas suposições de Procópio Dias “quando a moça refletisse que acharia no marido a satisfação de todas as veleidades do luxo, o gozo das coisas superfinas, elegantes e raras, devia ceder pela força e preferi-lo a quem lhe desse apenas o coração”. Posição de cálculo cruel? Notamos algo além disso, a sua experiência na posição dos jogos de relacionamentos interpessoais melhor se explica pelas maneiras de agir, pensar e sobreviver de seu estrato social interagindo com a norma hegemônica.¹³⁸

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

Procópio Dias sabe que é um homem rico, porém de origem *mercantil*. Sua riqueza, mesmo que farta, não nasceu de um vínculo familiar que garantisse a marca de proprietário senhorial. Ele carregava em seu personagem o *ódio social* ao comerciante que enriquece pela fortuna das boas relações e sorte. Faltava-lhe o espírito, porém engrandecia-se pelo bolso.

Homem clérigo

Padre Melchior

O personagem masculino que serve de modelo ao *homem clérigo* é o padre Melchior. A imagem da liderança religiosa cristã católica serve como uma figuração machadiana que analisa o comportamento destes indivíduos que residiam e instrumentalizavam a moralidade das famílias senhoriais, laborais, escravas e mercantis.

A figura de Melchior se dá pela sua residência e abrigo no seio da família Valle, no romance *Helena*. Segundo nos narra o texto, o padre “era capelão em casa do conselheiro”, o seu protetor “mandara construir alguns anos antes uma excelente capela em sua chácara, onde muita gente da vizinhança ouvia missa aos domingos”, notemos que o religioso era um agregado desta família. Não só residia nos limites da propriedade do Andaraí como zelava pela instrução religiosa da casa.¹³⁹

No romance em folhetim publicado no jornal *O Globo*, o padre é anunciado contando cinquenta anos de idade, nas publicações capitulares organizadas em livro a sua velhice chega aos sessenta anos. Adotaremos a versão de menor idade, dando prosseguimento à análise das falas e ao enredo em estilo folhetinesco. O narrador nos descreve suas características morfológicas detalhadas como um “homem de estatura mediana, magro, calvo, branco os poucos cabelos, uns olhos não menos sagazes que mansos”, as suas maneiras são observadas pela “compostura quieta e grave, austero sem formalismo, sociável sem mundanidade, tolerante sem fraqueza”. No fim, consagrava todas as fisionomias de “um homem de sua igreja, de seu Deus”, perceberemos que ao

¹³⁹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. IV.

longo de suas falas o espírito de Melchior tende sempre ao equilíbrio e conservação da paz doméstica.¹⁴⁰

O ato de zelar pela família senhorial da qual o celibatário é agregado e próximo se expressa em cuidar de si mesmo, de sua velhice. Nesta casa não encontrou só a função de tutor religioso, ele conheceu ali sua subsistência, locação e poder político conquistado. Desde que entrou na família dos Valle, pouco depois do casamento entre o conselheiro e a mãe de Estácio, logo se aproximou da falecida senhora. O narrador dirige o leitor para uma suposta relação bem próxima entre Melchior e a já falecida matriarca, amizade que guardava segredos. Decerto nestes idos descobriu que a tristeza de sua confidente estava “nas coisas do amor” que regiam a índole do chefe da família. Sendo mentor espiritual e moral desta casa o personagem do *homem clérigo* garantia uma autoridade razoável, e neste ponto convém uma análise reflexiva de suas ações.¹⁴¹

A particularidade de saber além dos outros personagens lhe garante um papel importante, sabe pelo ato confessional e também pelos olhos “sagazes” próprios de um “varão apostólico”. Nada passava ao juízo deste agregado de grande importância. E quando ele percebe a vida descompassada e libidinosa do senhor que lhe recebera e sustenta, o repreende com o cuidado que a sua posição permite. Depois da morte de seu benfeitor o religioso aproximasse ainda mais da figura de Estácio para garantir a sua sobrevivência e a da família que o abriga, e ao perceber a paixão incestuosa é o primeiro a confrontar os sentimentos do mancebo, assumindo a função principal durante o julgamento reflexivo sobre a traição de Helena, figurando de postura elástica do analista frio ao protetor “íntegro na fé”.¹⁴²

O pai de Estácio mesmo pertencendo a uma posição social segura e sólida em relação às decisões tomadas, ainda assim mantinha um vínculo com a figura de Melchior. Os *homens senhoriais* do Dezenove mantinham uma relação de reciprocidades com os *homens clérigos*, mesmo que os últimos não estivessem em condição de igualdade de meios e atribuições políticas. O padre que dá vida ao personagem machadiano em *Helena* é um servidor religioso de baixa relevância dentro

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

da hierarquia episcopal católica, figurava como um simples eclesiástico de capela, ou melhor, de “excelente capela” alheia.¹⁴³

O vínculo entre estes dois modelos de masculinidades assume a forma da norma ideológica discursiva do Império. A Constituinte de 1824 que irá reger as relações sociais e políticas até a Proclamação da República assume a seguinte posição:

Art. 4. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.¹⁴⁴

O Estado brasileiro oitocentista aproxima ainda mais os vínculos entre os senhores proprietários de terra e uma vasta gama de membros de ordens religiosas católicas no Brasil. Há um claro compromisso assumido pelas elites do Segundo Reinado, e até mesmo na figura do Imperador, em manter a base cristã romana como chave de compreensão da lógica patriarcal. Notemos a condição estabelecida no Art. 103 da Constituinte do Império, onde se lê: “O Imperador antes de ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Câmaras, o seguinte Juramento – Juro manter a religião Catholica Apostólica Romana, a integridade, e a indivisibilidade do Império”. Desta forma, nem a autoridade máxima estatal, vista no modelo de um homem de vastos privilégios e condições de autonomia, estaria livre das permeabilidades dos *homens clérigos* e do “ar de solenidade e consagração” da sua religiosidade.¹⁴⁵

Ainda no capítulo de número quatro do romance em folhetim, o narrador deixa aberta uma brecha para explorar o momento em que vivia este capelão do Andaraí. Marcado pelos seus cinquenta anos, Melchior se via na condição de desviar das longas “obrigações eclesiásticas”, zelando antes de tudo pela própria estabilidade. A paz encontrada “naquele sítio de repouso” veio “após penosa mocidade”, e neste espaço político não só o “conselheiro o ouvia sinceramente em todas as ocasiões graves”, como

¹⁴³ Note-se que no folhetim emitido pelo periódico *O Globo* Machado de Assis escolhe a expressão “excelente capela”, todavia na revisão e organização que gerou o compilado de capítulos em livro notamos a palavra “capelinha”. Contudo, em nada esta alternância diminui a autoridade familiar institucionalizada ao padre Melchior. In: ASSIS, Machado de. Helena. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v.I, 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 391.

¹⁴⁴ BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição do Império do Brasil**. Outorgada em 25 de Março de 1824. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 65.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 77; ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVI.

galgou seu legado ao filho, recém-chefe familiar, que também considerava o voto do velho instrutor.¹⁴⁶

Como investiga Fábio Farias Mendes, a figura do pároco assim como a dos “juízes de Direito, delegados, juízes de paz, comandantes da Guarda Nacional” formava as chamadas “coalizões locais” relacionando-se com famílias abastadas proprietárias de terras. Ou nas palavras de Machado de Assis, esse sistema de clientelismo e solidariedades se demarcava pelas “relações adquiridas, cabedais, educações e tradições de família”. O livre acesso do padre na casa é descrito pela própria Helena na carta que escreve ao irmão ausente:¹⁴⁷

Vivemos, dizia a moça, como podem viver duas criaturas que sabem a afeição que lhes tem um parente amigo [Helena e Dona Úrsula], ausente embora, mas não esquecido – nem ingrato. O padre Melchior, algum dos vizinhos, e o doutor Mendonça são as nossas visitas habituais. Você sabe o que vale o padre; é a mais bela alma que Deus mandou ao mundo.¹⁴⁸

De forma conjunta ao padre, Helena descreve dois personagens que figuram como vizinhos assíduos da casa. Ao observarmos o que nos alertou Mendes sobre os eixos de sociabilidade dentre as relações sociais do Império, os dois homens são descritos pela mais fina ironia. Nas palavras do narrador:

O Dr. Matos era um velho advogado que, em compensação da ciência do direito, que não sabia, possuía noções muito aproveitáveis de meteorologia e botânica, da arte de comer, do voltarete, do gamão e da política. Era impossível a ninguém queixar-se do calor ou do frio, sem ouvir dele a causa e a natureza de um e outro, e logo a divisão das estações, a diferença dos climas, influência destes, as chuvas, os ventos, a neve, as vazantes dos rios e suas enchentes, as marés e a pororoca. [...] Posto soubesse efetivamente alguma coisa dos assuntos que lhe eram mais prezados, não ganhou o pecúlio que possuía professando a botânica e a meteorologia, mas aplicando as regras do direito, que ignorou até a morte.

[No outro extremo estava]

O coronel Macedo [quem] tinha a particularidade de não ser coronel. Era major. Alguns amigos, levados de um espírito de retificação, começaram a dar-lhe o título de coronel, que a princípio recusou, mas ao final foi compelido a aceitar, não podendo gastar a vida inteira a protestar contra ele.¹⁴⁹

Esta descrição de dois homens que juntos não ocupam uma página completa em todo o romance remete-se a um impulso machadiano que Augusto Meyer introduz

¹⁴⁶ Ibidem, cap. IV.

¹⁴⁷ MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: São Paulo, v. 13, nº 38, outubro. 1998, p. 90.

¹⁴⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVI.

¹⁴⁹ Ibidem, cap. IV.

pela observação de personagens que “se movem como fantasmas num ambiente irrespirável de pura análise”. Um advogado de posses que não conhece as prerrogativas da ciência do Direito, mas convém como assíduo palestrante dos sarais noturnos das casas mais abastadas. E um major cuja maior característica definidora é a troça com o posto hierárquico sempre confundido ao ser chamado de coronel. Os dois exteriorizam as incoerências dos estratos medianos que de alguma forma frequentavam a uniformidade doméstica das famílias senhoriais.¹⁵⁰

Ainda mais do que isto, conforme apontado por Mendes, a sociedade imperial brasileira detinha como máxima de estrutura relacional entre os seres sociais um conjunto de redes de clientela. Na concepção do historiador, estes poderes transitavam “entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado[s] por um sistema de trocas cujas principais ‘moedas’ serão fidelidades, serviços e mercês”, origina-se assim o cenário machadiano dos personagens frequentadores dos lares senhoriais que tecem vínculos de compromissos e de solidariedades.¹⁵¹

A figura do pároco exercia verdadeira força institucional sobre as decisões de Estácio, nele o mancebo reconhecia a verdade e os segredos que nem ele mesmo ousava administrar. Precisamos lembrar que na abertura do testamento de seu pai lá estava o pároco, sobre seu casamento com Eugênia lá estava o religioso prestando-lhe “inteira aprovação”, Melchior também assumiu a responsabilidade de casar a irmã recém-agregada incutindo-lhe a ideia de contrair matrimônio, administrou conscientemente os ciúmes do donzel em relação a Mendonça, é ele quem anuncia ao jovem que ele transgrediu “a lei divina, com a lei humana, sem o saber”, serve de juiz no julgamento que analisa a moral de Helena e, por fim, é aquele a quem procura introduzir em Estácio novamente a vida após a morte da irmã aludindo que “resta-lhe fundar uma família e respeitá-la”.¹⁵²

A observação da religião como mecanismo das relações sociais se deve a uma realidade cotidiana do século XIX, e vivida pelo próprio Machado de Assis. Raimundo Magalhães Júnior nos evoca a dimensão da grande propriedade na qual o escritor residiu

¹⁵⁰ MEYER, Augusto. Sombra. In: MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935 – 1958)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 62.

¹⁵¹ MENDES, op. cit., 1998, p. 85.

¹⁵² ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVI; Ibidem, cap. XXVIII.

em sua infância no Morro do Livramento, descreve o espaço contendo dois polos centrais “a capela e o palacete”. Na casa principal de muitos quartos, vivia Dona Maria José Mendonça Barroso Pereira, a matriarca da família que concedeu proteção aos seus pais. A igreja em que foi batizado o autor de *Helena e Yayá Garcia* fora construída em louvor de Nossa Senhora do Livramento, e foi justamente este cenário que pode ter servido de base para refletir a força da vigilância religiosa direcionada à disciplina das relações pessoais entre os estratos sociais à época.¹⁵³

O papel da instrução religiosa representada no livro pelo modelo do *homem clérigo* de Melchior perpassa pela amostra que nos oferece Maria Rita Nino Garnel sobre a formação institucional daquele que seria o ministro da fé. Em sua análise, a historiadora afirma:

A Igreja resistia ao desafio protestante, que aproximava o pastor do seu rebanho, colocando o sacerdote católico num plano diferente, com um comportamento, uma preparação profissional e um traje que o distinguiam da comunidade e, colocando-o numa posição superior, considerava-o o único mediador do sagrado, o único a poder dispensar os sacramentos e, particularmente, a ouvir em confissão.¹⁵⁴

Para Garnel, o cristianismo católico elencou um sacerdote que se difere dos outros homens, mesmo vivendo nas comunidades, nas chácaras e nas propriedades. O padre Melchior, objeto aqui de nossa análise, apresenta justamente estas características em seu personagem. Tem devoção pela simplicidade, paciente em seus modos e enérgico na preservação da paz domiciliar, sua presença impunha-se pela batina e pelo celibato, não abria mão de sua autoridade e do voto nas decisões patriarcais senhoriais e, caso fosse possível aferir-lhe algum defeito atribuído pela voz narrativa, podemos observar a busca incansável pela preservação dos valores morais e ideológicos que carregava e mantinham a sua própria existência.¹⁵⁵

A construção do clérigo figura justamente a ordem hierárquica patriarcal. Se, por um lado, a ideia de mesquinhez e autopreocupação é vista no personagem de Dr. Camargo, nada disto será atribuído diretamente pela voz narrativa ao padre que

¹⁵³ RAIMUNDO, Magalhães Júnior. **Vida e obra de Machado de Assis, volume I: aprendizado**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 16.

¹⁵⁴ GARNEL, Maria Rita Lino. A polêmica sobre o celibato eclesial (1820-1911). Penélope. In: **Revista de História e Ciências Sociais**, n.22, 2000, p. 95-96.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 93.

administrava conflitos, morava de favor, comia da boa mesa dos Valle e ainda impunha seus valores morais sem nenhuma, ou pouca, contestação. O narrador ainda afirma que:

Melchior habitava uma casinha situada no centro de um jardim diminuto, a algumas braças da residência de Estácio. Tinha duas salas o prédio, janelas por todos os lados, uma porta na frente e outra nos fundos. A frente abria entre duas janelas venezianas. A sala de visitas era ao mesmo tempo gabinete de estudo e trabalho. Simples era a mobília, nenhuns adornos, uma estante de jacarandá, com livros grossos in-quarto e in-fólio; uma secretária, duas cadeiras de repouso e pouco mais.¹⁵⁶

Para encerrar esta análise do modelo de *homem clérigo* esboçado em *Helena*, vejamos justamente o papel surpreendente que adquire o ministro da fé consagrado na chácara do Andaraí. Ao ser o primeiro a notar em Estácio os sinais de um sentimento incestuoso por Helena, Melchior será o responsável em repreender e cuidar do coração daquele homem de quem era responsável espiritualmente, e como veremos carnalmente. Esboça a figura metafísica de Deus como aquela entidade “criador[a] e remuneradora[a]”, que “lê no fundo de nossas consciências”, que “nos deu a vida, que nos há de dar a morte”, e ao mesmo tempo ele assume o papel de ser ceifador do pecado e auxiliador do pecador.¹⁵⁷

O pecado nos foi apresentado nesta história na imagem da mulher. No momento em que Helena aparece no romance pela via testamentária a jovem transfigura-se como uma invasora, ou seja, aquela que assume algo de forma indigna. E, depois, sua própria presença serve de contexto para um sentimento amoroso incestuoso em Estácio. Mais tarde, se soma a descoberta da mentira que contara sobre sua real origem, o maior alerta desta visão vem nas posições tomadas pelo Dr. Camargo indagando sobre sua posição originária indigna. Novamente tomamos de empréstimo as ideias de Garnel, pois para ela a estrutura da moralidade religiosa católica personifica o mal na própria ideia da mulher. Para a historiadora:

A herança bíblica já potenciava este entendimento, ao fazer recair a culpa do pecado original sobre Eva, causa da precipitação da humanidade no sofrimento da história, isto é, o pecado da mulher afastara o homem da realidade transcendente de uma vida paradisíaca na Cidade de Deus, o verdadeiro destino da humanidade. A degradação da imagem da mulher, fruto do pecado de Eva, conduzia à depreciação da vida sexual, e os critérios de

¹⁵⁶ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVIII.

¹⁵⁷ Notemos como Melchior utiliza-se de uma retórica que o aproxima do leitor dos desígnios de Deus; Ibidem, cap. XXII.

pureza e impureza, herdados das culturas arcaicas anteriores, fomentavam igualmente uma visão do corpo e de todas suas funções muito negativas.¹⁵⁸

Melchior anunciava que Estácio transgredia a lei divina e humana dando vazão a esse amor em seu corpo. Ele retira do mancebo a culpa do mal, anunciando que tudo se passava de modo “inconsciente”. Dispara sobre o jovem protetor as seguintes palavras “O mal persegue-te, tenta-te, envolve-te em liames dourados e ocultos, tu não o sentes, tu não o vês, terás horror de ti mesmo, quando deres com ele de rosto”. Os olhos de “águia” do padre farejaram o nascimento deste amor desde os primeiros ciúmes exagerados do irmão, refletiu um remédio que pudesse aplicar e este veio por modos de “pomba”, ou seja, o ato benevolente para com o pecador que é *homem senhorial*.¹⁵⁹

O amor que sentia Estácio não só o retirava da *Cidade de Deus*, como colocava tudo a perder caso caísse em difamação à família. A relação era inconcebível aos olhos públicos e privados, colocava em xeque o casamento com Eugênia, a carreira política que poderia vir seguir, a cristandade assumida, os cabedais que detinha, e a própria lógica da masculinidade hegemônica senhorial. A irregularidade é advertida e sentenciada pelo próprio sacerdote: “o que a moral e a religião reprovam não deve achar guarida na alma de um homem honesto e cristão.” E a salvação, de que modo poderia ser assegurada? A resposta nasce na própria língua do *homem clérigo*: “Digo-te que não pecaste, mas que ficaste à beira do pecado, e estendo-te a mão para que recues do abismo.”¹⁶⁰

Homem escravizado

Antes de começar a análise dos personagens alocados neste modelo de masculinidade construído por Machado de Assis em seus dois romances *Helena* e *Yayá Garcia*, precisamos dar conta de um fato extremamente importante. Os exemplos de homens escravizados que figuram os personagens de Raymundo e Vicente apresentam um olhar da escravidão, uma ótica de análise. Até aqui já foi possível notar a forma como a voz do narrador se posiciona e enxerga a partir do mundo idealizado pela

¹⁵⁸ GARNEL, op. cit., 2000, p. 94.

¹⁵⁹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXIII.

¹⁶⁰ Idem.

masculinidade hegemônica senhorial patriarcal. Esta maneira narrativa deixa *fiões soltos* no grande pano literário para que o leitor o desfie nas leituras no tempo.

Raymundo e Vicente nascem na condição de sujeitos escravizados, são homens que, pela lógica escravista do século XIX pertencem a outros homens. Por sua vez o primeiro pertencia a uma família que podemos entender parca de meios, fora herdado por via paterna escravo por Luiz Garcia. Já o segundo é um escravo nascido na propriedade dos Valle, onde Estácio também o recebe pela via testamentária pela morte de seu pai. Ambas as leituras das atitudes e formas de existir desses sujeitos negros em condição de escravidão são referenciadas pela ótica senhorial, e o que lhes escapa é o que procuramos agora descobrir e investigar.¹⁶¹

Para fazer uma leitura da prática escravocrata entre as elites senhoriais urbanas fluminenses utilizaremos de empréstimo outro texto de Machado, *Pai contra mãe* um conto publicado originalmente no compilado de textos titulado *Relíquias da Casa Velha* de 1906. Há uma distância entre a publicação do texto e a narrativa que se passa, a história se situa no coração da Corte escravista.¹⁶²

O conto começa com uma demonstração satírica da violência e desumanização da escravidão, os objetos de tortura e punição adotados pelos senhores de escravos brasileiros são transpostos como uma introdução do terror costumeiro. A voz narrativa anuncia que “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais”, engendrando assim uma ótica extra temporal, uma vez que, a abertura deste texto – junto à futura publicação – analisa o que seria o legado deste período encerrado em 1888.¹⁶³

A descrição dolorosa se contrapõe ao modelo liberal visto como ideologia Ocidental que inundou os países desenvolvidos e também os em subdesenvolvimento, *vide* o caso brasileiro. A flagelação e animalização do corpo negro passam a ser vistas pela cuidadosa demonstração, vejamos:

¹⁶¹ ASSIS, Machado de. Helena. **O Globo**: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.; ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

¹⁶² ASSIS, Machado de. Pai contra Mãe. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 621- 627.

¹⁶³ ASSIS, op. cit, 2015, p. 621.

Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado¹⁶⁴

A resposta a tal aplicação de recursos torturantes e degradantes vem na voz do narrador, isto é, na explicação elitista que incorpora o elemento pela amostragem: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcançava sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. A lógica da crítica machadiana não se mostra de forma simples, é preciso notar como o ponto crucial está na própria ideologia senhorial escravista que normatizava a dor e a não humanidade dos escravizados em prol de uma determinada essência de *ordem*.¹⁶⁵

E os exemplos continuam: “uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até o alto da cabeça e fechada atrás com chave” assim era retratado o castigo do *ferro no pescoço* aos escravos que fugiam de seus proprietários. O narrador mais uma vez toma da pena da ironia senhorial para tipificar tal compreensão das fugas argumentando que “nem todos [os cativos] gostavam da escravidão”, ou dizendo que “sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar”, ou ao extremo, “o dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói”.¹⁶⁶

Esta máxima ideológica entra como fator racionalizante para os movimentos senhoriais, vamos acompanhá-la no mundo liberal regido pela propriedade privada e os elementos do capital: o ser negro escravizado é um não-indivíduo, passando a só ter *valor* [visto na palavra dinheiro] a partir da garantia e direito de seu senhor, conseguimos assim enxergar gênero, classe e racialização correlacionados à um esquema de desumanização.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Vejamos o que nos afirma André Barreto Campello: “O debate sobre a natureza jurídica do escravo versa necessariamente sobre a controvérsia se aquele ser humano, à luz do direito deveria ser rígido pelo regime jurídico *das coisas* ou *das pessoa*. Cumpre registrar, a fim de esclarecer a natureza da relação jurídica da escravidão, que *não se trata de uma locação de serviços*, mas de uma relação em que juridicamente um ser humano está sujeito a outro, que o possui [...]” In: CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão**: Império do Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2018, p. 131. grifo do autor.

A política da branquitude coroa os homens brancos de uma ideologia de humanidade e, no caso dos proprietários, é esta mesma filosofia racista que comporta o escravismo e ancora-se no impedimento do negro em assumir outra função que não seja a subalterna em uma dicotomia hierarquizante. O homem e a mulher negra não têm acesso à terra, à cidadania, à livre manifestação religiosa, ou englobando toda a noção prevista pela masculinidade hegemônica, qualquer autonomia que não passasse pelo crivo de seu senhor. Vicentes e Raymundos contrapõem-se à visão normativa não por assumirem uma posição diferenciada em uma sociedade racista, mas por descreverem ações e escolhas efetivas de seus pares a partir das páginas literárias.

Frantz Fanon nos alertou que “no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades de elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação”, este movimento de desconstrução da humanidade negra passa por uma soma de ações em que “o branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação”¹⁶⁸. Neste ponto, enxergamos na literatura machadiana a ideologia senhorial e o seu pensamento sobre o sujeito escravizado. Os senhores abastados figurados em Estácio, o conselheiro Valle e Jorge, e também o caso do amanuense Luiz Garcia, não conseguem perceber que os passos de seus escravos ou ex-escravizados são cobertos de autonomia. Para estes homens e a sociedade que vivenciam, o mundo dos negros escravizados se dá através de suas decisões.¹⁶⁹

As ideias de Roberto Schwarz nos ajudam a entender este paradoxo da formação de nossa identidade nacional imperial transposta à literatura como elementos formais da constituição narrativa, o autor afirma:

[...] o atrito dos pontos de vista obriga à crise, cuja substância são as incongruências da situação brasileira – a luz do critério esclarecido. A consciência moral as questiona escrupulosamente, ainda que na forma satírica da aprovação, e, diante de sua imoralidade, conclui pela própria impotência, que é um dado mais.¹⁷⁰

¹⁶⁸ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p.104.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 117.

¹⁷⁰ SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 129.

Desta forma, caímos em uma estruturação pela própria lógica narrativa, o que seria um desnível entre a moralidade burguesa e a degradação social escravista vira justamente fratura de acerto em Machado de Assis. O chamado fator crítico deste autor está na fissura, ou como bem localiza Antônio Cândido, “nos resfornos da frase, no subentendido das cenas, no esforço aparentemente casual da descrição, estão escondidos o interesse lúcido pela realidade social e o sentimento das suas contradições”.¹⁷¹

Se pudermos pegar de empréstimo a categoria político-cultural de amefricanidade de Lélia Gonzalez, conseguiríamos responder esse compromisso de observação de Machado de Assis sem superestimar a sua observação crítica da sociedade fluminense. Com segurança podemos afirmar, seguindo a chave conceitual de Gonzalez, que este literato foi capaz de identificar o processo em que “as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar”, garantindo assim que, “as sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas”. Este processo ancora-se em uma ideologia de branqueamento.¹⁷²

Como nos expôs Lélia Gonzalez esta categoria de análise

[...] incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural, adaptação, resistência, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante, o Brasil e seus modelos ioruba, banto e ewefom. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica.¹⁷³

Resta analisar, como bem lembra Luiz Felipe de Alencastro, que a política de formação histórica desta terra encontra-se vinculada ao tráfico negreiro, e no contingente da escravidão como força laboral. O historiador afirma que é “no espaço mais amplo do Atlântico Sul que a história da América portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomam a sua dimensão”, ancorando assim não só as nossas classes sociais como a estruturação das nossas elites coloniais e depois imperiais. Ou não seria

¹⁷¹ CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 67.

¹⁷² GONZALES, Lélia. A categoria política cultural de amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2019, p. 345.

¹⁷³ *Ibidem*, p.349.

ainda no Segundo Reinado brasileiro o sujeito escravizado a força motriz de nossa industrialização, agricultura e quase todo o mundo do trabalho? ¹⁷⁴

A chave de reflexão de Alencastro é que a administração do Império perpetua os “condicionantes atlânticos, africanos” até o momento da Abolição da escravatura em 1888, quando as formas de opressão e desigualdade constitucionais serão reorganizadas.¹⁷⁵ As elites do século XIX ainda estão ligadas aos modelos aristocráticos de manutenção de poder, coibindo ou deturpando as ideias liberais e adaptando “aqui uma ideologia familista, calcada na parentela de tipo brasileiro, com seu sistema de obrigações filiais e paternais”, como propõe Roberto Schwarz sobre a sua ideia de *periferia do capitalismo*.¹⁷⁶

Raymundo

O primeiro exemplar deste modelo de *homem escravizado* tem a principal característica de não ser mais um cativo. Raymundo nascera em solo africano e foi propriedade do pai de Luiz Garcia até a morte deste, quando ele falecera o filho herdou entre os bens o escravo. Não sabemos a partir de que data podemos contar a carta de liberdade presenteada por Luiz Garcia, posto que o romance não nos informa a data da morte do pai, porém sabemos que assim que reconheceu a abertura testamentária foi-lhe presenteada a liberdade.¹⁷⁷

A data do nascimento de Raymundo pode ser calculada através de uma rápida subtração, tendo cinquenta anos contados no início do romance e sendo a abertura do enredo datada no ano de 1866, é possível afirmar que nascera no ano de 1816. Não há maiores detalhes de sua terra natal ou maiores descrições sobre sua chegada ao Brasil na condição de escravo. Então, afinal de contas, quem era o preto Raymundo? Como e por qual motivo Machado constrói este personagem? Perguntas que tentaremos agora solucionar.¹⁷⁸

¹⁷⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 21.

¹⁷⁶ SCHWARZ, **Um mestre na periferia do capitalismo**, 2012, p. 70.

¹⁷⁷ ASSIS, op. cit., 1878, cap. I.

¹⁷⁸ Idem.

O *homem escravizado* que elenca o romance *Yayá Garcia* tem como principal vocação servir a Luiz Garcia, isto posto pela voz do narrador. O corpo de Raymundo era descrito como de “estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo de africano”, seu temperamento é visto pelo equilíbrio das qualidades escravocratas admiradas pelos estratos senhoriais, sendo “submisso e dedicado”. Há uma consideração que merece destaque, a diferença de idade entre o ex-proprietário e o negro que o acompanhava era de nove anos e a relação entre ambos era definida por afeições mútuas, particularmente, por um sentimento paternal que nasce em Raymundo, como constrói o narrador.¹⁷⁹

Sua carta de alforria não “o expeliu de casa”, suas relações com o morador de Santa Tereza se mantiveram. Porém, o vínculo que antes era de *posse*, tornou-se de *criado*. A condição de vida do ex-cativo concretizava-se pela expressão “escravo e livre”, lógica que jazia em um terreno movediço. Nas palavras de Luiz Garcia, Raymundo poderia viver em sua casa até quando quisesse. O ato encarado pela imagem da benevolência acaba tornando este personagem quase o “espírito de seu senhor”. Porém, que espécie de ocupação teria este homem em Santa Tereza? Todos os trabalhos que não cabiam ao corpo do ex-senhor, e sim ao seu espírito!¹⁸⁰

O trocadilho anterior reflete na infinidade de serviços que acumulava Raymundo. Em primeiro lugar, a decisão de Luiz Garcia em permitir a estadia deste homem em sua casa era demais oportuna, pois sendo pobre de meios e mais tarde viúvo solitário precisava de ajuda para o controle, manutenção e cuidados da vida doméstica. Como já notamos a vida laboral do funcionário público não lhe permitia sobras de cobres ou de tempo, e encontrou em Raymundo “tudo a hora e no lugar competente”. Este servidor exemplar preparava as refeições da casa, comida que era “mediocre na espécie, mas fart[a] e saboros[a] para um estomago sem aspirações nem saudades”, cuidava da limpeza dos cômodos mantendo a regularidade dos objetos de modo quase ritualístico, servia o café habitual ao seu senhor, entregava cartas ou bilhetes, buscava a menina Yayá no colégio, recreava a criança, possivelmente fazia as compras, cuidava da

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

higiene total da propriedade e, com isso, mantinha o título de “único servidor da casa”.¹⁸¹

É um fato incontestável que Machado de Assis queira aproximar brancos pobres de negros livres que os serviam por um vínculo que podemos colocar na posição de criados domésticos. A proximidade entre o *homem laboral* e o *homem escravizado* aqui vista é algo que nasce do cotidiano em uma “habitação modesta” em Santa Tereza. Os serviços de Raymundo permitiam a Luiz Garcia ter certa folga em gastos e tempo, ainda mais, podemos investigar se não seria também este um dos motivos da sua índole “totalmente avessa ao desejo de contrair segundas núpcias”. O dono da casa contava com quarenta e um anos, já detinha uma casa própria, uma filha e um dedicado servente sem custos extras e, mediante isto, não via expansão em casar-se novamente até aquele momento.¹⁸²

A historiadora Sandra Lauderdale Graham coloca em evidência o quanto os trabalhos domésticos destinados às criadas e aos criados que trabalhavam para famílias do Rio de Janeiro do Dezenove eram marcados pelo grande acúmulo de serviços, uma verdadeira companhia de empreendimentos de higiene, cozinha e limpeza. Segundo ela:

A diversidade de tipos e lugares do trabalho doméstico derivava do fato de que os lares, para funcionar, requeriam serviços que somente mais tarde começaram a ser fornecidos por companhias de serviços urbanos. Até 1860, as casas do Rio de Janeiro não eram equipadas com água encanada nem com sistema de esgoto. Sendo moradores da cidade, os habitantes não produziam a maior parte dos alimentos que consumiam e nos trópicos, sem geladeiras, não podiam estocar víveres, em qualquer quantidade ou variedade. Em vez disso, os moradores contavam com as criadas para carregar água, lavar roupa nos chafarizes públicos e fazer compras diárias.¹⁸³

A manutenção das luminárias a óleo, querosene ou gás (próximo ao final do século) eram realizadas e coordenadas pelos criados e escravos que serviam a casa, papel que não deixava de realizar o ex-escravizado de *Yayá Garcia* que “ascendia às velas” ao cair da noite para alumiar a propriedade de Santa Tereza. A pesquisa de Graham nos ajuda a investigar o cotidiano não descrito de Raymundo. Ele que era o único servidor da casa, mensagem bem alocada no texto como sinal de que realizava

¹⁸¹ Idem. Neste ponto, precisamos lembrar que não há no texto uma precisão sobre a data da morte do pai de Luiz Garcia e, por isso não sabemos se o funcionário público já era viúvo nestes idos.

¹⁸² Ibidem, cap. VI.

¹⁸³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 45.

todos os trabalhos, acumulava funções e já tendo uma idade larga em anos ainda resistia sem contestação aos olhos do patrão. Não há qualquer alusão no texto que indique o pagamento de um soldo ou moeda a este homem negro que ali residia.¹⁸⁴

O narrador faz questão de anunciar que “qualquer que fossem as relações civis e naturais entre os dois, às relações domésticas os tinham feito amigos”. Naturalmente isto tenta ser comprovado pela permissão que Luiz Garcia concedia ao preto Raymundo de “cantarolar baixinho umas vozes de África”, o ritmo musical originava-se das “memórias demasiadas da tribo em que nascera”, fato que transmite que as relações entre um homem pobre branco funcionário público de baixo soldo e homens negros forros poderiam ser regidos por outra forma de autoridade e exploração. Decerto podemos afirmar que Raymundo detinha a permissão de buscar sua “marimba” e entoar cantilenas que “alegres eram, guerreiras, entusiasmadas, fragmentos épicos, resíduos do passado, que ele não queria perder de todo”, numa espécie de “fidelidade ao que já foi”, isto é, a nostalgia da lembrança indica inegavelmente também um sinal de busca de identidade que teimava em não ser apagada.¹⁸⁵

Neste espaço, podemos considerar que Raymundo exercera uma escolha decidindo ficar na casa de seu antigo senhor e assumindo até a morte de Luiz Garcia todos os trabalhos do trato doméstico. O romance se inicia nos idos de 1866, ano em que a única lei de grande expressão nacional escravocrata era a Lei Eusébio de Queirós, que correspondia ao impedimento somente ao tráfico legal de escravos pelo Atlântico. Se imaginarmos que as relações entre senhores e escravos em solo interno ainda permaneciam regidas pela propriedade e brutalidade, além da difícil identificação de um homem negro livre como parte da sociedade desejável do Império, veremos que sua escolha (que ocorreu anos atrás) detinha certa significação.¹⁸⁶

¹⁸⁴ ASSIS, op. cit., 1878, cap. I; GRAHAM, op. cit., p. 49.

¹⁸⁵ ASSIS, op. cit., 1878, cap. I.

¹⁸⁶ Notemos o artigo principal que norteia a ideia que traz a Lei de número 581 de 4 de setembro de 1850 apelidada pelo nome de Lei Eusébio de Queiroz: “**Artº 1.** As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação esta proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos, serão igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos” In: BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece Medidas para a Repressão do Tráfico de Africanos neste Império. **Collecção das leis do**

A investigação minuciosa de Walter Fraga Filho sobre os escravos e libertos na Bahia dentre 1870 até 1910 nos evidencia uma das possíveis motivações da posição de Raymundo. Sabemos que provavelmente sua carta de alforria fora dada ainda na primeira metade do século XIX, um mundo totalmente regido pela dinâmica escravista que buscava retirar todas as possíveis autonomias e liberdades dos negros e negras em condição de cativos. Os castigos exercidos pelos senhores, como já observamos, marcavam a essência de uma sociedade escravista, em que “o terror da lei era a garantia para sua vida e propriedades”.¹⁸⁷

Para Fraga Filho, a cor da pele legava aos escravos alforriados uma vida de incertezas, segundo ele, “de várias maneiras, a escravidão afetava negativamente a vida de livres e libertos. Basta dizer que podiam ser confundidos com escravos e presos como suspeitos de fugidos”. Raymundo sem dúvida ponderou esta situação e sem chances de voltar para sua terra natal ou sem pecúlios que lhe permitissem iniciar uma nova vida, escolheu residir com o antigo senhor. Na casa de Luiz Garcia devia vir a enfrentar os mesmos serviços que já estava habituado, não passaria fome e restar-lhe-ia a dignidade da estima do protetor. A imagem de negro dócil e serviçal inestimável advém da própria lógica de não garantir ao *homem escravizado* a autonomia da consciência, o exercício de agência.¹⁸⁸

Vicente

A entrada do personagem Vicente no enredo literário só ocorre no quarto capítulo publicado. O narrador avalia a aceitação de Helena na nova casa que lhe recebera e depois de passar a observação pelos sentimentos dos personagens principais do romance é chegada a hora de avaliar a descrição do comportamento do único escravo que ganha nome no romance. Dos residentes da senzala, o único que simpatizou desde o

Império do Brasil de 1850: tomo XI. Rio de Janeiro, parte I, p. 267-270. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219>

¹⁸⁷ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas daliberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p. 92.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 101.

princípio com a moça foi Vicente, um homem escravizado que ganha a alcunha de “cria da casa”. Um jovem de dezesseis anos, que já “era estimado do conselheiro”.¹⁸⁹

A entrada do personagem Vicente no romance em folhetim se dá em uma passagem interessante. Ao analisar os sentimentos de cada morador ou frequentador da chácara do Andaraí sobre a chegada de Helena, o narrador se depara com os pensamentos dos escravos da casa. É importante citar que os cativos, mesmo retraídos na senzala, na cozinha ou em seus afazeres domésticos participam e procuram estar cientes de tudo que ocorre na propriedade. A descrição do jovem escravizado Vicente é a única que ocorre nomeada com tamanha precisão na história, nenhum outro homem ou mulher em sua condição ganha maiores atenções que ele nas páginas deste folhetim.¹⁹⁰

A simpatia de Vicente por Helena ocorreu desde o princípio. O *homem escravizado* contava com dezesseis anos completos quando ocorre a chegada da jovem na casa. O narrador nos informa que o escravo era “estimado pelo conselheiro” e talvez por isto estendesse os sentimentos para a menina que supostamente era sua filha. Porém a passagem que se segue nos permite investigar algo suspeito. O texto anuncia:

Despida de interesse, porque a esperança de liberdade se podia haver era precária e remota, a afeição de Vicente não era menos viva e sincera; faltando-lhe os gozos próprios do afeto – a familiaridade e o contato –, condenado a viver de contemplação e da memória, a não beijar sequer a mão que o abençoava, limitado e distanciado pelos costumes, pelo respeito e pelos instintos...Vicente foi, não obstante, um servidor de Helena, seu advogado convicto nos julgamentos da senzala.¹⁹¹

Podemos extrair deste fragmento de observação narrativa dois pontos, o primeiro está posto na esperança da alforria e o segundo na paixão entre um jovem rapaz negro em condição de escravizado pela moça que também contava sua idade dentre “dezesseis a dezessete anos”. Não seria absurdo pensar que Vicente encarava Helena sua única forma de alcançar liberdade, mesmo que *precária* ou *remota*. O conselheiro morre no ano de 1859, ano do início da história, e a escravidão, mesmo que alvo de constante discussão, ainda estava longe de seu fim pelas vias legais e jurídicas. Já a admiração apaixonada, por qual motivo não poderia ocorrer? A chegada de uma

¹⁸⁹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. IV.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

pessoa nova à chácara decerto mudou o sentimento de tristeza e apatia que rondava seu coração após a morte do chefe familiar.¹⁹²

Com a morte de seu proprietário e protetor, Vicente encarava a perda de uma tentativa de obter sua alforria. Não sabemos nada da paternidade do menino escravizado que nascera na fazenda, mas sabemos que o espírito do conselheiro era guiado pela “única paixão forte que realmente teve”, ou seja, as mulheres que se relacionou fora do casamento. O sentimento por Helena nascera talvez por um encanto juvenil ou por analisar que a menina estava conjugada em uma também condição de inferioridade naquela casa, a soma destes fatores pode ter feito brotar em suas ações essa *contemplação* silenciosa, contudo importante como veremos.¹⁹³

O bom relacionamento entre os dois não passou despercebido aos olhos de Estácio, que logo o designou como pajem da menina. Vicente acompanharia Helena em todos os lugares onde fosse passear ou cavalgar com a égua de nome Moema, essa relação solidificou-se com os “olhos amigos” do *homem escravizado*. É provável que mesmo jovem ele já tivesse alcançado bastante confiança de seus senhores, pois por muitas vezes fora permitido por D. Úrsula o passeio a cavalo a sós com a suposta filha do conselheiro. O que faziam nesses encontros solitários? Além das visitas frequentes ao casebre de Salvador, deviam conversar, tecer segredos e revelar mútuas angústias rotineiras. Uma rotina que alegrava dois corações, a filha que mata saudade de seu legítimo pai e o do negro cativo que desenrola ao longo do dia um trabalho que não lhe exige grandes esforços. Vejamos o habitual movimento narrado:¹⁹⁴

Na chácara esperava-a Vicente, com a égua ajaezada e pronta. Helena montou sem demora; o pajem cavalgou uma das mulas que havia na cavaliça e os dois saíram a trote na direção da casa do alpendre e da bandeira azul [referência à casa de Salvador, nas proximidades da chácara]¹⁹⁵

¹⁹² Ibidem, cap. III.

¹⁹³ Notemos que algo aproximava o conselheiro do rapaz escravizado, sendo ele nascido na fazenda nada impede que possamos suspeitar de um indício de paternidade; Ibidem, cap. II.

¹⁹⁴ Ibidem, cap. IX.

¹⁹⁵ Ibidem, cap. XV. Sobre uma leitura da lógica de dominação senhorial, Sidney Chalhoub nos lembra: “A ideia era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos proprietários. Além disso, conforme o exemplo notável do africano Raimundo em Iaiá Garcia, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários” In: CHALHOUB, op. cit., p. 51

Machado de Assis nos faz aferir as redes de sociabilidade e cumplicidade que se estabeleciam entre os chamados agregados e até mesmo os escravizados. Relembrando a interferência do Doutor Camargo em pedir a intercessão de Helena em sua empresa de casar Eugênia, podemos alocar aqui um novo plano de configuração. A moça desta vez vê em Vicente uma mão amiga que lhe pode ocultar os encontros com o legítimo pai e o *homem escravizado* retém para si não só uma proximidade, todavia gozos reais, talvez não partilhados por nenhum cativo da propriedade dos Valle. Ao regressar de uma das visitas sigilosas, a voz narrativa discorre sobre o estado deste personagem: “O pajem levava os olhos na moça com um ar de adoração visível; mas, ao mesmo tempo, com a liberdade que dá a confiança e a cumplicidade fumava um grosso charuto havanês, tirado às caixas do senhor”.¹⁹⁶

O desenrolar da história se dá com a descoberta dos passeios irregulares de Helena, Estácio vê em Vicente uma “ideia nova”. O escravo poderia confessar a verdadeira causa do relacionamento entre a menina e Salvador, pois além de pajem o jovem negro entrava na história como “confidente”. Em um rápido momento, o donzel examina os seus pensamentos e se lembra de que em uma conversa corriqueira a irmã havia intercedido pela alforria do “cúmplice”. Notemos que a esperança de liberdade não estava tão distante quanto amostrava anteriormente o narrador, era não só uma realidade plausível como em andamento pela proximidade entre os dois desde a chegada da menina.¹⁹⁷

No decorrer da narrativa, as relações domésticas entre Helena e a família ficaram cada vez mais constrangedoras. No dia em que Estácio pressiona a menina para obter uma confissão do real envolvimento dela com o morador da casa que carregava uma bandeira azul, diante do golpe da descoberta, ela limitou-se à reclusão de seu quarto, o único espaço de intimidade e individualidade que poderia restar em uma casa em que vivia em condição de agregada. Neste momento do romance, a ausência da jovem passa a ser sentida pela casa, ou melhor, nas áreas de relacionamento cotidiano, como a sala, a mesa de jantar, os corredores, etc.¹⁹⁸

¹⁹⁶ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XV.

¹⁹⁷ Ibidem, cap. XXII.

¹⁹⁸ Idem.

Machado de Assis confirma nossa hipótese de que os escravos domésticos mantinham-se atentos a toda a rotina e acontecimentos que se desenrolavam na casa. Os modos cotidianos de seus senhores não podiam deixar de ser reparados e comentados também na senzala. A instabilidade de uma família senhorial poderia tomar contornos ainda maiores quando as crises caíssem em ouvidos alheios e, para isso, o mentor espiritual dos Valle serviria também. Padre Melchior mantém-se forte em seus conselhos e condutas a serem seguidas e procura a todo custo “que os escravos não saibam de tais crises”. Todavia, a política familiar *senhorial-escravista* era outra:

O jantar foi um simulacro: era um meio de iludir a perspicácia dos escravos, que aliás não caíam naquele embuste. Eles conheceram perfeitamente algum acontecimento oculto que trazia suspensos e concentrados os espíritos. As iguarias voltavam quase intactas; as palavras eram trocadas com esforço entre a sinhá velha e o senhor moço. A causa daquilo era, com certeza, nhanhã Helena.¹⁹⁹

O desespero de Vicente em saber o que deveras ocorria com sua protetora o fez levantar um movimento que poderia custar-lhe caro. O *homem escravizado* interroga o capelão do Andaraí em busca de uma resposta que lhe repousasse o espírito, argumentando que: “Vejo todos tristes, nhanhã Helena não aparece; fechou-se no quarto... Me perdoe a confiança. O que foi que aconteceu?” A resposta negativa do padre não achou no escravo profundidade e coberto de uma mistura de ousadia e sentimentos sinceros replicou em tom de arguição:

Oh! Alguma coisa há por força. Seu padre não tem confiança em seu escravo. Nanhã Helena está doente?
[...]
– Hum! – gemeu incredulamente o pajem. – há alguma coisa que o escravo não pode saber; mas também o escravo pode saber alguma coisa que os homens brancos tenham vontade de ouvir...
[...]
– Nanhã Helena é uma santa. Se alguém a acusa, acusa o bom procedimento dela. Eu lhe direi tudo...²⁰⁰

Por certo podemos encarar a audácia de Vicente como a única tentativa de reverter o abalo da possível descoberta. Os dois prováveis destinos de Helena ocasionavam para este homem um desfecho, no mínimo, de penalidades. Tanto a morte da personagem quanto a sua expulsão da família diminuiriam a sua condição já alcançada de escravo de confiança do patrão. Ele não só mentira ao lado da moça, como

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Ibidem, cap. XXIV.

escondia todos esses segredos de seu verdadeiro dono, Estácio. O enterro da jovem levava consigo uma longa articulação deste homem, decerto revestida de afeição, mas acima de tudo movimentos de poder.²⁰¹

Homem senhorial

Conselheiro Valle

Traçando um perfil do personagem fundador do romance *Helena*, podemos perceber como Machado de Assis utiliza a observação social e cultural para compor e modelar as fragilidades desse homem que leva a insígnia de senhor da casa, da família e da rua.

Logo no início do romance, o velho Valle já tem seu mérito e júbilo social descrito no seu cortejo fúnebre que, por sua vez, reúne “as primeiras classes da sociedade”, figurando como os mecanismos de sociabilidade e redes de relacionamentos habitavam vida e morte dos *homens senhoriais*. Muito além da grande quantidade de capital empreendido e acumulado durante a sua existência, ele “ocupava elevado lugar na sociedade, pelas relações adquiridas, cabedais, educação e tradições de família”.²⁰²

A mensagem passada pelo romance é a de que a fortuna, mesmo que importante, precisa vir acompanhada e articulada de um bom mecanismo de solidariedades. Ao buscarmos as origens da família Valle, conseguimos enxergar a importância dos títulos e cargos que tanto norteavam as famílias brasileiras no Império, uma experiência memorialística de valorização da genealogia parental. É informado que o suposto pai do conselheiro fora “magistrado no tempo colonial, e figura de certa influência na Corte do último vice-rei”, relacionamentos preservados pelo filho e que garantiram seu reconhecimento e destaque pessoal. E se o lado paterno é digno de nota, a distinta

²⁰¹ Devemos ter em mente que Vicente não sabia do total parentesco entre Salvador e Helena, nem mesmo da importância do que ocorria entre eles. E a descoberta desses encontros influenciava diretamente na sua possibilidade de alforria.. Sobre isto: Analisar o capítulo XXIV.

²⁰² ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

descendência materna também influía como “uma das mais distintas famílias paulistas”.²⁰³

A experiência individual desse *homem senhorial* não se descola da construção mitológica de sua essência familiar: “ele próprio exercera dois empregos”, entretanto nenhum dos cargos ocupados fora digno de nota ou de maiores explicações, sua pessoa viveu “com habilidade e decoro, do que adveio a carta de conselheiro e estigma dos homens públicos”. Segundo a voz narrativa, a ocupação em si pouco importa desde que consiga alcançar a notoriedade social sem perder a dignidade pessoal, isto é, garantindo-lhe assim titularidades representativas que incorporavam ao seu personagem um tom mais completo da masculinidade hegemônica do Dezenove.²⁰⁴

O conselheiro pode ser comparado ao exemplar do homem público, e não ao burocrata pobre incorporado pelo funcionalismo estatal. Ele é um personagem que merece reconhecimento pelo que carrega na bagagem histórica de sua formação familiar. Ele é uma figuração didática do chefe familiar que incorpora as regras de boa convivência e dogmas sociais para manter-se na busca de uma ideia de *poder político*.²⁰⁵

Em uma inversão revestida de ironia e acidez, podemos observar a própria noção política e partidária desse que representava o clã dos Valle nos idos da década de cinquenta do século Dezenove. Sem aprofundar nenhuma teoria que fosse determinante ou demonstrasse ser declaradamente ativo no meio político partidário, o conselheiro é descrito como um homem em que confluíam “tais ou quais ideias [...] colhidas nas fronteiras conservadoras e liberais, justamente no ponto em que os dois domínios podem confundir-se”. Explicação que parece vaga, mas muito pode aferir do comportamento de cativar “preciosas amizades”, pois se não detinha seu prestígio de um cargo como deputado ou senador, a sua maior habilidade seria oscilar entre as retóricas de uma boa rede clientelar e a proximidade de amigos poderosos. Isto tudo em uma lógica que lhe rendesse resultados tanto financeiros, como relativos ao valor familiar.²⁰⁶

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Sobre a figuração do personagem do conselheiro, ver a parte “A nudez de Noé” no terceiro capítulo.

²⁰⁶ Idem.

O ato testamentário é também um exemplo da força política *post mortem* dos *homens senhoriais*, a leitura dos bens legados e até mesmo o efetivo conhecimento de todas as propriedades da família se davam neste momento. O conselheiro “nomeava testamenteiros Estácio, o Dr. Camargo e o padre Melchior”, um movimento que contempla o filho, o amigo mais próximo e o capelão que desempenhava funções já elucidadas em outro momento. No corpo do documento, escrito pela vontade do falecido chefe familiar, encontramos “legados pios ou beneficentes, lembranças a amigos, dotes a afilhados, missas por sua alma e pela de seus parentes”, indicando dessa forma que a morte dá continuidade das articulações senhoriais em vida.²⁰⁷

É curioso pensar que o pai de Estácio, e podemos lembrar também do exemplar do desembargador Gomes, correspondem a um movimento no texto para além de sua real existência física. Até o final do romance *Helena*, a “vontade do conselheiro estatua uma lei na família”, algo que não cessou após a morte decorrida após um cochilo perturbado por “apoplexia fulminante”. Há uma sensação de que mesmo que não figurassem os estratos mais abastados da Corte, e não carregassem em seus prenomes os títulos de Barão, Visconde ou Marquês, ainda assim, figuravam uma existência sólida de agentes de conservação daquilo que entendemos como masculinidade hegemônica. Algo os mantinha presos e, ao mesmo tempo, confortáveis em uma projeção de classe.²⁰⁸

Estácio

A análise do personagem Estácio enquanto uma figuração machadiana precisa se dar a partir de sua localização no romance *Helena*. Ao início do romance, o donzel do Andaraí conta com a idade de vinte e seis anos completos, consta também que era “formado em matemáticas”. O conselheiro, enquanto vivo, procurou “encaminhá-lo na

²⁰⁷ Ibidem, cap. II.

²⁰⁸ O romance parece dar vazão a um sentimento, o conselheiro teria articulado uma forma de *linha* pela qual os seus descendentes deveriam seguir; Ibidem, cap. XXVIII.

política ou na diplomacia”, porém a tentativa de tornar o filho um modelo de jovem senhor não obtivera “começo de execução”.²⁰⁹

As relações pessoais entre Estácio e o pai não se apresentam no romance de uma maneira muito descritiva, há, contudo, brechas narrativas que nos permitem explorar esta relação paternal. Um fato é inegável: desde o início do folhetim a força senhorial que o pai detém sobre o filho e a família se expressa de maneira muito bem delineada. O respeito de servir as *ordens* do falecido líder do clã dos Valle é visto de maneira singular no filho, pois todas as indicações testamentárias e morais são acatadas pelo jovem órfão. Entretanto, as análises desses dois exemplos da lógica dos *homens senhoriais* são exploradas de maneiras muito distintas.²¹⁰

A índole de Estácio era assegurada por tamanho retraimento. O jovem “entregara-se a ciência com ardor e afincó”, de sua posição partidária lembramos que “lhe aborrecia a política” e de sua domesticidade sempre destacada extraímos ser ele “indiferente ao ruído exterior”. De sua criação, podemos elencar que fora “educado à maneira antiga e com severidade e recato”, tornando-se homem por uma trajetória de vida passando da “adolescência à juventude sem conhecer as corrupções de espírito nem as influências deletérias da ociosidade”.²¹¹

As antíteses de Estácio pode-se supor que são Mendonça ou seu próprio pai. O conselheiro já desde a juventude demonstrava sua intensa volúpia. Como apresenta o narrador do folhetim, no capítulo de número IV, há uma passagem em que nos é descrita a personagem de D. Leonor que é a esposa de um amigo dos Valle, o já aqui retratado Dr. Mattos. Esta senhora detivera em sua juventude uma beleza digna de destaque durante o “Primeiro reinado”, aparência que não passou despercebida aos galanteios do chefe familiar dos Valle. A vida amorosa extraconjugal dos *homens senhoriais* passa a ser retratada por um desvio moral difícil de ser contido, figurando uma espécie de *instinto*. O narrador nos faz uma espécie de condenação à moral do patriarca dos Valle:

A reputação dos homens amorosos parece-se avulta. O conselheiro desfrutou essa vantagem, de maneira que, se no outro mundo lhe levassem à coluna dos

²⁰⁹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibidem, cap. II.

pecados todos os que lhe atribuíam na terra, receberia dobrado castigo que mereceu.²¹²

O comportamento sexual do filho não seguiu as iniciativas do pai, pelo contrário, “viveu a vida de família, na idade em que outros, seus companheiros, viviam a das ruas e perdiam em coisas ínfimas a virgindade das primeiras sensações”. O que agradava a Estácio era o ambiente doméstico. Todavia uma questão surge desta figuração masculina. Por que Machado procura expor esse comportamento dissonante do jovem *homem senhorial* entregue ao mundo da casa? É esta resposta que procuramos responder a partir de agora.²¹³

Ao esmiuçar os efeitos das mudanças defendidas por Phillipe Ariès e compará-las com a própria especificidade da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, é possível se deparar com um corpo social que interage com os três principais fatores externos. São eles: o Estado (figurado na imagem de Pedro II e da própria monarquia), uma releitura do sagrado por um processo de controle, e os reflexos de um país sem um amplo acesso à alfabetização, como já destacado no capítulo anterior. Ao mesmo tempo em que a região da Corte se via distorcida por inúmeras mudanças desde o processo de independência em 1822, ela era resinificada pelas novas formas estéticas e o crescente populacional. Mediante isso, havia o contraste de uma política de relacionamento social demarcada pela sociabilidade clientelar, na qual a ideologia senhorial procurava administrar a vida cosmopolita pelo reflexo da “cidadezinha ou o bairro – constitu[indo] um meio familiar em que todo mundo se conhece e se vigia e além do qual se entende uma *terra incógnita*, habitada por algumas personagens da lenda”²¹⁴.

É preciso notar as diferenças entre o contexto sul-americano brasileiro aqui analisado e o caso europeu. O primeiro caminha para um projeto de construção nacional que incorpora e atrela novos símbolos, e o segundo galga seu percurso junto ao datado Estado moderno, remodelando e cambiando as estruturas medievais. O romance de Machado de Assis é lançado em 1876 e o Brasil não conta nem mesmo um centenário de sua independência, e a localização geográfica e política do Rio de Janeiro se molda a

²¹² Ibidem, cap. IV

²¹³ Ibidem, cap. II.

²¹⁴ ARIÈS, Phillipe . Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (org.) **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 3 vol. p. 10, grifo do autor.

partir da influência da Corte, e a força das famílias *senhoriais-escravistas* é um fator influente nos subúrbios e no centro deste território.

A crescente onda comercial dada pela comercialização do café atribuiu ao Sudeste do Império uma região de contrastes significativos, ao mesmo tempo em que a riqueza opulenta advinda da terra sustentava o eixo de entrada do Brasil no cenário econômico internacional, o mundo dos plantéis estruturava a conservação daquilo que Ilmar Rohloff de Mattos constatou como a *moeda colonial*. Os periódicos que carregavam em seu rodapé os folhetins romanescos estampavam em suas primeiras páginas o preço das safras e da capitalização deste produto do vale cafeeiro. Vejamos a amostra a seguir:²¹⁵

Figura 4:²¹⁶

<p>Londres, 30 de Julho (RETARDADO) Café do Rio, good channel floating cargoes, 71 sh. 6 d. a 73 sh. por 112 libras. Café de Santos, good average floating cargoes, 72 a 73 sh. por 112 libras.</p>
<p>Londres, 31 de Julho (RETARDADO) Mercado de café calmo, mantendo-se, porém, os preços firmes.</p>
<p>Havre, 30 de Julho (RETARDADO) Mercado de café calmo, mantendo-se os preços, porém, firmes.</p>
<p>Havre, 31 de Julho (RETARDADO) Café do Rio, ordinary, 87 fcs. por 50 kils. Café de Santos, ordinary, 92 a 93 fcs. por 50 kil.</p>

As primeiras décadas da segunda metade do século XIX orientaram um debate fervoroso sobre a estruturação da abolição da escravatura, o mapeamento e institucionalização das terras e organização política dos estratos senhoriais. Segundo observa Mattos:

Sob condições diversas tratava-se não só de preservar os monopólios que fundavam aquela classe [os *homens senhoriais*], mas também de operar uma redefinição do equilíbrio e da importância relativa de cada um deles; tratava-

²¹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema:** a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 39-43.

²¹⁶ Imagem retirada do Jornal *O Globo*. In: TELEGRAMAS. **O Globo:** Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 212, agosto, 1876.

se de estabelecer uma relação estreita entre o monopólio da mão-de-obra, no momento de crise da escravidão, e o monopólio da terra.²¹⁷

Esta zona de permanências em meio à expansão do Estado Imperial muito nos ajuda a entender como Estácio nos é apresentado como um personagem que não detém ligação com as lavouras e consegue ser elencado dentro do grupo de *homens senhoriais*. A compreensão de tal senhoriaidade está nos monopólios assegurados, pois encaramos que, tanto em Estácio como em Jorge, suas personagens apresentam dentre as suas posses os bens como a escravaria e a propriedade privada. Notemos na tabela VIII e IX como são organizadas as divisões das propriedades nos romances *Helena* e *Yayá Garcia*.

Tabela VIII :²¹⁸

Propriedades	Proprietário
Residência em Santa Tereza	Luiz Garcia
Casa de Verão em Santa Tereza	Família Gomes
Residência na Rua dos Inválidos	Família Gomes
Casas de aluguel na Tijuca	Família Gomes
Escritório de Jorge – Local não indicado	Família Gomes
Residência na Rua de Dona Luzia	Sr. Antunes

Tabela IX:²¹⁹

Propriedades	Proprietário
Casa no Rio Comprido	Dr. Camargo
Chácara do Andaraí	Família Valle
Casa de São Cristóvão	Família Valle
Casas alugadas	Família Valle

²¹⁷ MATTOS, op. cit., 1999, p. 70.

²¹⁸ Tabela confeccionada a partir de dados extraídos do romance *Yayá Garcia* (1878). In: ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

²¹⁹ Tabela confeccionada a partir de dados extraídos do romance: ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria**, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.

A concentração das propriedades se dá de maneira extremamente desigual, reflexo justamente de uma política de garantia de monopólio da terra expressa por vários fatores. Um deles estava na própria formulação da Lei de Terras de 1850, com a proposta de institucionalizar a situação dos *homens senhoriais* e dos demais que conseguissem provar a posse de suas propriedades. O Estado imperial assegurava à propriedade a partir de uma política de reconhecimento dos limites de uma área, política que facilitava ao grande senhor proprietário a garantia da verificação e legitimidade da posse.²²⁰

A Lei de 1850 amparava-se em uma política de reconhecimento da espacialidade das terras devolutas do Império, a proposta legal carregava a ideologia senhorial como uma espécie de incorporação da institucionalização da propriedade. Muitos homens livres pobres alcançaram o registro de suas posses, entretanto a maior facilidade em comprovar o título de suas fazendas, quintas e chácaras se dava aos grandes senhores. A proposta legal apresentada “Para Vossa Majestade ver” ocorreu ainda em 1843 pelo Parlamento, e foi aprovada e reconhecida somente sete anos depois contando com a figura do Ministro da Justiça do Império Eusébio de Queiroz. A ação jurídica espacial-geográfica administrava uma relação de concessão e disposição entre os homens livres e o Estado. Tanto nas zonas rurais e urbanas a aplicação da ação legislativa funcionava especificando o que eram as *terras devolutas* e a sua funcionalidade.²²¹

²²⁰ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõem Sobre as terras devolutas do Império. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1850:** tomo XI. Rio de Janeiro, parte I, pp. 307- 312. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219>.

²²¹ Verifica-se no texto aprovado no dia 18 de setembro de 1850, em seu artigo terceiro, a seguinte afirmação sobre o caráter das terras devolutas: “§1º As que não se acharem aplicadas a algum uso político, nacional, provincial, ou municipal. §2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. §3º As que se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.” Torna-se efetiva uma relação pela posse e verificação da propriedade, ao mesmo tempo em que conseguimos ver a moeda colonial em transformação. A segurança da propriedade privada e as concessões de terras passam agora pelas mãos do Estado. Sobre a aplicabilidade e funcionamento desta lei ver: MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas fronteiras do poder:** Conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. 1996. 322p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo, 1996.

Esses bairros que se fazem apêndice do Município Neutro formam microcosmos sociais que preservam as estratégias e formas de relacionamento social comunitário. As redes de convívio pessoal são descritas nas páginas de *Helena* como estratégias de manutenção de amigos íntimos sempre próximos e, ao mesmo tempo aproveitando o lazer e evitando a exposição das ruas da cidade. Os vizinhos mais próximos passam a ocupar as salas de visita, se reunir em sarais internos, chás da tarde, aniversários, jogos de dama e gamão, apreciar um cálice de vinho do Porto enquanto os convivas tecem duas ou três conversas sobre as realidades culturais, entre muitas outras formas de socialização e criação de vínculos.²²²

A perspectiva liberal brasileira finisecular tende a separar a esfera privada em uma espécie de espaço blindado às ações políticas, imaginando assim um quadro dicotômico onde o Estado representa a potencialidade pública e a zona doméstica como uma construção idilicamente íntima e restrita. As análises aqui sobre os constantes diálogos familiares quebram esta noção de dois polos de comunicação e apresenta a permeabilidade entre eles. A família não só é formadora de políticas públicas como é pensada como base de sustentação da manutenção das ideologias estatais do Império. E, por isso, nas palavras de Melchior é desejável não “suspeitar a ninguém o que se passa nesta casa”, ao advertir Estácio da gerência dos problemas que enfrentara em sua propriedade do Andaraí.²²³

A imagem de Estácio passa a ser gerida de maneira irônica pelo narrador, pois ele apresenta “uma compostura de corpo e do espírito temperada pelo viço dos sentimentos e pela graça das maneiras”. Os comportamentos domesticado e cortês figurados no personagem do jovem são metaforizados como “um tronco rijo e reto adornado de folhagens e flores”. Esta análise das qualidades do rapaz se atrela a uma “sensibilidade” que o narrador tenta afastar de uma noção generificada de “feminil e doentia” em contraponto ao que precisava prevalecer, ou seja, uma índole “sóbria e forte”.²²⁴

²²² ASSIS, op. cit., 1876, cap. XXII.

²²³ Idem.

²²⁴ Ibidem, cap. II.

Estácio “não cedia nem esquecia nenhum dos direitos e deveres que lhe davam a idade e a classe em que nascera”. Sabia da posição que iria assumir após a morte do pai, e contava com a ajuda de dois personagens que entendem das normas e encaminhamentos da ideologia alocada nos comportamentos valorizados pela masculinidade hegemônica, mesmo sem pertencerem ao grupo dos *homens senhoriais*. Padre Melchior e Dr. Camargo não constam arrolados no testamento de forma despreziosa. O conselheiro sabia da importância da prática instrutiva que legara a esses dois outros homens. O filho já era “elegante e polido”, marcado pela obediência “à lei do decoro pessoal, ainda nas menores partes dela”. Em casa, o jovem era dado ao relacionamento interpessoal, pois “[n]inguém entrava mais corretamente numa sala; ninguém saía mais oportunamente”, “[i]gnorava a ciência das nugas, mas conhecia o segredo de tecer um cumprimento”, enfim, apresentava relativa inteligência na *pedagogia* do trato social mesclado à consciência de sua classe apurada, o encaminhamento seria mais fácil.²²⁵

É possível extrair, a partir dessa lógica senhorial, que o Estado e as leis seriam reflexos da ideia do cidadão masculino, ou melhor, de ideias restritas a um modo de ser *masculinizante*. As análises de Joan Walach Scott ampliam o mapeamento do sujeito universal que passava a ser moldado a partir da experiência do ser homem. Em sua crítica, a ausência do debate sobre os paradoxos presentes nos estudos feministas, Scott elege a importante questão da busca pela igualdade civil, fato que causa sérios problemas epistemológicos na produção de um conhecimento que não pleiteia a resignificação do ser mulher e a sua função enquanto não indivíduo na sociedade.²²⁶

Como afirma Scott, o fomento das políticas individualistas que moldaram o chamado sujeito universal criou um conceito de cidadania por si só excludente, pois se distinguia desde a sua formação daqueles que não poderiam pertencer a esse modelo. Dessa forma, essa exclusão se legitimava “com base na diferença na base biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um

²²⁵ Idem.

²²⁶ SCOTT, Joan Walach. Relendo a História do Feminismo. In: **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 27-29.

fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social.”²²⁷

E nascia assim uma cidadania excludente, na qual a figura feminina não poderia alcançar este *status*, pois se engendrava uma ideia de que as mulheres não apresentavam as características naturais para atribuir-lhes tais condições. E somados a elas, negros e pobres compunham os não cidadãos e os não efetivamente brasileiros do Segundo Reinado do Brasil.²²⁸

Jorge

A abertura do capítulo de número II nos apresenta o nosso dândi da Rua do Ouvidor. Quando ocorre o diálogo entre Dona Valéria e Luiz Garcia, o rapaz é descrito como assomado de vinte e quatro anos. O desembargador, patriarca da casa dos Gomes, fora um homem de destaque entre os notáveis fluminenses. O cargo, a história familiar e os amigos que acumulava lhe deram liberdade de viver com grandes meios e sem conhecer qualquer desgosto econômico, uma de suas ações em vida fora encaminhar o filho na “profissão de advogado”. A formação na ciência das leis não havia ainda dado início a uma carreira pública, muito menos despertado interesse no mancebo, a frase que lhe definia o sentimento de ociosidade atual ao ano de 1866 era o movimento, anunciado pela mãe pela expressão: “goza por enquanto a vida”. Nobre qualidade desta classe, e nesta idade!²²⁹

As descrições físicas de Jorge transcorrem-se pelo “bigode negro e basto, obra comum da natureza e do cabeleireiro”, os pelos da face chamavam a atenção do narrador que advertia ao leitor que este ornamento cobria a boca e dotava o mancebo de uma “expressão de viril”, mesmo contando ainda pouca idade. É de bom grado notar como um elemento corporal assume uma característica de *virilidade*, ainda mais, tornava o mancebo um homem formado. A “estatura esbelta e nobre”, o porte

²²⁷ Ibidem, p. 26.

²²⁸ Ibidem, p. 33-34.

²²⁹ ASSIS, op. cit., 1888, cap. II.

“elegante” e os modos de agir e vestir colocavam o rapaz dentre os belos filhos da “boa sociedade” da Corte.²³⁰

Em sua obra sobre *O Tempo Saquarema*, Imar Rohdolf de Mattos tenta classificar com a ajuda teórica das ideias de Antonio Gramsci estes segmentos sociais masculinos que floresciam no Segundo Reinado. Segundo o historiador, o conceito do agrupamento dos homens tidos como os “mais próximos” detinha uma posição de destaque, para ele esses seres eram materializados nas fileiras dos “deputados gerais, os presidentes de província, os ministros de Estado, os senadores e conselheiros de Estado”, seu destaque e ações provinham de uma noção ideológica de masculinidade hegemônica acirradamente disputada e conservada em que existia uma “ordem que concebiam como natural”.²³¹

Estes *figurões* que regiam os monopólios político e administrativo do Brasil encontravam na Província do Rio de Janeiro a espacialidade central do aparelho político da centralização régia e civil. Nas palavras de Mattos, esta construção ideológica de governança e fundação das relações sociais *saquarema* via na “educação de nível superior [...] um poderoso elemento de unificação ideológica da ‘elite’ imperial, sobretudo por meio da formação jurídica, que fornecia um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades”. Abastecia-se assim um preceito de vasta diferenciação, no qual aqueles que se formavam em Direito ou Matemáticas na Europa ou nas poucas universidades brasileiras eram provavelmente os filhos de produtores rurais escravistas abastados, magistrados estabelecidos no topo de suas hierarquias, altos postos militares e políticos de relevância nacional. Estes mancebos assumem um papel de continuidade dos projetos e conquistas senhoriais de seus pais, aqui vistos por este trabalho de pesquisa nas figurações dos *homens senhoriais*.²³²

Os chefes de família como o desembargador Gomes e o conselheiro Valle orientam com os seus títulos e posses um caminho que suas famílias devem trilhar mesmo *post mortem*. Seus filhos homens, nominalmente Jorge e Estácio, “saltavam da magistratura para a política, saltando também para um sistema de relações que,

²³⁰ Idem.

²³¹ MATTOS, Imar Rohloff. **O tempo saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 170-171.

²³² MATTOS, op. cit., 1999, p. 171.

efetivamente, e antes que qualquer outro fator, lhes proporciona homogeneidade”, por isso para eles era esperada à Câmara, o Senado, um alto posto militar, enfim, uma posição legítima de sua representatividade.²³³ O filho dos Gomes logo entendera as vantagens de sua posição, ele “sabia muita coisa do que aprendera, tinha inteligência pronta, rápida compreensão e memória vivíssima”.²³⁴

O donzel da Rua dos Inválidos gastava aquilo que a herança lhe permitia, pois “possuindo muitos bens, que lhe davam para viver à farta, empregava uma partícula do tempo em advogar o menos que podia”, assumia expediente somente para conter estampado o nome “no portal do escritório e no Almanack de Laemmert”, rapaz digno de uma “inteligência teórica” que ironicamente “abrangia mais do que penetrava”, todas estas ações pessoais faziam aos seus olhos o dilema do “praxista parec[er] um bárbaro”. Não detinha um espírito regado pela imaginação, e este era justamente o seu “lado fraco”, assumia os pensamentos por ideias “vaga[s], tumultuosa[s] e estér[eis]”. Seu caráter fora traçado pelo instinto “generoso e bom” contrabalanceado por uma marca de “fatuidade”, indicação de um “vício de terceira ordem que diminui a bondade nativa”, mais uma vez um espelho de sua condição de nascimento.²³⁵

O primeiro amor do filho do desembargador se dá por uma moça próxima da família, a filha do escrevente Sr. Antunes. A proximidade entre o rapaz e a jovem se desenvolveu através da entrada da menina na casa dos Gomes, pois fora como acompanhante do ócio da matriarca dos Gomes que a jovem desenvolveu estadia e conquistou o coração de todos da família. O sentimento nasceu da “vista cotidiana de Estella, produzi[ndo] em Jorge uma impressão viva, mas destituída daquele respeito, sem o qual o amor é apenas um instinto”. A conflitante situação se entrelaça pelo desequilíbrio de classe e posição que cada um representa dentro do romance, o rapaz oriundo de uma destacada família fluminense destoava de sua amada que tinha a função de viver “ao pé da viúva” como simples agregada. Amor este que, como sabemos, nunca se concretizou no plano físico.²³⁶

²³³ Ibidem, p. 172.

²³⁴ ASSIS, op. cit., 1888, cap. II.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Ibidem, cap. III.

O romance abre espaço para um processo de segunda fase da narrativa, quando temos no conflito bélico do Paraguai o cenário de construção de outro Jorge, abre-se assim um movimento de construção do menino em homem. É preciso fazer aqui um movimento comparativo ao avaliarmos o alistamento voluntário de rapaz para à Guerra do Paraguai. Segundo nos informa a figura 3 à partida do rapaz ocorre em Fevereiro de 1866, após alguns meses de reflexão e convencimento.²³⁷ A propriedade dos Gomes se situava na Rua dos Inválidos, localizada na antiga demarcação administrativa do Município Neutro, algo que podemos sinalizar de maneira metafórica como no coração da Corte. Direccionamos e delimitamos então um cenário com a entrada desses filhos “da boa sociedade” fluminense.²³⁸

A guerra iniciada em dezembro de 1864 era um dos destaques nas capas dos periódicos, onde comentaristas políticos, militares, homens públicos e jornalistas desfiavam conjecturas da durabilidade do confronto. No momento em que se encontram Luiz Garcia e Valéria Gomes discutindo o apoio à empresa de levar Jorge ao Paraguai, o confronto já contava com quase dois anos e pelas palavras de Valéria: “ninguém sabe quando acabará”. A iniciativa proposta por uma mãe localizada dentre às esferas das famílias senhoriais abastadas da Corte em sugerir o alistamento *voluntário* do filho como um ato dotado de um exemplo “de valor” revestido de “coragem” e “patriotismo” nos impõe pensar como o processo de militarização impunha ao jovem uma espécie de pedagogia de signos *masculinizantes*.²³⁹

Na altura desta análise, já sabemos o real motivo da viagem, a liquidação dos possíveis amores entre Jorge e Estella. Entretanto, uma questão precisa ser ponderada, sobre o porquê do viés do alistamento como uma alternativa. Nas palavras do voluntário: “Minha mãe quer me mandar a guerra, porque não pode obstar os movimentos do meu coração”. A primeira ideia de Dona Valéria fora enviá-lo à Europa por um período que lhe esfriasse o amor, proposta recusada justamente pela

²³⁷ A figura 3 nos está localizada no final do primeiro capítulo deste estudo, a linha do tempo serve como uma baliza aos leitores da pesquisa sobre os acontecimentos e datas do enredo de *Yayá Garcia*.

²³⁸ Como já foi referenciado, utilizo da expressão “boa sociedade” usada por Ilmar Rohloff de Mattos para referir-me a um grupo específico, as famílias que produziam os *homens senhoriais* urbanos. Sobre isto ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, pp. 170-171; e CARVALHO, José Murilo. A elite política nacional: definições. 14ª ed. In: **Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 51-62.

²³⁹ ASSIS, op. cit., 1878, cap. II.

eleição de um coração apaixonado. A ida ao Paraguai dava ao enlace um movimento melodramático que causaria o “remorso” na matriarca e o sacrifício do amor prevaleceria como moeda de valor. Vejamos o arguir do jovem a Luiz Garcia:

– Seu conselho mostra a diferença de nossas idades, disse ele. Se eu fosse para a Europa, que sacrifício faria à pessoa a quem amo? Pelo contrário, a sacrificada era ela. Eu ia divertir-me, passear, ver coisas novas, talvez achar novos amores. Indo à guerra, é diferente; sacrifico o repouso e arrisco a vida; é alguma coisa. Separados, embora, não me negará estima...²⁴⁰

É possível sugerir que as notícias da Guerra do Paraguai chegavam nesse período cronológico, principalmente, através das narrativas e publicações das gazetas, móveis de informação que o próprio Luiz Garcia se instruía sobre os acontecimentos diários. Notemos que o ano de 1866, especialmente nesta Província, vivia um período de bastante propaganda ao ato de voluntariar-se. Segundo nos informa Victor Izecksohn, desde janeiro de 1885, o presidente do Rio de Janeiro, Bernardo de Souza Franco, buscava quebrar o estigma negativo do alistamento, propondo uma campanha de divulgação e defesa da entrada de “indivíduos socialmente mais valorizados” no Exército.²⁴¹

Para Izecksohn, este movimento encontrou efetivo eco, uma vez que aproximadamente 2.500 voluntários apresentaram-se na região, uma demanda que contou com forte apoio da imprensa. Os periódicos propagavam as notícias de benfeitores que se moviam pelo *sentimento patriótico* ao doarem remessas de economias ou serviços à empresa da guerra movida pelo Império. É válido articular as ideias de Dona Valéria com estes movimentos políticos, uma senhora de sua posição recebia em sua casa não só as notícias diárias pelas folhas estampadas, mas pelas próprias pessoas notáveis que ali mantinham relações de amizade. Algumas relações públicas e familiares lhe permitiam supor que seria assegurado ao filho um posto de “alferes ou tenente”, voltando para casa quem sabe um “major ou coronel”. Somente uma coisa não estava posta, o tempo de duração deste árduo prélio.²⁴²

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ IZECKSOHN, Victor. O recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 187.

²⁴² ASSIS, op. cit., 1878, cap. II.

No dia 21 de julho de 1867, saía estampado em *O Arlequim*, espécie de revista dominical ilustrada com a proposta de sátiras sociais e troça política, uma charge que elencava um senhor de idade avançada esboçando a um grupo de meninos vestidos em trajes militares o seguinte diálogo: “Agora, meninos, estudai bem. D’aqui a vinte annos sereis homens e podereis ir ao Paraguay terminar esta guerra, que já vae tão longa ! ...”. Conforme se pode analisar na figura 2:

Figura 5:²⁴³



A crítica tomada em galhofa faz uma reflexão tensionada pela população brasileira do Segundo Reinado, a demasiada demora do fim do combate. Nas análises de Izecksohn, a dificuldade de mobilizar um corpo militar eficaz e regular se dava pela própria estrutura do Estado Imperial brasileiro, que sofria com a ausência de coesão entre os estratos sociais e a representatividade exposta na Coroa.²⁴⁴ Em um país onde os interesses da masculinidade hegemônica expostos nas classes senhoriais eram moeda estruturante das ações legais, negros e brancos livre não sentiam no alistamento a segurança que amortecia o coração da viúva do desembargador Gomes ao declarar que

²⁴³ Imagem obtida retirada da revista ilustrada: **O Arlequim**. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 12, julho, 1867, p. 5.

²⁴⁴ ASSIS, op. cit., 1878, cap. II.

seus planos desaguavam em “dar [...] um nome ilustre” ao filho. Para muitos, a guerra não era só incerta, como um projeto sem nenhuma premiação.²⁴⁵

Conforme já citado anteriormente, a proposta de ver o filho voluntário de guerra nascera da mãe. Segundo Valéria, o rapaz que já contava com vinte e quatro anos de idade e já era formado em Direito não apresentava “queda para a profissão de advogado nem para a de juiz”, a separação amorosa acrescia-se a “ociosidade [que] faz natureza com tempo”. Os desejos desta “opulenta e grande senhora” almejavam retirar o filho do sebo doméstico e promovê-lo à “glória”, isto posto pela esperança de torná-lo um herói. Não podemos esquivar-se da tarefa de observar que a ida para às fronteiras brasileiras para defender o Império brasileiro está circunscrito a um modo “nobre e augusto” de *masculinizar* um homem que se encontrava em situação de governado pelos sentimentos amorosos, ou melhor, os “instintos” do coração.²⁴⁶

Jorge amava Estella, e mesmo encontrando forte recusa e esquiva da moça não desistiria de levar a frente o consórcio entre eles. A mãe operando uma espécie de cálculo que levava em conta as regras da masculinidade hegemônica senhorial propunha um desfecho que, para o mancebo, restituir-lhe-ia não só a racionalidade como encaminharia um possível futuro. Nas palavras do próprio narrador: “Havia ali a massa de um homem futuro, à espera que os anos, cuja ação é lenta, oportuna e inestimável, lhe desse fixidez ao caráter e virilidade à razão”. Nesta visão de mundo assimilada, o jovem, inconscientemente, esperava uma *ação externa* que o transformasse em homem senhorial portador de valores que o elencassem em sua posição adquirida pelo direito do nascimento, afinal este era um Gomes!²⁴⁷

O governo do Estado admitiu Jorge dentre as fileiras de voluntários, dotando este filho da elite carioca da patente inicial de capitão. No início do capítulo de número III, sabemos que a ideia era de que a guerra não só “prometia durar muito” como “o governo era auxiliado eficazmente pela população”, movimento este que na Província do Rio de Janeiro tece uma durabilidade restrita à campanha de alistamento já informada. Na imaginação romanesca de Jorge, sua trajetória de vida:

²⁴⁵ Idem

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

[...] começava a dissipar a melancolia. Ele via já naquilo uma aventura romanesca e misteriosa; sentia-se uma ressurreição de cavaleiro medievo, saindo a combater por amor de sua dama, castelã opulenta e formosa que o esperaria na varanda gótica, com a alma nos olhos e os olhos na ponte levadiça. A ideia da morte ou da mutilação não vinha agitar-lhe ao rosto suas asas pálidas e sangrentas. O que ele tinha diante de si eram os campos infinitos da esperança ²⁴⁸

A continuidade das possíveis garantias deste projeto pode ser vista na também proposta de Luiz Garcia, em que o *homem laboral* quase compelido a esboçar algumas palavras de amizade e proximidade evoca os seguintes aconselhamentos:

– Vá, disse; trabalhe pela sua terra; entre na vida com um ato varonil; é o melhor meio de pagar os erros da mocidade. Não se poupe a trabalhos, mas não se exponha sem utilidade; em todo o caso, obedeça à disciplina, e não se esqueça um só dia de sua mãe.²⁴⁹

Nos pouparemos de analisar a rápida despedida no Porto do Rio de Janeiro, momento figurado de algumas lágrimas e o sentimento de imprevisão. Nestas páginas destinadas ao personagem de Jorge, propomos expor o processo de *masculinização* que ele sofrera durante esta virada da “segunda lauda de seu destino”, notemos que esta é descrita como “escrita com sangue” numa alusão à guerra e ao sacrifício pessoal do donzel. O contato com a imensidão marítima aproximou o apaixonado de uma “solidão até o infinito”, que apenas continuou após o desembarque em Montevidéu. Dali o Exército brasileiro seguia sua campanha até o Paraguai, uma viagem que, na ideia do próprio narrador, causava “saudável transformação”, talvez por perceber naquele corpo de “gentes estranhas” e “coisas novas” o verdadeiro desenlace daquela escolha²⁵⁰.

A jornada militar aguçava no jovem um impulso que ainda não conhecia, agora que tinha “voltado o rosto para o lado do perigo” sentira na morte, ou na sensação dela, a gloriosa esperança do “triunfo e o laureado regresso”. A confiança que lhe embebia o corpo era “a generalidade dos heróis de guerra”, e depois de “bebido o primeiro hausto da campanha, Jorge sentiu-se homem”. Antes, o herdeiro dos Gomes se encaixava em que posição no discurso das masculinidades? O texto nos evoca que “a hora das frivolidades acabara; a que começava era a do sacrifício austero e diuturno”, em outras palavras, a reclusão do ambiente doméstico, a domesticidade em relação aos desígnios

²⁴⁸ Ibidem, cap. IV.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem.

maternos e a racionalidade guiada pelos passos do coração seriam agora superados por um processo que lhe alocaria “mais resoluto e firme”.²⁵¹

A vida militar logo passou a reger os sentimentos do mancebo, que viu no combate uma forma de demonstrar sua conquistada *coragem*. Desde a estadia do exército no Tuiuti, aproveitava de “ocasiões de algum perigo” e de “comissões arriscadas” para provar para si mesmo ser um “espírito atrevido” dotado de “sagacidade e paciência”, assim galgou não só uma nova identidade pessoal como captou “simpatia dos chefes imediatos”. Enquanto os outros soldados utilizavam o tempo livre para divertimento e gozo das vitórias conquistadas, Jorge buscava provar para si mesmo o gosto pelas armas e pelo combate. Prova disto se deu na proximidade entre ele e o coronel que observava o seu “casto horror por tudo que pudesse diverti-lo”, via nesta decisão uma espécie de “nostalgia no regaço da paz” ancorada por um amor pela guerra. O espírito do capitão de voluntários assumia um intenso fluxo de feições “ora dócil, ora ríspido, muitas vezes distraído e absorto” essa espécie de mescla de sentimentos pode ser um sinal da personalidade deste homem enfrentando um meio hostil à sua criação que sempre foi exposta às mais bem postas regalias.²⁵²

Os quatro anos de combates fizeram Jorge percorrer as seguintes batalhas: Tuiuti, Tuyu-Cué, Lomas Valentinas, Pirebebuy, Campo Grande e, por fim, Assunção. Neste longo percurso militar o rapaz foi “criando com o tempo a crosta de campanha”, passou de capitão para major e fora condecorado tenente-coronel pelo conjunto de ações que marcavam “mais de uma jornada heroica”. Nas palavras escolhidas por Machado de Assis a vida “daquele militar, jovem, bonito, abastado, que não ia ao teatro nem aos saraus do acampamento” poderia ser comparada às páginas de Plutarco. Durante este episódio que moldara parte de sua vida, o voluntário escrevia cartas para o Rio de Janeiro, trocava mensagens principalmente com sua mãe, e também com Luiz Garcia. O hálito da guerra aproximou ainda mais estes dois homens, ao ponto do primeiro eleger o segundo como total confidente de seu amor que se mantinha vivo, relatava o porquê de sobreviver aos “combates mortíferos”, o sentimento idílico que trazia era relatado como unilateral, pois sabia que não era correspondido. A maior surpresa veio após dezembro

²⁵¹ Ibidem, cap. IV.

²⁵² A patente de capitão dos voluntários norteou os primeiros passos de Jorge na Guerra do Paraguai.; Ibidem, cap. V.

de 1868 quando em uma correspondência Luiz Garcia lhe informava de modo ocasional que em um “sábado contrai[u] segundas núpcias”, e justamente com a filha do Sr. Antunes em um arranjo em que Dona Valéria serviu de madrinha e organizadora.²⁵³

O herói de guerra voltava ao Rio de Janeiro após a notícia da morte de sua mãe, chegando aos portos da Corte como um tenente-coronel pronto a resolução do inventário familiar e leitura testamentária regular. Sendo filho único e o herdeiro de todo o vultoso capital acumulado pelos Gomes, podia eximir-se de “advogar ou de seguir qualquer profissão”. Segundo narra o texto, a volta de Jorge lhe indicava outro caráter, não que fosse uma espécie de abnegado das riquezas da terra, mas neste outro lado de seu futuro ele escolhia evitar “a vida à rédea solta, o desperdício elegante, todas as seduções juvenis”. Era, enfim, um homem “cuja consciência reta e cândida sobrevivera às preocupações da primeira quadra, cujo espírito, temperado pela vida intensa de uma longa campanha, começava de penetrar um pouco abaixo da superfície.” Foi por este período que recebera uma visita de Luiz Garcia em agradecimento ao duplo dote que recebera sua família, o da esposa e o legado à filha, o segundo *post-mortem* pela mãe do militar.²⁵⁴ O *homem laboral* despido de interesse, e forjado por Machado como regular e quase maquinal, soube reverter seus préstimos e conselhos dados, deste modo, o *ingênuo funcionário público* arrematou dos Gomes duas quantias vistas nos agrados da viúva às moças, e mais tarde ainda um noivo para sua filha única.²⁵⁵

A volta à Corte trouxe ao jovem abastado um sentimento de ócio e desinteresse, buscou na escrita de um livro a busca pela autoafirmação. Hábito muito comum entre as elites políticas e intelectuais do Segundo Reinado a escrita de memórias, autobiografias, livros de guerra ou até romances, o último só “suportável à força de grande talento”, segundo nos lembra a voz narrativa em *Yayá Garcia*. Podemos fazer uma leitura às avessas desta parte, pois se o literato do Cosme Velho escolhe encarar este movimento

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Ibidem, cap. VII.

²⁵⁵ Nesta parte podemos elencar o desfecho da história da vida de Jorge, assíduo visitante da casa de Luiz Garcia o rapaz vai se apaixonar novamente, decerto um amor diferente do primeiro. Nas palavras do próprio personagem em sua íntima reflexão: “– Que tenho eu que ela ame, que se case ou não se case? Sou seu pai? Seu tutor? Quando assim falava, sentia dentro de si uma resposta; a consciência desvendava-lhe a realidade. Sim, tu amas, dizia-lhe ela, tu não fazes outra coisa há dois meses; deixaste-te envolver nos fios invisíveis; não sentiste que essa intimidade de todos os dias era a gota d’água que te cavava o coração”. Deste modo, o nosso mancebo abastado termina o romance casado com Yayá Garcia. In: ASSIS, op. cit., 1878, cap. XIV.

de escrita de guerra como uma prática que surge da ausência de funções e da abundância, ele em seguida demonstra ironicamente a incapacidade de Jorge de levar a frente o projeto quando “encarou de frente o monte de documentos que teria de compulsar, as numerosas datas que seria obrigado a coligir” e somou ao espírito que “faltava-lhe o engenho preciso para extrair do fato particular a lei universal e humana”.²⁵⁶

Ilmar Rohloff Mattos afirma que esses *homens senhoriais* assumiam:

[...] funções diversas, que ainda transbordavam para o jornalismo e a literatura. Chamavam-se a si mesmos de ‘escritores públicos’, caracterizando a utilização dos jornais, panfletos, pasquins, folhetos e livros que redigiam para unir a seus ideais e proposições os demais componentes da ‘boa sociedade’ e muitos homens livres, proprietários unicamente de suas pessoas.²⁵⁷

Deste modo, esses homens expunham o que pensavam sobre o mundo e as relações políticas, raciais, sociais e de gênero que lhe regiam o espírito. Talvez a proposta de inserir esta parte no romance seja evidenciar uma prática comum entre aqueles jovens, ou nem tão moços, que se dividiam entre os Teatros do Município Neutro, as comédias de Martins Pena, as casas de família envoltas de amizades próximas, algumas idas ao escritório de advocacia e a escrita como modo de gastar-lhes o tempo. Jorge está inscrito nesta sazonalidade, as visitas à casa de Luiz Garcia são os maiores exemplos das relações pessoais que podiam ser dadas entre modelos de masculinidades diferentes. O reconhecimento das hierarquias sociais era um fator antes mesmo de distinção, de educação. A própria assiduidade alegrava o já enfermo *homem laboral*, podemos investir que por esse tempo tenha lhe surgido à intenção de casar a filha com o abastado da Rua dos Inválidos.

Jorge sentia também o prazer em ali passar suas tardes e princípios de noite, seu ego era acariciado por tamanho respeito que lhe era deferido. Jogava xadrez com o proprietário da casa, dava a eles livros de empréstimo e era mestre para possíveis dúvidas de reflexões teóricas, lecionava inglês a jovem Yayá Garcia, aproveitava também para admirar e afrontar a beleza de Estella e, não somente, via em todos uma gratidão pelos préstimos de frequentar a casa e fazer o papel de tutor deste outro lar nos momentos em que a gravidade da doença de Luiz Garcia se desencadeava. O próprio

²⁵⁶ Ibidem, cap. VII.

²⁵⁷ MATTOS, op. cit., p. 173.

dono da casa em um momento de lucidez extrema pelo medo da morte repentina pede ao jovem uma conversa particular e lhe incube da gerência da casa, caso aconteça-lhe o pior. Com esta frequência nas visitas e a familiaridade que recebera, o *homem senhorial* conjecturava consigo:²⁵⁸

[...] muitas vezes na consequência de herdar em breve prazo a esposa de Luiz Garcia, resolução que lhe parecia necessária; era o que ele dizia a si mesmo. E esse casamento tinha dois resultados: era uma reparação e uma desforra: reparação do mal que ele fizera, desforra do tratamento que ela lhe deu. Ambos tinham que reprochar um ao outro. O casamento absolvía-os. Talvez na balança comum não fosse, iguais as dívidas, mas Jorge tinha certo fundo de equidade, e entendia que, se padecera muito e longo, não excedeu o padecimento á injúria, que, a seus olhos, fôra grave.²⁵⁹

Uma verdadeira “ideia fixa” é o sentimento escolhido pelo narrador para justificar as idas à casa do *homem laboral* Luiz Garcia. O desejo de roubar a esposa após a morte deste último foi sendo substituído pelo cálculo preciso de Yayá, pois a moça conseguiu ao mesmo tempo garantir um noivo e se apaixonar por ele. O espaço entre Estella e Jorge estava sendo cavado pelas mãos da própria enteada, resultado surpreendente para a família dos Garcia ao final do livro. Os moradores de Santa Tereza conquistavam não só um sobrenome notável, mas penetravam assim nas esferas senhoriais de modo exemplar e sem gerar nenhuma espécie de rumor público.²⁶⁰

Mendonça

Este último *homem senhorial* tem como característica não pertencer à família principal do romance *Helena*. Este personagem não carrega em seu sobrenome o peso dos Valle, pelo contrário esta figuração detém uma posição de bastante importância justamente por trazer uma experiência diferente daquela vista em Estácio.

²⁵⁸ Sobre isto podemos ver a seguinte seleção de fragmentos do romance: “Agora, porém, ao ver a frequência e a convivência, supôs alguma coisa mais do que a simples afeição tradicional [pensava Estella]”, “pelo menos, Jorge sentiu-lhes a aragem vivificante”, “Durante a moléstia e a convalescença do pai, Yayá tratará Jorge com muita gratidão e cordialidade”, “Devemos muito aquele moço [aferia o Sr. Antunes]”, “Jorge sentia-se empuxado e retido”, “sentia-se em si o júbilo do pedagogo” “o professor é pai intelectual do discípulo”, entre tantas outras passagens da narrativa que tentam colorir o significado destas visitas habituais. In: ASSIS, op. cit., 1878, capítulos IX, XII e XIII.

²⁵⁹ Ibidem, cap. IX.

²⁶⁰ Ibidem, cap. XIV.

No momento em que o nome de Mendonça é citado no romance, o narrador nos informa que o rapaz tivera a mesma educação de Estácio, uma vez que foram companheiros de aula. Os tempos de escola figuravam uma amizade muito forte, posto que o sentimento que ainda nutriam um pelo outro era capaz de superar as diferenças pessoais, uma vez que, entre os dois havia “certos contrastes de gênio”. As ações do irmão de Helena eram pautadas pelo zelo e certa polidez, como já vimos. E, em contraste, temos em Mendonça um conjunto de movimentos pessoais traçados pelo espírito “folgado e ativo”.²⁶¹

A composição do romance nos traz uma excelente amostra dos aspectos corporais que constroem este personagem masculino:

Mendonça era da mesma estatura de Estácio, um pouco mais cheio, ombros largos, fisionomia risonha e franca, natureza móbil e expansiva. Vestia com o maior apuro, como verdadeiro parisiense que era, arrancado de fresco ao *grand boulevard*, ao café Tortoni e às récitas do Vaudeville. A mão larga e forte calçava fina luva, cor de palha, e sobre o cabelo, penteado a capricho, pousava um chapéu de fábrica recente.²⁶²

A comparação com Estácio é intrínseca à própria existência desta outra figuração de um *homem senhorial*. Mendonça parece vestir-se segundo sua própria experiência pessoal, e se seu personagem excede em riqueza ou cortes de tecido em nenhum momento é visto com tamanho horror como aquele outro personagem de outro romance que já aqui fora exposto como exemplar de um *homem mercantil*. Este jovem de posses detém para si um hábito que parece ser comum dentre os seus, espelhar na moda francesa os modos vestir e agir.²⁶³

O jovem Mendonça tinha conquistado em sua mocidade a capacidade de ser uma espécie de figura ilustre nos saraus, festas e outras tantas recepções. É possível notar que dentro da chamada “boa sociedade” as características valorizadas de um “narrador agradável, fluente e pitoresco” eram encontradas neste rapaz, e isto ilustrava a

²⁶¹ Ibidem, cap. VI.

²⁶² Ibidem, cap. X.

²⁶³ Notemos que o personagem de Procópio Dias, em *Yayá Garcia*, traz em seu modo de vestir e parecer rico um dilema moral intrínseco na voz narrativa. A postura muda de posição ao encararmos a construção do jovem Mendonça, seus modos além das próprias economias são revestidos de um véu de classe. Ao *homem mercantil* de *Yayá Garcia* a carga de “homem sem moral”, “insinuante”, regido pelo “lucro” e pelo “gozo”, descrição que se mostra ancorada naqueles adjetivos utilizados para avaliar o brilhante “vasto, ostensivo, escandaloso” que ele carregava. Sobre isto ver: ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878, capítulo VII. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.

receptividade que encontrava nas casas amigas. O amigo da casa dos Valle detinha um espírito “dotado de grande memória e certa força de observação”, quando não “galhofeiro”, pois apresentava a capacidade de “achar facilmente o lado cômico das coisas”. Era o legítimo contador de casos, que não deixa de provocar uma boa risada pela rememoração de um “acidente de um jantar de hotel ou de uma noite de teatro”, passagens que expressam uma necessidade cotidiana da vida urbana, ou melhor, da união entre a rua e a casa.²⁶⁴

Ao analisarmos a construção deste personagem, conseguimos encarar que a frequência o aborrecia, enquanto o visgo doméstico alimentava os prazeres de seu companheiro de escola Estácio. Mendonça “gostava sobretudo da variedade no viver”, sua existência e condição econômica “não tolerava[m] os mesmos prazeres nem os mesmos charutos”, vivia em um estado de curioso malandro garboso. Quando finalmente aparece no romance, é revelado que o dândi havia feito uma longa viagem à Europa, que fora paga pela “intervenção benéfica de uma parenta velha”. Seu pai era um comerciante de meios medianos que residia na Corte, a palavra “remediado” foi atribuída ao empreendedor fluminense para caracterizar a forma de origem dos recursos que mantinham os “hábitos de ociosidade” do filho. Não era de nenhuma família pobre ou *laboral* se pudermos assim elencar, Mendonça estudara com Estácio, mantinha no fino trato sua maior característica pessoal, circulava com certa facilidade dentre os meios senhoriais e, por fim, era um noivo apto para a jovem Helena aos olhos Do Padre Melchior.²⁶⁵

O pai do mancebo procurava arranjar-lhe um emprego público, posição que o agraciado “estava longe de recusar”, abria somente uma condição, que “o não deslocasse da Corte”. Mais um sinal de que a vida no centro do Rio de Janeiro proporcionava prazeres aos jovens de posses que ali residiam e podiam transitar com bastante facilidade. Em seu mais íntimo caráter, o donzel era um “inquieta, amigo da vida ruidosa e fácil, inteligente sem largos horizontes, possuindo apenas a instrução precisa para desempenhar-se regularmente de qualquer comissão de certa ordem”. Começamos a ponderar neste ponto um aspecto que este trabalho vem repetindo

²⁶⁴ Ibidem, cap. X.

²⁶⁵ Idem.

incessantemente, que é a proposição de que as figurações de masculinidades criadas por Machado se mostram de modo muito diversas. E, ainda mais, postulam entre si comparações e se autoformam a partir de redefinições.²⁶⁶

Como nos advertiu Ilmar Rohloff Mattos, a estrutura de construção da marca de participação política estava para além da marca da liberdade, ou seja, o quadro dicotômico *senhor/escravo*. A lógica das relações sociais oitocentistas deve ser lida pela:

[...] marca de liberdade que distinguia ambos [Povo e plebe] dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e sobretudo os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer. E, desta forma, a sociedade imprimia-se nos indivíduos que a compunham, distinguindo-os hierarquizando-os e forçando-os a manter vínculos pessoais.²⁶⁷

Ao analisarmos o personagem de Mendonça, encontramos a descrição de um jovem oriundo do grupo dos *homens senhoriais*, mas que contradiz seu outro par que é Estácio. Nenhum dos dois se enxerga como dotado dos mesmos comportamentos e interesses pessoais do outro, nem mesmo se confundem como estabelecidos no mesmo lugar da hierarquia constituída pela masculinidade hegemônica. Notemos que a chegada do filho do comerciante estabelecido encontra entrada fácil na família dos Valle, ele frequenta às mesmas festas e comunga de uma relação de amizade bem íntima, mostrando-se um “homem agradável e aceito”, mas que não é encarado pela mesma importância dos homens daquela casa.²⁶⁸

No momento em que os dois amigos de escola se encontram, Estácio é lido por Mendonça como um homem regido por leis pessoais bem diferentes das suas. Isto é, ao menos até aquele momento, pois ao contar que estava noivo de Eugênia o irmão de Helena é interpelado pelo companheiro *bon-vivant* em um diálogo curioso. Vejamos:

- Marido, enfim! Era só o que te faltava. Nasceste com a bossa conjugal como eu com a bossa viajante, e não sei qual de nós terá razão. [Graceja Mendonça]
- Talvez ambos. [Responde Estácio]
- Creio que sim. Tudo depende do gosto de cada um. O casamento é a pior ou a melhor coisa do mundo; pura questão de temperamento. Eu vi algumas vezes essa moça; era então muito menina. Não te pergunto se é um anjo...

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ MATTOS, op. cit., p. 118.

²⁶⁸ Falamos do conselheiro e seu filho. ; ASSIS, op. cit., cap. X.

- É um anjo.
- Como todas as noivas são. Feliz Estácio! Segues a carreira de tua vocação, enquanto que eu...
- Tu?
- Interrompo a minha, e talvez para sempre. Preciso cuidar da vida; não sou capitalista, nem meu pai tão pouco. Adeus, viagens! ²⁶⁹

O desequilíbrio de temperamento defendido pelo rapaz recém-chegado da Europa na verdade pode ser interpretado por uma condição de posição natural de nascimento. Mesmo que possamos aferir que nenhum dos dois rapazes trabalha ou sequer estejam realmente motivados em começar um ofício, um é filho de um influente *homem senhorial* do Império e o outro pertence a um polo desta classe de um modo afastado por não ser um *capitalista* no Segundo Reinado. Quando vistos de cima, por uma ótica que os aproxima, são dois personagens masculinos próximos aos vinte e sete anos, como nos informa a tabela VII. Contudo, notando suas especificidades como fez Machado de Assis, conseguimos encarar que não só estão longe um do outro economicamente como no conjunto de ações e culturas que lhe cercam e permitem sonhar.²⁷⁰

Tabela VII²⁷¹

NOME	IDADE
Conselheiro Valle	54 anos
Estácio	27 anos
Helena	16/ 17 anos
Dr. Camargo	54 anos
Dona Úrsula	50 e poucos anos
Mendonça	Próxima a de Estácio
Padre Melchior	50 anos *
Salvador	+/- 36 – 38 anos
Vicente	16 anos

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem. Sobre o termo capitalista vejamos: “**capitalista** (ka-pi-ta-lis-ta). s.m. o que possui um capital e vive do que ele lhe rende. // O que empresta dinheiro ao empreendedor de uma indústria. // Homem muito rico; banqueiro.//-, adj. diz-se do sócio que em uma indústria ou em qualquer negócio fornece o dinheiro”. In: AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa** – tomo I. Imprensa Nacional: Lisboa, 1881, p. 281. grifo do autor.

²⁷¹ Tabela confeccionada a partir de dados extraídos do romance *Helena*. In: ASSIS, Machado de. *Helena*. **O Globo**: Órgão dos interesses do comércio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.

Seis capítulos foram capazes de reverter o espírito de Mendonça de pandego viajante a mancebo apaixonado. Ao contemplar “o busto de Helena e a casta ondulação da espádua e do seio coberto pela cassa fina do vestido”, o jovem entra em outro estágio do romance em folhetim, quando os olhos de Helena e do amigo de Estácio se encontram e decidem, cada um em seus cálculos, que ali nascerá um compromisso. Algo invade os movimentos do rapaz, e ao mesmo tempo guia os passos da possível independência da jovem em relação à casa que é agregada, porque sair da chácara do Andaraí casada com um pretendente digno de sua nova posição lhe dava todo o crédito de uma vida sem dívidas humilhantes.²⁷²

Por aquele momento, já devia calcular Padre Melchior que o casamento de Helena traria a casa uma espécie de novo equilíbrio, um fechamento de contas. E justamente ele quem será juiz e policial destes movimentos que se encaminharam ao relacionamento firmado entre os dois namorados. Os olhos de águia do *homem clérigo* contemplaram o momento em que: “Ela mostrava-se graciosa, solícita e atenta, como uma esposa amante; [e] ele parecia enamorado da voz e das falas da donzela; como um clarão interior lhe desvendara à alma os horizontes infinitos da esperança.”²⁷³

Para além da narrativa romanesca, podemos perceber que Machado elabora um parecer sobre uma observação, o compromisso se vê firmado por duas forças dentro do texto. Helena vê na possibilidade de se casar uma saída da situação de agregada e humilhada pelo favor em que estava, e já a agência de Melchior procura resolver os fios soltos da família em que é agregado e ministro da fé. O religioso resolve, então, tomar a iniciativa que pairava sobre os pensamentos dos possíveis noivos:

– Serei duas vezes padre: segundo a natureza e segundo o Evangelho. Quando duas criaturas se merecem, é servir a Deus emprestar a voz ao coração que não ousa falar. O senhor ama esta menina; leio-lhe nos olhos o sentimento que o arrasta para ela; são dignos um do outro. Se é a timidez que lhe fecha os lábios; eu sou a voz da verdade e do amor infinito; se outro motivo, serei juiz complacente para escutá-lo.²⁷⁴

²⁷² Ibidem, cap. XVI.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Ibidem, cap. XVI.

A resolução tomava grandeza pela fonte da ação em que a “religião era inspiradora e testemunha”. Só será contradita pela voz de Estácio, que traz a solidificação da força do *homem senhorial* no romance. Durante quase toda a história, o órfão do Andaraí mostrou-se calado em suas ações e reservado em suas escolhas, acatando as vontades de seu pai, consultando sua tia, e até mesmo dando vazão às pequenas vontades de Helena, desta vez tudo corria de forma diferente. A semente que transgrediu a lei divina, como anunciou o pároco, já anunciava sua força. O irmão não aceitou previamente o relacionamento entre ela e Mendonça, e ainda levantou a ideia da suposta inferioridade do pretendente em relação às posses da sua família.²⁷⁵

O antigo temperamento estava superado no que toca ao matrimônio, desta vez Mendonça sentira-se tocado por um sentimento que o fazia se sentir “poltrão e ridículo”, enfim amava. A sua conduta pessoal estremecia aos pensamentos mais escondidos: “Era aquele galhofeiro de há pouco?”, a ideia de declarar-se à Helena revestia-se em um acerto de condutas. O casamento lhe seria apresentado como o fim de um ciclo, o ócio da juventude sendo superado pela domesticidade do casamento.²⁷⁶

Mendonça escreve ao amigo, e possível cunhado, uma carta anunciando o sentimento que nutria por Helena, ele propunha no papel toda a força de seu novo espírito “impetuos[o] e exuberante”. O dândi acreditava que este amor poderia desaguar nos “vínculos atados na aula [que agora] iam apertar-se na família”, assim fundava-se a lógica de seu pensamento conjugal. A ideologia de Estácio, que sabemos ser revestida de um egoísmo incestuoso, advertia que:

– Mendonça é bom de coração – disse ele – mas não possui as qualidades que, em meu entender, devem distinguir o marido de Helena. Nunca exercerá sobre ela a influência que deve ter um marido. Entre os dois inverte-se a pirâmide. Mas isto, ao menos, se destruía uma das condições do casamento, podia conservar a felicidade doméstica. O perigo maior é outro; é vir ele a perder a estima da mulher. Nesse caso, que lhe daríamos nós a ela? Um casamento aparente e um divórcio real. [Sentenciando a Melchior a sua decisão]²⁷⁷

As palavras de Estácio soavam não apenas como de irmão, mas como “chefe de família”, expressão escolhida por Machado para designar a posição que o rapaz

²⁷⁵ Idem

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Ibidem, cap. XVIII.

ocupava. Sua “resolução final” continha à força de recusar o marido da irmã, mesmo que com isso perdesse a maior amizade que tivesse, e ao clérigo só restava, por hora, aceitar a voz de seu senhor e ovelha. Podemos extrair deste momento da narrativa uma questão levantada, o argumento oferecido pelo *tutor* de Helena sobre a posição de Mendonça ao entrar neste matrimônio.²⁷⁸

Estácio interpela o “próprio crédito” de Mendonça nesta empresa que se pretendia firmar, e deixava implícita a ideia que acreditava. Vejamos:

Disposto a aceitar a estima e a simpatia de Helena com a esperança de converter esse pequeno dote em avultado capital, não lhe ocorrera que, a olhos estranhos, podia parecer que o fim exclusivo era a riqueza da moça. Estácio romperá o véu a essa probabilidade. Uma só palavra desfizera a ilusão de poucos dias.²⁷⁹

É possível supor que, naquele instante, Mendonça encarava uma dura realidade, descobria que não era *homem de verdade* para ocupar a posição que pensava poder galgar. Os rumores públicos capazes de “envenenar-lhe a generosidade” elencam a postura da sociedade em sentenciar um casamento desigual, isto é, mesmo que marcado por um desnível dentro da própria classe senhorial. Invertia-se a ordem do argumento quando a noiva era a parte mais rica da possível união. Lembrava o próprio Mendonça: “– É melhor esse perigo [o de não casar]. Se casar, dirão que faço uma operação vantajosa; talvez a família o supunha; talvez ela própria o pense”.²⁸⁰

Por uma aquarela machadiana

O presente capítulo buscou entender o processo de criação de cada personagem masculino nos dois romances de Machado de Assis, para que pudéssemos encará-los a partir da lógica de uma aquarela. As variações e figurações construídas pelo literato do século XIX criam um mundo e, muito mais do que isso, as vozes narrativas convidam o leitor a entrar nele e colocar em prática uma percepção histórica própria da literatura.

A tentativa foi abrir o conceito de grupos fechados, mostrar que figurações de homens como Estácio não são e nem querem ser entendidos como o conselheiro,

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Ibidem, cap. XIX.

²⁸⁰ Ibidem, cap. XX.

Camargos, Antunes e Jorges. E que Raymundos e Vicentes também participam do processo criativo de Machado, interferindo diretamente em todo o processo de criação ficcional. A pesquisa, nesta parte, buscou quebrar uma ideia de que os personagens machadianos são apenas impressão realista do mundo do Oitocentos brasileiro, mas demonstrar que eles são obras do autor, do leitor e de suas próprias histórias.

Um homem eclesiástico como Melchior, um funcionário público como Luiz Garcia, uma Helena, uma Dona Valéria colorem os romances e a pesquisa histórica não por mera intenção de transposição do real, mas por matizarem a própria experiência de escrita do nosso Bruxo do Cosme Velho.

CAPÍTULO III: RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO SÉCULO XIX BRASILEIRO

3.1 Figurações masculinas e relações políticas de poder

Na fumaça de um charuto de Havana

Depois da invenção do fumo não há solidão possível. É a melhor companhia deste mundo. Demais, o charuto é um verdadeiro Memento homo: convertendo-se pouco a pouco em cinzas, vai lembrando ao homem o fim real e infalível de todas as coisas: é o aviso filosófico, é a sentença fúnebre que nos acompanha em toda a parte. Já é um grande progresso... Mas estou eu a aborrecer com uma dissertação tão pesada.¹

As palavras do personagem Tito, publicadas no conto *Linha reta e linha curva* no *Jornal das Famílias*, na década de 1860, tentam dar conta do sentimento masculino de tragar um legítimo charuto. Notemos que a escolha machadiana em alocar em alguns de seus textos o ato de fumar o tão apreciado fumo havanês nos traz um ponto de reflexão: o que aproxima homens e charutos no século XIX?²

Transcorrendo as páginas dos periódicos cariocas, conseguimos encontrar uma série de menções que envolvem o comércio do tabaco, e em especial deste espécime já apresentado. Os anúncios diários enchiam as últimas páginas destes veículos de informação da Corte de propagandas. A sagaz estratégia de *marketing* comercial combinava com o perfil de quase todos os leitores, os senhores fluminenses já começavam a leitura desta ou daquela página, equilibrando o peso de um charuto, como podemos imaginar.

Vejamos o que podemos ler em uma pequena caixa de anúncios publicada quase diariamente no *Jornal do Commercio*, uma das folhas mais lidas e compradas no Sudeste do país. Nela encontramos a seguinte propaganda: “Charutos de Havana – Depósito Especial – Rua Do Rosário, nº 43”, de propriedade de Schaeffer E. C. Decerto

¹ ASSIS, Machado de. *Linha reta e linha curva* In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 109.

² Idem.

o negócio fluía muito bem, como podemos notar pela recorrente amostra da publicidade ao longo dos meses que cobrem o ano de 1860. Os havaneses estavam dentre os mais concorridos produtos masculinos e a sua qualidade declarada como “bom fumo” era um definidor de distintos grupos sociais. E mesmo que não figurando como uma joia extremamente valiosa era também objeto de desejo para os gatunos que rodeavam as ruas da Corte nesse período. Atentemo-nos à seguinte notícia, publicada pelo mesmo periódico, no dia 19 de janeiro de 1860:³

Ainda mais – Roubarão ante-hontem de um quarto do sobrado à rua da Alfandega n° 58 o seguinte: dúzia e meia de camisas novas e finas, um par de calças de casimira, três pares de ditas de brim de linho, três massos de charutos, e um livro de versos em alemão. A porta da casa ficara fechada, o que fez suspeitar que o ladrão entrasse pelo telhado.⁴

A descrição do caso nos indica uma simples ocorrência cotidiana, o ato de roubar charutos e outros artigos de armarinho nos arredores fluminenses. Os produtos de tabaco eram símbolo de riqueza e posição social quando comparados aos mais elevados preços e seletos exemplares que chegavam através da constante importação. Fato este que não passou despercebido por Machado de Assis, temos em Jorge Gomes e Estácio Valle dois *homens senhoriais* aproximados pelo hábito de fumar legítimos havaneses.⁵

As caixas de charutos dos senhores do século XIX eram sortidas pelas marcas “Londres, Média Begalia, Trabucos, Vegueros, Prenzados, Breyas” e todos os “mais conhecidos e afamados fabricantes” deste artigo. E onde queremos chegar? Em um ponto de reflexão que funda esta discussão. O hábito de Vicente e Antunes de fumar à custa alheia, ou melhor, da masculinidade hegemônica retratada em *Helena e Yayá Garcia*.⁶

Tudo começa com a relação entre o Sr. Antunes e seu antigo chefe, o desembargador Gomes. A relação começara quando o primeiro fora admitido como escrevente no escritório do bacharel em Direito. A amizade marcada por uma relação de “lacaio” deferida sobre o *homem laboral* experimentou uma das leituras mais aguçadas

³ ANNUNCIOS. Charutos de Havana. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano. 35, n. 4, janeiro, 1860.

⁴ GAZETILHA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano. 35, n. 19, janeiro, 1860.

⁵ Idem.

⁶ LEILÕES. Leilao **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano. 35, n. 15, janeiro, 1860.

de Machado sobre as relações entre personagens masculinos que figurassem as zonas urbanas da Corte fluminense.⁷

A forma como a narrativa nos apresenta este escrevente pode sugerir ao leitor um sentido de usurpador e gatuno ao personagem. Primeiramente, ele é descrito pela ordem das bajulações hiperbólicas e o contentamento em ser convidado para comer em dias comuns na casa de seu empregador e, depois, no seu plano sem sucesso de vencer a índole da filha e casá-la com o herdeiro da família Gomes. O caráter do pobre personagem de Antunes não se distancia do cálculo do Dr. Camargo apresentado em *Helena*, apenas uma coisa os importava “todos os meios de envelhecer tranquil[amente]”, graça essa que não alcançou o velho escriturário.⁸

Sabemos que Machado de Assis cria em seu universo ficcional de *Yayá Garcia* uma lógica de perceber o mundo, mesmo que seja o seu próprio. Ao descrever o comportamento do Sr. Antunes, *homem laboral* por excelência, o autor tenta nos alocar nas reflexões propostas pela voz narrativa. Este trabalhador passou por quase todo o livro exercendo de modo muito competente a sua função de escrevente, e se há uma questão de que não podemos nos ausentar é de demonstrar que mesmo quando recebia as benesses do desembargador ele jamais era tratado como excepcional amizade ou algo parecido, pois para a família ele era somente o sujeito que exercia todas as funções possíveis quando dele se precisava.⁹

No início do romance, encontramos o Sr. Antunes trabalhando junto aos Gomes desde antes de se tornar viúvo, o desembargador detinha sobre ele a alcunha de “homem de confiança”. Sua constância em lidar com a papelada de um escritório de advocacia era regida por uma expressão “vagar, mas sem interrupção”. Enxergamos que o narrador tenta traçar um perfil bastante desprezível para o simples funcionário, traça-se que ele não só tinha a “pobreza, sem dignidade”, como “nascera com o espírito curvo e a índole servil”. Contudo, se formos mais a fundo, enxergamos a figuração da ética deste personagem por outro ponto de vista. A expressão “nado e creado para funções subalternas” nos permite duas reflexões, a primeira vem de criadagem, ou seja, a ideia

⁷ ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878, cap. V. Disponível o acesso em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813>.cap. V.

⁸ Ibidem, cap. X.

⁹ Ibidem, cap. III

de homens e mulheres alocados em posição de servir a um senhor ou senhora, e a outra característica está na conjugação do verbo *criar*, propondo ao leitor a construção de uma *natureza* pelas circunstâncias da vida. O fato é que não sabemos a origem deste homem, porém podemos crer que não fora ilustre ou rica, e sua oportunidade de sobrevivência se evidencia na capacidade de *criar-se* (tornar-se) *fac-totum* de um *homem senhorial*.¹⁰

Durante sua vida como “escrevente laborioso e pontual”, aprendeu que as regras da masculinidade hegemônica exigiam de um funcionário exemplar todas “as formas de adulação”. O patrão brasileiro do século XIX, descrito por Machado neste livro, esperava de seu funcionário desde uma espécie de servilidade senhorial até a confiança de serviços realizados por um “braço direito”, expressão que indica uma espécie de camaradagem. E, um fato importante, é perceber que Antunes só conseguiu galgar a posição de empregado notável para o desembargador devido à proximidade para além dos serviços escriturários, dada às relações políticas que comungavam nos processos até às confidências “das estresas amorosas” que o magistrado realizava. Diante disso, temos em mente sobre quais assuntos costumeiros os dois conversavam. E, até mesmo, que o subalterno poderia ser um facilitador dentre os casos de concubinato realizados pelo *homem senhorial* que pagava o seu soldo.¹¹

Com o passar dos anos, o contrato de trabalho fizera com que a “convivência ti[vesse] consolidado a situação”, através do desembargador o Sr. Antunes não só colocou o pão em sua mesa como começava a fumar charutos à custa do senhor, metáfora utilizada por Machado de Assis. Ao passo que depois da morte do pai de Jorge, o escrevente precisou articular outro modo de não ser descolado da vida familiar de onde recebia não só o “ordenado”, como a própria sobrevivência. Nesta altura de sua vida, decerto não era nenhum jovem capaz de rearticular novas redes de clientela e sociabilidade e, por esse motivo, apostara na filha a manutenção do vínculo que prendia estas duas famílias em posições tão desiguais. Somente uma coisa o fazia obstáculo aos seus planos e este era o “orgulho de Estella”, lembremo-nos que a voz narrativa nos alerta para a índole da moça que via naquilo tudo a seguinte posição:

Simplex agregada ou protegida, não se julgava com direito a sonhar outra posição superior e independente; e dado que fosse possível obtê-la, é lícito

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

afirmar que recusara, porque, a seus olhos seria um favor, e a sua taça de gratidão estava cheia.¹²

Tais atitudes da filha não só consternavam o pai, como indicam que nas classes mais pobres a vontade paterna de influir nas vontades de suas filhas não apresentava tanta força quanto em meios senhoriais, pois o romance deixa bem claro que o Sr. Antunes não esconde de Estella seus cálculos e ainda chega a coagi-la deixando-a ficar a sós com Jorge. Estes atos abrem no coração da filha uma “úlceras” gerada pelo comportamento “irremediavelmente servil” do pai.¹³

A curiosa leitura da viagem de Jorge ao Paraguai, por ocasião de servir como combatente na guerra deve ser vista pela dupla interpretação de sentimentos construídos por Machado de Assis. Naquele mesmo dia em que o jovem embarcara, o Sr. Antunes ficava inteiramente “consternado e morto” vendo sair do Rio de Janeiro mais um de seus sonhos, o de casar Estella com um *homem senhorial*. Outro sentimento, era aquele que alimentava o pensamento da filha que, agora, poderia sentir a “alma respirar livremente”, indicando que a “partida era a liberdade e a paz”.¹⁴

No dia anterior à partida de Jorge, há um episódio que muito nos interessa, é a visita de Jorge a casa situada na rua de D. Luzia, local onde habitavam Antunes e a filha. O jovem *homem senhorial* esperava, quem sabe, de Estella um pedido de que não fosse para a guerra ou uma declaração de amor. Momentos estes que nunca aconteceram, diga-se de passagem. O filho do desembargador se acomodava em um dos cômodos da residência ao tomar parte de sua despedida, e enquanto isso encarava a tristeza “mortal” do dono da casa e a frieza de sua amada. O escrevente, movido por um ato intencional, resolve se ausentar da sala para “ver charutos”. No mesmo instante o mancebo oferece um dos seus, a recusa veio na frase “– Nada; os seus são muito fortes”, resolução que na verdade se deve ao fato de querer deixar os dois objetos de seu cálculo de vida em um último momento de possível resolução amorosa. O que não ocorreu, como sabemos.¹⁵

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem, cap. IV.

¹⁵ Idem.

Porém, o categórico narrador criado por Machado de Assis não deixa passar uma de suas reflexões sobre a vida dos personagens do texto que ele se propõe a ler ao leitor. Vejamos:

Nunca os charutos de Jorge padeceram de semelhante acusação da parte do Sr. Antunes, que fumava regularmente os do filho como havia fumado os do pai. Estella ficou humilhada com a resposta e a ação; retraiu um suspiro e talvez devorou uma lágrima. Jorge, que estava de pé, junto a uma mesa, viu sair o pai de Estella, e ficou a olhar para o chão. A moça cravou os olhos no trabalho, que estava fazendo, e um mortal silêncio reinou entre os dois.¹⁶

Neste momento, podemos nos deparar que a subserviência de Antunes aos Gomes fora legada de pai para filho, ou melhor, de bacharel para bacharel. Ou nas palavras do Bruxo do Cosme Velho, o antigo empregado fumou os charutos nas duas caixas, e para conseguir manter este vínculo era capaz de tudo, mesmo que isso envolva a beleza e o amor da filha. Oras! Não sejamos tão acirrados no julgamento do *homem laboral*, pois em que consistem os planos de Camargo, Melchior, Eugênia, Mendonça, Valéria e Luiz Garcia, se não obter um bom casamento para si ou para os seus protegidos?

Depois que vira a filha casada com um *homem laboral* como ele, à vida de Antunes muito se parece com a de um desiludido ranzinza. O personagem parece sobrar pelos cantos da casa de Luiz de Garcia, ou em qualquer espaço em que ocupe, principalmente pela idade que nesta altura já deve estar próxima ou localizada na velhice. E adivinhe? Ele ainda trabalha. Com a ajuda de Jorge, após a sua chegada ao Brasil, conseguiu um emprego em uma “pequena casa de comércio” e lá desempenhava a função de “escrituração mercantil”. O escrevente fora demitido do trabalho por chegar atrasado ao serviço e estar desgostoso da atividade que realizava naqueles idos de sua vida. O alerta Jorge, com vozes de reprovação, era para que ele pudesse reconsiderar a saída deste trabalho, pois “não se ganha nada em andar de emprego em emprego” e o julgamento ainda pior nasce da comparação com a figura do marido de Estella, este sim era tido como exemplo de um funcionário notável aos olhos do jovem Gomes.

O narrador, em seguida, faz uma exposição sobre a lógica do favor que prende *homens senhoriais* e *homens laborais*. O texto nos faz uma ressalva de que o Sr. Antunes “preferia o favor ao trabalho e os anos contribuíram para esse amor da inércia e do

¹⁶ Idem.

benefício gratuito”. Só não nos é apresentado que o vínculo do favor não parte inicialmente dos pobres, eles apenas, como já vimos, são “criados” agenciando a natureza que lhes é oferecida, subentendendo a lógica machadiana. Não nos esqueçamos de que é o próprio Machado quem nos apresenta o pai de Estella como funcionário exemplar do desembargador, que mesmo vagarosamente conseguia dar conta de todo o serviço administrativo do escritório e ainda acumular funções mais díspares em seu currículo. O que de fato podemos aferir é que o outro patrão ou não incorporava em suas relações laborais às mesmas práticas aplicadas pelo pai de Jorge ou o empregado desiludira-se completamente com este mundo em que estava sujeito, em ambos os casos precisamos observar que o Sr. Antunes “fumava discretamente um charuto do bacharel”.¹⁷

O outro ponto de nossa análise nasce justamente na chácara criada por Machado em sua história que se passa no Andaraí. A propriedade dos Valle continha um contingente de escravos, no mínimo, razoável. E um deles era Vicente, que como já sabemos era nascido na propriedade desta família senhorial e com o tempo de sua adolescência conseguira, não sabemos ao certo o porquê, conquistar a alcunha de ser “particularmente estimado do conselheiro”, por Estácio e, depois, Helena.¹⁸

Pouco nos é informado sobre os hábitos de Vicente, como já discutimos anteriormente, mas sabemos que ele fora defensor de Helena nas contendas da senzala. E desde a sua chegada tentou fazer uma ponte para ganhar também a confiança da menina, fato que conseguiu alcançar piamente. Sabemos que por orientação de Estácio o rapaz escravizado de idade de dezesseis anos fora incumbido da responsabilidade de ser o pajem de sua irmã, entre as suas obrigações cotidianas podemos elencar o preparo dos animais para a equitação da jovem, assim como total cuidado de sua integridade durante os passeios.¹⁹

Pelo que observamos da índole de Helena do Valle, sabemos que era disposta a falar e conjecturar teorias sobre a vida e o seu mundo, e por qual motivo não poderia ela atravessar as longas manhãs de cavalgada com conversações mais variadas com o

¹⁷ Ibidem, cap. XI.

¹⁸ Ibidem, cap. IV

¹⁹ Idem.

escravo que lhe acompanhava. Decerto Vicente não era mais um estranho para ela, quando em algum momento ela supostamente lhe confessara a ideia de que Salvador era um irmão a quem prestara visitas íntimas. Havia nesses passeios uma “cumplicidade”, como escolhe Machado definir. Após a saída de Estácio para uma viagem com a família do Dr. Camargo para uma visita a uma parente adoentada, Helena se despede do irmão e logo pede para que o pajem lhe prepare a montaria para partirem para casa de Salvador. Notemos como o narrador provoca o leitor com a descrição da volta desta visita:

Vinha triste e pensativa. A égua, a passo vagaroso, não sentia o esforço da cavalheira, que a deixava ir frouxa a rédea, inútil o chicote. O pajem levava os olhos na moça com um ar de adoração visível; mas, ao mesmo tempo, com a liberdade que dá confiança e a cumplicidade, fumava um grosso charuto havanês tirado às caixas do senhor.²⁰

Podemos aqui alocar uma comparação que não deve passar despercebida, e acreditamos que nada em Machado requer o preço de acaso. A égua de nome Moema sustentava Helena de modo “vagaroso” não sentia o peso da jovem, nem muito mesmo o gosto do chicote e, assim, ia frouxa sua rédea. E como ia Vicente? Que não nos esqueçamos, era escravo da propriedade que também pertencia a família da jovem. O cativo gozava de uma “liberdade” e de uma “confiança” que não conquistara com Estácio. O texto arremata toda a ideia com a expressão “fumava um grosso charuto havanês roubado às caixas do senhor”.²¹

Helena não sabia que escravos da chácara não compravam charutos? E havaneses, notemos. Quem não poderia afirmar que não seria ela mesma quem os roubasse para o escravo digno de confiança e cumplicidade? Nossas conjecturas não podem ir tão longe, mas sabemos que a irmã não era Estácio. E que o patrão não oferecia benevolmente tal liberdade de fumar às suas custas um cativo, apoiemo-nos aqui na palavra “tirado”, leia-se, roubados. O segredo de Helena, mantido por seu fiel defensor, permite aos dois gozar da estabilidade e felicidade às custas da caixa do senhor, ou melhor, do *homem senhorial*.

O uso da metáfora dos charutos, artifício ficcional por excelência, dá contornos muito bem definidos ao que propunha Machado de Assis indagar sobre a fumaça de um charuto. Se a dignidade de fumar os mais belos e deliciosos havaneses estava restrita

²⁰ Ibidem, cap. XV.

²¹ Idem.

aqueles que podiam comprá-los, os romances *Helena* e *Yayá Garcia* invertem o sentido original. Ambos os narradores indicam uma reflexão sobre o hábito de tragar às escondidas, ou melhor, claramente. Ou não é o mesmo Jorge quem oferece tais produtos ao “lacaio” que procura sempre ter por perto? E no caso de Helena, ela não seria capaz de sentir o cheiro da imprudência do escravo que lhe acompanhava? Oras! O nosso escritor do Cosme Velho abre uma ferida e ri dela, sejamos explícitos, ele ridiculariza a masculinidade hegemônica dos *homens senhoriais* e a sua ideia que superioridade.

Para encerrar esta primeira parte, lembremo-nos da reflexão em forma de epígrafe que abre este capítulo. Tito, personagem oriundo da classe senhorial, fluminense vestido com “elegância, luvas cor de palha, chicotinho na mão”, já nos ensinara que os charutos “convertendo-se pouco a pouco em cinzas, v[ão] lembrando ao homem o fim real e infalível de todas as coisas: é o aviso filosófico, é a sentença fúnebre que nos acompanha em toda a parte.”²²

A nudez de Noé.

A vida do conselheiro, marchetada de aventuras galantes, estava longe de ser uma página de catecismo.²³

Difícil tarefa será desvendar o que procurava Machado de Assis ao criar este personagem que, desde o ponto inicial do romance, já se encontra morto. O testamento do conselheiro Valle servirá de mapa para os próximos passos de seus familiares e amigos, o *homem senhorial* que encerra sua vida, vítima de uma apoplexia fulminante, é desnudado pelo narrador a cada capítulo.

A leitura da carta testamentária reúne os personagens mais próximos do falecido membro da elite fluminense, o padre agregado, o médico amigo de infância e os dois parentes residentes da chácara do Andaraí. Um desses últimos era seu filho, de nome Estácio, de idade contada em vinte e sete anos e formado em matemáticas. A outra era sua irmã de “cinquenta e poucos anos”, solteira e que auxiliava no controle da

²² ASSIS, op. cit., 2015, p. 109.

²³ ASSIS, Machado de. Helena. **O Globo**: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876, cap. II.

casa onde residia de favor. A leitura do documento é aguardada com uma ponta de curiosidade por parte dos envolvidos, mediante uma menção feita pelo Dr. Camargo sobre uma possível “lacuna ou grande excesso” que poderia trazer às vontades de seu amigo.²⁴

O documento trazia além de “legados pios e beneficentes, lembrança a amigos, dotes a afilhados, missas por sua alma e pela de seus parentes” um verdadeiro abalo na estrutura familiar dos Valle. O narrador nos informa que:

Uma disposição havia, porém, verdadeiramente importante. O conselheiro declarava reconhecer uma filha natural, de nome Helena, havida com D. Angela da Soledade. Essa menina estava sendo educada em um colégio de Botafogo. Era declarada herdeira da parte que lhe tocasse de seus bens, e devia ir viver com a família, a quem o conselheiro instantaneamente pedia que tratasse com desvelo e carinho, como se de seu matrimônio fosse.²⁵

A surpresa veio com o reconhecimento legal de uma filha bastarda que descendia de uma relação que pouco se falava no texto póstumo. Nada se sabia além dos nomes de Helena e Ângela da Soledade. O defunto exigia não só um legado por parte dos bens que cabiam à menina como uma posição de acolhimento formal. A índole de Estácio mostrou-se pronta em aceitar esta disposição paterna e sua decisão ficava amparada por sentimentos de respeito e “excesso legítimo”.²⁶

O costume de legitimar filhos bastardos não era incomum nas cidades brasileiras do século XIX, especialmente, quando se tratando de homens senhoriais. Segundo nos apresenta Eduardo Schnoor, a construção da masculinidade senhorial brasileira do Segundo Reinado remete-se em grande parte aos resíduos acumulados nos anos de formação histórica do Brasil colonial e sua noção patriarcal de construção familiar. Mesmo em áreas urbanas como a Corte e em famílias com um número restrito de filhos legítimos, muitos senhores custeavam a vida de seus rebentos nascidos em concubinatos até a maioridade, chegando até mesmo ao reconhecimento legal.²⁷

A violência, mesmo não sendo o único condicionante da formação dos *homens senhoriais*, era sim um fator importante na construção de suas ideologias e formas de se

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre Colônia e Império. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 85-92.

relacionar com o mundo. Schnoor nos demonstra que, desde a infância, os meninos das famílias mais abastadas já eram introduzidos ao relacionamento sexual com escravas, vizinhas ou meninos reconhecidos socialmente em zonas sociais hierarquicamente inferiores. O historiador nos mostra que esse processo de *masculinização* era atrelado a um conjunto de facetas sociais “moldadas pela violência ou pelo sexo”. Lembremos, por exemplo, desta seguinte exposição formulada por Machado de Assis ao descrever a imagem de Brás Cubas sobre sua própria infância:²⁸

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava porque me negara uma colher do doce-de-coco que estava fazendo, e não contente com o malefício, deitei um punhado de cinzas ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudência, um moleque da casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra ou, quando muito, um “ái nhonhô!”, ao que eu retorquia: “Cala a boca besta!”.²⁹

E se, por algum motivo, nos questionarmos se podemos comparar um Cubas a família do Andaraí, a resposta vem pela própria voz narrativa. Os Valle, diferentemente da genealogia inventada pelo pai de Brás, detêm em sua história “relações adquiridas, cabedais, educação e tradições de família”. Ao menos em sua região notamos que o conselheiro detinha certa influência, marca do cargo que ocupara.³⁰

O cargo de conselheiro do Estado no Segundo Reinado, mesmo não tendo a força de posições como as de Ministro, Senadores ou gozar dos privilégios de um título nobiliárquico, era também um fator de “elevado lugar na sociedade”. Como nos descreve José Murilo de Carvalho, a composição desse grupo de homens públicos escolhidos pelo imperador detinha, além de razoável estabilidade, uma notável proximidade às decisões tomadas na política nacional.³¹

²⁸ Ibidem, p. 86.

²⁹ ASSIS, Machado de memórias póstumas de Brás Cubas.. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obras completas de Machado de Assis**. v.I, 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 612.

³⁰ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

³¹ CARVALHO, José Murilo. O conselho de Estado: a cabeça do governo: definições. In: **Teatro de sombras** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 357. Sobre a função exercida por estes homens de acordo com a Legislação do Império podemos sinalizar: “Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos

Muitas ações legais eram discutidas por esses homens, tais como a Lei de Terras, a Lei do Ventre Livre, questões tarifárias, discussões sobre o plano da industrialização brasileira, impressões sobre o liberalismo econômico e a política conservadora e, tudo isso, servia de pauta para reuniões que podiam conter a presença do próprio monarca, como nos alerta Carvalho. Para o historiador, mesmo que não obtendo explicitamente um poder direto em suas mãos, os conselheiros participavam ativamente nas decisões do Império. Vale lembrar que homens como Nabuco de Araújo, o marquês de Olinda, o visconde de Jequitinhonha, o visconde de Maranguape, Souza Franco, Carneiro Leão, visconde do Rio Branco, dentre tantos outros, ocuparam lugar de destaque nesta engrenagem política.³²

A criação deste grupo de homens públicos que serviam como consultores das ações do poder moderador é marcada, ainda nos idos de 1841, a partir de uma decisão dos conservadores que ocupavam, naquele momento, a administração política na Regência. E mesmo sofrendo duras críticas como a de representarem um “oligarquia

Saber a todos os Nossos Suditos que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. Art. 1º Haverá um Conselho de Estado, composto de doze Membros Ordinários, além dos Ministros de Estado, que ainda o não sendo, terão assento nelle. O Conselho de Estado exercerá suas funcções, reunidos os seus Membros, ou em Secções. Ao Conselho reunido presidirá o Imperador, ás Secções os Ministros de Estado, a que pertencerem os objetos das Consultas. Art. 2º O Conselheiro de Estado será vitalício; o Imperador porém o poderá dispensar de suas funcções por tempo indefinido. Art. 3º Haverá até doze Conselheiros do Estado extraordinários, e tanto estes, como os Ordinários, serão nomeados pelo Imperador.” Das atribuições expressas pela lei de número 234 de 23 de novembro de 1841 aplicadas as funcções destes homens estão: “Para ser Conselheiro de Estado requerem as mesmas qualidades que devem concorrer para ser Senador. Art. 5º Os Conselheiros, antes de tomarem posse prestarão juramento nas Mãos do Imperador de – manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição, as Leis, ser fieis ao Imperador, aconselha-lo segundo suas consciencias, atendendo sómente ao bem da Nação. Art. 6º O Principe Imperial, logo que tiver dezoito anos completos será de direito do Conselho de Estado: os demais Príncipes da Casa Imperial, para entrarem no Conselho de Estado, ficão dependentes da nomeação do Imperador, Estes, e o Principe Imperial, não entrão no numero marcado no artigo primeiro, e sómente serão convidados para o Conselho reunido; o mesmo se praticará com os antigos Conselheiros de Estado, quando chamados. Art. 7º Incumbe ao Conselho de Estado consultarem todos os negócios, em que o Imperador Houver por bem ouvi-lo, para resolvê-los; e principalmente: 1º Em todas as ocasiões, em que o Imperador se propuzer exercer qualquer das attribuições do Poder Moderador, indicadas no artigo cento e um da Constituição. 2º Sobre declaração de guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações estrangeiras. 3º Sobre questões de presas, e indenizações. 4º Sobre conflictos de jurisdicção entre Autoridades Administrativas, e entre estas, e as Judiciarias. 5º Sobre abusos das Autoridades Ecclesiasticas. 6º Sobre Decretos, Regulamentos e Instrucções para a boa execução das Leis, e sobre Propostas, que o Poder Executivo tenha der apresentar á Assembléa Geral.” In: BRASIL, Lei nº 23, de 23 de novembro de 1841. Estabelece a criação do Conselho de Estado. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1850:** tomo I. Rio de Janeiro, p. 40. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-234-23-novembro-1841-532611-publicacaooriginal-14883-pl.html>.

³² Ibidem, p. 358- 361.

palaciano-conservadora”, conseguimos observar que era possível ver certa diferença de posições ideológicas dentro dos campos liberais e conservadores pós-Maioridade, como nos adverte Carvalho.³³

Machado de Assis não informa aos seus leitores a outra ocupação deste homem que recebe a carta de conselheiro de Estado, sugerindo apenas por uma breve explicação que ele “exercera dois empregos, havendo-se com habilidade e decoro” neles. E isto pouco importa quando analisamos a verdadeira importância, ou seja, o sobrenome Valle. De modo irônico, vejamos que a construção deste personagem que ocupa um lugar de decisões políticas se desenvolve sem nenhum “ardor político”, mais ainda, este chefe familiar “não estava ligado a nenhum dos dois partidos políticos de seu tempos”, apenas conservava em cada um deles “preciosas amizades”, apenas dominando o chamado meio termo localizado onde “os dois domínios [liberais e conservadores] podem confundir-se”.³⁴

Ao tratar das escolhas nominiais do escritor do Cosme Velho, a pesquisadora norte-americana Helen Caldwell nos alertou sobre os significados agregados aos personagens e seus respectivos nomes. É importante nos atentarmos que, em *Helena*, a escolha pelo vocábulo *Valle* para designar a família senhorial abastada localizada no núcleo do romance, decerto, não é obra do acaso.³⁵

Ao explicar esta lógica de análise nominal em Dom Casmurro, Caldwell evidencia que:

[...] caso fiquemos propensos a considerar que Machado de Assis utiliza estes e outros nomes sem premeditação ou propósito, suas palavras estão aí para nos refutar. ‘Ora, [escreve ele, em uma de suas colunas] é sabido que os nomes valem muito. Casos há em que valem tudo’.³⁶

Se aproveitarmos este movimento para uma análise pormenorizada da escolha do sobrenome Valle em *Helena*, conseguimos abrir algumas chaves de reflexão. De acordo com o *Diccionario da Lingua brasileira*, publicado em 1832 por Luiz Maria de Silva Pinto, podemos encontrar as seguintes definições:

³³ Ibidem, p. 362.

³⁴ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

³⁵ CALDWELL, Helen. **O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo sobre Dom Casmurro**. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

³⁶ Ibidem, p. 61.

Vale. Imperativo do verbo Latino valeo. Desta palavra usavão nas despedidas. Despedida.

[...]

Valedor. ora m. f. Que acode, que vale. Protector. Que há de valia de alguém.

[...]

Valer, s.n. Ser útil, proteger, socorrer. Ter certa valia ter estimação. V. irrg. No presente do Ind. Eu valho, No Imp. Valha ele, valhão eles, No Conjunct, S, Eu valha, tu valhas, ele valha, P, Nós valhamos, vós valhais, eles valhão.³⁷

A escolha machadiana nos faz refletir sobre a própria importância do clã dos Valle, sabemos que o sobrenome chega a Estácio a partir da origem paterna, pois o conselheiro carrega também o notável nome. A família do defunto do romance detinha “tradição” no cenário fluminense e, como já afirmamos anteriormente, “seu pai fora magistrado no tempo colonial, e figura de certa influência na Corte do último vice-rei”, e a relevância e o destaque social só aumentam quando enxergamos o lado materno do conselheiro, que “descendia de uma das mais distintas famílias paulistas”. Temos então uma construção simbólica própria ao verbo *valer*.³⁸

As posses e o respeito social percorriam justamente a origem desta família do Andaraí. Ao morrer, o conselheiro fazia valer a sua voz determinando o acolhimento e o nascimento de um sentimento por Helena. É justamente nesse ponto de uma vida extraconjugal e coberta de libido, que sabemos que havia uma disparidade entre o agir e pensar entre o conselheiro e Estácio. Enquanto o filho manteve-se praticamente recluso em seu mundo doméstico, o pai acumulou uma vida “longe de ser uma página de catecismo”. Dessa forma, tentaremos responder às escolhas das figurações desses personagens machadianos e as marcas de historicidade que se sobressaem na voz narrativa, mediante a conduta moral deste pai e chefe de família.³⁹

Sabemos que a relação de Estácio com seu pai era atrelada por um sentimento de estrito respeito, entretanto o romance pouco nos informa sobre como se desenvolveu a primeira paternidade nesse homem senhorial. Uma curiosa observação se passa ao redor do texto de forma pinçada, a relação entre o mancebo e sua mãe já falecida. Apenas no terceiro capítulo os leitores tomam conhecimento da suposta data da morte

³⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, grifo do autor.

³⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I.

³⁹ Idem.

da esposa do conselheiro, que sabemos que morrerá quando o jovem tinha apenas dezoito anos e ela ainda era “quase moça” e “ainda bela”.⁴⁰

A mãe de Estácio não é nomeada ao longo do folhetim, o que sabemos sobre ela se encontra mesclado às impressões pelo contato com outros personagens ou pelo narrador que deixa entender a proximidade do filho com ela. Sua descrição é dada pelo procedimento de uma mulher que:

[...] possuía em alto grau a paixão, a ternura, a vontade, uma grande elevação de sentimentos, com seus toques de orgulho, daquele orgulho que é apenas radiação da consciência. Vinculada a um homem que, sem embargo do afeto que lhe tinha, despendia o coração em amores adventícios e passageiros, teve a força de vontade necessária para dominar a paixão e encerrar em si mesma todo o ressentimento.⁴¹

E, com isso, sabemos que o filho herdara-lhe a mesma índole, saindo mais a mãe do que o próprio pai. No início do romance, após a indicação de que o conselheiro deixara uma filha fora do casamento, Estácio lembra-se de algum comentário sobre esta possível paternidade. Faz-se possível especular que, contando dezoito anos completos, o rapaz já aferia o quanto padecia a mãe em seu sofrimento “ativo e calado”, mediante a vida de concubinatos do pai.⁴²

Mary del Priore nos lembra que a paternidade é uma construção sócio-política variável, ou seja, encontra-se em constante reelaboração de acordo com o fator temporal histórico. O século XIX experimentou uma ideia da figura do pai que, mesmo quando se apresentava de forma ausente, ainda continha enorme valor. Como nos descreve a historiadora, a imagem do Deus cristão assumiu forte influência na autoridade e funcionalidade deste papel familiar desempenhado pela figura de um homem.⁴³

Os pais senhoriais assumiam uma tarefa ainda maior, como nos alerta Priore, pois “a lei, dentro da casa, era estabelecida por ele”, ainda mais, cabia a este homem manter-se um “chefe grave e austero, a ele era atribuída a transmissão de valores patrimoniais, culturais e o patronímico”. Elementos e características importantes quando comparamos a entrada de seus filhos no seio da “boa sociedade”, cabia a esses pais

⁴⁰ Ibidem, cap. III.

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem, cap. II.

⁴³ PRIORE, Mary del. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 153-159.

senhoriais a transmissão de seu nome, sua importância, seus cabedais e a clientela de amigos e favorecidos, além de uma lógica de masculinidade hegemônica.⁴⁴

A figura paterna na obra machadiana passa a incorporar essa função, a de chefe da casa. Não de modo domesticado, mas aquele que carrega a voz máxima, submetendo todos e todas a sua ideologia pessoal, já vista nos capítulos anteriores, e sugerida por Sidney Chalhoub na sua teoria de supor uma noção convencional de paternalismo.⁴⁵

O personagem paterno que Machado de Assis busca produzir em *Helena* está ancorado na lógica do chefe familiar. O conselheiro Valle não só tem a voz máxima dentro do ambiente doméstico, como perante os seus amigos e agregados, sua voz se sobressai pelo *mando*. Quando deseja cortejar uma senhora, não se vê intimidado pelo laço do matrimônio em que ela está inserida, pouco importa com os sentimentos da mãe de Estácio que, aliás, assistia calada a ausência do marido [que nesta altura da vida pessoal passava horas na casa de D. Ângela da Soledade], ouvia o padre Melchior sem atendê-lo, tinha uma amizade com Camargo que já sabemos ser “antes resultado do costume que da consciência dos afetos”, além de mesmo *post mortem* delegar ordens, mas esta era uma das faces desta construção machadiana.⁴⁶ Ou ainda, o *homem senhorial* se relaciona em um sistema no qual, como observa Priori, a “autoridade patriarcal exercia-se de preferência sobre os filhos homens, futuros herdeiros do esforço dos pais”.⁴⁷

Se fizermos uma leitura do folhetim desde o início, conseguimos perceber que a morte do conselheiro detém também uma espécie de cálculo. O pai deixa o término dos ensinamentos do filho ao velho amigo médico e ao pároco experiente de sua propriedade, incluindo a projeção, já iniciada, de construção da masculinidade senhorial

⁴⁴ Ibidem, p. 155.

⁴⁵ Sobre isto: “Há elementos suficientes em Machado para fundamentar uma definição convencional, por assim dizer de paternalismo: trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados [Por que não os familiares?] em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes.” In: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 46-47.

⁴⁶ ASSIS, op. cit., 1876, cap. II.

⁴⁷ PRIORE, op. cit, p. 157.

de seu herdeiro, pois como advertia Machado, o jovem “não cedia nem esquecia nenhum dos direitos e deveres que lhe davam a idade e a classe em que nascera”, como já sinalizamos. A aceitação do testamento é um compromisso de submissão à vontade paterna e também uma forma de reconhecimento de sua nova função de chefe familiar.⁴⁸

A outra faceta da análise do personagem do conselheiro pode ser dada a partir da sua figura enquanto um homem que fora lesado por outras partes. Se olharmos a imagem de uma personagem que sobre quase nada sabemos, Ângela da Soledade, é possível perceber que ela articula para si e para a sua filha uma espécie de segurança. Ao abandonar a precariedade do compromisso amoroso com Salvador, ela faz uma escolha, a mãe de Helena não revela ao *homem senhorial*, com quem vive em concubinato, “o motivo da viagem” do ex-companheiro, assumindo-se separada e mentindo, tempo depois, sobre a morte do legítimo pai.⁴⁹

Como sabemos, através da voz de Salvador, os cálculos de Ângela resultaram em “redobrar o afeto que o conselheiro tinha a Helena”, mais ainda, “do contrato feito ali entre o homem e a criança, cumpriu ele todas as cláusulas com generosa pontualidade”. Agora, notemos que os procedimentos dos pais legítimos em escolher para a menina uma posição muito acima daquela que podiam oferecer podem nos sugerir uma releitura do poder inviolável do paternalismo do conselheiro.⁵⁰

Uma questão precisa ser novamente reflexionada, tanto Helena como Salvador gozavam dos encontros e trocas de cartas desde o período em que a jovem estudava, quando uma escrava servia-lhes de ponte em troca de moedas de cobre. E, depois, a casa nos arredores da chácara serviu de base não só para ludibriar o reconhecimento do conselheiro, mas também a própria força de Estácio. Mesmo perdoada pela família e sendo amada até o final pelo irmão, não podemos retirar dos três a inteligência de subtrair o máximo proveito da nudez de Noé.⁵¹

Para encerrar esta parte da discussão, podemos notar uma dualidade entre dois modos de se construir um personagem pela ótica do *homem senhorial*. Machado de

⁴⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. II.

⁴⁹ Ibidem, cap. XXVI.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

Assis mantém o conselheiro vivo por todo o romance a partir de uma vontade, que era a de ver os seus desígnios serem atendidos, o literato passa a “exorcizar” este espírito expondo e decifrando os mandos e incoerências de sua classe. O narrador nos adverte que Estácio não é o pai, e nem poderia ser como ele. O filho tomava assim, o exemplo dos herdeiros do personagem hebraico Noé, lançando “uma capa sobre a nudez de seu pai, e tent[ando] encarrear a conversa para outro assunto.”⁵²

Ou, para citar o texto bíblico escolhido por Machado de Assis:

Noé, que cultivava a terra, plantou uma vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se e ficou despido no interior da tenda. Cam, pai de Canaã, viu o pai despido e foi contar aos dois irmãos que estavam fora. Então Sem e Jafé tomaram o manto, puseram-no sobre os ombros e, caminhando de costas, cobriram a nudez do pai; seus rostos estavam voltados para trás, e não viram o pai despido.

Quando Noé despertou da embriaguez, ficou sabendo o que lhe tinha feito o filho mais novo; então disse: ‘Maldito seja Canaã! Será para seus irmãos o último dos escravos!’ [...]⁵³

A única dúvida que persiste é, teria Estácio coberto seu pai seguindo o exemplo de Cam ou de seus irmãos Sem e Jafé? Colocado de outra maneira, o filho encarou pela frente ou virado de costas à embriaguez de Noé? Vimos que Machado elegeu uma dupla saída, criava um novo *homem senhorial*, muito diferente da imagem do morto que vaga por todo o romance. Um anti-herói!

3.2 Por que Helena morre no final?

Vias a afeição legítima naquilo que já era afeição espúria, daí vieram os zelos, a suspicácia, um egoísmo exigente, cujo resultado seria subtrair a alma de Helena a todas as alegrias da terra, unicamente para o fim de contemplares sozinho, como um avaro.⁵⁴

Elaboro e discuto nesta parte final da pesquisa a hipótese de que Machado de Assis cria em seu romance *Helena* dois personagens que se completam. Os dois irmãos

⁵² Ibidem, cap. II.

⁵³ BÍBLIA, A. T. Cântico dos Cânticos. In: **A bíblia sagrada católica**: Antigo e novo testamentos. Tradução: José Raimundo Vidigal. São Paulo: Editora Santuário, 2016, p. 26.

⁵⁴ ASSIS, Machado de. Helena. **O Globo**: Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 227, ago, 1876, cap. XXIII.

que se amam, Estácio e Helena, são figurados com uma tonalidade irônica e, digamos, sardônica por parte do Bruxo do Cosme Velho. Esboçarei uma leitura dos predicados e afastamentos que unem essas duas construções machadianas.

O caso de Estácio

Estácio surge como a antítese de um herói, poderíamos taxá-lo de um anti-herói machadiano. Este personagem se encontra no núcleo principal do romance publicado em 1876 e será descrito, como já vimos, pelo legítimo exemplar da ideologia senhorial, contudo por uma ótica do avesso. Lembremo-nos que o movimento de escrita se dá em um momento posterior ao da história contada, o enredo romanesco se inicia no ano de 1859.

O problema, por este ponto encarado, está justamente na ideia de um projeto de masculinidade hegemônica que chega ao Brasil com mais força nos idos finais do século XIX e que tenta se dissociar e ao mesmo tempo se relacionar com outros modos de ser homem. Como argumenta Victor Andrade de Melo às chamadas “novas performances públicas” passam a reger a vida dos habitantes do Brasil oitocentista. Para este historiador o esporte, a ginástica e a educação física formaram bases para uma mudança comportamental do modo de se enxergar virilidade e força, mais do que isso, iniciou-se um combate ao ócio.

A experiência pedagógica encontrada no âmbito escolar incorporava diariamente valores relativos à prática da ginástica esportiva, principalmente, como valorização da *masculinização* dos homens. Como nos lembra Melo, este processo já caminhava desde as primeiras décadas do Oitocentos e propunha uma nova forma de organização da saúde desses sujeitos. Se faz indispensável pensar que a entrada de conceitos como boa forma e prática esportiva começaram a invadir o ambiente familiar deste período.⁵⁵

Esportes como o *turfe*, a dança, o atletismo, a natação, o remo e o ciclismo buscavam institucionalizar uma ideia de “prática saudável e higiênica”, ao mesmo tempo em que sua divulgação era assentada pela fundação de diversos grêmios e

⁵⁵ MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 122-123

sociedades próprias aos encontros dos novos contratantes. Notemos que estes professores que lecionam tais práticas, em sua maioria estrangeiros, figuravam um vínculo econômico com empresas, escolas e clubes que deles contratavam serviços, obtinha-se assim uma construção de novos “comportamentos socialmente valorizados”, ou seja, a introdução às performances públicas como nos alerta Melo.⁵⁶

Um fato curioso é que ao longo de todo o romance enxergamos uma figuração masculina praticamente alheia ao mundo público. Machado de Assis não faz nenhuma menção à chegada destas ideias no seio familiar dos Valle, pelo contrário, o único caso em que podemos fazer uma reflexão neste sentido está no episódio que antecede a entrada do jovem na casa de Salvador, verdadeiro pai de sua Helena. Ao acordar cedo, antes mesmo da chegada de seus jornais habituais, o narrador nos informa que “Estácio ouviu um som longínquo de um tiro; era algum caçador, talvez; a suposição deu-lhe a ideia de ir caçar, foi buscar a espingarda, proveu-se de pólvora e chumbo, e saiu.”. Contudo, sabemos que sua “habilidade não era muita”, pois provara naquele mesmo dia que tinha as mãos nem tão firmes e a vista “menos segura”, qualidades indispensáveis para esta prática.⁵⁷

A escolha pela caça como o esporte praticado por Estácio pode tentar remontar uma qualidade aristocrática, pois sabemos que o mesmo pratica tais aventuras nos limites de sua chácara no Andaraí. O acesso aos mais variados estilos da prática esportiva também se limitavam a um caráter de classe, acrescentemos também raça e gênero, nas palavras de Melo:

Não surpreende que tais competições, em vários sentidos, dramatizassem as tensões do instante, tanto entre classes quanto intraclasse – os debates e conflitos de uma elite híbrida que transitava entre uma ordem aristocrática rural e um projeto urbano de industrialização.⁵⁸

Contrastando com o modo de vida senhorial aristocrático recluso à sua propriedade, temos os novos tipos físicos citadinos que deixavam em amostra a definição dos músculos e a exibição da força. Neste ponto encaramos uma construção de uma forma de masculinidade que almejava na valorização de um comportamento saudável e ginástico um modelo de corpo para os homens. A estruturação desta nova

⁵⁶ Ibidem, p. 125.

⁵⁷ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XX.

⁵⁸ MELO, op. cit., p. 125.

rotina nas quadras escolares, nos espaços militares, nas lagoas e mares concentrou “adesão ao ideário e imaginário modernos”, o que para Melo não pode ser separado de um debate maior que envolvia o Estado Imperial e todo o seu aparelho de influências e negociações.⁵⁹

Neste mesmo caminho, Richard Miskolci nos indica o chamado “desejo da nação” que envolvia a sociedade brasileira que se estruturava pós-1850, as suas permanências e principalmente divergências. A proposta de dissociação de alguns modos de pensar e experimentar o corpo e o gênero se faz difundida ao longo do Segundo Reinado, o tempo da colonização e todas suas marcas deveriam ser reinterpretados a partir da luz de um, agora, Estado Nacional Monárquico governado por um imperador brasileiro. Miskolci nos apresenta que a chamada “Geração 1870” tornava o debate intelectual acirrado por uma construção de modernidade que apresentava ideias como cientificidade, o darwinismo social, a questão abolicionista, a miscigenação, as práticas esportivas e um estilo de vida que assegurava um novo modelo de ser homem, e para realizar todos esses movimentos o combate era inevitável. As ideias conservadoras, e notemos que são elas as molas mestras das atividades cafeeira e da estruturação nobiliárquica, figuravam o que representava a administração estatal e não seriam reivindicadas de modo reformador, ao contrário, buscava-se incorporar novos debates e estabelecendo o que deveria permanecer intacto.⁶⁰

As ideias de Miskolci apontam para um turbulento “problema do final do século XIX”, refletindo mais intensamente em uma crise do sistema cultural brasileiro, e decerto as ideias sobre a questão escravocrata levantavam um acirrado debate nos anos que aproximavam a Abolição em 1888. Os reflexos dos narradores incorporados pela literatura machadiana em *Helena* e *Yayá Garcia* já nos apontam para certa postura

⁵⁹ Ibidem, p. 129.

⁶⁰ MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012, pp. 24-27. Sobre isto: Machado de Assis utiliza de personagens masculinos figurados com uma temporalidade anterior ao momento de escrita, como já sinalizamos. Além disso, nosso literato não propõe diretamente entrar em tais formas de descrever e construir sua literatura, a exemplo disso, podemos notar o próprio movimento crítico desenvolvido por Silvio Romero sobre a obra romanesca machadiana.

avessa ao ócio da masculinidade hegemônica, mostrando-se preocupada com a *virilização* dos varões da Corte, mesmo que de forma pontual.⁶¹

Se propusermos aqui uma leitura atenta dos movimentos iniciais destes dois romances encontramos dois jovens senhores que se encontravam paralisados pela inércia das relações senhorias. Estácio ao ser impulsionado a seguir a carreira política por seu futuro sogro, que por sinal é médico, é interpelado por Camargo como a “vegetar os mais belos anos numa obscuridade relativa”, ou seja, o que se buscava era libertá-lo do limo doméstico e assegurar-lhe “a melhor carreira para um homem em suas condições”.⁶² E, no caso do donzel da Tijuca de nome Jorge detenhamos às palavras de sua mãe sobre uma amostra do comportamento do filho: “Goza por em quanto a vida; mas os dias passam, e a ociosidade faz-se natureza com o tempo”, e o remédio encontrado no alistamento militar serviria também como uma maneira de “dar-lhe um nome ilustre” virilizando os seus comportamentos.⁶³

Os personagens de Helena e de Estácio servem para este trabalho como uma amostragem dos reflexos e políticas de sexo presentes no período histórico situado entre os anos de 1850 até o processo que desencadeia no estabelecimento do sistema político republicano em 1889.

O caso de Helena

A jovem Helena toma figura central no romance por ser “declara herdeira da parte que lhe tocasse de seus bens” e, além disso, cabia aos seus novos parentes a sua tutela. A indicação de seu finado tutor era que lhe tratassem com “desvelo e carinho” como se filha fosse fruto de seu próprio matrimônio.⁶⁴ Segundo Sidney Chalhoub a condição em que se encontrava a menina é de uma dependente, termo que assume um papel especial quando refletido no cenário brasileiro do século onde a figura senhorial representava não só uma expressão de força política, tal como cultural e familiar.⁶⁵

A entrada desta nova personagem feminina em um ambiente familiar que lhe era estranho mostra que suas atitudes fundamentam uma agência não só de sobrevivência

⁶¹ Ibidem, pp. 38-39.

⁶² ASSIS, op. cit., 1876, cap. VII.

⁶³ ASSIS, op. cit., 1878, cap. II.

⁶⁴ ASSIS, op. cit., p. cap. II.

⁶⁵ CHALHOUB, op. cit., p. 58-61.

como de estabelecimento. A voz da jovem ganhava a tonalidade “clara”, “doce” e “melindrosa” e em curto espaço cronológico é possível notar que “a familiaridade tomou conta do acanhamento”. Porém, Machado indica aos poucos que essa conquista em nada é espontânea, há nela planejamento e movimentos muito bem coordenados por uma mulher em condição de subalterna que busca estabelecer-se em sua nova família. A costura de falas e pensamentos dessa personagem decodificam as estratégias vistas nos primeiros contatos com os seus parentes, em que ao falar com sua tia ela anuncia: “é justo que me acostume a servi-la”, ou seja, utiliza-se da submissão como modelo de boa convivialidade.⁶⁶

A literatura romancista deste período é capaz de fornecer uma leitura dos predicados femininos valorizados pela cultura patriarcal escravista desta sociedade. A mulher tinha necessidade de demonstrar-se “dócil, afável e inteligente”, reunindo em seu saber os trabalhos “de alfinete [...] ou de arranjos da casa”, além disso, deveria ser bela e procurar ser atenciosa “sem entono ou vulgaridade”. A mulher equilibrava dessa forma, uma harmonia perfeita entre as “virtudes domésticas e [as] maneiras elegantes”.⁶⁷

Entre as qualidades educacionais valorizadas em Helena nota-se que “era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco de inglês e a italiana”, e aumentando a sua lista de recursos do labor doméstico “entendia de costura e bordado, e toda a sorte de trabalhos feminis”. Mesmo sendo filha de uma relação extraconjugal a menina se mostra muito bem-educada e articulada nos movimentos de ascensão social e poder.⁶⁸

Segundo nos destaca Priscila Salvaia, Helena incorpora uma “máscara feminil” quase como um modo de sobrevivência, sabendo ser “frívola com os frívolos” e destacando-se em pontos localizados do romance em tomadas de reflexões extremamente refinadas. O problema de sua inteligência é que ela é ameaçadora aos olhos senhoriais, e por isso precisa de disfarce e cuidado. Salvaia nos lembra de que “às moças empenhadas na ‘caça de um marido’ era aconselhável *fingir* interesse por tudo o

⁶⁶ ASSIS, op. cit., cap. III.

⁶⁷ Ibidem, cap. IV.

⁶⁸ Idem.

que remetia ao universo doméstico [...]; além disso, também era também recomendável afastar-se daquilo que poderia ser nocivo à honra feminina”, sendo assim, a racionalidade deveria esconder-se sobre o manto da sensibilidade.⁶⁹

Em seu contrassenso temos o seu irmão Estácio, um jovem de vinte e sete anos, que o romance anuncia como um rapaz que teve sua educação regida “à maneira antiga com severidade e recato”. Destoando da lógica que o país comunga organizar como protótipo masculino moderno, o rapaz parecia reunir inaptidões, tornava-se feminino por uma criação que se limitava à esfera doméstica “na idade em que outros, seus companheiros, viviam nas ruas”.⁷⁰

Decerto Machado procura moldar um exemplo de homem-domesticado que não consegue desvincular-se da família e que sofria a se ver longe dos seus. Em uma carta enviada para a família em um momento de pequeno afastamento, Estácio declara:

Quando está carta te chegar às mãos, *estareis morto, morto de saudades* de minha tia e de ti. *Nasci para os meus, para a minha casa, para os meus livros, os meus hábitos de todos os dias*. Nunca o senti tanto como agora que estou longe do que há de mais caro neste mundo. Poucos dias lá vão, e já me parece meses.⁷¹

Deste atestado de inaptidão ao contato com a esfera pública se pode deduzir um comportamento contraste as características masculinas eleitas como exemplares aos *homens de verdade* deste século.

Para Nicole Castan a zona fronteira entre o público e o privado se edifica e se aproxima pela própria dinâmica do convívio social. Para ela há um comportamento fundado e datado nos anos que seguem o fim do período compreendido como medievo europeu que incorpora formas de privatização como exemplo para Modernidade. A sociedade de Antigo Regime demonstra para Castan uma clara domesticação das

⁶⁹ SALVAIA, Priscila. Nas fronteiras entre o público e o privado: algumas notas sobre a representação (e subversão) dos papéis de gênero no folhetim *Helena* (1876), de Machado de Assis. **Machado de Assis em linha**, São Paulo, v.9, n.17, 2016, p.55.

⁷⁰ ASSIS, op. cit., 1876, cap. II.

⁷¹ *Ibidem*, cap. XV. grifo nosso.

famílias frente a um projeto de fortalecimento de um Estado que elege formatos e concepções de honra e pudor.⁷²

A emergência de um novo comportamento estatal fortalecido pela figura do soberano, a difusão dos novos modelos religiosos amparados pelas Reformas e uma ampla cultura de incentivo à alfabetização são processos que permeiam às análises Castan. A família serviu de base para essas três mutações sociais, e foi em seu centro que foram pensadas as formas de segurança dessa privatização. A nova disciplina familiar propunha um sistema modelar em que o homem transitava e controlava o público e o privado e detinha um poder exemplar, e a mulher continha em suas mãos o papel de desempenhar uma “ocupação [...] prioritariamente doméstica; o cenário: a casa; sua vocação: encarnar a imagem de esposa e mãe; arraigada pela Igreja e pela sociedade civil”.⁷³

A relevância em analisar a problemática separação na teoria política entre os ambientes públicos e privados esbarra naquilo que apontou Susan Moller Okin sobre a não atenção a estrutura familiar. Os estudos que elencam o gênero como uma categoria de análise confirmam a necessidade de observar às composições familiares e as suas características históricas mutáveis.⁷⁴

A perspectiva liberal tende a separar a esfera privada em uma espécie de espaço blindado às ações políticas, imaginando assim um quadro dicotômico onde o Estado representa a potencialidade pública e a zona doméstica uma construção idilicamente íntima e restrita. As análises aqui sobre as não só interferências como constantes diálogos entre esses dois polos quebram essa noção, a família não só é formadora de políticas como é pensada como base de sustentação da manutenção das ideologias estatais imperiais no Brasil oitocentista.

É no seio da família dos Valle que o testamento é aberto e discutido, é lá que o papel feminino de Helena é construído e debatido, também neste ponto encontramos a

⁷² CASTAN, Nicole. O Público e o Particular. In: ARIÈS, Phillipe. e DUBBY, Georg. (Org.) **História da Vida Privada**: da renascença ao século das luzes. vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 403.

⁷³ Ibidem, p. 407.

⁷⁴ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 16, n.2, maio-agosto/2008, p. 305-306.

domesticidade de Estácio, e, no final, tanto Camargo, Melchior e, até mesmo, Salvador procuram tecer relações cada vez mais próximas com a casa. Não seria esta uma proposta de Machado e Assis? Debater a importância política dos espaços familiares, e elencar a sua função social dentro de uma sociedade paternalista.

Imaginar a ausência de conflitos no espaço privado é suprimir todo o esforço empenhado por estudos que buscam apresentar as relações de gênero nestas esferas. A construção histórica liberal de um sujeito universal masculino contribuiu para essa ideia que negligencia toda “a família, e em particular a divisão do trabalho que nela se dá, as formas de dependência econômica e ela relacionadas e a estrutura de poder”. Essa visão adota aquilo que Okin afirma como uma noção errônea de neutralidade de gênero, não reconhecendo que entre homens e mulheres não se espelha um fenômeno dicotômico, e sim desigual.⁷⁵

A discussão da formação dos papéis sexuais e sua sustentação por meio de uma pedagogia familiar desde a infância cria uma educação distinta entre os pares masculinos e femininos, como lembra Castan. Ao exemplo dos dois irmãos, enquanto Estácio atingiu a juventude sabendo que herdaria os acúmulos econômicos e as redes de solidariedade do pai, Helena teve um destino bem diferente ao encarar não só a entrega de sua tutela aos seus “parentes”, como deveria ainda admitir a nova condição de submissão que se estabeleceria.⁷⁶

Os recentes trabalhos que aprofundam suas pesquisas nas relações de parentesco, trabalho e família no presente e no passado buscam demonstrar como essa separação ideologicamente pensada e mantida procura eclipsar, como mostra Okin:

[...] as conexões múltiplas entre os papéis domésticos das mulheres e a desigualdade e segregação a que estão submetidas nos ambientes de trabalho, e a conexão entre sua socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos de sua subordinação.⁷⁷

A estratégia em demonstrar os passos de Helena e sua resistência enquanto uma mulher dependente serve de base para a composição narrativa machadiana, e fonte aos estudos históricos que procuram demonstrar a riqueza de elementos políticos que as figurações literárias podem fornecer. Reavaliando, como demonstra esse trabalho, o

⁷⁵ OKIN, op. cit., p 308.

⁷⁶ CASTAN, op. cit., p. 406-407.

⁷⁷ OKIN, op. cit., p. 313.

conceito fechado de uma projeção de sociedade dicotomicamente construída, se faz possível notar como as características dissonantes de Helena são pontos de choque em uma sociedade em que, as mulheres, os negros libertos e em condição de escravidão não pertencem ao constructo de humanidade e cidadania, todavia traçam trajetórias políticas efetivas.

Nas palavras de Miskolci o autocontrole e a moralidade seriam as balizas civilizatórias dessa nascente nação que lidava com uma massa expressiva de negros libertos, indígenas, brancos pobres, e escravizados afastados do acesso à terra. Ao mesmo tempo, as propostas de miscigenação, uma política de embranquecimento, os pilares da civilidade e da ordem passam a ser costurados por uma eleição do padrão do cidadão nacional: o *homem branco heterossexual* capaz de construir uma família a partir do casamento e gerar filhos saudáveis.⁷⁸ E o papel das mulheres também passa a ser requisitado na essência da maternidade e dos cuidados dos filhos do Império, como exposto na publicação do Jornal *A Mãe de família*, em uma carta aberta o doutor Carlos Costas denuncia: “Desde o berço minhas senhoras. É esquecida, abandonada ou melhor ignorada a maneira de formar-se o homem, não cuidando-se seriamente da criança.”⁷⁹

O constructo da família como unidade que preserva e impulsiona a ordem e o progresso da nação brasileira traz novos rótulos ao ambiente urbano, se antes a ideia de uma família extensa e patriarcal denotava o modelo a ser seguido, a partir de 1850 a formação individualista importada aos moldes estrangeiros e reinterpretada à cultura nacional urbana fomenta a união conjugal burguesa.⁸⁰ E se nos depararmos com as famílias construídas por Machado de Assis em *Helena* temos: A casa dos Valle composta por Estácio, D. Úrsula, Helena e os escravos, a casa do Rio Comprido de propriedade do Dr. Camargo, D. Tomásia e Eugênia, e a casa de Melchior dentro da chácara do Andaraí onde residia sozinho com alguns exemplares in-fólio de “algum Tertuliano ou Agostinho”.⁸¹

⁷⁸ MISKOLCI, op. cit., 2012, p. 50.

⁷⁹ COSTAS, Carlos. **A mãe de família**: científico, litterario e ilustrado. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 1, janeiro, 1879.

⁸⁰ Sobre isto ver: SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 15-86.

⁸¹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. XVIII.

Se olharmos para Estácio e sua construção como homem, branco e heterossexual chegamos ao modelo senhorial do cidadão do Império. Recorrendo às ideias de Joan Walach Scott, o sujeito universal passou por um processo de construção moldando-se a partir da experiência do homem. Em sua crítica Scott elege a questão dos papéis sexuais na diferença do acesso à igualdade civil, fato que causa sérios problemas epistemológicos na produção de um conhecimento que não pleiteia a ressignificação do ser mulher e a sua função enquanto não indivíduo na sociedade.⁸²

Como afirma Scott o fomento das políticas individualistas que moldaram o chamado “sujeito universal” criou um conceito de cidadania por si só excludente, pois se delimitava desde a sua formação aqueles que não poderiam pertencer a esse modelo. Dessa forma, se:

[...] legitimava a exclusão com base na diferença na base biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social.⁸³

E nascia assim uma cidadania exclusiva onde a figura feminina não poderia alcançar este *status*, porque se definia que as mulheres não apresentavam as características naturais para atribuir-lhes tais condições.⁸⁴

Henrique Salles argumenta neste sentido, introduzindo a ideia de um sistema de dependências a partir de comunicações culturais que elevam e subtraem poder, demarcando uma composição social em que nem todos podem ocupar os espaços das decisões políticas efetivas. E, por isso, os indivíduos buscam relacionar-se por um mecanismo que se inter-relaciona hierarquicamente. O fato de estarem predispostos em um plano de diferentes escalas de poderes não indica total perda das autonomias das agências desses outros indivíduos não pertencentes à classe senhorial, mas sim outras lógicas de movimento.⁸⁵

Priscila Salvaia nos apresenta um ponto interessante, a postura ativa de Helena acompanha um fator crescente, pois desde sua chegada a tomada de espaço e poder

⁸² SCOTT, Joan Walach. Relendo a História do Feminismo. In: **A Cidadã Paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 27-29.

⁸³ Ibidem, p. 26.

⁸⁴ Ibidem, p. 33-34.

⁸⁵ SALLES, op. cit., p. 32.

devem ser observados pelo leitor. A interpretação de Salvaia caminha para demonstrar que a voz da jovem saía da simples condição de agregada para o voto consultivo que interferia decisivamente nas resoluções de Estácio “enquanto homem público”. O projeto, neste ponto, é destacar que o romance escrito por Machado propõe dar ênfase às relações políticas que perpassavam pela voz feminina, e de certo modo ao ambiente doméstico também.⁸⁶

Esta forma de agência feminina precisa ser datada e colocada pelos estudos históricos como *lugares* que representam “arenas- onde se travam embates políticos e culturais cruciais”, nas palavras de Scott. Isto porque o gênero precisa ser visto como uma construção social que encadeou ideias e estabeleceu “verdades” que precisam ser questionadas e desmobilizadas, e dentre estas as próprias noções de espaço público e privado que são em si problemáticas.⁸⁷

Os anúncios de Helena

Nesta parte são elencados quatro principais momentos que anunciam a morte da personagem Helena por sua representatividade no enredo romanesco, destacando ser ela uma mulher que não cabia apenas nas características feminis supracitadas, e sim evidenciando uma articulação poderosa em toda a lógica das relações interpessoais. E, se a sua morte não permitiu que ela fosse coroada, sua vida a torna-se um exemplo de domínio das regras do jogo patriarcal-masculino.

O primeiro se desenrola com a explicação de Helena sobre o medo. Após um momento de conversação entre os irmãos a menina pede para que Estácio possa ensiná-la a andar a cavalo, mesmo escondendo que já dominava a prática deste esporte, e assim a irmã utiliza-se da submissão para obter seu desejo. Ao se sentir superior ele não só aceita dar lições à jovem, como também demonstrar toda a superioridade de seu saber. Porém, ao questioná-la sobre o medo de montar sua irmã o responde de forma incisiva e direta, destoando da imaginação de uma personagem frágil e impotente. Na integridade do diálogo:

⁸⁶ SALVAIA, op. cit., p. 58.

⁸⁷ SCOTT, op. cit., p. 45.

– Pronto! – exclamou Helena apenas viu o irmão assomar no alto da escada.
– Oh! Isso não vai assim! – respondeu Estácio. – Não supunha que há de montar já hoje como na moça que ontem viu passar a estrada. Vença primeiramente o medo...
– Não sei o que é o medo – interrompeu ela com ingenuidade.
– Sim? Não a supunha valente. *Pois eu sei o que ele é.*
– *O medo é um preconceito dos nervos.* E um preconceito desfaz-se; basta a simples reflexão. Em pequena educaram-me com almas do outro mundo. Até os dez anos era incapaz de penetrar numa sala escura. Um dia perguntei a mim mesma se era possível que uma pessoa morta voltasse a terra. Fazer a pergunta e dar-lhe resposta era a mesma coisa. Lavei o meu espírito de semelhante tolice, e hoje era capaz de entrar, de noite, num cemitério...⁸⁸

Se o leitor acompanhar o encadeamento das ideias é possível perceber como a inversão daquilo que se entende como características *masculinizantes* se desenvolve, pois quando Estácio espera de Helena um medo dado como natural feminino ele também confessa ter medo e tomar conhecimento desse sentimento em sua vida. Ao passo que a resposta natural e rápida da irmã contém um teor reflexivo muito apurado, que além de não reconhecer tal “preconceito de nervos”, evoca a racionalidade para explicar ao mancebo como superar este sentimento, no mínimo, infantil.⁸⁹

Neste momento Machado de Assis utiliza da palavra *ingenuidade* para amortecer um potencial ato racional, que demarca em Estácio um desequilíbrio de posições. E já no momento seguinte o irmão indaga a moça de onde retirou essas ideias e formulações, uma vez que em sua concepção de mundo tamanha capacidade de pensamento não poderia caber dentro da figura feminina de sua irmã, que além de ser mulher é também vinda de uma classe social inferior a dele. E a resposta de Helena é carregada novamente de uma ironia velada: “– Não são ideias, são sentimentos. Não se aprendem; trazem no coração. Senhor geômetra – continuou, brandindo caprichosamente o chicote–”.⁹⁰

A resposta de Helena carrega marcas de uma alusão crítica que Machado faz aos *homens senhoriais* deste século. Sidney Chalhoub diria que “esse romance seria uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de hegemonia do projeto saquarema”, investimos em outra ótica de análise. Assumimos aqui que o literato cria a

⁸⁸ ASSIS, op. cit., cap. VI. grifo nosso.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem. A escolha pela palavra *sentimento* também pode ser vista como uma forma de Machado amortecer a fala de Helena, pois pela lógica senhorial para as mulheres caberiam os sentimentos e aos homens às ideias.

sua ficção e seus personagens a partir de uma lógica que lhe é própria, e só é possível porque sai de sua caneta, ou melhor, de suas ideias.⁹¹

No argumento de Chalhoub sobre um grupo de dependentes que se articulam e se mostram capazes de modificar ou manter os seus *status quo* podemos explorar como as classes senhoriais compreendiam e delimitavam seus espaços de dominação política e de gênero, mas sem esquecer que a ficção é um traço machadiano. E, em Helena a voz narrativa escolhida pelo autor da a ideia da agência dos dependentes frente seus ditos “senhores”, entendamos figurações de masculinidades. Uma primeira reflexão é a proposta da escolha desta exposição excessiva da personagem feminina.⁹²

Esta linha de raciocínio, que Machado faz supor ser senhorial, é vista sempre em um fluxo de cima para baixo, ou ainda mais, solar. Onde o astro real é exposto pela figura do homem branco livre e rico cuja chefia da casa lhe permite não só pensar ser senhor de todos como obter deles sempre a mais velada submissão. Estácio não só não é capaz de ver racionalidade nos movimentos da irmã, como se assusta com a capacidade de uma reflexão sobre a origem e o fim do medo que nasceu da cabeça de uma mulher.⁹³

E outro vocábulo desperta atenção pelo modo como interpreta à educação desta classe, pois o termo “geômetra” faz uma alusão aos estudos de Estácio enquanto membro dos estratos mais abastados da Capital fluminense. Pois nos lembremos de duas passagens sobre a educação escolar do jovem, que “era formado em matemáticas” e “entregava-se a ciência com ardor e afinco”, porém mesmo detendo os conhecimentos científicos apresenta o medo como expressão guardada em si. Neste primeiro caso entregamos a racionalidade para Helena.⁹⁴

O segundo momento está na expressão de Helena e o seu raciocínio sobre temporalidades distintas encontrada em diferentes seres humanos. Em uma parte do romance em que os dois irmãos estão andando pelas redondezas da chácara do Andaraí e eles avistam um homem negro chupando uma laranja e andando distraído pelo

⁹¹ CHALHOUB, op. cit., 2014, p. 18.

⁹² Ibidem, p. 64-65.

⁹³ ASSIS, op. cit., 1876, cap. VI.

⁹⁴ Ibidem, cap. I.

caminho por eles percorrido, Estácio procura expor mais uma vez os seus pensamentos.

Vejam os:

– Valem muito os bens da fortuna – dizia Estácio –; eles dão a maior felicidade da terra, que é a independência absoluta. Nunca experimentei a necessidade; mas imagino que o pior que há nela não é a privação de alguns apetites ou desejos, de sua natureza transitórios, mas sim essa escravidão moral que submete o homem aos outros homens. A riqueza compra até o tempo, que é o mais precioso e fugitivo bem que nos coube. Vê aquele preto que ali está? Para fazer o mesmo trajeto que nós, terá de gastar, a pé, mais de uma hora ou quase.⁹⁵

É importante perceber como o jovem analisa a sua própria situação de privilegiado em um mundo em que todos os direitos lhe tocam as mãos, e notar como ele não reconhece outras formas de percepção temporal para além da sua. Neste diálogo ele expõe para sua irmã toda a face de seus pensamentos e não privações, marcando para si um espaço de superioridade por poder além de comprar o tempo tê-lo apenas para si.

A resposta de Helena carrega um potencial retórico muito afinado com as percepções de outras humanidades para além da sua, declara não só reconhecer que o irmão habita hierarquicamente uma posição superior como lhe apresenta novas formas de entender outras lógicas temporais que o mesmo não consegue decifrar. Vejam a resposta da moça em sua integralidade:

– Tem razão – disse Helena –, aquele homem gastará muito mais tempo do que nós em caminhar. Mas não é isso uma simples questão de ponto de vista? A rigor, o tempo corre do mesmo modo, quer o desperdicemos, quer o economizemos. O essencial não é fazer muita coisa no menor prazo; é fazer muita coisa aprazível ou útil. Para aquele preto o mais aprazível é, talvez, esse mesmo caminhar a pé, que lhe alongará a jornada, e lhe fará esquecer o cativo, se é cativo. É uma hora de pura liberdade.⁹⁶

Nem sempre são pensadas as estruturas temporais regularizadas com a questão da divisão sexual do trabalho, como afirma Marc Bessin. E o pensamento de Helena revela a diversificação da construção das identidades de cada indivíduo de acordo com as suas experiências históricas, sendo uma personagem que ascendeu de uma classe social menor que a de sua nova família, educada e ensinada por uma política dos

⁹⁵ *Ibidem*, op. cit., 1876, cap. VI.

⁹⁶ *Idem*.

cuidados que deveria proporcionar a terceiros, ela encontra-se em uma relação com o tempo muito diferente daquela exposta pela ideologia senhorial.⁹⁷

Como o tempo cronológico é generificado, o tempo da jornada de trabalho ligado ao aspecto econômico e marcado pelo relógio é *masculinizante* (branco e heterossexual). Bessin demonstra que para as mulheres o entendimento sobre a dinâmica temporal excede às horas marcadas pelos ponteiros e regularizadas, abrange também a dimensão dos cuidados domésticos e dos familiares, momentos que só são compreendidos pela dimensão do Kairós. Desde os cuidados infantis às meninas são ensinados os já demonstrados dotes domésticos e lhes é apresentada uma lógica de dupla presença, onde:

As mulheres são responsáveis pela sincronização e pela gestão cotidiana dos ritmos temporais de todos os membros próximos da família, colocando-se assim em uma disponibilidade temporal permanente. É uma relação de tempo baseada na antecipação e na consideração do outro (e de sua temporalidade) que as constrói assim.⁹⁸

Neste panorama histórico a voz de Helena representa os sujeitos subalternizados que criam formas de vivenciar sua própria *dupla jornada*, ela se reconhece no cativo. Não como uma mulher que está presa ao regime de escravidão, mas em outras amarras asseguradas pela sua nova família. Deve aos seus parentes uma submissão grata e silenciosa, e ao mesmo tempo de forma privada lhe cabe tecer uma “estratégia, do tato e da astúcia” demonstrando as dimensões desse tempo kairológico só perceptível aos dominados.⁹⁹

⁹⁷ BESSIN, Marc. Política da Presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice R.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria R. (orgs.) **Gênero e Trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 235-245.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 237.

⁹⁹ Sobre as formas de dupla presença na personagem de Helena: “estas palavras foram ditas em tom de graciosa submissão”; “Era dócil, afável e inteligente”, “a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento”, “acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes”, “Entendia de costura e bordados”, “volvia logo ao trabalho com a mesma serena agitação”, “assim a influência de Helena assumia as proporções de voto preponderante”, “alguma coisa é preciso sacrificar, e do sacrifício recíproco é que nasce a felicidade doméstica”, “Helena era naquela ocasião a natural enfermeira”, “Pela primeira vez patenteou-se em todo o esplendor a dedicação filial da moça”, “Horas do dia, e não poucas noites inteiras, passava-se na alcova de Dona Úrsula, atenta a todos os cuidados”, “Helena velava à cabeceira, durante o sono leve e interrompido da doente, achando em suas próprias forças a resistência que a natureza confiou especialmente às mães”, “Ela regeu a família e serviu a doente com igual desvelo e benefício”, “No dia seguinte, que era domingo, Helena dirigiu-se à capela a ouvir a missa do padre Melchior”, “Ela mostrava-se graciosa, solícita e atenta, como uma esposa amante”. In: ASSIS, Machado de. Helena. **O Globo:** Órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.

Na invisibilidade desta lógica temporal do Kairós às mulheres passam a assumir todas as esferas da vida familiar que cabem as partes domésticas. A gerência da casa, a educação dos filhos, a coordenação dos sujeitos escravizados e dos criados, a organização de festas, a recepção de convidados, o diálogo com a figura eclesiástica (o padre), o zelo pelos aspectos morais e pela boa reputação da casa, ministrar atenção aos mais velhos e cuidar de suas enfermidades, isto tudo, em uma atividade imperceptível de reconhecimento laboral efetivo, como denota Marc Bessin.¹⁰⁰

A figuração do entendimento da jovem sobre a escravidão moral e física descreve como a experiência do cuidado é capaz de fomentar uma figuração feminina que possa distinguir outras experiências relacionais com o tempo diferentes do fator cronológico. E, ainda mais, abre uma chave para o entendimento que esta interpretação é um ato efetivamente político, reconhecendo que há agência e resistência intrinsecamente ligadas às suas palavras. Nesse segundo caso passamos o domínio da percepção do tempo das mãos de Estácio para às de Helena.¹⁰¹

Nesta pequena exposição tentaremos esboçar o terceiro anúncio, ao notarmos um contraste entre as percepções sociais do casamento envolvendo Helena e o irmão. A jovem assume uma postura de conselheira indicando ao irmão os caminhos que ele deve seguir e, além disso, percebemos uma retórica sobre o consórcio bastante alinhada com a lógica da masculinidade hegemônica, entretanto aparecendo como obras do pensamento de uma donzela ainda em ares de mocidade.

Mesmo sendo fruto de um relacionamento fora do casamento, como de início se pensa, a jovem recebe todos os predicados e instrução que uma moça na condição senhorial se encontra. É sabido que o conselheiro investe em uma educação sólida, posto que aos seus dezesseis ou dezessete anos ainda cursava em uma escola em Botafogo. A moça era habilidosa dos livros aos alfinetes, já detinha em sua mente como administrar os “arranjos da casa” e sua forma de agir fazia um balanço perfeito de dotes por excelência notáveis, como sinalizamos.¹⁰²

¹⁰⁰ BESSIN, op. cit., p. 240.

¹⁰¹ Ibidem, p. 243-244.

¹⁰² ASSIS, op. cit., 1876, cap. IV.

A primeira vez em que Helena fala diretamente ao irmão sobre os caminhos que ele devia tomar em seu relacionamento com Eugênia se dá justamente em uma fala que faz alusão à funcionalidade da união conjugal. A irmã o interpela:

– Vá ter com Eugênia, solicite licença para pedi-la a seu pai, e conclua isso quanto antes. Não é verdade que se amam? Dela creio poder afirmar que sim; de você...

– De mim?

– Penso que é mais duvidoso; ou você é mais hábil. Há de ser isso. Naturalmente parece-lhe fraqueza amar- isto é, a coisa mais natural do mundo, a mais bela –, não direi a mais sublime. Os homens sérios têm preconceitos extravagantes. Confesse que ama, que não é indiferente a esse sentimento inexprimível que liga, ou para sempre, ou por algum tempo, duas criaturas humanas.¹⁰³

E que rebuscado conselho dá Helena ao irmão. Neste pequeno diálogo a jovem consegue dizer de maneira concisa alguns elementos básicos que faltam a Estácio enquanto *homem senhorial*. No início expõe o caráter pouco ativo na hora de tomar decisões que lhe são próprias. Vale lembrar que quase todas as escolhas do mancebo foram amparadas ou na vontade paterna, nos votos de Melchior, na amizade de Camargo, nos desejos de Helena ou na voz presente de D. Úrsula, somente em poucos momentos do romance ele se vê guiado pela sua própria voz.

Uma interessante constatação é perceber que esses instantes do romance em que Estácio muda o seu comportamento incorporando altivez, força, decisão, mando, se dão a partir do sentimento que faltava entre ele e Eugênia, o amor. Somente quando ama a irmã ele consegue dar vazão total ao *homem senhorial* incorporado pela masculinidade hegemônica, entende a curatela que mantém sobre Helena, investiga o motivo dos encontros secretos e busca descobrir o que lhe atormenta a alma.

Ao seguirmos nossa análise, o conselho de Helena continua e desta vez a sua força vem através da importância do casamento. Quando Estácio anuncia a frivolidade que enxerga na filha de Camargo e suspeita se realmente tem entre eles um sentimento capaz de uni-los, a voz da irmã o traz a realidade senhorial. Vejamos:

– Pode ser [sobre a frivolidade de Eugênia]: mas ao marido cabe a tarefa de fixar essa impressão passageira... O casamento não é uma solução, penso eu; é um ponto de partida. O marido fará a mulher. Convenho que Eugenia não tem todas as qualidades que você desejaria; mas não pode exigir tudo;

¹⁰³ Ibidem, cap. VIII.

alguma coisa é preciso sacrificar, e do sacrifício recíproco é que nasce a felicidade doméstica.¹⁰⁴

Neste ponto, podemos encarar aquilo que Eni de Mesquita Samara nos apresentava a partir de denso levantamento de dados sobre os casamentos em São Paulo durante o Dezenove. Para a historiadora, a escolha do conjugue não poderia ser definido como simples decisão dos noivos, pelo contrário, todo este movimento “dependia da interferência da família”, indicando “um ato de grande importância, polarizando vários interesses”. E, sobre isso, já sabemos dos anos de cálculo e aproximação de Camargo com os Valle, enxergando nesse casamento aumentar a dignidade da filha perante os olhos da sociedade fluminense.¹⁰⁵

A jovem Eugênia não era filha de uma pessoa qualquer, e sim de um “médico e velho amigo da casa”. A moça era “filha única”, e sabemos que fora educada com todas as qualidades para um casamento com um *homem senhorial*, fazendo dela pretendente “das mais brilhantes estrelas entre as menores do céu fluminense”.¹⁰⁶ Como Mesquita nos insiste em lembrar, aspectos como origem, raça, postura e classes sociais regiam a escolha de uma possível esposa ou esposo.¹⁰⁷

A leitura acompanhada pela voz narrativa dos aspectos biológicos, culturais e sociais da filha de Camargo figura-se muito bem ancorada em uma escala referente à “proporção do casamento”. A historiadora nos lembra, que para a paz doméstica de um bom consórcio convinha “muito a proporção do sangue; para proveito dos filhos e da fazenda; para o gosto dos casados e das idades”.¹⁰⁸ E, assim, era apresentada a jovem e irritante Eugênia:

Era de pequena estatura: tinha cabelos de um castanho escuro, e os olhos grandes e azuis, dois pedacinhos do céu, abertos em rosto alvo e corado, corpo levemente refeito, era naturalmente elegante; mas se a dona sabia vestir-se com luxo, e até com arte, não possuía o dom de alcançar os máximos feitos com os meios mais simples.¹⁰⁹

Neste contexto, Helena não só apresenta a exatidão em suas reflexões de acordo com o modo de pensar paternalista, como demonstrava reconhecer melhor que o

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ SAMARA, op. cit., p. 88

¹⁰⁶ ASSIS, op. cit., 1876, cap. V.

¹⁰⁷ SAMARA, op. cit., p. 93-94.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 93.

¹⁰⁹ ASSIS, op. cit., 1876, cap. V.

irmão a empresa do casamento dentre os estratos senhoriais. Mais tarde, no capítulo de número dezesseis a jovem faz a confirmação de sua ideia sobre a união de duas pessoas que por posição se merecem, e neste caso escolhia racionalmente para si um marido que a amava, Mendonça. A irmã de Estácio não ama o pretendente, mas faz sua última leitura do amor conjugal, conforme o exposto a seguir:

- Não digo que o ame desde já [respondendo ao padre Melchior sobre o possível matrimônio]; mas a afeição que ele me tem refletirá em meu coração, e eu virei a amá-lo. O que importa é saber que é digno de mim. De todos os que me pretendessem nenhum seria superior.
- Ainda bem! Contudo, repare que vai contrair uma obrigação perpétua, e que um contrato desses não pode ser deliberado em poucos instantes.
- Oh! Nesse ponto a minha ignorância sabe mais do que a sua teologia. Que são minutos e que são meses? Paixões de largos anos, chegando ao casamento, acabam muitas vezes pela separação ou pelo ódio, quando menos pela indiferença. O amor não é mais que um instrumento de escolha; amar é eger a criatura que há de ser companheira na vida, não é afiançar a perpétua felicidade de duas pessoas, por que essa pode esvair-se ou corromper-se. Que resta à maior parte dos casamentos, logo após os anos da paixão? Uma afeição pacífica, a estima, a intimidade. Não peço mais ao casamento, nem lhe posso dar mais que isso.¹¹⁰

E deste conciso argumento observou o padre “tanta reflexão em tão verde idade”, mesmo que assustado com tamanha capacidade de entendimento dentre as *coisas da vida*. Helena não só apresenta a Melchior suas ideias sobre o amor e a felicidade conjugal, mas ela também demonstra, mais uma vez, dona de um pensamento extremamente refinado.¹¹¹

O quarto, e mais forte, anúncio de morte está atribuído à capacidade de mentir da jovem. Após um longo período residindo no seio familiar dos Valle, a verdade sobre a paternidade de Helena é revelada, os encontros da menina com o seu legítimo pai Salvador em sua pobre casa nos arredores da chácara são descobertos por Estácio.

Salvador não só confessa a paternidade, como demonstra que em sua vida não conseguiu galgar as características masculinizantes do oitocentos brasileiro, chegando ao ponto máximo da pobreza e imoralidade ao entregar sua esposa e filha aos carinhos de outro homem sem contestação, o conselheiro.

A postura refratária do *homem laboral*, Salvador, pela sociedade patriarcal procura dar sentido às suas ações e a explicação do segredo que envolve ele e sua filha

¹¹⁰ Ibidem, cap. XVI.

¹¹¹ Idem.

legítima. Os encontros ocorriam quase todas as semanas com a ajuda do pajem negro escravizado Vicente, associando assim uma relação entre Helena e os escravos para obter momentos de privacidade. Para a moça a visita e os carinhos de seu pai eram guardados em mais íntima mentira, e para o jovem escravo o gozo desses momentos podia ser refletido “com a liberdade que dá confiança e a cumplicidade”, pois lembremos que o rapaz aproveitava deste tempo fumando “um grosso charuto havanês, tirado às caixas do senhor”.¹¹²

Com a revelação da verdade todos os movimentos e arranjos ocultos de Helena caem aos olhos dessa família que lhe é, neste momento, “absolutamente estranha”.¹¹³ Ao suportar tamanha exposição a jovem ficaria em uma condição extremamente incontornável, seria não só vigiada constantemente como contaria com a benevolência do perdão dos seus antigos parentes. Neste quarto e último caso, a capacidade de manipular a verdade e operar movimentos em meio público são entregues à Helena.¹¹⁴

Um desfecho ou uma morte?

Ao contrário da perspectiva de Sidney Chalhoub, em que a morte de Helena acontece pelo fato da jovem entrar em uma condição de “tamanha dependência” que só lhe restasse esse fim, este trabalho encara outro desfecho neste romance. A personagem figurada por Machado de Assis confirma uma leitura que agrega às mulheres características que só poderiam ser imaginadas em um corpo masculino, fazendo de Helena um ser que não poderia pertencer ao imaginário social deste período histórico específico. Sua luta por sobrevivência e sagacidade ao articular um plano de ascensão social foi bem-sucedida na medida em que mostrou aos leitores (e as leitoras, principalmente) dimensões que a figura feminina fluminense deste século carregava.¹¹⁵

¹¹² Ibidem, cap. XV.

¹¹³ Ibidem, cap. XXVII.

¹¹⁴ Notemos que Salvador, que é pai legítimo de Helena, entra no romance não para ‘salvar’ como indica seu nome, porém destaca-se como o anúncio da morte da filha. Mais uma escolha nominal machadiana digna de nota.

¹¹⁵ CHALHOULB, op. cit., p. 71-72.

Em um meio *masculinizante* e altamente hierárquico como se mostrou à sociedade brasileira imperial, a imagem de Helena reflete as múltiplas formas de resistência. A origem de um amor inesperado que nasce em Estácio pode ser entendida como uma forma desse homem reconhecer nela todas as potencialidades que lhe faltavam, a construção desta personagem representa a pluralidade nas formas de agência em um meio tão hostil aos dependentes. A mutação de uma sociedade patriarcal escravista para um republicanismo à brasileira exige novas formas de encarar o gênero, entre elas pode-se observar uma maior participação feminina no debate público e, principalmente, a busca por um papel mais ativo na luta pela revisão dos papéis sexuais tratados na literatura.

A interessante observação de que Estácio não consegue visualizar outras percepções de mundo para além da sua própria existência, nos remete a uma constatação proposta por Pedro Paulo de Oliveira. O sociólogo nos informa que:

Os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos. Assim, os homens brancos de classe média quando se olham no espelho se veem como seres humanos universalmente generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências.¹¹⁶

Chegamos a uma conclusão que merece bastante atenção. Machado de Assis atribuiu ao personagem Estácio uma espécie de cegueira aos comportamentos e modos de viver que fogem das características que moldam sua masculinidade hegemônica. Não que ele não saiba o que é a escravidão, a imoralidade da pobreza ou a desigualdade de gênero encarada pela irmã. Pelo contrário, para ele tudo não passa do delicioso “sabor do chocolate” que bebeu pela manhã. Naturaliza-se tudo em prol da ideologia senhorial, e os desníveis sociais não seriam de modo diferente.

O jovem personagem detém um acúmulo de privilégios em sua trajetória familiar. Estácio é fruto de um dos sobrenomes ilustres do Andaraí, fora educado, letrado em um mundo de maioria analfabeta, fez o curso de matemáticas, andava a cavalo, caçava, era adulado pela tia, a mãe, o sogro, os vizinhos, os amigos, os escravos e a irmã, e depois da morte do pai recebe além dos muitos imóveis uma chácara para gerir e uma carreira política esperando somente seu aceite, além de ter nascido branco e

¹¹⁶ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 142-143.

homem – o que particularmente mudava seu status social desde o berço. A cegueira posta por Machado é na verdade uma forma de revelar aos olhos dos leitores um mundo construído de maneira desigual. E, nesta realidade Helena não cabia, pois foi crescendo ao ponto de ser maior que isso.

CONCLUSÃO

Dê um pouco de poesia a vida, mas não caia no romanesco; o romanesco é pérfido.¹

O historiador que estuda Joaquim Maria Machado de Assis não pode e nem deve deixar de comunicar ao leitor a perspectiva de sua pesquisa. O trabalho com este escritor oitocentista, por mais que tente, não consegue se desviar dos grandes embates e discussões que envolvem o monumento que é a obra machadiana. Neste processo de construção de uma pesquisa que utiliza a literatura como fonte histórica, nos deparamos com a imaginação histórica, o corpo e o espírito de Machado e, evidentemente, com as muitas leituras que nos são anteriores.

Os dois romances que analisei nos capítulos passados são eleitos pelos críticos, quase que de forma natural, como um primeiro momento da vida intelectual machadiana. E, por isso, recebem o rótulo de ficcionalidade romanesca. Essas obras não encaram as mais acirradas discussões como a fase posterior à publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e, grosso modo, ninguém buscou taxá-las de “realistas”. Mas o que seria esse *realismo* que se faz impossível de não ser aqui também discutido e incorporado?

De toda a fortuna crítica a que tive acesso, percebi que era praticamente consenso encarar as primeiras obras de Machado de Assis como aquelas afastadas do tal *realismo* de obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, principalmente. É possível enxergar em Roberto Schwarz, John Gledson e Sidney Chalhoub a tarefa de delegar ao Bruxo do Cosme Velho a arte de colocar nos seus romances uma veia paternalista, mas nenhum dos três seria capaz de negar que *Helena e Yayá Garcia* pertencem a um momento de escrita em que as possíveis críticas sociais estejam figuradas em um enredo romanesco.²

Oras! E por qual motivo inserir agora uma discussão que parece não valer a pena, ou melhor, valer a contenda sobre o modo de ler Machado? Primeiro, pelo simples fato de direcionar o modo como um historiador em formação, diga-se de passagem, ousa ler um dos grandes da literatura nacional, e utilizando outros estudiosos do autor.

¹ ASSIS, op. cit., 1878, cap. XIII.

² SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.; GLEDSON, John. **Machado de Assis**: Ficção e história. Tradução: Sônia Coutinho. 2ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Saindo do monumento e entrando na ficção propriamente dita, o que me interessa é a criação do literato. Vejamos, por exemplo, que quando apresentei no primeiro capítulo os processos de escrita nos folhetins publicados pelos periódicos brasileiros, não me incumbi da responsabilidade de traçar uma ligação unidirecional entre realidade e produção ficcional, a proposta foi outra.

Os personagens machadianos, como diria Gustavo Bernardo, só podem ser entendidos dentro da lógica do próprio criador. A realidade que procuro não é a da expressão de copista que se consiga traduzir em Machado, mas em um mundo criado por Machado. Para ficar em uma didática coberta de melhor clareza, busquei nos personagens machadianos construções de masculinidades e não vozes que pudessem traduzir algo pré-existente à espera de um leitor atento e responsável pelo milagre de pô-los em vida. As figurações de Jorges, Vicentes, Estácios e Raymundos são vivíssimas, como diria José Dias, e por isso me interessou estudá-las.³

O heterodiscurso de Mikhail Bakhtin, a figuração da problemática do mundo de George Lukács, a composição narrativa de Paul Ricoeur, a sociologia da literatura de Antônio Candido, foram arrastadas para uma leitura de Machado que, por sinal é tudo, menos realista! Bernardo nos lembra da advertência feita por nosso literato de que “a realidade é boa, o realismo é que não presta para nada.”⁴

Não presta para este trabalho, por limitar justamente o objeto de pesquisa que pretendíamos estudar, os personagens masculinos figurados em dois romances, publicados em 1876 e 1878. O que afirmo com isso é que, para além da literatura machadiana, não existiu um conselheiro Valle ou um Luiz Garcia. E que isto pouco importa ao trabalho historiográfico, pois a produção literária carrega em seu embrião temporalidades a serem estudadas e decifradas. As figurações assumidas pela forma narrativa da prosa ganham contornos específicos em cada sentença anunciada pelos constructos vivos que se relacionam, rivalizam, casam-se, exploram-se, buscam se comportar desta ou daquela maneira, porque fazem vez de barro na mão do oleiro. Esse mundo literário não só é criado por um autor, exerce também influência no meio em que a obra é publicada, sofrendo com a ação do tempo e dos leitores que a recebem. E eu

³ BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

⁴ *Ibidem*, p. 84.

sou um desses que, ao meu modo, tentei realizar o trabalho historiográfico a partir do estudo de tão problemática ficção.

O crítico literário Gustavo Bernardo, ao fazer uma leitura do realismo como modo de enxergar e classificar a literatura, nos lembra que:

Precisa-se repetir muitas vezes que o ponto mais alto e mais forte da arte literária se encontra no realismo porque, talvez, o realismo seja precisamente o ponto mais baixo e mais fraco da arte literária. O realismo parece conter uma contradição não em termos, mas no próprio termo: a literatura que se quer realista se esforça desesperadamente para não ser o que não pode deixar de ser, isto é, literatura.⁵

Seria então menos historiográfico este trabalho que estuda a ficcionalidade machadiana? Não, e a pesquisa que se seguiu nos três capítulos anteriores nos serve de argumento para tal fato. A força de estudar a ficção esbarra naquilo que Krzysztof Pomian assumiu como a problematização da noção de verdade, e, por esse motivo, suprimi esta pequena exposição até agora. Primeiramente, apresentei minha pesquisa e agora posso sentenciá-la, ou melhor, apresentar a metodologia que permitira realizá-la.

Sobre a construção romanesca o próprio Pomian intercede:

Em todo romance reconhecido como histórico [e eu acrescento aqui todos] a intriga situa no passado [ou em um tempo que não é necessariamente o que se desenrola no tempo do corpo físico do escritor]. Assim o autor esmera-se em tornar o leitor consciente de que uma distância temporal o separa do mundo onde se desenvolvem as peripécias que está seguindo. Por outro lado, todo romance reconhecido como histórico pretende descrever um passado vivido efetivamente por homens. Testemunho disto é o recurso, por parte do autor, a elementos que não se apresentam como inventados, mas como emprestados de uma realidade extra-romanesca.⁶

Não acredite o leitor que tenho por procedimento provar que Machado procurou criar romances históricos, procuro dizer que todos os são. Ou não seria a literatura um objeto de investigação histórica passível de ser dada em seu espaço e tempo? E, isto é, sem procurar retirar dela aquilo que realmente procuramos analisar, seus procedimentos estéticos e estilísticos, como nos evocou Bakhtin e, em outro momento, Lionel Trilling. Não precisamos somente nos fixar em uma história da literatura, mas observar a historicidade de uma obra literária.⁷

⁵ Ibidem, p. 49.

⁶ POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto história**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2003, p. 13.

⁷ TRILLING, Lionel. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

Para não deixar também o leitor desta pesquisa desassistido sobre outra observação, ao escrever *Helena e Yayá Garcia*, Machado de Assis poderia escrever sobre os idos do final da década de setenta do século XIX, mas sua escolha foi outra. Lembremo-nos que “o conselheiro morreu às 7 horas da noite de 25 de abril de 1859” e que “Luiz Garcia traspunha a soleira da porta, para sair, quando apareceu um criado e lhe entregou esta carta”, datada em “5 de Outubro de 1866”, frases colhidas dos primeiros parágrafos das primeiras páginas dos dois romances. E o que queremos com isso? Nada além de mostrar que o autor escolheu um recuo temporal para criar o mundo de sua ficção.⁸

A tarefa de realizar uma pesquisa histórica com fontes literárias não é uma tarefa fácil, estudar um dois maiores autores da literatura brasileira é verdadeira odisséia. O pesquisador que se proponha entrar no mundo machadiano precisa, antes de tudo, gostar do traço certo na escrita do Bruxo do Cosme Velho e, com toda certeza, ter o entendimento de que toda leitura nunca basta para entendê-lo como literato e pessoa.

E é neste ponto que encontramos a discussão proposta por André da Silva Ramos, para quem Machado de Assis “se lançou ao desafio da corrosão do conceito moderno de História em si em dimensões globais”. Percebemos então que aquilo que fora estigmatizado por anos na obra machadiana como melancolia ou asceticismo transforma-se, para Ramos, em um eixo de busca por autonomia.⁹

A enorme fortuna crítica de Machado de Assis interpretou (exumou) historicamente de diversas formas a dupla dimensão corpo e obra, as leituras deste autor ganharam contornos múltiplos. Nestes anos de construção de um campo de pesquisa que chamaremos de machadiano, por muitas vezes, a autonomia estética deste autor foi negada. Seguindo as análises de Ramos, lembremos o caso de Silvio Romero como uma das análises que tentou deformar o autor através de uma ótica de sentenciá-lo nesta ou aquela corrente literária. Até mesmo os seus mais contemporâneos próximos

⁸ ASSIS, op. cit., 1876, cap. I; ASSIS, op. cit., 1878, cap. I.

⁹ RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história: climas e espectralidade**. 2018. 263 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018, p. 106.

incorporaram a lógica de vincular os aspectos corporais do escritor negro e epilético à sua produção narrativa, pontuamos aqui a figura de José Veríssimo.¹⁰

Ramos argumenta que:

[...] a construção da imagem de Machado de Assis enquanto um asceta da produção literária e um absenteísta político foi produzida, aparentemente com seu consentimento, por letrados próximos a ele, que orbitavam a Academia Brasileira de Letras. Através da retórica do ascetismo e do absenteísmo, eles podiam afirmar que Machado cumpria a finalidade última e sagrada de sua vida, que era a produção de uma obra de arte autônoma. Neste sentido, ao afastar Machado de polêmicas políticas, a sua obra e o seu corpo estavam salvos de críticas, pois o propósito final desses letrados era a produção de uma obra de arte moralmente superior.¹¹

Neste ponto, podemos entender que a autonomia da obra literária machadiana fez parte de um processo que envolveu, principalmente, as ações do autor. Machado buscou construir para si um espaço que reconhecia a horizontalidade da experiência histórica brasileira quando comparada com toda a estrutura do mundo ocidental e, para Ramos, nasce aqui a construção do cânone. E, não pensemos que tal agência enormemente trabalhosa saiu ilesa, pelo contrário, se a conquista de uma obra que conseguisse dialogar (corroer) os fatores modernos humanos e não só dimensionados à questão brasileira garantiram ao autor um papel de autonomia estética, ao mesmo tempo seu corpo estaria exposto às mais variadas leituras e definições.¹²

E o realismo em que lugar se encaixa? A resposta é uma só, ele não tem espaço em Machado de Assis e, muito menos, em sua obra. A sua busca pela autonomia estética não garantiu espaço para uma métrica literária tão redundante. Nesse longo processo de construção de seus textos, o literato escolhera afirmar categoricamente, como enfatizou Gustavo Bernardo, que esse modo de percepção da literatura não serve para nada.¹³

A fortuna crítica de Machado de Assis já começa a ser produzida enquanto o autor publicava seus primeiros escritos literários e, depois disso, criou-se um mundo

¹⁰ Ibidem, p. 74-76.

¹¹ Ibidem, p. 73

¹² Ibidem, p. 105-106

¹³ “Uma das características técnicas mais fortes da literatura de Machado de Assis se encontra no recurso intensivo e extensivo da metaficção. De diferentes modos e por diferentes vozes, o escritor explicitaria sua teoria na própria literatura que faz, muitas vezes conversando claramente com o leitor ou com a ‘querida leitora’.” In: BERNARDO, op. cit., p.75.

para o universo dos estudos machadianos. O fôlego e o tempo são inimigos que caminham juntos no esforço de pesquisadores atrevidos que ousam entender uma pequena parte da imensidão desse legado histórico e ficcional.

Esta dissertação de mestrado buscou costurar retalhos de fios soltos, pedaços que o próprio literato buscou desfiar em sua longa produção literária. A figuração de personagens masculinos que dessem vazão às suas mais variadas observações do mundo social contam como riquíssimo objeto de estudo ainda pouco explorado por historiadores, e até críticos literários.

O início do século XXI assistiu a uma retomada dos estudos machadianos por pesquisadores que buscavam nas obras machadianas algo de realista, estudos esses que dado o potencial de nomes, para citar apenas dois, como os de John Gledson e Sidney Chalhoub acumularam vasta bagagem a um novo modo de tornar o maior escritor da língua portuguesa um brasileiro mais nosso, e mais acessível. E isto não se pode negar.

Com a tentativa de esgotar um pouco mais este assunto, tento incorporar o debate proposto por Raquel Campos em seu recente livro *Entre ilustres e anônimos*. Obra em que a autora tenta refletir a concepção de história em Machado de Assis, suas ideias tentam retirar da zona de conforto a baliza proposta pelos historiadores que propõem analisar este literato, que é justamente a função da história dentro da escrita machadiana.¹⁴

A construção da observação de Campos passa por uma *historicização* do próprio conceito de literatura à luz do século XIX, e até mesmo da função daqueles que estavam vinculados à prática da produção de uma narrativa ficcional. Elaborar-se, assim, que a composição narrativa literária nasce antes mesmo do campo definido como “literatura” e a historiadora remonta sua análise desde a própria noção aristotélica, já aqui previamente comentada e discutida no primeiro capítulo. Constata-se, através deste trabalho de busca pelo nascimento de um campo de saberes, que este gênero de escrita extrapola a realidade ou aquilo que se entende como ela.¹⁵

¹⁴ CAMPOS, Raquel. **Entre ilustres e anônimos**: a concepção de história em Machado de Assis. Santa Catarina: Editora Argos, 2016.

¹⁵ *Ibidem*, p. 137-139.

O ponto central elaborado pela crítica de Campos aos historiadores que se debruçaram sobre Machado de Assis nas décadas finais do século XX, e que ainda de certa forma inspiram trabalhos assim direcionados, está na forma de entender os escritos machadianos a partir da construção de um elo que, por si mesmo, deixou de ser questionado ou tensionado, exposto na relação entre o fazer historiográfico e a função da literatura como um conceito de produção que permitiu o aparecimento de variadas textualidades.

Para Raquel Campos, a forma de enxergar literatura deve se dar de maneira completa, e não como mero apêndice do trabalho historiográfico. Realizar uma pesquisa com as fontes literárias não deve ser confundido ao preceito quase idílico de que esta narrativa “está ali, no início como para responder de antemão às objeções que se possa fazer a uma leitura histórica da obra de Machado de Assis”. Para se livrar deste reducionismo, devemos nos atentar para a própria historicidade da produção desta ficcionalidade.¹⁶

Podemos aqui enxergar que este exercício crítico se incorpora àquele realizado por André Ramos ao destacar a busca pela autonomia estética empreendida pelo próprio Machado de Assis. A obra machadiana e, agora o intelecto de Machado, passam a responder às perguntas dos historiadores contemporâneos, isto é, como se as suas produções estivessem incumbidas de um sentido prático marcado por entender a história de sua sociedade, algo que podemos aproximar daquele conceito de realismo que Gustavo Bernardo também critica.¹⁷

Campos delega uma tarefa a nós historiadores que estudamos Machado, e não é a relativização do conteúdo das obras machadianas, mas sim a atenção à própria especificidade da literatura enquanto um campo construído por uma lógica estética que comporta a possibilidade de que todos podem, através dos textos literários, elaborar um saber que contenha métodos e técnicas de “fazer história”. Entendamos ainda outro fator determinante, este conceito não atribui aos literatos uma função de historiadores, estes últimos buscavam outras inspirações nutridas nos grandes nomes e nos homens

¹⁶ Ibidem, p. 135.

¹⁷ RAMOS, op. cit., p. 37-38.

notáveis, pois a parcial liberdade de escrita é inaugurada na ideia de “literatura” e estava ancorada na tarefa ficcional.¹⁸

As figurações elaboradas por Machado de Assis de homens senhoriais, laborais, escravizados, clérigos, mercantis, que organizei e discuti ganham cor e destaque não por um caminho de busca por construções históricas de sujeitos reais, senão pela própria projeção da concepção histórica que a literatura carrega em um autor ao criar masculinidades e um mundo em que fora possível relacioná-las. Se há historicidade nesta produção literária, e por certo que há, como já demonstramos nos capítulos anteriores, isso não se deve a um compromisso do próprio literato em arrastar aos seus textos um “meio de expressão de uma visão de Brasil”, e sim à própria estética literária.¹⁹

Esta crítica ao modo de entender os escritos de Machado pelos historiadores, que podemos direcionar também a essa ideia de defesa do *realismo* literário, está justamente no ponto em que Campos nos alerta sobre a aceitação de uma suposta intencionalidade machadiana como produto de um cenário histórico e local, em que o nacionalismo seria regra, mesmo que negado. Desse modo, desviamos mesmo sem nos dar conta, da própria noção da composição narrativa assegurada pela literatura, em que a liberdade ficcional seria um fator de possibilidade de criações que conjecturassem figurações de homens e mulheres comuns que ganham voz e espaço. E, por fim, entreguemos este mérito à literatura machadiana, e não a alguma essência historiadora atribuída a este escritor.²⁰

Hoje os estudos machadianos buscam compreender esferas ainda pouco abordadas na vasta bibliografia produzida sobre o autor. Raça e gênero começaram a despontar nas novas pesquisas, fazendo um novo desdobrar deste mundo. E aí surgiu a ideia de unir a temática das masculinidades e os personagens construídos em *Helena e Yayá Garcia*, textos em estilo folhetim, localizados entre os primeiros romances

¹⁸ A historiadora anuncia: “Ora, a promoção dos anônimos é o que caracteriza propriamente o regime estético das artes, cujo momento inaugural é a literatura” In: CAMPOS, op. cit., p. 150.

¹⁹ Ibidem, p. 163.

²⁰ Entendo que autores que tratam de Machado e Assis como Roberto Schwarz, John Gledson, Sidney Chalhoub, Jefferson Cano, Lúcia Granja, dentre tantos outros, assumiram e assumem fundante importância neste debate que envolve literatura-história, suas produções elencaram justamente essa possibilidade de diálogo tão frutífero e de que, hoje, também faço parte. Contudo, como observa Raquel Campos, se faz necessário interrogar balizas que já parecem confirmadas e inquestionáveis.

publicados. Atenção especial se deve ao fato de escolhermos dois enredos romanescos que ainda sofrem com a taxativa separação da obra do autor a partir de uma ideia de progressão valorativa por composições, que vê em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* uma virada da concepção de produção artística neste estilo de prosa, como já sinalizei.

O trabalho, como pode ser percebido pelo leitor que acompanhou este estudo, é atribuído a um historiador que sente prazer em ler Machado. A forma como um homem branco e heterossexual lida com literatura também precisa ser aqui lembrada. A minha leitura foi esta, e a tentativa foi reverter os privilégios reconhecidos em uma também desconstrução de si, e nesse ponto não posso deixar de agradecer a Joaquim Maria Machado de Assis.

Fontes:

ASSIS, Machado de. Helena. **O Globo**: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 211-245, ago - set, 1876.

ASSIS, Machado de. Helena. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v.I, 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 378- 487.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v.I, 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 597- 733.

ASSIS, Machado de. Linha reta e linha curva In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v. II 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 101-139.

ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. v. III 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 989.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, pp. 621- 627.

ASSIS, Machado de. Yayá Garcia. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3-61, jan-mar, 1878.

ASSIS, Machado de. **Yayá Garcia**. Rio de Janeiro: G. Vianna & C., 1878. Disponível o acesso em: [http:// www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813](http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242813).

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza** – tomo I. Imprensa Nacional: Lisboa, 1881.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição do Império do Brasil**. Outorgada em 25 de Março de 1824. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL, Lei nº 23, de 23 de novembro de 1841. Estabelece a criação do Conselho de Estado. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1850**: tomo I. Rio de Janeiro, p. 40. Disponível em: [http:// www2.senado.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-234-23-novembro-1841-532611-publicacaooriginal-14883-pl.html](http://www2.senado.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-234-23-novembro-1841-532611-publicacaooriginal-14883-pl.html).

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1850**: tomo XI. Rio de Janeiro, parte I, pp. 267-270. Disponível em [http:// www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219](http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219)

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõem Sobre as terras devolutas do Império. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1850**: tomo XI. Rio de Janeiro, parte I, pp. 307- 312. Disponível em [http:// www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219](http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224219)

BRASIL. IBGE. **Recenseamento do Brazil**, 1872. Rio de Janeiro, Typ. G Leuzinger, 1876. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

COSTAS, Carlos. A Mãe de Família. **A mãe de familia**: scientifico, litterario e ilustrado. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 1, janeiro, 1879.

Escolas! Escolas! **O Globo**: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 212, agosto, 1876.

GABIZO, João Pizzarro. Hygiene escolar. **A mãe de familia**: scientifico, litterario e ilustrado. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 2, janeiro, 1879.

HILAIRE, Augusto de Saint. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**. Trad. Affonso de E. Taunay. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 39.

JUNIOR, Araripe. Machado de Assis. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, ano I, tomo I, janeiro/março, 1895.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

O Alerquim. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 12, julho, 1867, p. 5.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. In: LEITE, Aluísio. et.al (Org.). **Obra completa de Machado de Assis**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015, p. 20- 24.

TELEGRAMAS. **O Globo**: Orgão dos interesses do commercio, da lavoura e da indústria, Rio de Janeiro, ano. 3, n. 212, agosto, 1876.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. **Nordestino uma invenção do falo**: Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). 2ªed, São Paulo: Intermeios, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARIÈS, Phillipe . Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (org.) **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. III, p. 9- 25.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I**: A estilística. São Paulo: Editora 34, 2015.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Machado de Assis em miniatura**: Um perfil biográfico. 2ª.ed. Brasília: Batel, 2008.

BERNARDO, Gustavo.. **O Problema do Realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BESSIN, Marc. Política da Presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice R.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria R. (orgs.) **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

BÍBLIA, A. T. Cântico dos Cânticos. In: **A bíblia sagrada católica**: Antigo e novo testamentos. Tradução: José Raimundo Vidigal. São Paulo: Editora Santuário, 2016, p 963-971.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**: Paraná, v. 19/20, n.1, 2007, p. 109-120.

- CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo sobre Dom Casmurro**. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.
- _____, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- CAMPOS, Raquel. **Entre ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis**. Santa Catarina: Editora Argos, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CASTAN, Nicole. O Público e o Particular. In: ARIËS, Phillipe. e DUBBY, Georg. (Org.) **História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes**. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In HUNT, Lynn (org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.21, n.1, 2013, p. 241-282.
- _____, Raewyn. **Masculinities**. 2ª ed. University of Califórnia Press: Califórnia, 2005.
- CUNHA, Wagner Perrotta. **História na Literatura: o caso do livro Machado de Assis Historiador de Sidney Chalhoub**. 2014-2018. Monografia de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNÁNDEZ-LLEBREZ, Fernando. ¿"Hombre de verdad"?: estereótipo masculino, relaciones entre los géneros y ciudadanía. **Fórum Interno**: Madri, v.4, n.1, dezembro, 2004, p.15-43.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; In: LUCA, Tania Regina De. (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 61-91.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, pp.171-189.
- _____, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 35-54.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

GARNEL, Maria Rita Lino . A polêmica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911). Penélope. In: **Revista de História e Ciências Sociais**, n.22, 2000, p. 93-116.

GLEDSON, John. **Machado de Assis:** Ficção e história. Tradução: Sônia Coutinho. 2ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GONZALES, Lélia. A categoria política cultural de amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org) **Pensamento Feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2019.

HARTOG, François. **Crer em história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social:** São Paulo, v.26, n.1, 2014, p. 61-73.

IZECKSOHN, Victor. O recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 179-208.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Pinsky (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance:** Um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Editora 34, 2009.

LUZ, Eduardo. **O romance que não foi lido:** Helena, de Machado de Assis. Fortaleza: UFC, 2017.

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos de Pagu:** São Paulo, v. 11, n. 1, 1998, p. 67-75.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema:** a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo:** Rio de Janeiro, v.11, n.26, 2009, p. 15-31.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs.) **História dos homens no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 119-152.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais:** São Paulo, v. 13, nº 38, outubro. 1998, p. 81-97.

MEYER, Augusto. O homem subterrâneo. In: MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935 – 1958).** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 15-21.

_____, Augusto. Sombra. In: MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935 – 1958).** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 61-64.

MIGUEL, Luís Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, setembro-dezembro, 2017, p. 1219-1237.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no *fin-de-siècle* brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 2, maio/agosto. 2009, p. 547-567

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas fronteiras do poder**: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. 1996. 322 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo, 1996.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v.16, n.2, maio-agosto/2008, p. 305-332.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, v.12, n.22, janeiro/junho. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 6ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

POMIAN, Krzysztof. História e ficção. **Projeto História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2003, p. 11-45.

PRIORI, Mary del. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 153-184.

RAGO Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Fundação SEADE**: São Paulo, v.15, n.3, 2001, p. 58-66.

RAIMUNDO, Magalhães Júnior. **Vida e obra de Machado de Assis, volume I: aprendizado**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história**: climas e espectralidade. 2018. 263 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, São Paulo, n.4, 2012, p. 5-45.

SALVAIA, Priscila. Nas fronteiras entre o público e o privado: algumas notas sobre a representação (e subversão) dos papéis de gênero no folhetim *Helena* (1876), de Machado de Assis. **Machado de Assis em linha**, São Paulo, v.9, n.17, 2016.

SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**. Recife: Cepe, 2019.

SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre Colônia e Império. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 85-117.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**: Porto Alegre, v. 20, n. 2, julho/dezembro, 1995, p. 71-99.

_____, Joan Walach. Relendo a história do feminismo. In: **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011

SILVA, Natanael de Freitas. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. **Histórias**: Brasília, v.3, n.5, 2015, p. 8-22.

SOARES, Ana Carolina. Representações textuais da masculinidade: O celibato em “Ex-Homem” de José de Alencar. **Projeto História**, São Paulo, v.45, n.1, dezembro, 2012, p. 61-85.

TRILLING, Lionel. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

VOLTAIRE. **Cândido**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

WERKEMA, Andrea Sirihal. **As duas pontas da literatura**: crítica e criação em Machado de Assis. Minas Gerais: Relicário, 2019.